

Universidade de Évora

Mestrado em Estudos Históricos Europeus

Fontes e Percursos para a Construção da Identidade Europeia

Os discursos fúnebres
a propósito da morte de D. João V
como proposta de
(re)construção biográfica

José Manuel da Costa Ferreira

Orientadora: Professora Doutora Laurinda Abreu

Dissertação para obtenção do grau de Mestre

Évora 2003

Esta dissertação não incluiu as críticas e sugestões feitas pelo júri

A meus pais

À Cláudia

À Paula

- Então – prosseguiu – se o *reviver* existe, a geração da morte para a vida, não será precisamente o *reviver*?
- Sim, com efeito.
- Deste modo concluiremos que a vida nasce da morte não menos que os mortos nascem dos vivos. E assim sendo, parece-me haver fundamento suficiente para dizermos que as almas dos mortos existem algures, e que é de lá que regressam à vida.

Platão, *Fédon*

Agradecimentos:

Após mais uma etapa de um percurso vivencial, temos sempre receio de não encontrar as palavras certas para expressar tão sentido e reconhecido agradecimento a todos os que se disponibilizaram e tornaram possível a concretização deste trabalho.

À Professora Doutora Laurinda Abreu terei de reconhecer o seu incansável, disponível e incondicional apoio como orientadora, que senti desde a primeira hora que delineei os primeiros esboços desta dissertação. Além da mestria e pertinência nas orientações científicas, soube sempre transmitir-me a confiança e o acreditar em mim, mesmo quando eu próprio entrava nas agruras do desânimo.

A todos os meus professores de Mestrado que directamente ou indirectamente contribuíram para a prossecução deste trabalho, em especial, as Professoras Doutoras: Fátima Nunes e Hermínia Vilar. Aos meus colegas agradeço os momentos de diálogo e de ajuda de quem partilhava idêntico percurso.

Aos funcionários das bibliotecas por onde realizei a minha pesquisa documental: Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Nacional de Lisboa e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Uma palavra especial para o Doutor Farinha Franco da Biblioteca Nacional pelo apoio e disponibilidade no acesso a algumas fontes.

Aos colegas das várias escolas por onde fui leccionando nestes últimos anos, que, além da disponibilidade e curiosidade em me ouvirem, ainda me disponibilizaram alguns dos seus meios e conhecimentos, quer a nível de bibliografia quer a nível de recursos informáticos. Não os nomearei, pois poderia esquecer-me de algum.

À minha família, concretamente, os meus pais e a minha irmã, dos quais senti sempre aquele apoio e encorajamento partilhados, por vezes, em silêncios afectivos. Um espaço especial para a minha avó, sempre sábia nos seus comentários e observações, mas que, infelizmente, não terá oportunidade de, ao menos, ver o resultado concreto de tantos refúgios. Referir-me-ei também a ti, Paula, pelo incentivo, pela grande paciência, pelas perspicazes observações e sugestões, pela partilha de emoções e de acções testemunhais. Um obrigado especial.

A todos, um muito obrigado, pela força e entusiasmo que me souberam manifestar.

Resumo

Os discursos fúnebres a propósito da morte de D. João V como proposta de (re)construção biográfica

Esta dissertação tem como propósito analisar a produção da *Imagem Real* enquanto “fenómeno propagandístico” projectado por de uma heterogeneidade de discursos fúnebres que são proferidos e impressos aquando das honras fúnebres do rei D. João V.

Perspectivando o tempo da morte na época barroca como momento (re)gerador da imagem pública do Rei e da Monarquia, no interior e no exterior do país, os autores desta literatura laudatória despoletam um processo de transformação do soberano em figura mítica e sacralizada, arquétipo da Justiça e da Paz e Pai da pátria.

Estas “biografias régias”, emitidas logo após o falecimento do soberano, reflectem as preocupações decorrentes dessa situação concreta, registam inquietações, veiculam ideários políticos, exprimem euforias e desânimos, várias vezes recônditos numa linguagem enigmática e subtil que faz emergir a intersubjectividade pela utilização de processos retóricos – ênfases e silêncios, metáforas e imagens, “sinais” e “símbolos”, paralelismos numéricos e analogias. Serão estes textos que constituirão o objecto da nossa análise como fenómeno de propaganda do Rei.

Abstract

The funeral speeches as regards King John's death as a proposal of biographical (re)construction

The goal of this dissertation is the analysis of the *Real Image* as a “propaganda phenomenon” having been projected from a heterogeneity of funeral speeches which were delized and published at the time of the funeral homage paid to King John V.

Looking at the time of death during the baroque epoch as a regenerative moment of the King and Monarchy's public image, both inside and outside the country, the authors of this laudatory literature bring about a process of transformation of the sovereign into a mythic and sacred figure, archetype of Justice and Peace and Father of the nation.

These “regal biographies”, pronounced immediately after the decease of the sovereign, reflect the concerns derized from that specific situation, show distress, convey political ideals, express euphoria and disappointments, often hidden behind an enigmatic and subtle language responsible for the emergence of the intersubjectivity through the use of rhetorical processes – emphasis and silences, metaphores and images, “signs” and “symbols”, numeric parallels and analogies. These are the texts which will constitute the object of our analysis as a King John's “propaganda phenomenon”.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Bibliotecas

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BN – Biblioteca Nacional de Lisboa

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Outras siglas e abreviaturas

<i>art. cit.</i>	–	artigo citado
cap.	–	capítulo
cfr.	–	confrontar, ver também
coord.	–	coordenação
dir.	–	dirigido por ou direcção de
ed.	–	edição
<i>ibidem</i>	–	no mesmo lugar
idem	–	o mesmo
<i>infra</i>	–	ver abaixo ou à frente
n.ºs	–	números
<i>op. cit.</i>	–	obra citada
p.	–	página
pp.	–	páginas
s.a.	–	sem autor (anónimo)
s.d.	–	sem data
s.l.	–	sem lugar
sep.	–	separata
<i>supra</i>	–	ver em cima ou atrás
t.	–	tomo
vol.	–	volume
vol.s	–	volumes

Fontes

- Todas as fontes foram impressas e consultámo-las na BGUC, BN e BPE;
- Transcrevemos paleograficamente os frontispícios de todos os textos utilizados, referindo o autor, a tipologia do discurso, o local de produção/pregação, o local da edição e a data;
- Para evitar repetição constante na citação das fontes, optámos por sistematizá-las, destacando o autor, a(s) primeira(a) palavra(s) do título e o local e data de edição, seguidos pelas páginas. Quando a fonte é sistematicamente citada, mencionamos apenas o autor e abreviamos o título com a expressão *op. cit.*.

Índice

Introdução	8
Ponto de situação historiográfico	11
O tema e o seu tratamento	16
1. O tempo de D. João V	
Contextualização geral	21
2. O Ritual da Morte	
2.1 Morte, Embalsamento e Cortejo Fúnebre do Rei	32
2.2 As Exéquias fúnebres	36
2.3 A Quebra dos Escudos	40
3. Letras, discursos e retórica	
3.1 A Cerimónia da Pregação e os Discursos Fúnebres	43
3.2 Análise da <i>Notícia Cronológica dos Funerais</i> de D. João V	47
3.3 Literatura fúnebre impressa	56
3.3.1 Discursos Fúnebres	57
3.3.2 Relações de exéquias	62
3.3.3 Poesia fúnebre	64
3.4 Imagens da morte	65
4. As Virtudes e as Acções do Rei	70
4.1 Sábio e Magnânimo	73
4.2 Justo e Pacífico	84
4.3 Religioso e Caritativo	89
4.3.1 Relação com a Santa Sé	95
4.3.2 A mundividência e a sacralidade eucarística	98

5. Sacralidade do Rei – símbolos e sinais	103
5.1 O nascimento	104
5.2 Baptismo e nome	106
5.3 Data e hora da morte	108
5.4 D. João V – Salomão de Portugal	113
Conclusão	116
Fontes	123
Bibliografia	141
Anexos:	
Notícia cronológica dos funerais de D. João V	150
Frontispícios de <i>Discursos fúnebres impressos</i>	163

Introdução

Pelas sete horas da tarde do dia 31 de Julho de 1750, falecia D. João V “com serenidade e summa quietação”¹. “Uma hidropesya de ventre”² fora a causa da sua morte.

Falecia assim o monarca que contava “sessenta annos, nove mezes, e nove dias de idade, morrendo o Sol de Portugal ao mesmo tempo que o outro Sol, o primeiro Astro do Mundo, sepultava no Occidente as luzes, como dando princípio ao luto”³.

“O silêncio e horror da noyte, acompanhado da confusão dos sinos fizerão a mais sentida impressão...”⁴

“... o coração era de grandeza extraordinária (...) semelhante ou mayor grandeza, se admirou o cérebro, porque excedia ao comum dos outros homens...”⁵

“... sendo tanto o concurso do povo (...) que concorria a venerar o seu Monarcha que ne[m] os soldados da Guarda, e Criados do Paço podião resistir á multidão.”⁶

“E só pois a repetição dos Panegyricos he que faz distinguir os Principes excellentes dos que o não forão...”⁷

“... nelle perdeo Portugal o seu Rey, a Patria o Pay, e todos os necessitados o seu amparo.”⁸

“desde a mais tenra idade de seus primeiros annos, até o último instante de sua vida, teve ElRey grande inclinação aos Templos, e Casas de Oração, ajudando com mão liberal, ou os reparos ou as novas fundações, cuidando de “prepara lugares, em que se multiplicassem os Divinos officios”⁹

¹ *Relação da Enfermidade, Últimas Acçoens, Morte E Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey e Senhor D. João V...*, Lisboa, 1950, p. 30.

² Diogo Barbosa Machado, *Relaçam da enfermidade, ultimas acçoens, e sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V...*, Lisboa, 1750, p. 32.

³ *Ibidem*, pp. 28-30.

⁴ *Relação da Enfermidade, Últimas Acçoens...*, Lisboa, 1750, p. 31.

⁵ Diogo Barbosa Machado, *Relaçam da enfermidade, ultimas acçoens... D. João V*, 1750, pp. 31-32.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 37.

⁷ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do Muito Alto, Poderoso, Augusto, Pio, / e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor / D. Joaõ V*, Lisboa, 1751, p. 4.

⁸ Bento Morganti, *Descrição funebre das exequias que a Basilica Patriarcal de S. Maria dedicou... Rey D. João V...*, Lisboa, 1750, pp. 5-7.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 20-21.

“a grande authoridade com que decorou os incorruptos Tribunaes da Fé são eternos padroens da sua inviolável religião”¹⁰

“Faleceu este grande Rei no dia trinta e um do mes passado de Julho, em cujo dia se celebra a Festa de Santo Inácio, ao qual sempre com eximia devoção tanto venerava...”¹¹

“Em vida já as suas Reais acções o aclamavam por Devoto, Clemente, Justo, Pio, Liberal, Sabio, Pacífico, Delicias do Povo, Pai da Pátria, gloria dos Lusitanos e admiração das gentes.”¹²

“em todo o tempo do reynado delrey se conservou o Reyno na tranquillidade de huma inalteravel Paz (...) porque reconhecia ser a Paz a primeira utilidade, com que o Príncipe deve enriquecer a sua Monarchia.”¹³

“Vós, ò Nação Britanica, perdestes hum amigo benefico, que com o seu precioso commercio, e com a sua amizade ainda mais preciosa generosamente vos quiz enriquecer, e honrar: perdeo em fim o mundo todo.”¹⁴

“a gloria de deixar depois de si hum filho, fiel imitador das virtudes de tão grande Pay, e se os fins se devem medir pelos principios, hum filho, que depois de igualar a seu Pay com louvor, o hade exceder com gloria”¹⁵

“A vida de hum Heroe se se não pode supprir com a de outro igual, quer no valor, e prudencia, quer na sabedoria, e politica; remedeia-se com as pessoas, que são sufficientes a encher os cargos, que o falecido occupava: mas a falta do Rey, (nos termos de hum governo Monarchico, como o mais excellente), não se remedeia, se não com outro em tudo parecido.”¹⁶

“Termine-se porem ja tanta pena; levante-se o luto, cesse a mágoa; porque o nosso mesmo Rey nos manda alegrar, por nos dar para Rey nosso hum seu filho em quem a grandeza nos recompoem outra vez tudo.”¹⁷

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹¹ Benedicto XIV (Papa), *Allocução do Santissimo Padre Benedicto aos Eminentissimos, e Reverendissimos Senhores cardeaes da N. S. I. Recitada no Consistorio secreto, em huma quarta feira 23 de Setembro de 1750*, Lisboa, 1751.

¹² Francisco Xavier da Silva, *Elogio funebre, e histórico... D. João V...*, 1751, p. 7.

¹³ Bento Morganti, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴ Francis Blyth, *Oração Funebre nas solemnes Exequias ao Augustissimo Senhor D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 7

¹⁵ Bento Morganti, *op. cit.*, p. 37.

¹⁶ Francisco Xavier da Silva, *Elogio funebre, e histórico... D. João V...*, 1751, p. 2.

¹⁷ Rodrigo José Faria, *Oração funebre nas exequias de D. João V...*, 1751, p. 16.

Após prolongados sofrimentos, morre, a 31 de Julho de 1750, D. João V, dando-se início a uma série de cerimónias e exéquias fúnebres, dentro e fora do território nacional, consagradas à morte do rei. O evento deu origem a uma heterogeneidade de discursos fúnebres – orações, sermões, relações, prantos poéticos, memórias, odes, elogios, panegíricos, epicédios –, com o objectivo de serem proferidos e recitados, na sua grande maioria, nessas mesmas manifestações ltuosas. São esses documentos impressos o alvo principal do nosso trabalho.

A partir de uma leitura inicial destes textos¹⁸, apercebemo-nos, desde logo, da intencionalidade dos seus autores em apresentar “reconstituições biográficas” com carácter laudatório e, conseqüentemente, construir uma imagem apologética do monarca defunto que, ainda que comprometida do ponto de vista ideológico pelo modelo exemplar de rei, nos remete para concepções sobre as virtudes e qualidades da figura régia.

Ora, partindo do pressuposto de que qualquer discurso sobre a morte revela o que está verdadeiramente em jogo não para os mortos mas para os vivos – daí a sua importância histórica, política, social e antropológica – e de que emerge, a partir dos discursos pós-morte, uma narrativa sobre o passado, escolhemos como tema desta investigação *Os discursos fúnebres a propósito da morte de D. João V como proposta de (re)construção biográfica*.

Depois do levantamento das fontes referidas, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, registámos a existência de cerca de oitenta discursos fúnebres impressos relativos à morte de D. João V¹⁹. Sabemos, no entanto, que, para além destes, outros foram proferidos, nomeadamente, Sermões e Orações, que não nos chegaram, ou porque não foram impressos ou porque se perderam. Ainda assim, pensamos estar perante um amplo e vasto corpus documental que, pela diversidade topográfica de produção, permitirá avaliar, à escala do reino e das colónias, o sentimento colectivo perante a morte do soberano.

¹⁸ Dos quais transcrevemos atrás algumas passagens que nos parecem bem elucidativas quanto ao seu conteúdo.

¹⁹ Ver, em anexo, fontes impressas relativas à morte de D. João V.

Ponto de situação historiográfico

No estado actual de investigação historiográfica sobre a morte, deparamos com uma proliferação de estudos, ao longo das duas últimas décadas, sobretudo nos domínios da Antropologia, Sociologia e Psicologia²⁰. A importância dos rituais fúnebres dos Grandes, como magníficas encenações colectivas e reprodução dos códigos de etiqueta e de honorabilidade cortesãs, tem merecido destaque na historiografia europeia²¹, desde há algum tempo a esta parte.

No caso concreto, e relativamente à historiografia portuguesa, verificou-se a emergência de alguns estudos sobre as cerimónias fúnebres de D. João V, os quais utilizam muitas das fontes que também servem de base ao nosso trabalho²². Não registámos, contudo, algum que o fizesse segundo as nossas intenções²³. É o caso do estudo de Robert Smith²⁴ que, tendo em conta o conteúdo de alguns dos discursos e elogios fúnebres dedicados a D. João V, procura apresentar o quadro das publicações descritivas consagradas aos funerais do Rei. A sua investigação teve como objectivo fornecer elementos sobre as obras (mausoléus e catafalcos) construídas para as cerimónias fúnebres do rei – não só em Portugal mas também fora do país –, bem como pequenas referências biográficas sobre os seus autores, que assim concretizaram o seu desejo de prestar a última homenagem ao monarca. Ainda assim, e segundo José

²⁰ Segundo José Alberto Gomes Machado, “é a ligação com a modernidade que explica o interesse crescente e generalizado pelo barroco a que se tem vindo a assistir-se nos últimos anos. No momento de crise de identidade gerada pelos diversos modernismos não é de espantar o fascínio perante a redescoberta de múltiplas e complexas potencialidades do Barroco, que cria e desenvolve as suas próprias regras segundo uma razão, que a Razão Clássica desconhece”. (Idem, “Razão e Desmesura no Barroco Português”, *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, vol. II, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 507-514).

²¹ Em relação à monarquia francesa, veja-se Ralph E., Giesey, *Cérémonial et puissance souveraine. France, XV-XVII^e siècles*, Paris, A. Colin, Cahiers des Annales, 1987. Relativamente à monarquia espanhola, Javier Varela, *La muerte del Rei. El ceremonial funerario de la monarquia española 1500-1885*, Madrid, Turner, 1990; e Maximo Garcia Fernandez, “El ritual, la ceremonia y la fiesta de la muerte - un aspecto de la religiosidad festiva durante el siglo XVIII”, *A Festa: Comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional (Nov. 1992)*, Universitária Editora, Lisboa, 1992, vol. I, pp. 393-411.

²² Grande parte destes estudos é construída, de igual forma, tendo como fontes de análise os testamentos, as atitudes perante a morte, os ritos, as estratégias familiares e os valores que dela dominam, como é o caso da dissertação de Doutoramento de Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*, Editorial Notícias, 1997. Estudos que seguem o contributo e o método de análise e trabalho de Philippe Ariès e de Michel Vovelle.

²³ Ana Cristina Araújo refere, no seu estudo *A morte em Lisboa...*, (p. 21), que deixou de lado o sermoneiro por exigir, pela sua importância e especificidade, um outro tipo de trabalho.

²⁴ Robert Smith, “Os Mausoléus de D. João V nas quatro partes do Mundo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, 2^a. Série, n.º 1, 1955.

Fernandes Pereira²⁵, o historiador norte-americano não aproveitou a totalidade do material gráfico, limitando-se, na tradição positivista, a um rasteio de obras e autores.

Artigos mais recentes elaboram um estudo mais aprofundado, de esquema iconológico e iconográfico, do ritual das manifestações ltuosas e das descrições dos túmulos e catafalcos, aquando do espectáculo fúnebre em honra do rei²⁶. Analisam as celebrações e as alegorias simbólicas (hieróglifos) que, ao estabelecerem uma correlação entre as particularidades dos adornos (tarjas colocadas à entrada dos templos religiosos) e as virtudes religiosas, morais e políticas do monarca defunto, se inserem na “mentalidade barroca” e adquirem uma função pedagógica e persuasiva, ao expressarem uma dimensão do sentimento colectivo perante a morte. Segundo os historiadores que estudaram o tema, estes actos constituem, de igual forma, uma manifestação póstuma de vaidade e de prestígio²⁷, de distinção social pela exibição de rígidos códigos de etiqueta²⁸. O espaço interno da igreja é entendido como suporte de manifestações de arte efémera onde a mensagem, articulada entre o símbolo-emblema e a palavra, ultrapassa em importância as manifestações formais, reduzidas a módulos repetitivos e brilho cromático²⁹. O aparelho simbólico do Catafalco³⁰ (iconografia da Morte), que se ergue sobre o túmulo do monarca, precipita-se num imaginário popular e aristocrático

²⁵ José Fernandes Pereira, “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”, *Revista Claro e Escuro*, Quimera Editores, Lisboa, 1988-1991, n.ºs 2/3 (Maio-Novembro 1989), pp. 167-176.

²⁶ Vejam-se os casos de José Fernandes Pereira, “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”...; de António Filipe Pimentel, “Vivência da Morte no Tempo Barroco: Tumulária Portuguesa dos Séculos XVII e VIII”, *I Congresso Internacional do Barroco - Actas*, vol. 2, 1991, pp. 241-268; de José Manuel Tedim, “Teatro da Morte e da Glória - Representações fúnebres nas exéquias de D. João V na Sé de Braga”, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, vol. IV, 1989, pp. 281-292; e de Maria Benedita Araújo, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El - Rey D. João V”, *A Festa: Comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional* (Nov. 1992), Lisboa, Universitária Editora, 1992, vol. II, pp. 795-822.

²⁷ No artigo: (“Morte, Memória e Piedade Barroca”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Faculdade de Letras de Coimbra, 1989, pp. 129-173), Ana Cristina Araújo refere que a Nobreza, (que confisca pela morte a memória da sua linguagem, dilatando com ela o seu património), investe com mais entusiasmo na consagração ritual da morte, verificando-se, deste modo, um aumento do volume de práticas e discursos, bem como, e de forma mais acentuada, as histórias da vida e proezas dos varões mais ilustres da monarquia.

²⁸ Segundo Maria Benedita Araújo, “A ritualização da Morte coloca o indivíduo e a sociedade perante o transcendente, toma o aspecto global de uma protecção activa face à temporalidade. Ao ritualizar a morte, o Homem estreita e formaliza os limites do seu medo e os indivíduos hierarquizavam e aceitavam os seus papéis culturais que eram convidados a desempenhar.” (Idem, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V...”, p. 820).

²⁹ O estudo de José Fernandes Pereira, (“A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”...), utiliza como fonte de análise a “*Descrição Fúnebre... a D. João V...* de Bento Morganti, 1751, e enuncia todo o material gráfico presente nesta cerimónia ltuosa em honra do monarca, ocorrida a 30 e 31 de Agosto de 1750, na Sé de Lisboa.

³⁰ “verdadeira manifestação da teatralidade barroca (panejamentos, inscrições, relevos e estátuas), veiculando num discurso codificado os méritos e as virtudes do defunto”. (António Filipe Pimentel, “Vivência da Morte no Tempo Barroco...”, p. 255).

perpassado por cenas de morte e violência³¹; assim como reafirma que o tempo barroco alcança uma expressão estética mais elaborada e que a sensibilidade barroca se volta para Deus e para a religião. Todo o cortejo fúnebre se assume como meditação de matriz católica sobre a morte e o destino, terreno e transcendente, do próprio Homem, remetendo-nos para a compreensão do “homem-barroco” que utiliza o espectáculo como discurso globalizante, filosófico e metafísico.

Tais constatações levam estes autores a afirmarem que o Catolicismo post-tridentino empreendeu, a partir do século XVII, na lógica pastoral conquistadora, a reorganização do conjunto das práticas sociais e dos ritos respeitantes à morte³². É que a delimitação estrita entre poder profano e poder religioso é extremamente recente. Isto é, o ordenamento sócio-político do tempo anterior a Oitocentos não revelava nenhuma intenção laicizante. Bem pelo contrário: os seus fundamentos eram eminentemente católicos e o poder apresentava uma fortíssima significação cristã³³. Na mesma linha, afirmam que a Igreja, durante os últimos anos do século XVII até à primeira metade do século XVIII, possuía meios extremamente eficazes para exercer o controlo social, e que os poderes profanos então em presença contavam com a sociedade eclesiástica e com os seus mecanismos de disciplinamento³⁴. Toda a sociedade lhe estava subordinada no que respeitava à sua função específica, nomeadamente, através da acção do cura de almas, do confessor e do pregador, da acção vigilante da Inquisição e dos restantes tribunais eclesiásticos, passando pelo papel desempenhado a nível de ensino médio e superior, da cultura letrada, da assistência pública, da burocracia estatal e da diplomacia³⁵.

³¹ É neste sentido que emerge a tourada como grande espectáculo principesco e popular para evidenciar que tal como o sangue enaltece os padrões da honra social, também o espectáculo da morte cria a ilusão festiva e ilusória da vida. Por sua vez, o auto da fé suscitou durante mais de dois séculos, no seio de um catolicismo hegemónico e expansivo, os fantasmas do medo e da insegurança. A população solidária com o castigo reivindicava a ilusão do exercício de justiça - rito social indispensável a uma estratégia de ordem e de conservação do poder. (Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca ...”, pp. 129-130).

³² Segundo Maria Benedita Araújo, as pompas fúnebres barrocas pretendiam, por um lado, dar expressão a um evento que sendo o destino comum se procurava tornar individual e único; por outro lado, satisfaziam o gosto da época pelo espectáculo das festividades ltuosas e apaziguavam as tensões sociais que se começavam a fazer sentir, igualando todos os homens, grandes e pequenos. (Idem, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V...”, p. 822).

³³ Pedro Cardim, “Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Fac. de Letras de Coimbra, 2001, pp. 133-174.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 135.

³⁵ Paulo Drummond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 90-91.

Por outro lado, neste contexto socio-cultural³⁶, o controlo e a manipulação da iconografia, concretizada nas várias formas de imagens simbólicas (na pintura, na gravura, na escultura e na medalhística), além de uma modalidade específica do modo barroco de ver e sentir o mundo, é também fruto da personalidade autoritária do rei e de uma forma específica de absolutismo³⁷. Trata-se de uma verdadeira “arte de massas” que, pela sua iconografia, atrai tanto o pobre como o poderoso, o instruído e o ignorante³⁸.

As rigorosas exéquias, não só na capital como no resto do país, traduziriam, assim, além da pompa pesada de negro e ouro e da importância política, social e religiosa da Monarquia Portuguesa, uma festa que serviria, não somente para ovacionar o rei defunto pela grandeza dos seus feitos, virtudes e qualidades pessoais, mas também para vangloriar os atributos do novo soberano que ascendia ao trono. Neste sentido, convinha aos panegiristas que estas virtudes e louvores fossem principalmente dirigidos a outrém, ao novo monarca que detinha o poder, através de um testemunho de continuidade³⁹. A áurea grandeza do rei deveria manter-se para além da morte, na recordação daqueles que, neste mundo, continuavam submetidos, ainda que através de outrém, à forma de poder da qual o Magnânimo fora expressão mais exemplar⁴⁰.

Alguns dos artigos que temos vindo a referir incidem ainda a sua análise sobre a linguagem simbólica barroca, estabelecendo um elo de ligação entre alguns exemplos e referências da iconografia solar de D. João V e a iconografia do Rei-Sol francês, Luís XIV⁴¹. Refira-se, a este propósito, a visão de Ana Cristina Araújo⁴², que defende que a eficácia simbólica do sol como símbolo da realeza de D. João V, isto é, como elemento constitutivo do seu discurso político, assenta na adopção mimética do modelo da monarquia absoluta do rei francês. Mais do que essa influência, este modelo expressa,

³⁶ O quadro geral da cultura e da mentalidade barrocas são especialmente tratados por José António Maravall, *A Cultura do Barroco*, Colecção Estudo Geral Instituto Superior de Novas Profissões, Lisboa, 1997. Destacamos também sobre os discursos e representações da morte barroca, Michel Vovelle, *La mort et L'Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1983.

³⁷ Rui Bebiano, “D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, vol. 8 (1986), pp. 120-121.

³⁸ É assim que “ganha sentido o gesto teatral, com a importância do visual, e a representação, modalidade artística dirigida à vista e ao ouvido”. (Idem, *ibidem*, p. 114).

³⁹ Maria Benedita Araújo, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V”..., p. 821.

⁴⁰ Segundo Rui Bebiano, o poder político supremo utilizará todo o seu corpo num espectáculo quotidiano orientado, materializando-se esta atitude em três níveis: utilização directa das grandes formas artísticas no engrandecimento de uma imagem mitificada do rei; organização dos diversos aspectos da vida da corte com vista a aureolar o poder do monarca; e celebração de manifestações nas quais o rei é o centro das atenções. (Idem, “D. João V, Rei-Sol”..., p. 120).

⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 111-121.

⁴² Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 153.

bem ao jeito da sensibilidade barroca, a tensão entre o lado profano e o lado sagrado da realeza, ou seja, a confluência entre o brilho terreno da sua presença e a luz oculta que dá sentido à inspiração divina e providencial da sua missão política⁴³.

A morte das personagens ilustres concentra, na perspectiva destes autores, as atenções e é aprovada pelo Clero, que sublinha o seu valor exemplar, enquanto que a grande força catalisadora da emotividade colectiva reside na oração fúnebre, que adquire maior importância na pedagogia da morte⁴⁴. Os epicédios, os elogios, as relações e orações fúnebres, para o caso concreto da morte de D. João V, aproximam-nos da ambiência de espectáculo principesco e popular, dando-nos uma imagem depurada e idealizada dos seus protagonistas póstumos⁴⁵.

É assim que, a partir de uma série de sermões proferidos nas igrejas portuguesas, não sobre a morte, mas sobre o caso concreto da doença de D. João V⁴⁶ (1742 a 1750), e, conseqüentemente, como primeira manifestação de receio pelo falecimento do rei, Paulo Drumond Braga analisa⁴⁷ o posicionamento da Igreja Católica face à “cura” do monarca⁴⁸. Trata-se, aqui, do levantamento de algumas questões pertinentes que o autor procura responder através de uma análise ao conteúdo dos sermões⁴⁹ e que, pela sua

⁴³ (Idem, *ibidem*, p. 154). Um estudo realizado por Maximo Garcia Fernandez sobre as exéquias da Monarquia Espanhola do Século XVIII revela, igualmente, que a morte dos monarcas e restantes membros da Família Real espanhola era organizada pelas autoridades eclesiásticas em praças e catedrais, tendo a Corporação Universitária utilizado também estes ritos e sinais externos para veicular as mensagens da coroa. (Maximo Garcia Fernandez, “El ritual, la ceremonia y la fiesta de la muert - un aspecto de la religiosidad festiva durante el siglo XVIII”..., pp. 393-411.) Salientamos, neste artigo, o facto de o autor referir que depois da morte de Fernando VI e Carlos III se ter começado a abandonar a glorificação triunfalista do monarca, para o converter em exemplo moralizante do novas virtudes “ilustradas”, verificando-se, simultaneamente, uma contenção do aparato fúnebre.

⁴⁴ Segundo Maximo Garcia Fernandez, as missas do Reino e os funerais reais significavam uma atitude de protecção divina e clarividência para a resolução dos problemas do Estado (para conseguir “el acierto en la solución de las cuestiones terrenales”); desaparecimento físico; medo para a salvação eterna da alma; sucessão hereditária; e atitude religiosa colectiva. (Idem, *ibidem*, p. 397).

⁴⁵ Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 135.

⁴⁶ A 10 de Maio de 1742, D. João V sofre uma paralisia que lhe afectou todo o lado esquerdo do corpo, a que se seguiram vários ataques epilépticos que só tiveram fim com a morte do monarca a 31 de Julho de 1750. Trata-se da primeira manifestação de receio pela morte do rei, facto que desencadeou em todo o país uma série de demonstrações de piedade pública e privada para restabelecimento do monarca, desde orações, procissões, súplicas, elegias, sonetos, odes e panegíricos, por parte das Academias literárias entre outros. (Maria Benedita Araújo, *art. cit.*, p. 796).

⁴⁷ Paulo Drumond Braga, “A Doença de D. João V como tema de Oratória Barroca: O Problema da Cura”, *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, vol. I, pp. 167-175.

⁴⁸ O autor lembra F. Lebrun, segundo o qual a Igreja post-tridentina, temendo um regresso à multidão dos Santos para-pagãos da Idade Média, sempre se preocupou em salientar o carácter meramente intercessor dos mesmos e da virgem, sendo as procissões símbolo desse mesmo cuidado. (*Ibidem*, p. 173).

⁴⁹ Paulo Drumond Braga aponta como objectivos, neste estudo, questionar: Como reagiram os povos a um acontecimento deste género? Quais os posicionamentos das diferentes correntes de opinião? Qual o retrato “oficial” do Rei doente? Quais os veículos utilizados para divulgar a “doença real”? Teria a doença régia servido a ortodoxia católica-barroca-absolutista? Neste sentido, o autor vai destacando

pertinência e metodologia utilizada, terá alguma similitude no estudo dos discursos fúnebres de D. João V que nos propomos fazer.

Na verdade, o sermão, expressão de retórica oralizada de inspiração barroca, e abundantemente impresso nos séculos XVII e XVIII⁵⁰, serve para acentuar o efeito psicológico da comoção e do deslumbramento, assumindo a morte, na arquitectura dos sentidos através da palavra alegórica e analógica, o fascínio do “belo-horrível”. E se a retórica da morte atinge o seu ponto culminante na época de D. João V, grande ressonância social de algumas cerimónias fúnebres, com uma proliferação de práticas, alcançara já enorme intensidade dramática e sobrecarga cénica na corte de D. Pedro II⁵¹.

O Tema e o seu tratamento

Após uma leitura atenta das fontes, assim como dos trabalhos e dos estudos atrás referidos, poderemos concluir, na senda, aliás, daqueles que nos antecederam, que a morte dos Grandes e as suas imponentes exéquias, sermões e elogios, ao perpetuarem na memória colectiva pela palavra e pela escrita, a imagem exemplar do soberano, hiperbolizavam virtudes, qualidades e obras magnificentes do rei morto. Utilizando uma linguagem simbólica complexa, que usa a imagem e a analogia e valoriza o excesso retórico, este cerimonial recapitulava velhos mitos e sinais de grandeza do passado, potencializava a celebração da memória individual e exprimia a sensibilidade colectiva.

passagens dos sermões que referem a Imaculada Conceição como a que curou o Rei de Portugal; os autores que defendem o papel da N. S. das Necessidades; e elabora um quadro dos aspectos comuns relativamente à imagem retratada do rei. (Idem, *ibidem*, p. 167).

⁵⁰ No breve inventário de Figanière na *Bibliographia Historica Portugueza*, 1850, aparecem cerca de 82 títulos de 1720 a 1750. Aumento bastante significativo, já que com publicação anterior, isto é, de 1690 a 1720, apenas aparecem 4 títulos.

⁵¹ Na tentativa de integrar, num todo, as manifestações produzidas nas exéquias régias, não de D. João V, mas da corte de D. Pedro II, para se perceber o peso e a amplitude do fenómeno propagandístico entre a morte e o poder, de 1649 a 1709, encontramos o estudo de Euclides Dos Santos Griné, *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, [Dissertação de Mestrado em História Moderna]. Este autor apresenta-nos um inventário de representações dos Braganças para reconstituir a leitura dessas imagens, tal como elas foram apresentadas no seu tempo, retratadas e projectadas pelos diversos meios de comunicação, persuasão e propaganda. É feita, de igual forma, uma análise à imagem de D. Afonso VI comparativamente com a de D. João IV e a de D. Pedro II; à imagem de D. Maria Francisca com a de D. Maria Sofia, e à imagem de um rei com a de um príncipe, em contexto metropolitano (Corte e província), ultramarino e estrangeiro. Trata-se, pois, de um trabalho que, quer pelo seu próprio título / tema, quer pela sua própria perspectiva de análise dos mecanismos de reprodução de liturgias, de símbolos e rituais, no que concerne ao cerimonial e vivência da morte, poderá ter alguma continuidade com o nosso estudo, relativo à morte de D. João V.

Verificámos, no entanto, que as análises, atrás mencionadas, apesar de, na sua grande maioria, se servirem de discursos e relações fúnebres produzidas aquando do falecimento do Magnânimo, exploram a morte do rei tendo em conta, essencialmente, aspectos relacionados com a iconografia, a iconologia, a simbologia e a tumulária presentes nas cerimónias lutuosas. Tanto quanto a nossa investigação permite afirmar, não encontrámos nenhuma investigação que contemplasse o estudo completo dos discursos fúnebres em homenagem a D. João V e que procurasse fornecer uma aproximação às modalidades exegéticas da figura régia após 1750. O mesmo é dizer que não vislumbrámos nenhum estudo específico sobre os impressos fúnebres que tivesse como tema de abordagem, especificamente, *A Imagem Real através dos discursos fúnebres de D. João V*, o assunto que procuraremos desenvolver na presente dissertação.

Antes, porém, começaremos por apresentar uma contextualização geral do reinado joanino, sistematizando os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais no sentido de estabelecer um enquadramento e um contraponto histórico e crítico relativamente a significativos silêncios e intencionais empolamentos do governo do rei presentes neste discurso encomiástico, motivado pelo seu falecimento.

Partiremos, de seguida, para uma síntese/descrição dos momentos imediatos ao falecimento de D. João V. Tratam-se das primeiras manifestações públicas de homenagem ao monarca defunto que se enquadram no *Ritual da morte* (morte, embalsamento e cortejo fúnebre), e que dão origem a uma proliferação de exéquias e elogios fúnebres no interior e no exterior do reino. Poderes religiosos e seculares mostravam, deste modo, a sua honorabilidade e autoridade através de códigos de etiqueta e de probidade, que nós tentaremos aqui reconstruir.

No terceiro ponto, aquele que constitui o tema central do nosso trabalho, contemplaremos a cerimónia da pregação motivada pelo falecimento do monarca e que ocorre maioritariamente nos tempos religiosos. Apresentaremos, por isso, um inventário⁵² e uma distribuição geográfica das exéquias do Magnânimo, realizadas dentro e fora do país, uma vez que interessa para o nosso estudo a contextualização espaço-temporal do discurso, da oração, da relação e do sermão proferido(a). Este tipo de cartografia parece-nos pertinente uma vez que não temos conhecimento de um

⁵² Este inventário tem como fontes de recolha de informações a *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidade, e villas do reino de Portugal dedicarão á saudosa memoria do seu fidelissimo monarcha D. João V*, Madrid: En la Imp. De Antonio Parez de Soto, 1752, 74 p.; e *Memoria das exequias solemnes, que até o presente se tem celebrado nesta corte, e mais partes do reino pela alma do fidelissimo senhor D. João V*, [Lisboa?], s. d..

levantamento ou publicação relativas ao momento específico da morte de D. João V e dos seus funerais⁵³. Refira-se ainda que para se apreender o alcance proselitista do sermão, e conseqüente carácter influenciador em virtude do poder da instituição eclesiástica na sociedade do Antigo Regime, organizámos uma ficha de leitura destinada a tirar partido de todo este *corpus* textual. Quem (emissor), diz o quê (mensagem), a quem (receptor), por meio de que canais e códigos, em que cenários, com que intenções e com que efeitos, são as perguntas que constituem a chave de orientação da pesquisa e modelam a ordenação metodológica e conceptual do nosso trabalho⁵⁴. Na elaboração da base de dados que nos serviu de suporte de trabalho, tivemos em atenção as informações contidas nas fontes⁵⁵, nomeadamente o facto de os panegíricos apresentarem título⁵⁶, a quem são dedicados, a identificação do autor, o local e a data de enunciação ou pregação, e o local, a oficina e o ano de publicação.

Importa destacar que a expansão destes discursos como texto impresso se, por um lado, nos permite inferir da importância do assunto e do interesse despertado, por outro lado, como arte de narração sobre um passado e de persuasão do auditório, assume, como é óbvio, uma outra via de influência e de elaboração da *Imagem Real*. Já não é o ouvinte, mas o leitor que se visa. Transpõe o interior do templo ou o recinto da praça onde foi escutado para circular numa área topográfica mais extensa e diversificada. Chega ao culto e ao simples curioso, eclesiástico, leigo, nobre, burguês, letrado. Por tudo isto, quando propomos um estudo desta natureza, pensamos na sua actualidade temática, nomeadamente da propaganda política através do discurso. O documento é algo que fica, que dura e o testemunho e o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias⁵⁷.

⁵³ Não será deslocado referir aqui que as cerimónias lútuosas em honra do Rei se iniciaram a 1 de Agosto de 1750 e só terminaram em Goa, a 14 de Novembro de 1751.

⁵⁴ Segundo Michel Foucault, o homem, ao longo dos tempos, pôde fazer entrar o mundo na soberania de um discurso que possui o poder de representar a sua própria representação. Assim, a grande camada indefinida e contínua imprime-se em caracteres distintos, em marcas de identificação e, por consequência, em palavras. A cadeia dos seres torna-se discurso, ligando-se deste modo à natureza humana e à série de representações. (Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, 1988, p. 349).

⁵⁵ Ver o levantamento de fontes impressas relativas ao momento pós-morte de D. João V, em anexo.

⁵⁶ Facto que nos remete para o género de discurso.

⁵⁷ Nesta perspectiva, partilhamos da opinião de Jacques Le Goff, segundo a qual, “não existe documento-verdade, cabendo ao historiador não fazer papel de ingénuo”. Com efeito, e segundo o mesmo historiador, o autor do documento não é inócuo, é antes de mais o resultado de uma montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, talvez esquecido, durante as quais

Nesta óptica, as prédicas fúnebres que constituem o nosso *corpus* de análise são recebidos como documentos. Eles reflectem nitidamente, além de uma “biografia” do rei, as preocupações decorrentes da situação concreta da sua morte, registam inquietações, veiculam ideários políticos, exprimem desânimos e euforias. Concebidos dentro de uma mundividência barroca, estes textos são ainda documentos pelos factos transmitidos na teia de uma argumentação onde se articulam como elementos de prova daquilo de que se pretende induzir aos ouvintes. Neste sentido, e ainda neste ponto do trabalho, procuramos saber como foi proferido o discurso fúnebre em meados do século XVIII. Que concepção de morte e de vida estão aí subjacentes?

O ponto quatro polariza-se em torno da literatura lúgubre emergente que concorre para a construção da imagem virtuosa do Rei, arquétipo de Sol da Justiça, Pai da Pátria. Esta propaganda fúnebre parece visar a conservação dos “bons costumes” nacionais, centrada no Príncipe e na obediência, na correcção e no respeito. As perguntas que aqui procuraremos dar resposta são, basicamente, as seguintes: Que imagem póstuma do Rei nos é transmitida? Quais são as virtudes e as acções régias mais valorizadas? Que realidade criada pelo discurso da morte? Que biografia(s) do Rei se recupera(m)? Que noção de herói? Há reflexo dos discursos sobre a guerra e a paz? Que proliferação de mensagens se pretendem transmitir? Reflectem elas o contexto socio-cultural da época?

Finalmente, no quinto ponto, incidiremos a nossa análise no modo como esta compilação de textos permite reforçar o carisma e a sacralidade da personalidade régia, recorrendo a um aproveitamento simbólico de traços biográficos e propriedades físicas e psíquicas do protagonista. Que “símbolos” e “sinais” relativos ao soberano são esses? O dia e a hora da morte do soberano são aspectos destacados e empolados. Que panegiristas são autores destes ênfases e que intencionalidades os movem? Procuraremos abordar os subterfúgios linguísticos que parecem constituir um processo de transformação da imagem do rei em figura mítica e sacralizada, imagem forjada como matriz da memória do reino e entroncada numa linha de valorização do passado. Se a história é vista como “testemunho do tempo, luz da verdade, via da memória, mestre da vida e mensageira da Antiguidade”⁵⁸, com que intenção se valoriza o passado? Se a morte é perspectivada enquanto momento gerador da imagem pública do

continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (Jacques Le Goff, “Documento/monumento”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. I - Memória - História, IN CM, 1997, pp. 95-106).

⁵⁸ Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 156.

monarca, como um tempo de pedagogia política e de moldagem da imaginação colectiva, que analogias com outros governantes? Que expectativas se projectavam para o futuro? Que imagens se efabulam do rei sucessor?

Relembremos, além do mais, que o discurso encomiástico ou laudatório, persuasivo e florido, constituiu uma das formas mais recorrentes para as exigências e as necessidades apologéticas dos poderes dominantes⁵⁹. Ou nas palavras de Michel Foucault⁶⁰, em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjuram os seus poderes e perigos.

Em síntese, o nosso objectivo principal é o de analisar o conjunto das produções discursivas aquando da morte do rei, procurando interceptar as imagens na sua repetição ou singularidade em função da sua especificidade, de um meio e da capacidade perceptiva do público⁶¹. Procuraremos, assim, integrar os discursos produzidos nas exéquias régias num todo que faça emergir, de igual forma, o peso e a amplitude do fenómeno propagandístico do poder, na circunstância. Neste sentido, a conjuntura político-social-religiosa do momento ou da manipulação ostensiva do poder torna-se como referimos atrás, o primeiro alvo deste estudo ainda que ao nível de mera contextualização. Começemos então por procurar saber como é que a cultura do tempo influenciava na escolha dos meios e na definição de objectivos em função da adequação aos públicos.

⁵⁹ A produção deste género de discursos insere-se no contexto artístico e literário do barroco. Emerge daqui a necessidade de apontarmos as características comuns da Oratória e Sermonário barrocos. Para isso recorreremos a alguns estudos já realizados, ainda que para o final do século XVII, como são os casos de Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989; Maria Lourdes Belchior Pontes, *Frei António das Chagas - Um homem e um estilo do séc. XVII*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1953; e João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668 - A revolta e a mentalidade*, Porto, 1983.

⁶⁰ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*, Relógio D' Água, 1997.

⁶¹ Pela natureza dos discursos fúnebres, privilegiar-se-á, para a maioria dos documentos, um tratamento qualitativo que incidirá sobre o estudo dos factos e assuntos relativos ao rei e à nação, durante o reinado de D. João V.

1. O tempo de D. João V – Contextualização geral

Numa altura em que na Europa se assiste à disputa pela hegemonia cultural e política entre França e Inglaterra, a partir dos finais do século XVII e inícios do século XVIII⁶², Portugal adopta uma linha estratégica que consiste, essencialmente, na consolidação da independência, alicerçada na recuperação do poder ultramarino, no empenho de requalificação da imagem positiva do passado, e na conseqüente paridade face às restantes coroas europeias, traduzidos num reforçado investimento diplomático, especialmente com a Santa Sé⁶³.

De facto, com a subida ao trono de D. João V (1707), e durante o seu reinado, a intervenção portuguesa, relativamente aos conflitos bélicos em que participam as suas congéneres europeias, é caracterizada por um certo distanciamento perante os grandes palcos de decisão, uma vez que a Guerra da Sucessão em Espanha (1702-1713) e o combate na luta contra os turcos (1716 e 1717) – este em resposta a solicitação papal perante a ameaça da Cristandade na ilha de *Corfú* – tinham sido as suas únicas interferências. Este afastamento proporciona um longo período de tranquilidade bélica e coincide com o aumento de receitas provenientes da exploração aurífera brasileira, que permite criar condições para que na corte lusitana se imitem e recriem os modelos culturais barrocos, predominantemente franceses, que entretanto tinham entrado em declínio nos principais países europeus.

Ainda que o desafogo económico resultante das receitas do ouro e dos diamantes brasileiros tenha permitido fomentar o mecenato régio e as obras públicas, o abandono das actividades produtivas contribuiu para o colapso do sector manufactureiro. Na verdade, apesar de este sector ter verificado um surto, através dos estímulos à produção

⁶² Durante o período de 1680-1780, a civilização do escrito difundiu-se e o francês substituiu o latim como língua de comunicação. Acontece, contudo, que a expansão intelectual que ocorre em França já não corresponde ao período em que é a potência dominante na Europa. Com efeito, a partir do tratado de Utreque (1713) verifica-se uma autonomia do predomínio cultural face ao predomínio político, ou seja, enquanto a Inglaterra suplanta a França como potência política dominante, a influência cultural gaulesa perdurará, como é exemplo o resultado do tratado de Rastadt (1714) que consagra o francês como língua diplomática para dois séculos. (Gérard Soulier, *A Europa – História, civilização, instituições*, Instituto Piaget, 1997, p. 122).

⁶³ Vejam-se: José Pedro Paiva, “A Igreja e o Poder – De 1670 até à expulsão da Companhia de Jesus”, *História Religiosa de Portugal – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica*, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, pp. 163-171; Avelino de Freitas de Meneses, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 148-191.

da vinha, azeite, lã e salicultura, a instabilidade do sistema político acentuava-se no final do reinado do Magnânimo. É que, além da crise política – com a doença (1742) cada vez mais grave do rei –, e da crise social – com a nobreza ultramarina exorbitando dos seus poderes –, registava-se uma crise financeira, com o decréscimo da extracção metalífera. Por outro lado, enquanto que na Europa do Norte, os benefícios da expansão ultramarina tinham servido para investir em “práticas do capitalismo”⁶⁴, no reino português favoreciam maioritariamente comportamentos sociais que resistem à inovação: os nobres, perante a depreciação da riqueza imobiliária, buscam amparo na Corte, e a abundância dos bens da Igreja, cerca de um terço da superfície arável do país, funcionava como fonte de estagnação agrícola pelo facto de a força económica eclesiástica constituir um bloqueio à inovação⁶⁵.

Tendo como apoio político, até 1736, o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real – considerado um homem de talento, de grande experiência, muito trabalhador, e com uma memória surpreendente mas mero executor da vontade régia⁶⁶ –, D. João V criou, após a morte deste, três secretarias de Estado⁶⁷, passando a contar com a colaboração especial do cardeal Mota (1736-1747)⁶⁸ – “huma especie de primeiro Ministro” –, porém conservando para si o poder de decisão e de autoridade. Lembre-se que, durante o seu governo, as Cortes não mais voltaram a ser convocadas⁶⁹, e mesmo nos anos finais do seu reinado, já depois de ter ficado combalido dos ataques de 1742, não aceitava com facilidade a transferência para outrem das principais responsabilidades de governação. Por outro lado, o critério de selecção adoptado para a escolha dos seus colaboradores rompera com a prática do reinado anterior, na medida

⁶⁴ Avelino de Freitas de Meneses, “A Contextura Económica”, *Nova História de Portugal...*, pp. 213-225.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 219. Segundo Maria Helena Carvalho dos Santos, “um Portugal mais antigo, de classes terratenentes, aliava-se e apoiava-se na novidade da contra-reforma, para impedir a ameaça de outras estruturas, comerciais, financeiras, sociais, culturais e políticas”. (Maria Helena Carvalho dos Santos, “O Século XVIII e o Absolutismo Português”..., p. 58).

⁶⁶ “Descrição da Cidade de Lisboa”, 1730, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, (Trad., pref. e notas de Castelo Branco Chaves), Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, 2ª Edição, Lisboa, 1989, p. 68.

⁶⁷ Reino, Negócios Estrangeiros e Guerra; Marinha; e Ultramar.

⁶⁸ Das figuras escolhidas para conselheiros e executantes destacam-se ainda os casos do P.^o Carbone, Fr, Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão. Depois de terem sido designadas, tais individualidades eram praticamente inamovíveis. Refiram-se os casos de Diogo Mendonça Corte Real e do cardeal Mota que exerceram as suas funções até à sua morte, respectivamente, 1736, 1747; e do Secretário particular do rei, Alexandre de Gusmão, que ocupou o cargo de 1730 a 1750, saindo, inevitavelmente, com a morte do próprio monarca. (José Guilherme Reis Leite, “A Conjuntura Política Interna”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, pp. 201-202).

⁶⁹ Os benefícios financeiros e políticos do ouro brasileiro libertaram o rei de recorrer aos povos para lhe votarem subsídios. (Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V”, *Páginas Dispersas - Estudos de História Moderna de Portugal*, I. H. E. S., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pág. 183).

em que afastava dos cargos mais elevados da governação a alta nobreza e designava figuras com pouca projecção na hierarquia social ou até de “baixa extracção”, parecendo atender aos méritos pessoais dos eleitos⁷⁰.

A estratégica política de reforço do poder da coroa, a nível interno, tinha como objectivos a redução do peso político nobiliárquico e a sua submissão ao absolutismo joanino⁷¹; bem como o regalismo régio⁷² e a cada vez maior dependência do Clero face à intervenção do monarca – concretizada, entre outros, na fundação da Patriarcal, na defesa do Padroado do Oriente, no direito de apresentar bispos, na limitação do poder dos núncios e na imposição do beneplácito régio.

Embora atribua numerosos privilégios, liberalidades, fundações e concessões régias à estrutura eclesiástica, assiste-se a um conjunto de acções políticas – desde medidas para reprimir abusos e fazer respeitar a disciplina conventual; à imposição do subsídio para as despesas da guerra (1708) e do tributo em prol da construção do aqueduto das Águas Livres (1730) –, que não permitia privilégios que se sobrepussem à função real e obrigava todos à submissão dos interesses do Estado e à vontade régia, fazendo conciliar exaltação e defesa da fé com o regalismo régio. Ainda assim, esta prática absolutista não é sinónima de uma imagem de rei inacessível, que não se mostrava aos seus dependentes. Pelo contrário, vários são os testemunhos que reforçam a faceta de “rei paternalista”. Nomeadamente, os auxílios concedidos aos habitantes de Lisboa aquando da epidemia de febre-amarela (1723) e aos lavradores do Alentejo durante a seca de 1734-1735, assim como a concessão de audiências três vezes por semana a todos os súbditos, qualquer que fosse a sua condição social – “não sendo excluídos desta prerrogativa nem os escravos negros nem as negras escravas”⁷³.

O luxo, o fausto e a ornamentação tinham constituído os grandes símbolos da construção da imagem magnificente, poderosa e divinizada, das monarquias europeias,

⁷⁰ José Guilherme Reis Leite, “A Conjuntura Política Interna”, *Nova História de Portugal...*, pp. 200-210.

⁷¹ Os condicionalismos internos e externos dos três primeiros reinados da dinastia de Bragança proporcionaram aos nobres funções e situações de relevo na vida política e social do País. Ora, a perda de cargos militares com o fim da guerra da Sucessão de Espanha e a valorização honorífica, social e económica do Clero fizeram gerar uma onda de descontentamentos no seio dos nobres, tendo verificado mesmo alguns casos de indisciplina e desrespeito da autoridade régia, como foram os episódios que originaram a prisão dos condes do Prado (1717) e do Rio Grande (1723), ou mesmo o desterro da corte de cerca de trinta nobres (1725). (Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V”..., pp. 188-189).

⁷² Segundo Maria Paula Marçal Lourenço, este Regalismo político foi passível porque foi de encontro a interesses de sectores influentes da sociedade portuguesa (hierarquia eclesiástica), que viam na fidelidade ao monarca a possibilidade de perpetuar o poder de uma elite aristocrática-eclesiástica. (Idem, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, p. 27).

⁷³ “Descrição da Cidade de Lisboa”, 1730, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros...*, p. 69.

em especial da de D. Luís XIV, pelo que a tentativa de reprodução dos cerimoniais gauleses, isto é, uma política de glorificação pessoal e do Estado, passa a ser uma das prioridades governativas do Magnânimo português.

O atraso com que iam aparecendo as novidades além-Pirinéus e o próprio temperamento do Magnânimo, marcado pela paixão luxuosa e gosto pelo exagero, terão motivado uma tardia afirmação do barroco.⁷⁴ Por outro lado, a cultura e a mentalidade do Portugal de Setecentos, apoiados na riqueza das tradições antigas, encontravam-se imbuídas, ainda, de certo cunho de medievalidade, de superstição e de saudosismo, conforme a sociedade assimilara, interpretara e conservara a herança do passado⁷⁵.

Enquanto isto, e inerente ao movimento das “luzes” – de conquista da liberdade intelectual e moral, ao espírito de progresso e de inovação –, vai-se assistindo, no resto da Europa, à difusão do fenómeno académico através da criação de novas redes de sociabilidade (Academias, fenómeno maçónico); proliferação de livros e gazetas como canais de divulgação dos novos conhecimentos; multiplicação de bibliotecas, laboratórios, observatórios, locais de experimentação; constituição de sociedades científicas –, que contribuem para a prática de concursos e de correspondências, para a elaboração do “mercado comum de conhecimentos” e de intercâmbio das ideias.

Nas universidades portuguesas (Coimbra e Évora), contudo, embora se registre um aumento dos alunos inscritos entre 1700 e 1750, não se verificam modificações importantes nas matérias leccionadas. O interesse pelas línguas antigas, que não o latim, pela matemática ou pela anatomia⁷⁶ perdera-se ou ignorava-se, mantendo-se o ensino mais fiel à ciência livresca que à ciência experimental. Aprender significava operar mentalmente com o retido na memória, apesar de se introduzirem, nas primeiras décadas de setecentos, novos métodos e novas áreas de estudo⁷⁷. Sublinhe-se que a rápida difusão do ensino da Congregação de S. Filipe Néri acentuou, durante o reinado do Magnânimo, o clima de rivalidade entre jesuítas e oratorianos pela disputa do

⁷⁴ Rui Bebião, “D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias...*, vol. 8, 1986, pp. 16-17.

⁷⁵ Maria Benedita A. de Almeida Araújo, “Religião e Superstição na Sociedade Portuguesa do Tempo de D. João V”, *Congresso Internacional: Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, Lisboa, 1991, pp. 193-194.

⁷⁶ Em 1739, o reitor da Universidade de Coimbra chama a atenção para a inexistência de práticas anatómicas na sua escola e recomenda ao novo lente de Anatomia que siga os autores modernos que lhe melhor lhe parecerem, ainda que as verdades sejam contrárias às de Galeno, a que os Estatutos de 1653 obrigava. (António Camões Gouveia, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)...*, p. 375).

⁷⁷ No que diz respeito à ruptura com o sistema de ensino vigente, merecem atenção os textos de Martinho de Mendonça, *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre (1734)*, e o *Verdadeiro Método de Estudar*, (1746) de Luís António Verney. (António Camões Gouveia, *ibidem*, p. 377).

monopólio da educação⁷⁸, pela tutela na formação dos quadros superiores da monarquia e pela gestão do favor régio⁷⁹. Ainda assim, sob baluartes jesuíticos⁸⁰, pouco abertos às novas tendências culturais e pedagógicas que então se difundiam por toda a Europa culta – as quais encontram outro tipo de receptividade por parte dos oratorianos⁸¹ –, no ensino universitário, estudam-se maioritariamente as Humanidades com base nas aprendizagens e nos métodos escolásticos, continuando a formação preponderante de canonistas, seguida por letrados, médicos e teólogos⁸².

Enquanto a França criava condições para que os intelectuais, a partir dos meados do século XVIII, travassem uma batalha dupla, simultaneamente filosófica e política – os Enciclopedistas⁸³ abordam a questão do trabalho e da liberdade feminina; do direito natural e o apelo às reformas; criam a imagem do bom selvagem que pode levar a uma sensibilização do problema da escravatura; imaginam os homens “desiguais”, mas

⁷⁸ Importa referir as polémicas no que diz respeito à perda da exclusividade da validade e suficiência dos exames no acesso à Universidade por parte da Companhia de Jesus, como consequência da protecção e benevolência joanina à Congregação de S. Filipe Neri. Os oratoriadores conseguiram que os exames realizados na Casa do Espírito Santo (Lisboa) fossem considerados válidos para a matrícula na Universidade de Coimbra (1716), evitando que os seus alunos tivessem que prestar provas no colégio jesuíta de Santo Antão em Coimbra. (Isabel M.R. Mendes Drummond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal...*, pp. 523-524).

⁷⁹ Francisco Contente Domingues, *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri História, 1994, pp. 30-31. Sobre os confesores jesuítas e oratorianos na corte de D. João V e na Casa da Rainha, veja-se Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754) Poderes, Instituições e Relações Sociais*, [Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 1999, vol. I, pp. 539-542.

⁸⁰ Refira-se que os Jesuítas, espalhados pelas duas universidades (Évora e Coimbra), por 20 colégios, 4 seminários, dirigiam a educação das elites nacionais, quer através das universidades quer através de colégios de ensino médio e superior. (Paulo Drummond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal...*, p. 101).

⁸¹ A física de Newton foi introduzida no colégio das Necessidades, ao mesmo tempo que autores como João Baptista, Luís António Verney e Teodoro de Almeida foram receptivos ao cartesianismo – o que permite aos oratorianos reivindicar a preponderância na recepção e divulgação da filosofia experimental, particularmente com o magistério de João Baptista, professor de filosofia. (Isabel M.R. Mendes Drummond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal...*, p. 524). Cfr., também, Francisco Contente Domingues, “Um Projecto Enciclopédico e Pedagógico: a *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida”, *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, 1988, p. 240.

⁸² O predomínio dos canonistas não pode, aliás, ser desligado do peso das questões disciplinares na Igreja após Trento, ligadas à moral e ao direito (Isabel M.R. Mendes Drummond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História...*, pp. 524-531).

⁸³ Dirigida inicialmente por d’Alembert e Diderot, depois, após o tomo VII, só por Diderot, a *Encyclopédie* apresenta-se simultaneamente como um catálogo dos saberes do tempo, um inventário do conhecido, um “monumento dos progressos do espírito humano”, e uma máquina e guerra do “partido filosófico” contra a ignorância e superstição; tendo sido publicados dezassete tomos entre 1751 e 1766 e reunido a maior parte dos escritores, filósofos e sábios da época como seus colaboradores: Holbach, Helvétius, Grimm, Buffon, Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Quesnay, Turgot... Colocando o ser humano no centro das suas análises, constituindo a humanidade o objecto que dá sentido ao mundo e o fim último do conhecimento, os Enciclopedistas marcam o verdadeiro nascimento das Ciências Humanas. (Jean-Pierre Simon, *História da Sociologia*, Rés-Editora, Porto, pp. 110-113).



escrevem-lhe a Carta dos Direitos –, Portugal debatia-se com uma incipiente luta contra o fanatismo e a intolerância religiosa⁸⁴.

Só muito lentamente as Luzes iam iluminando o país⁸⁵, não obstante o próprio rei ter manifestado um significativo interesse e investimento no progresso técnico e na renovação cultural. Na verdade, a faceta mecenática de D. João V proporcionara a intensificação de contactos com o estrangeiro através do envio de “Bolsseiros” para os grandes centros culturais europeus (França, Itália e Inglaterra), a fim de se aperfeiçoarem no domínio das artes. Do mesmo modo, a requisição de estrangeiros para leccionação de novas áreas disciplinares e métodos de ensino⁸⁶ e trabalharem em projectos nacionais, a discussão de novas ideias proporcionada pelo surgimento e desenvolvimento de academias⁸⁷, assim como a importação de materiais e instrumentos necessários a estudos e observações científicas, favoreciam – ainda que em menor escala do que principais estados europeus – a modernização do pensamento científico em Portugal – destacando-se as acções do jesuíta António Cordeiro⁸⁸ e do oratoriano Teodoro de Almeida⁸⁹.

Beneficiando de uma instrumentalização política dos recursos e meios da cultura barroca – *a percepção visual e a teatralidade* –, a construção da imagem pública da realeza de D. João V fomenta a exaltação da monarquia e a definição da ordem

⁸⁴ Maria Helena Carvalho dos Santos, “O Século XVIII e o Absolutismo Português”, *Congresso Internacional: Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa...*, p. 63.

⁸⁵ Ao estabelecer datas como símbolos, ainda que incipientes, de uma demonstração de participação do reino português no movimento das Luzes, Maria Helena Santos sugere: 1739, com a primeira tradução da *História de Carlos XII*; 1721, com os Estatutos da Academia Real da História Portuguesa; 1725, data em que Luís Baden publicava, em Lisboa, uma *Notícia da Academia ou Curso de Filosofia Experimental...*; ou 1746, com a edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney. Ainda assim, tratam-se datas precursoras que não vivem um tempo “puro” de Iluminismo, uma vez que convivem com os Autos de fé, com a censura e com o monarca de direito divino. (Idem, *ibidem*, p. 67).

⁸⁶ Refira-se no campo da Matemática e da Astronomia, a vinda de dois jesuítas italianos, Giovanni Battista Carbone e Domenico Capassi. (Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal...*, p. 561).

⁸⁷ De referir, as reuniões – designadas por *Conferências Eruditas* – efectuadas em casa do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, durante um período que, com intermitências, parece ter ido de 1696 a 1720. Segundo Jacinto Prado Coelho, é no decorrer destas conferências realizadas entre 1717-1720 que poderemos encontrar a primeira manifestação, ainda que tímida, de uma tendência para a renovação cultural da época, uma vez que certos dos seus componentes se voltaram para os problemas de carácter filosófico, científico e histórico. Foi com um núcleo dos seus sócios que foi instituída, em 1720 (Dec. de D. João V, de 8 de Dezembro), a primeira das academias: a Academia Real da História. (Jacinto Prado Coelho, *Dicionário de Literatura*, 4ª Edição, Porto, 1992, vol. I, pp. 195-196).

⁸⁸ Influenciado por Descartes e Gassendi. (Idem, *ibidem*, p. 563).

⁸⁹ Apoiando-se em experiências realizadas no Gabinete de Física Experimental oferecido por D. João V, Teodoro de Almeida foi autor da *Recreação Filosófica*, obra publicada entre 1751 e 1800 em 10 volumes, os quais parecem ter feito parte de um projecto de enciclopedismo português pelo esforço na divulgação de estudos até então inéditos, nomeadamente a filosofia moderna. (Francisco Contento Domingues, *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida...*, pp. 45-74).

pública⁹⁰ – sobressaindo o palácio-convento de Maфра como “verdadeira ilustração visual e fundamentação ideológica do Estado”⁹¹. Recorrendo a artifícios cénicos, a elementos decorativos profusos e exuberantes, o programa estético e simbólico barroco tem como objectivo não só a fabricação da imagem e da autoridade monárquicas mas também o controlo e mobilização social, destinados a encobrir uma realidade⁹² e a transmitir aos súbditos uma visão de sumptuosidade e poderio que contribuísse para obnubilar contradições e conflitos sociais⁹³.

Com efeito, na sociedade do Antigo Regime existiam divergências e críticas que a fachada de serenidade e harmonia pretendia encobrir e constituíam “como que um contraponto aos progressos do absolutismo”⁹⁴. O cerimonial, a liturgia cristã e as várias manifestações artísticas – enquanto instrumentos simbólicos na criação de uma imagem esplendorosa do soberano e da sua corte –, disfarçavam as imperfeições de uma estrutura administrativa, obscureciam oposições, resistências e conflitos sociais que iam surgindo no reino, “susitando em torno da *Imagem Real* a espontânea adesão colectiva, transformando-a em símbolo unitário do Reino”⁹⁵.

Numa sociedade onde a grande força de coesão nacional radicava na religião, este sentimento de congregação em torno da figura régia tinha o seu fundamento no aparato eclesiástico, convertido nas magníficas igrejas, na opulência dos paramentos e dos objectos de culto, nos desfiles da Patriarcal e nas procissões rigorosamente ordenadas. Nesta situação particular, assume especial destaque a procissão do Corpo de

⁹⁰ Rui Bebiano, *D. João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, 1987.

⁹¹ António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O real edificio de Maфра*, Coimbra, 1992, p. 220.

⁹² Refira-se que na época joanina, segundo investigações de Luís Ferrand de Almeida, tiveram lugar no interior do reino vários conflitos sociais, nomeadamente: motins de fome (Abrantes, 1708; Lisboa, 1709-1710; Viseu, 1710), greves de protesto contra a taxaço de preços e salários fixados pelas câmaras (de padeiras de Coimbra; de barqueiros, padeiras e carpinteiros de Lisboa, 1718; de pescadores de Ovar; de varredores de lixo da Lisboa, 1737), greves por atraso no pagamento de salários a calceteiros (da Lousã, 1731), a pedreiros do convento de Maфра (1732), e a cocheiros e criados do Paço (1732); movimentos de camponeses contra os abusos e extorsões de senhores e rendeiros (Alcanena, 1710; Alenquer, 1721 e Coimbra, 1723); movimento a favor da sesta na capital (1723); protesto de rendeiras minhotas contra a proibição do uso das rendas (1749); princípio de motim devido à falta de lenha e mato miúdo em Lisboa, (1750). (Luís Ferrand de Almeida, “Motins populares no tempo de D. João V. Breves Notas e Alguns Documentos”, *Revista de História das Ideias*, n.º 6, 1984, pp. 321-335).

⁹³ No plano europeu do século XVIII, verifica-se uma crescente contestação anti-senhorial nos meios populares e que reflecte nos numerosos casos de recusa de pagamento de direitos senhoriais, tentativas de fuga ao dízimo; querelas sobre o compáscuo e outros usos comunitários; protestos contra a usupação de baldioas por poderosos que o transformavam em domínio privado. (Luís Ferrand de Almeida, “Motins populares...”, p. 321).

⁹⁴ António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder...*, pp. 49-50.

⁹⁵ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754) Poderes, Instituições e Relações Sociais...*, vol. I, pp. 412-416.

Deus – “*a mais sumptuosa de todo o mundo cristão*”⁹⁶ –, uma vez que conta com a participação não só de todas as ordens religiosas de Lisboa, como também de todas as ordens de cavalaria, de todos os tribunais superiores e inferiores e da própria corte, aparecendo o rei nas varas do pátio com trajos riquíssimos. A assistência a actos sacros, como procissões, missas, autos-de-fé, eram ocasiões para o rei se mostrar e ser visto, o que possibilita a divulgação de certos comportamentos e modas – “É como poder católico que a monarquia se mostra a uma comunidade marcada vivencialmente por padrões eclesiásticos de sociabilidade e que espera que o rei exerça a sua autoridade como o primeiro e mais piedoso dos cristãos”⁹⁷.

Nestas circunstâncias, a imagem real que se reforça e se amplia na discursividade emergente é a do rei/pai, garante da justiça, da paz e da catolicidade, não lhe competindo o papel de transformar a sociedade, mas antes “o de a conservar, constituindo-se apenas como árbitro dos conflitos sociais e garante dos equilíbrios estabelecidos”⁹⁸. Trata-se de uma gradativa elevação do soberano e das prerrogativas régias no seio da estrutura social. Esta exaltação, denominada por “absolutização progressiva”⁹⁹, embora não alcance posição dominante ao nível da teoria política ou do direito até meados do século XVIII, por não conseguir vencer as resistências corporativas e institucionais, encontra concretizações no plano prático¹⁰⁰ e abre caminho à sacralização do poder absoluto de D. José I¹⁰¹.

Inseridos no *carácter prático do Poder Absoluto do Portugal joanino*, a festa e o espectáculo barrocos constituíam, portanto, dois mecanismos propagandísticos e de

⁹⁶ A imagem de S. João abre a procissão à terceira hora da manhã e vem montada num cavalo branco que unicamente é utilizado nestas ocasiões. Precedem-no timbaleiros, trombetas e os corneteiros de caça da corte que o rei mandou vir da Alemanha. Todos vão magnificamente uniformizados e os cavalos são das cavaliças reais e vão ricamente ajaezados... As ruas estão muito limpas e é então que dá prazer passear pela cidade. As casas estão, de alto a baixo, colgadas de tapeçarias e colchas de seda. (Charles Frédéric de Merveilleux, “Memórias Instrutivas sobre Portugal – 1723-1726”, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros...*, pp. 222-223).

⁹⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal...*, p. 416.

⁹⁸ António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra, 1994, pp. 488-489.

⁹⁹ Expressão que é complementada por Maria Paula Lourenço como “Absolutização progressiva das prerrogativas régias”. (Idem, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal...*, p. 28).

¹⁰⁰ Segundo Luís Ferrand de Almeida, o absolutismo de D. João V foi de carácter prático, sem preocupação de construir uma doutrina que servisse de fundamento e justificação das práticas governativas. (Idem, “O absolutismo de D. João V...”, p. 184). Maria Paula Lourenço perspectiva o “carácter prático do Poder Absoluto no Portugal” joanino em duas vertentes: a prática governativa, cuja intenção visa disciplinar o estado nobiliárquico e tomar medidas face a qualquer poder, incluindo o eclesiástico, que ponham em causa a preeminência das prerrogativas régias; e a prática cerimonial e simbólica expressão num quotidiano cortesão progressivamente ritualizado. (Idem, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal...*, p. 29).

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 28-29.

ritualização simbólica da Monarquia Absoluta, sendo expressos, de igual forma, nas celebrações da família real, nomeadamente, em nascimentos, baptizados, casamentos, aniversários e exéquias; bem como nas entradas régias, viagens, recepções e embaixadas. Nos actos públicos, sempre rodeados de grande aparato, e que se procurava fossem vistos pelo maior número de pessoas, o Magnânimo era sempre o centro das atenções¹⁰².

Dirigindo-se à vista e ao ouvido, estas modalidades artísticas barrocas, inspiradas na admiração joanina pelo modelo esplendoroso de Luís XIV, atraíam tanto o pobre como o poderoso, o instruído como o ignorante e faziam sobressair a *sacralização litúrgica do quotidiano do rei e da Família Real*¹⁰³.

A par da política de espectáculo interno, objectivava-se uma linha de actuação que consistia em aumentar o prestígio da Coroa no exterior e recolocar Portugal entre as potências mais significativas do continente, através do desencadear de acções diplomáticas maioritariamente centradas em Roma. Refira-se que, pelo facto de este rumo político ter como alvo preferencial de acção a Corte pontífica, fora interpretado, por historiografia do passado, como uma opção tomada com base nos sentimentos religiosos, de fanatismo e beatismo, do rei, e, por isso, tinha vindo a ser a escolha política mais criticada do reinado joanino.

De qualquer das formas, e numa época em que os meios de comunicação social tinham a sua morosidade e limitação, almejava-se, no contexto europeu das relações internacionais, um aumento das fórmulas de influência, de poder, de supremacia da coroa portuguesa, através do cerimonial diplomático. Sintonizados os interesses da Família Real com os da Coroa, o objectivo pretendido era a recuperação de honras e vantagens jurídico-políticas face às principais capitais católicas do continente, Madrid, Paris e Viena. Neste sentido, o luxo e o fausto barroco, além de valorizarem o absolutismo monárquico, dignificavam, agora, externamente, o rei e a Casa de Bragança, e com ela, o prestígio do corpo político nacional¹⁰⁴.

¹⁰² Da composição daquilo que comia até à organização do local onde passava as suas noites, do ritual dos gestos com que recebia até à posição que ocupava nas cerimónias, tudo era escolhido em função do carácter sagrado da pessoa do rei. (Rui Bebiano, “D. João V, Rei-Sol”..., p. 120).

¹⁰³ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754)*..., p. 415.

¹⁰⁴ Joaquim Jaime Ferreira-Alves, “«O Magnífico Aparato»: Formas de Festa ao serviço da Família Real no século XVIII”, *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, J.N.I.C.T., pp. 155-211.

Tendo como acções concretas a grande quantidade de dádivas e recompensas, as missões diplomáticas¹⁰⁵ e a participação de Portugal na luta contra os turcos, a aproximação à coroa pontífica poderá ser encarada como tendo alcançado resultados positivos, nomeadamente na recuperação da igualdade de tratamento. É que, se atendermos ao estabelecimento de restrições aos poderes dos nuncios, à obtenção do direito de *apresentação* dos bispos (1740) e à atribuição por parte de Benedicto XIV do título de Fidelíssimo a D. João V (1748), assistimos a um desenlace favorável às pretensões portuguesas – “a conquista da paridade diplomática com a Santa Sé” –, relativamente às dos seus homólogos católicos, e que motivara no passado, inclusive, o corte de relações entre a Cúria Romana e a Lusitana (1728-1732).

Com o propósito de devolver a D. João V – *ad aeternum* –, os epítetos de “Magnificante”, “Sublime”, “ânimo incomparável”, através da escrita e historiografia oficiais, o biógrafo régio, António Caetano de Sousa¹⁰⁶, constrói a imagem do Magnânimo, utilizando um *realismo* minucioso e detalhado na apresentação das obras e acções régias: a construção de edifícios sumptuosos, de fábricas, a atenção dada às ciências e às leis, viagens, decisões políticas e militares, vida da corte. Trata-se de uma linguagem que é veiculada como instrumento de transfiguração e reinvenção da realidade fazendo emergir uma “sobrerrealidade”¹⁰⁷ que permite admirar D. João V pela “Real magnificência”, ainda que se mantenha na época o processo de sátiras e pasquins anónimos, divulgados em manuscritos e afixados em locais bem visíveis, que utilizavam uma linguagem trocista, onde ninguém era poupado, desde o rei à família real, de órgãos de governação a certos grupos sociais e profissionais¹⁰⁸.

Importa referir que a literatura oficial, concretamente a panegírica¹⁰⁹, adquire, simultaneamente, bastante importância como meio de divulgação e inculcação

¹⁰⁵ A primeira missão ocorreu em 1707, por André de Melo e Castro, e viria a concretizar-se, desde logo, na fundação da Patriarcal. Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V...”, p. 190.

¹⁰⁶ Na parte respeitante a D. João V da sua *História Genealógica da Casa Real*, tomo VIII.

¹⁰⁷ Isabel M. F. da Mota, “A Imagem do Rei na História da Genealogia da Casa Real Portuguesa. Um estudo preliminar”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 11, 1989, p. 110.

¹⁰⁸ São os casos da *Sátira ao Governo de Portugal* (1713), devido ao ambiente de mal-estar resultante da guerra da sucessão de Espanha e da crise de subsistências (1707-1711); das críticas em prosa e em verso, às condições em que foi construído o real edifício de Mafra; e os panfletos contra Fr. Gaspar da Encarnação. (Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V...”, p. 200).

¹⁰⁹ Luís Adão da Fonseca advoga a necessidade de uma *história política da morte* – é a morte encarada como objecto de propaganda política –, referindo que o horizonte histórico onde se elabora o discurso da morte deve contemplar dois aspectos: o modelo de morte prevaemente e os principais problemas da sociedade portuguesa que essa retórica procura responder. (Idem, “A Morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV”, *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 509-510).

ideológica da imagem magnificente, poderosa e divinizada da realeza e da afirmação da Monarquia Absoluta, na medida em que é de crer, de acordo com Luís Ferrand de Almeida, que o poder real não se exercesse com a mesma eficácia na capital e nas regiões mais afastadas¹¹⁰. Ora, as acções da Igreja – como único poder de então capaz de estar presente desde os âmbitos mais periféricos, como as famílias e as comunidades, até ao âmbito internacional, onde coexiste com o império¹¹¹ –, possibilitavam, concretamente através de cerimónias rituais lutuosas, que o público visado não fosse apenas o dos grandes centros, mas também o dos locais do interior do reino e do plano externo. Utilizando a pregação como canal de difusão que contribui para a “mythologisation” e glorificação do poder real, “la monarchie tirait profit de l’effort immense de propagande mise en place par les agents de l’Eglise”¹¹². A áurea grandeza de rei onipotente deveria manter-se e propagandear-se, agora, a todos os seus súbditos, “brilhando para lá das portas da inelutável morte”¹¹³.

¹¹⁰ É que, embora assumida como absoluta, a realeza não dispunha dos meios para que a sua actuação se fizesse sentir, de forma plena, à sociedade que pretendia governar. (Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V...”, p. 198).

¹¹¹ António Manuel Hespanha, “A Igreja”, *História de Portugal Moderno político e institucional*, Universidade Aberta, 1995, p. 257.

¹¹² Luis Manuel Ramalhosa Guerreiro, *La Représentation du Pouvoir Royal à l’Áge Baroque Portugais (1687-1753)*, Tese de Doutoramento em História, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1995, vol. I, pp. 220-221.

¹¹³ Rui Bebiano, “D. João V, Rei-Sol”..., p. 121.

2. O RITUAL DA MORTE

2.1 Morte, Embalsamento e Cortejo Fúnebre do Rei

Após mais de oito anos de D. João V ter sido “insultado de hum terrivel accidente de parlysia, que lhe baldou o braço, perna e todo o lado esquerdo”¹¹⁴, (10 de Maio de 1742), e de terem decorrido, em todas as cidades do reino, durante este tempo, procissões¹¹⁵, preces – “como a esperança nada confiava nos remedios humanos, cresceraõ as rogativas a Deos”¹¹⁶ –, orações¹¹⁷ – “bem se pôde piamente crer que só as orações, que em taõ grande numero se dirigiraõ a Deos, foraõ as que dilataraõ a vida a ElRey...”¹¹⁸ –, e particulares tratamentos¹¹⁹ – “passou a tomar os banhos das salutiferas agoas das Caldas da Rainha”¹²⁰ –, em prol das melhoras do rei¹²¹, chega o “termo de expirar”¹²². Eram sete horas e cinco minutos da tarde de 31 de Julho de 1750. Morre, assim, o rei que contava com sessenta anos, nove meses e oito dias de idade, e de reinado quarenta e três, sete meses e vinte e um dias: “Em tantos annos de tormentos, e de continuados medicamentos, que se lhe applicaraõ, sempre esteve conforme, e totalmente transformado no que dispuzesse a Divina vontade, com huma tal resignaçãõ,

¹¹⁴ Diogo Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade, Ultimas Acçoens, / Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, / E Senhor / D. Joaõ V...* / Lisboa, 1750, p. 11.

¹¹⁵ “... excederaõ de noventa e cinco as que houve nesta Corte de Lisboa.” (*Ibidem*, p. 14).

¹¹⁶ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do Muito Alto, Poderoso, Augusto, Pio, / e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 311.

¹¹⁷ Paulo Drumond Braga analisa o problema da “cura” de D. João V, com base nos sermões proferidos nas igrejas durante as acções de graças, e nas orações recitadas nas sessões académicas de regozijo. (Idem, “A Doença de D. João V como tema de Oratória Barroca: O Problema da Cura”..., pp. 167-175).

¹¹⁸ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 312.

¹¹⁹ “Para se abater esta perigosa queixa usava a medicina dos mais violentos remedios, que descobrio a sua arte, sangrias ventosas, a que se applicavaõ sarjas, botoens de fogo, tijolos em braza...” (Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 18).

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 19.

¹²¹ Uma “breve historia” destas acções e últimas enfermidades do rei é feita por Diogo Barbosa Machado, (*Relaçam / da / Enfermidade, Ultimas Acçoens, / Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, / E Senhor / D. Joaõ V...* / Lisboa, 1750, pp. 9-30), as quais são sintetizadas e descritas, (tendo como principal fonte de trabalho esta “Relação”), por Maria Benedita Araújo, em “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V”..., pp. 795-800; e por José Fernandes Pereira, em “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”..., pp. 167-176.

¹²² Tinha recebido “aos 29 dias do mês de Julho pelas onze horas da noite a Extrema-Unção dada pelo (...) Cardeal Patriarca, estando S. Magestade em seu perfeito acordo, pedindo o absolvessem todos os sacerdotes, que presentes se achassem...”. (Quaresma Teodoro Penichense, *Desafogo / Saudoso / que / Na preciosa morte, sentidissimo transito do sem- / pre Augusto, Fidelissimo, e Magnifico / Rey de Portugal / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 4).

e obediência às suas disposições, que recebia as dores, soffria as feridas, e supportava as chagas por favor, e graças, com que era da mão Omnipotente benignamente”¹²³.

No relato que é feito dos últimos momentos de vida do soberano, é possível perscrutar a presença constante da rainha, D. Maria Ana de Áustria, que, depois de o ter visto já cadáver, lhe beijou a mão e, feita uma “reverente misura”, deixou a câmara¹²⁴. Seus filhos, também presentes, assim como os cavaleiros e eclesiásticos que estavam na mesma câmara, logo beijaram a mão “ao Senhor D. Jozé, Successor da Coroa”, em demonstração de vassalos. Os sinos da cidade deram sinal a todos os moradores e “o silencio e horror da noite fizeraõ a mais sentida impressã”¹²⁵.

Inicia-se, então, o ritual privado da morte, que encetava, no caso dos reis¹²⁶, pelo embalsamento¹²⁷ – “Principiou-se a operação pela meya noite e vinte minutos, e se acabou às seis horas, e tres minutos da manhã do primeiro de Agosto”¹²⁸. Observou-se que não havia lesões “nas partes interiores”, viu-se que o coração era de “grandeza extraordinária” e o cérebro “excedia ao commum dos outros homens”¹²⁹, tendo parecido mais estranho “a grossura e fortaleza do casco”. Das observações anatómicas registadas, constatou-se que o monarca falecera de “huma hydropesia no ventre, mas não totalmente consumada”¹³⁰. As vísceras foram colocadas num vaso para se sepultarem em São Vicente de Fora, aonde havia de ser levado também o cadáver.

Embalsamado com aromas e antídotos de corrupção, o cadáver foi paramentado com vestidos interiores, coberto até ao peito com um pano de veludo Carmezim bordado a ouro, – “para que, sem faltar ao respeito e decencia, fosse visto e venerado”¹³¹. Tendo na cabeça um barrete encarnado guarnecido com ouro, calçado com borzeguins, espada preciosa, tinha sido colocado por cima do “Real Cadaver”,

¹²³ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 18.

¹²⁴ Enquanto duraram os dois anos de luto que a Corte tomou, sendo o primeiro rigoroso e o segundo aliviado, a rainha esteve durante um ano encerrada nos seus aposentos, só saindo, após esse período, para se dirigir ao Panteão que albergava os restos mortais do seu esposo. (Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754) Poderes, Instituições e Relações Sociais...*, vol. I, pp. 551-552).

¹²⁵ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 31.

¹²⁶ Maria Benedita Araújo, “Religião e Superstição na Sociedade Portuguesa do Tempo de D. João V”..., p. 800.

¹²⁷ Convocaram-se para esta operação os cirurgiões Pedro de Arvelos, António Soares, Felix Pereira e Manoel Vieira (criado que assistia o rei há mais de quarenta), na presença do Doutor Manoel Dias Ortigaõ, Fysico mór, e do Doutor Jorge da Matta Giaõ. (Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 328).

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p. 328.

¹²⁹ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, pp. 31-32.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 33.

exposto numa cama de seda, o Manto da Ordem Militar de Jesus Cristo: “Parecia vivo, e não morto, jazendo com a serenidade própria de quem suavemente adormecera”¹³².

Na noite de dois de Agosto, o corpo foi tirado do leito e colocado num “Cayxaõ forrado de seda e ouro, dentro de outro de chumbo”. Na manhã seguinte, o Cardeal Patriarca presidiu à missa de corpo presente, tendo havido, da parte da tarde, um grande aglomerado de pessoas para venerar o monarca defunto, desde todas as comunidades religiosas ao próprio povo, “que nem os Soldados da Guarda e Criados do Paço resistiam à sua multidão”¹³³. Ao mesmo tempo, ouviam-se os tiros de canhão disparados do castelo, aos quais se juntavam os sinos da cidade, trombetas dos regimentos de Cavalaria e cargas de Infantaria¹³⁴.

À noite, iniciou-se a pompa do enterro¹³⁵. Começava com um “corpo da primeira nobreza”, dezasseis porteiros da Câmara, levando as insígnias dos seus lugares; seguido de dois desembargadores corregedores do crime da corte; titulares e fidalgos que tinham officios na Casa Real; todos os “Grandes” que sabiam montar a cavalo; os presidentes dos tribunais (da Relação, da Mesa da Consciência, do Senado da Câmara, da Junta do Tabaco), assistidos por muitos criados. Seguia-se o corpo de eclesiástico, composto por cantores, capelães, clérigos beneficiados e os cónegos da Igreja Patriarcal¹³⁶ – “que faziaõ o numero de cento e quarenta pessoas”¹³⁷. O mordomo-mór precedia o coche que levava o caixão com o corpo do rei, rodeado pelos moços da Câmara, aos quais se seguiam o estribeiro-mór, marquês de Marialva, acompanhado à esquerda pelo capitão da Guarda Alemã, D. Manoel de Sousa. Encerrava o cortejo fúnebre o “coche de respeito”, circulando a Guarda Real, com as suas armas, por um e por outro lado dos dois coches e distribuindo-se pelas ruas os Regimentos de Infantaria.

Ao sair do pátio da capela real – “caminhavaõ todos com passo vagaroso” –, o cortejo dirigiu-se ao Terreiro do Paço, rua do Pelourinho, rua dos Ourives da prata, rua de Santo António, Basílica de Santa Maria, Limoeiro, até chegar a São Vicente de Fora. Sob o “innumeravel povo, que saudoso, e sentido se achava vendo esta funestissima

¹³² Idem, *ibidem*, p. 33.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 37.

¹³⁴ De acordo com a Pragmática de 1749, que regulamentava a contenção económica em gastos sumptuários, após a morte do rei, deveriam fechar-se os tribunais oito dias e os ministros cobrirem-se de preto. (Maria Paula Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754)*..., p. 564).

¹³⁵ “dividida a cavallaria no terreiro do Paço, a Infantaria pelas ruas com as armas rendidas, e todas as Religioens e Clerizia com luzes de cera na frente dos soldados”. (Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 39).

¹³⁶ “vestiaõ cotas, e montados a cavallo, com tochas acezas, entoadamente salmeavaõ.” (*Ibidem*, p. 40).

¹³⁷ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 337.

Procissão”¹³⁸, entraram na igreja, e aproximando-se do Cruzeiro, puseram o caixão¹³⁹ sobre uma “eça” para a última absolvição feita pelo Cardeal Patriarca. Terminado o ofício da sepultura, o coche foi levado para a capela-mór do mesmo templo, tendo o mordomo-mór entregue a chave do caixão ao prior do convento, Manoel da Madre de Deus, “jurando na presença do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, como nelle estava o corpo da Magestade defunta”¹⁴⁰. Da capela-mór o corpo foi levado para outra, “em que descansão os corpos das Pessoas Reaes”¹⁴¹, suspendendo-se as descargas da Infantaria e os toques dos sinos de todos os conventos e paróquias da cidade. Terminara, assim, com rigor e pompa a cerimónia fúnebre, “pela huma hora depois da meya noite para o dia 4 de Agosto”¹⁴².

Estes relatos da morte, embalsamento e cortejo fúnebre do Rei remetem-nos para o aparato de riqueza e de esplendor e para códigos de etiqueta e de probidade, cujo relevo pode avaliar-se pela pormenorizada exposição que é feita nas *Descrições e Relações fúnebres*¹⁴³. Estavam, assim, reunidas as condições que se desejavam ser as necessárias para a última e exuberante homenagem e veneração a D. João V. Poderes religiosos e seculares mostravam-se na sua honorabilidade e autoridade, expressando uma sociedade de hierarquias, marcada pela exibição de rígidos códigos de prestígio social inspirados na mundividência cortesã, também na celebração da morte¹⁴⁴.

Além do fausto e do luxo descritos – não se notando qualquer preocupação na moderação com os gastos¹⁴⁵ –, procura-se realçar a *dor pública* que envolvia, num pranto unísono, os familiares régios, os participantes e a multidão. A separação do féretro da sua casa, da sua família até ao acto final do enterramento, percepção-se como uma fase de transição, um verdadeiro “*parêntesis existencial*”, assumindo as exéquias fúnebres um papel imprescindível na separação terrena e incorporação do

¹³⁸ Quaresma Teodoro Penichense, *op. cit.*, p. 11.

¹³⁹ Segundo José Fernandes Pereira, o túmulo joanino sintetizava o lado ascético do barroco português: uma singela caixa rectangular desprovida de aparato, revelando afinal a falta de apetência nacional pela encenação da última morada. (Idem, “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”..., pp. 167-176).

¹⁴⁰ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 42.

¹⁴¹ Ao ocupar o seu lugar no Panteão dos Braganças em S. Vicente de Fora, D. João V assumia os valores aí presentes, idênticos aos da tumulária da igreja dos Agostinhos em Vila Viçosa. (José Fernandes Pereira, *art. cit.*, p. 165).

¹⁴² Quaresma Teodoro Penichense, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴³ Destacamos aqui os textos de Diogo Barbosa Machado, *Relaçam da Enfermidade...*; Quaresma Teodoro Penichense, *Desafogo / Saudoso...*; Francisco Xavier da Silva, *Elogio Funebre... D. João V*.

¹⁴⁴ Maria Paula Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas...*, p. 574.

¹⁴⁵ A ocasião fez esquecer as normas expostas na pragmática sanção de 24 de Maio de 1749, que moderava drasticamente despesas e gastos sumptuários na decoração do caixão, dos paramentos das Igrejas e dos Mausoléus. (Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 163).

corpo no além e, simultaneamente, uma manifestação póstuma dos vivos à memória dos defuntos¹⁴⁶. A dor do foro íntimo e privado tinha-se deslocado para a esfera do público, o qual exprimia tristeza e penitência colectivas para com a família real e assinalava laços de amor e fidelidade do reino para com o rei: “A morte é a mãe da separação, a separação progenitora da saudade, a saudade origem de pena, a pena causa da dor, a dor filha do sensitivo e o sensitivo consagumeo do racional”¹⁴⁷.

Ao presenciarem desfiles e cortejos fúnebres dos Grandes, os vivos reanimavam, pela catarse e exaltação litúrgica, sentimentos de pertença a uma comunidade, a um Reino ou a um rei. Se em vida a Família Real servia de ideal monárquico, na morte de um dos seus membros – no caso, o seu principal elemento – as aparatosas e espectaculares exéquias perpetuavam *para além da vida*, o elogio e a “imagem exemplar” da dinastia brigantina¹⁴⁸. Perante a observação anatómica que é feita ao féretro, procura-se demarcar, desde logo, a grandeza e a inteligência da figura régia face ao comum dos mortais, através do realce conferido ao tamanho do coração e à fortaleza do cérebro.

Inserido no âmbito da afirmação e da propaganda da monarquia, o tributo fúnebre emergente constitui uma estratégia que visava fazer prolongar o sentimento de obediência e submissão colectivas, assim como marcava o início de outros actos de emotividade pública e da construção de discursos, retrospectivos ou projectivos, em torno das virtudes individuais (físicas e espirituais) e acções governativas do rei e da monarquia. A vivência da morte do soberano começara nas antecâmaras e câmaras do Paço, distribuíra-se pela cidade de Lisboa e divulgar-se-ia, agora, pelas terras, vilas e cidades do reino.

2. 2 As exéquias fúnebres

Com efeito, a esta demonstração “do mais leal amor e affecto” na cidade de Lisboa, seguiram-se outras por todo o reino, as quais se transformaram em espectáculo permanente de exaltação da Casa Real. O próprio D. José I, rei sucessor, aquando da notícia do falecimento de seu pai, ordenara ao prior de S. Nicolau, João Antunes

¹⁴⁶ Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa - Atitudes e representações - 1700-1830...*, p. 225.

¹⁴⁷ José Manoel da Conceição, *Oração Consolatoria... D. João V...*, p. 6.

¹⁴⁸ Maria Paula Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754)...*, p. 556.

Monteiro, que se dissessem missas de corpo presente¹⁴⁹, nos conventos e paróquias da cidade de Lisboa¹⁵⁰ e nos diferentes lugares do reino; e que se decretasse “luto universal”. Neste sentido, não só a corte tomou luto por dois anos, sendo o primeiro rigoroso e o segundo aliviado, – incluindo a gente humilde, que teria de mostrar “algum sinal” de pesar¹⁵¹ –; como também se determinou que em todos os templos religiosos se realizassem exéquias fúnebres e todos os sacerdotes dissessem missas por sua alma¹⁵².

Tais situações transformam-se, por um lado, em cerimónias oficiais de “Estado”, uma vez que davam origem a sermões e elogios fúnebres – “O discurso dá a conhecer mais vivamente a perda das louváveis Magestades”¹⁵³ –, que hiperbolizavam virtudes, actos e obras magnificentes do rei-morto, tornando-o “vivo na memória” dos seus súbditos, e, conseqüentemente, exaltavam a dinastia brigantina. Por outro lado, as instituições eclesiásticas – irmandades, confrarias, conventos, igrejas –, que entretanto se tinham tornado nas principais promotoras dos ofícios lúgubres em memória do Magnânimo, aproveitam tais ocorrências para as enquadrar nos objectivos pastorais, litúrgicos e catequizadores da Igreja pós-tridentina.

Mal tinham conhecimento desta “infausta” notícia, todas as dioceses decretavam *luto geral*. Os Prelados, alguns deles referenciados como andando em visitas pastorais, como é o caso do de Évora¹⁵⁴ e Braga¹⁵⁵, logo suspendiam estas acções e mandavam cartas a todas as igrejas, paróquias, comunidades e conventos, para que, além de dobrarem os sinos e dizerem missas em homenagem, agradecimento e glória do rei defunto, exaltassem o novo soberano: “façam a Deos Nosso Senhor particulares orações, para que conserve a Sua Magestade Fidelissima reinante por dilatados annos e o

¹⁴⁹ Segundo Quaresma Teodoro Penichense, foram ditas seis mil missas “todas a um cruzado cada”. (Idem, *op. cit.*, p. 33) Já Francisco Xavier da Silva refere que as missas de corpo presente foram dez mil duzentas e cinco a quatrocentos reis, e treze mil setecentas e noventa e cinco a duzentos e quarenta reis. Idem, *op. cit.*, p. 341).

¹⁵⁰ Na cidade de Lisboa, “fizeraõ-se solemnissimas Exequias, celebradas com incrível magnificencia, e os mais eloquentes Panegyricos”, na Basílica de Santa Maria, nos conventos de S. Domingos e S. Francisco, no Mosteiro de S. Pedro de Alcantara, na Congregação do Oratório de S. Filipe Neri, no Convento dos Padres da Missão de S. Vicente de Paulo, na Casa professa de S. Roque, no Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus e noutras casas de comunidades diferentes. (Quaresma Teodoro Penichense, *op. cit.*, p. 44).

¹⁵¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, 2ª Edição, Verbo Editora, Lisboa, Reimpressão, 1996, p. 270.

¹⁵² “Naõ havendo na Corte, e Reyno Igreja, aonde por taõ grande Rey se naõ afferecessem a Deos incruentos sacrificios, e oraçoens continuadas, argumento do muito que fora sempre amado.” (Idem, *ibidem*, p. 44).

¹⁵³ Miguel Luís Teixeira, *Oração Fúnebre... D. Joaõ V...*, prólogo.

¹⁵⁴ Veja-se: *Relação / Das / Exequias, / Que se fizeraõ na Sé Metropolitana de Evora, pela al- / ma do Muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo Rey / de Protugal / D. Joaõ V...*, Évora, 1750, p. 1.

¹⁵⁵ Veja-se: Rodrigo José de Faria, *Relação / Das / Exequias, / Que na morte del Rey Fidelissimo, / o Senhor / D. Joaõ V. / mandou fazer na Cathedral de Braga...*, Lisboa, 1751, p. 2.

mantenha no espirito de bem governar-nos. E mandamos a todos os Sacerdotes digaõ na Collecta da Missa = Pro Josepho Rege Nostro Fidelissimo, Reginas, & Principem cum Prole Regia”¹⁵⁶.

De facto, nestes actos públicos de homenagem e obediência, o novo rei é, desde logo, invocado, transmitindo-se a mensagem de subordinação por continuidade, perante uma multidão que provinha de “todos os estados” e era bastante numerosa. É o caso da cidade do Porto que recebeu a notícia no dia dez de Agosto e que realizou as exéquias fúnebres nos dias quatro e cinco de Setembro, com a assistência da Cúria, Clero, Prelados das Religiões, Governadores das Justiças, Ministros, Oficiais da Câmara, Nobreza, e do Povo “innumeravel, que foy necessario impedir com guarda de soldados em todas as portas da Sé, para evitar as desordens, e confusão”¹⁵⁷.

Este tipo de demonstração lutuosa tem lugar nas Sés e Igrejas das várias localidades do reino, as quais são ornamentadas com panejamentos negros, e ostentam emblemas e frases em faixas alusivas às virtudes e qualidades religiosas, morais e políticas do rei. A fim de se “dar forma ao projecto fúnebre”, na grande maioria destes templos, principalmente nas Sés de cada diocese, são construídos mausoléus e catafalcos¹⁵⁸, que serviam de moldura às Reais exéquias, e criavam, no seu conjunto, a atmosfera designada por “teatralização da morte e da glória”¹⁵⁹ – “Para qualquer parte que movo os olhos, e applico os ouvidos, tudo saõ imagens funebres, e simulacros tristes: Converte-se o Fogo em suspiros, o Arem em soluços, o Mar em lágrimas, a Monarquia em assombros”¹⁶⁰.

Trata-se de um espaço interno que é entendido como suporte de manifestações de arte efémera e que estrutura a mensagem iconográfica e iconológica através de uma dialética entre símbolo e a palavra, assumindo esta complexidade conceptual, não uma manifestação gratuita, mas um discurso globalizante, filosófico e metafísico, de matriz católica¹⁶¹. A intensidade dramática emergente perspectiva-se na sensibilidade barroca perante a *morte e a vida*, proporcionando a contricção, a remissão dos pecados e o

¹⁵⁶ *Relação / Das Exequias, / que se fizeraõ pelo falecimento / Do Muito Alto, Poderoso, E Fidelissimo / Rey De Portugal / D. Joao V. / Nosso Senhor, que na Cathedral do Porto ... 1750, p. 2.*

¹⁵⁷ *Idem, ibidem, p.1.*

¹⁵⁸ Embora demorem algum tempo a serem concluídos. Durante cerca de um mês trabalharam, na Sé Primacial de Braga, cerca de trinta artistas de várias artes. José Manuel Tedim, “Teatro da Morte e da Glória - Representações fúnebres nas exéquias de D. João V na Sé de Braga”..., pp. 281-292.

¹⁵⁹ António Filipe Pimentel, “Vivência da Morte no Tempo Barroco: Tumulária Portuguesa dos Séculos XVII e VIII”..., p. 249.

¹⁶⁰ Francisco de Pina e de Mello, *Oração que pela morte... D. Joao V...*, p. 1.

¹⁶¹ José Fernandes Pereira, “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”..., p. 166.

arrependimento. O poder eclesiástico e o poder temporal entrecruzam-se, pois, ao serviço quer da imortalização da dinastia brigantina, quer dos propósitos pastorais da Igreja.

Também os estrangeiros que viviam em Lisboa realizaram as suas cerimónias públicas de luto em agradecimento às dádivas e benesses do rei para com a sua instituição, havendo registo impresso das que fizeram a Nação Alemã, na igreja de São Julião¹⁶²; a Nação Italiana, na Igreja de Nossa Senhora de Loreto¹⁶³; a Nação Catalã, no Mosteiro de São Bento.¹⁶⁴ Através dos discursos proferidos por estas instituições religiosas, aquando das suas demonstrações, é possível constatar que tais actos se enquadram no reconhecimento da liberalidade e da piedade do rei, pelos favores, protecções e amparos financeiros que lhes prestou em vida, como é visível nas seguintes palavras: “Desejando a Nacaõ Italiana (...) manifestarse de algum modo grata à memoria de hum Monarca pelo alto patrocínio, inspirado da sua Augusta clemencia”¹⁶⁵.

Fora do país, há referência a exéquias fúnebres em honra do Magnânimo português em Espanha – “D. Fernando, Rey Catholico, (...) mandou se observasse por tempo de seis mezes hum luto geral rigoroso, e que em todas as Cidades e Villas se celebrassem Missas e fizessem Exequias pela sua alma...”¹⁶⁶ –, em Roma¹⁶⁷ e em Londres¹⁶⁸.

¹⁶² Filipe de Oliveira, *Oração / Funebre / Panegyrica, e Historica / Nas Exequias / Do Sempre Augusto, Magnifico, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. Joao V. / Celebradas pela Irmandade De / S. Bartholomeo / Da Naçam Alemã / Na Real Freguezia de S. Juliam, / no dia 27. de Agosto de 1750...*, Lisboa, 1750.

¹⁶³ *Noticia do apparatus, e Magnificas Disposiçoens, / Com que foraõ celebradas / AS Solemnes Exequias / De Sua Magestade Fidelissima / o Muito Augusto Rey de Portugal / D. João V / Na Igreja de Nossa Senhora / de Loreto em 14 de Janeiro de 1751. / Pela Naçam Italiana / Residente em Lisboa. /* – [s. l.: s. n. 1751?].

¹⁶⁴ Thomaz de Aquino, *Oração / Funebre, / e Panegyrica / Nas Exequias do Augusto, Magnifico, e / Fidelissimo Rey, e Senhor / D. João V. / Celebradas pela Irmandade de nossa Senhora de Monserrate / da Nação Hespanhola no dia 23 de Outubro...*, Lisboa, [1750?].

¹⁶⁵ *Noticia / Do Apparato, e Magnificas Disposiçoens, / Com que foraõ celebradas / As Solemnes Exequias / De Sua Magestade Fidelissima / o Muito Augusto Rey de Portugal / D. Joao V...*, Lisboa, [s. l.: s. n. 1751?], p. 1.

¹⁶⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 272.

¹⁶⁷ Benedicto XIV (Papa), *Allocação do Santissimo Padre...*, Lisboa, 1751. “E seria muito elegante e admiravel a Oração Funebre que Monsignor Velente, Camereiro de Honor do Papa e Secretario de Estado de Sua Santidade, havia de recitar nas sumptuosissimas Exequias, que se celebraraõ em Roma a 10 de Novembro de presente anno [1750], na Capella Quirinal, com assistencia de Sua Santidade e de muitos cardeaes (...) e na Igreja Nacional de Santo Antonio, sendo orador Monsignor Correa. (Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 272).

¹⁶⁸ Francis Blyth, *Oração / Funebre / Nas solemnes / Exequias / do Augustissimo Senhor / D. Joao V. / Rey Fidelissimo, / Celebradas em Londres na Capella dos Ministros / de Portugal...*, Lisboa, 1751.

2. 3 A quebra dos escudos

Enquanto se sucediam as manifestações religiosas de pesar pela morte do rei, também as câmaras das vilas e cidades do reino – às quais tinha chegado o despacho da infausta notícia vinda do Paço – preparavam o pregão, anunciavam os lutos obrigatórios¹⁶⁹, afixavam os editais¹⁷⁰ para um “cerimonial laico”, designado por “quebra dos escudos”¹⁷¹.

A *quebra dos escudos* é uma cerimónia exclusiva do território nacional que tem lugar no espaço público e laico da cidade ou vila e cuja mensagem política é veiculada essencialmente de forma simbólica¹⁷². Signos, símbolos, cenários e gestos evocam e representam a realidade, recriando os fundamentos, princípios e funções do poder. O preto é a cor que, ao cobrir o corpo dos vassallos, simboliza a dor e o pranto pela perda do rei. Ao contrário da aclamação, em que se usam cores vivas, vermelhas e brancas, nesta manifestação as insígnias, as varas negras, que o juiz de fora, os vereadores e outros ministros do poder local transportam, são sinais de luto e respeito ao monarca defunto e símbolos da suspensão momentânea do exercício da autoridade. Quebrar os escudos em lugares onde se situam instituições e símbolos de cariz judicial (o Pelourinho), religioso (a Sé Catedral, a Igreja Matriz), militar (o Forte), assistencial (o Hospital) e educativo (a Universidade) significa o acatamento da autoridade naqueles

¹⁶⁹ As cartas régias que assinalavam a morte do monarca impunham a todo o povo dois anos de luto pesado. (Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca...”, pp. 163-164).

¹⁷⁰ Os canais oficiais nem sempre se mostram os mais expeditos, uma vez que os homens de negócios são quem, nestes casos, primeiro tomam conhecimento da ocorrência. D. João V falecera a 31 de Julho e no dia 5 de Agosto reunia a Câmara de Coimbra: «ainda que não tenha chegado carta do falecimento do Senhor rei D. João V, que Deus haja» pois «havia notícia certa da sua morte e constar por este respeito, que os mercadores e lojeiros aumentavam o preço a fazenda preta» e naturalmente «prevendo o maior gasto, que havia de se haver pelo luto universal» e querendo entrar esta situação manda lançar pregão para que os vendedores não excedam os preços praticados em Julho, sob pena de multa e prisão (AMC, *Vereações*, vol. 64, ff. 98-98v.). Só aos 9 dias dos mês de Agosto, em vereação extraordinária, foi aberta e lida a carta que trazia a notícia oficial (*Ibidem*, ff. 99v-100v.). (Euclides Dos Santos Griné, *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*..., p. 18).

¹⁷¹ Avisam-se, por carta, os cidadãos eleitos para quebrar os escudos e o restante escol para se juntarem na câmara no dia assinalado, a fim de comporem o acompanhamento fúnebre que dela havia de sair. (Idem, *ibidem*., p. 18).

¹⁷² Uma das mais antigas figurações desta cerimónia vem no *Livro de Horas de D. Manuel*. Remontando às origens do escudo de Afonso Henriques, José Mattoso, (“A Realeza de Afonso Henriques”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 227-229), admite que a sua veneração está ligada ao acto de aclamação do rei de pé sobre o pavês, ou seja, a um ritual guerreiro e a uma cerimónia civil. Mais tarde, a utilização do escudo como signo de identidade, que se quebra publicamente em sinal de luto, prolonga numa cerimónia também civil a fidelidade da Nação à realeza, admitindo Ana Cristina Araújo, a hipótese de este ritual ter rompido o espaço fechado da igreja e se ter instalado no espaço profano e aberto da cidade. (Idem, “Morte, Memória e Piedade Barroca...”, p. 165).

sítios, mas também o reconhecimento, com *confirmação pública*, do bom exercício de governo¹⁷³.

O cerimonial da *quebra dos escudos* de D. João V, em Lisboa, realiza-se a oito de Agosto, oito dias após a sua morte, sob a presidência do conde de Oriola, o barão do Alvito¹⁷⁴. Precedido por um procurador vestido de pesado luto, montado a cavalo e que trazia ao ombro uma haste negra da qual pendia uma bandeira enorme da mesma cor a arrastar pelo chão, o desfile – repartido por duas alas de cidadãos todos vestidos de luto com capas compridas, chapéus nas cabeças com fumos caídos e varas pretas nas mãos –, saíra da Casa do Senado no Rossio, passara pela Praça [do Rossio], rua Nova do Almada, até chegar à Igreja Patriarcal. Recorde-se que este último lugar escolhido para encerramento do ritual não foi o tradicional largo da Sé das mesmas cerimónias do passado, mas a Santa Igreja Patriarcal, “por se haver de finalizar este acto na mesma Santa Igreja, como Catedral”¹⁷⁵.

A escolha e a ordem de sucessão dos espaços percorridos conferem, desde logo, um sentido inicial à linguagem simbólica do cerimonial, uma vez que neles se ritualiza o último exercício de obediência e fidelidade das três ordens do reino à realeza¹⁷⁶, com especial destaque para o povo, representado pela Praça do Município e para a burguesia urbana, simbolizada pela rua Nova do Almada.

Nestes três locais cobertos de preto – Rossio (junto às escadas do hospital), no meio da rua Nova e praça da Igreja Patriarcal – foram colocados três palanques, a cada um dos quais, (chegado o cortejo a esses sítios), subia um dos três Juizes dos Órfãos da repartição da cidade e seu termo, (que vinham no meio das duas filas do cortejo), proclamando as palavras proferidas pelos antigos em semelhantes ocasiões: “Chorai Nobres! Chorai Povo, que morreo o vosso Rei D. João V de Portugal”¹⁷⁷. Tratam-se de vocábulos breves e apelativos que constituem, nesta cerimónia, o único acontecimento de discurso oral, uma vez que se privilegiava a encenação e a dramatização. Logo após a enunciação de tais palavras, o juiz encarregue de as ter proferido e subido àquela tarima quebrava o seu escudo, lançando-o ao chão, ficando “como despojo enternecido do poder inexorável da morte”¹⁷⁸.

¹⁷³ Euclides dos Santos Griné, *op. cit.*, p. 34.

¹⁷⁴ A cerimónia é pormenorizadamente descrita por Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do ... Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor / D. Joaõ V*, Lisboa, 1751, pp. 342-343.

¹⁷⁵ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 343.

¹⁷⁶ Segundo, Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 166.

¹⁷⁷ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 343.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 343.

A assistência do “innumeravel povo” às honras fúnebres evoca a intervenção popular como legitimadora dos momentos chave do processo político nacional¹⁷⁹, encerrando-se, deste modo, um ciclo político que fora iniciado na aclamação e que, materializado em acto simbólico, fazia prolongar a sucessão da coroa nos escudos quebrados: “as Quinas de Portugal sempre triumphantes, e agora funebremente magoadas”¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Euclides dos Santos Griné, *op. cit.*, p. 36.

¹⁸⁰ Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 43.

3. LETRAS, DISCURSOS E RETÓRICA

3.1 A Cerimónia da Pregação e o Sermão Fúnebre

Anunciada a morte do rei, urge publicitar a notícia, registar por escrito as suas gloriosas acções¹⁸¹, as que a memória guardará para exemplo dos seus vassalos, “nam ha mayor ingratidam no mundo do que o esquecimento do beneficio, nem ha melhor agradecimento do que a lembrança”¹⁸². Como referem as palavras do Moço Fidalgo da Corte, Francisco de Pina e de Melo, “é preciso que todo o Portugal saiba que morreu o Muito Alto e Muito Poderoso Dom João V”¹⁸³, e que as suas qualidades sejam tomadas como paradigmas de actuação para quem é receptor da mensagem.

Ao procurar-se enaltecer e engrandecer a memória do rei, utiliza-se o discurso para que este funcione como “antidoto do esquecimento” e a morte, ela própria, se exceda, não permitindo que as obras régias fiquem no “incerto das tradiçoens”¹⁸⁴. Num período marcado pelo espectáculo grandioso e pelo aproveitamento político e religioso das festividades ltuosas, escolher a morte como objecto da representação funcionava como protecção dos anseios pastorais e pedagógicos da Igreja¹⁸⁵, dando motivo à representação da história feita homem¹⁸⁶.

A cerimónia da pregação, na época barroca, ascende a um lugar proeminente e transforma-se num verdadeiro aparelho de combate pela perduração do poder efectivo

¹⁸¹ “É na linguística do discurso que o evento e a significação se articulam. A supressão e a superação do evento na significação é uma característica do próprio discurso”. (Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, Lisboa, 1987, p. 24). “O discurso nada mais é do que um jogo, de escrita, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escrita nunca põem em jogo senão os signos”. (Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Relógio d’Água, 1997, p. 37).

¹⁸² Manoel Godinho de Seixas, *Penthetria / Pathetica, / E Miscellania / Em os Progressos e Morte do sempre memora- / vel Rey de Portugal / D. Joã V...*, Lisboa, 1750, p. 1.

¹⁸³ Francisco de Pina e de Melo, *Oração / que pela morte / do / Muito Alto, e muito Poderoso / Rey / D. Joã V...*, 1750, p. 2.

¹⁸⁴ No “florentissimo” Senado da Roma Antiga, refere Miguel Lucio Castro), só os parentes poderiam recitar as orações fúnebres dos seus mesmos parentes. É que o fim principal destas palavras é louvar acções, pelo que só fala dignamente nelas quem as compreende e as sabe exercitar. (Idem, “Elogio Funebre... a D. Joã V...”, *Colecçam / Das Obras / Que na Academia / Dos Occultos / Se recitáraõ na morte / do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / D. Joã V...*, Lisboa, 1750, p. 1).

¹⁸⁵ Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., pp. 129-173.

¹⁸⁶ A partir do século XVI até meados dos século XVIII, o epitáfio torna-se o relato de uma história e passa a ser um autêntico relato bigráfico para glória do defunto. (Philippe Ariès, *O Homem perante a Morte*, Publicações Europa-América, vol. I, 2ª Edição, 2000).

da Igreja¹⁸⁷, tornando-se, através das suas formas artísticas, um factor de persuasão e de manipulação do poder, sobretudo pela imagem. Em Portugal, seria um meio de penetração nas consciências e de controlo psicológico, uma aposta na capacidade transformadora da acção humana¹⁸⁸. Pregar torna-se um acto de comunicação social, tendo em vista o destinatário. Quem prega, pressupõe *a priori* ser ouvido e entendido. Perspectiva-se a pregação, enquanto argumentação, aliada à eloquência como arte da palavra que visa persuadir o ânimo alheio pela força do dizer constituindo objecto da retórica eclesiástica.

Como a dor é o eco do infortúnio e o sentimento a voz da desgraça, e porque morreu “hum Príncipe que foi Príncipe e consolação da Igreja”, o título mais adequado, segundo o panegirista, Filipe de Oliveira¹⁸⁹, para os discursos que por ora emergem será: *As lágrimas da Igreja*. Neste sentido, D. João V é visto como o Senhor que, na forma dos costumes, no culto divino, na justiça que administrou aos seus vassallos, na paz, na liberalidade, na obediência à Igreja e no sustento do Estado Eclesiástico, serve de Príncipe Modelo.

Dos textos relativos à morte do rei *Fidelissimo*, classificados como particular “entendimento com que decorre, prova, confirma e exorna todos os pensamentos de um alto objecto”¹⁹⁰, sobressaem, parece-nos, desde logo, duas intenções comunicativas elementares. Por um lado, procura-se celebrar as obras “piíssimas e religiosas” do soberano que o elevam à condição de imortal; por outro lado, pretende-se rememorar os ditames que norteiam estes mesmos discursos. É que, refere-se nesta literatura fúnebre, da Sagrada Escritura devem ser retirados paralelos de governação que fundamentam o discurso – no caso em análise, a regência do Magnânimo é frequentemente comparada à de Salomão, personagem bíblica –, no sentido de se elaborar a reconstituição de um padrão governativo, alicerçado nos vínculos da Igreja Católica, que tende a funcionar como garantia de continuidade¹⁹¹.

¹⁸⁷ Jean Delumeau, *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident (XIII^e-XVIII^e siècles)*, Fayard, Paris, 1983.

¹⁸⁸ Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989, p. 74.

¹⁸⁹ Filipe de Oliveira, *Oração / Fúnebre / Panegyrica, e Historica / Nas Exequias / de ... D. João V...*, Lisboa, 1750, p. 4.

¹⁹⁰ Mateus da Encarnação Pina, *Sermaõ / nas / Exequias / DelRey Fidelissimo / D. João V...*, Lisboa, 1752, p. 1.

¹⁹¹ “Durante muito tempo, o discurso da Igreja, na forma como se consolidou no momento post-tridentino, não se alterou, até quase ao final do século XVIII. Nesta perspectiva, o discurso que a morte suscita pode ser um reflexo não da mobilidade, mas da inércia dos sistemas de jogo”. (Michel Vovelle, *Ideologias e Mentalidades*, Ed. Brasiliense, 1987, p. 132).

Deste modo, e inseridos neste discurso de louvor e engrandecimento, da época barroca, ganham protagonismo a oração, o sermão e o panegírico fúnebres¹⁹² que se transmutam em ícones de difusão do ofício e das virtudes do rei, bem como sobressai o sentido de codificação do exercício retórico em torno da figura do soberano¹⁹³. “Mas que procura a Rhetorica com tantos rodeyos?” – interroga-se Francisco de Pina Melo¹⁹⁴. A dor e o sentimento são expressos no papel, atingindo maior eloquência a retórica daqueles que melhor conseguirem expressar “os soluços, as intercadencias, as respirações das lagrimas”¹⁹⁵ – sinais retóricos de persuasão ao interlocutor. Nas orações fúnebres – ponto alto das celebrações ltuosas, que pela palavra e pelos gestos, catalisava, em discurso panegírico, o sentir, o pesar e a emotividade de todos os presentes –, as “empresas” do orador, segundo o doutor de Sagrada Teologia e comissário do Santo Ofício, José da Cunha e Silva, devem ser duas: “as virtudes e as mágoas; as mágoas, de quem sente; e as virtudes de quem morre”¹⁹⁶.

O discurso proferido visa, assim, como primeiro propósito, fazer transparecer uma imagem depurada e idealizada do protagonista e perpetuar na memória as “virtudes moraes, e grandeza fysica” do rei, visto como um exemplo da Heroicidade e Religião depois de morto. Esta imagem do soberano recapitula velhos mitos e sinais de grandeza do passado que criam condições para a celebração da memória individual e impõem o reconhecimento social e colectivo. O monarca “esaltou não só a sua Coroa Lusitana, mas também servio de admiração a toda a Europa”¹⁹⁷. O culto do passado determina a celebração e remete para o desenvolvimento de uma memória litúrgica girando sobre si mesma, pois só “a repetição das orações he que faz distinguir os Principes excellentes dos que não foraõ”¹⁹⁸.

¹⁹² O Panegírico dos santos, a oração fúnebre de exaltação às qualidades do defunto, eclesiástico ou leigo, e as reflexões moralistas no púlpito sobre os pecados e as virtudes, mais palavrosas que de sumo ascético-místico, inundava por completo a pregação, desde a aurora da Idade Moderna. (João Francisco Marques, “Oratória Sacra ou Parenética – Época Moderna”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal (Apêndices)*, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), Círculo de Leitores, 2001, p. 487).

¹⁹³ “A excelência do panegírico como modelo de explicitação das perfeições do príncipe é formulada de modo singular por João de Barros no seu panegírico a João III”, integrando-se nos parâmetros do seu modelo inspirador – O Panegírico de Plínio a Trajano. (Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe – Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996, p. 244).

¹⁹⁴ Francisco de Pina e de Melo, *Oração / que pela morte / do (...) Rey / D. Joã V...*, Lisboa, 1750, p. 2.

¹⁹⁵ Filipe de Oliveira, *op. cit.*, p. 4.

¹⁹⁶ José da Cunha e Silva, *Oração / Funebre, / Consolatoria, Historica, e Panegyrica / nas Exequias / do / Serenissimo Senhor. / D. João V... em Montemor o Novo*, Évora, 1750, p. 3.

¹⁹⁷ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico / Nas Solemnes Exequias / Do ... Rey, e Senhor / D. João V ...*, Lisboa, 1751, p. 3.

¹⁹⁸ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do... D. Joã V...*, Lisboa, 1750, p. 4.

Simultaneamente, da “propaganda” veiculada pela repetição destes discursos lúgubres, é possível vislumbrar a preocupação havida por uma “moda nos pulpitos”, receando-se que as orações “degenerem em Academias, profanas e pueris”¹⁹⁹. Na tentativa de se evitar este “escandalo, injuria da Nação, desprezo do Sagrado”, sobressai a intencionalidade dos autores em relembrar as regras da “Rethorica Ecclesiastica”, tidas aquando a elaboração dos discursos. Na verdade, segundo a perspectiva de Isabel Mendes Drumond Braga, após a época do padre António Vieira, inícios de setecentos, começou a vislumbrar-se um novo estilo de pregação, isto é, o chamado “pregar francês”²⁰⁰, mais comovido e impregnado de um certo espírito evangélico, que defendia a simplicidade, a objectividade e a eficácia²⁰¹. As peças da oratória desenvolviam-se em torno de um texto bíblico que se comentava de acordo com o tema e as teses que o orador se propunha desenvolver²⁰². Tendo como base as informações da fonte documental *Noticia Chronologica dos Funerais de D. João V*²⁰³, é possível apurar (ver em anexo), em alguns dos sermões emitidos em honra do Magnânimo, as palavras da Bíblia que serviram de Tema a esse discurso fúnebre²⁰⁴.

As “letras”, lembra o religioso da Ordem Terceira, António das Onze Mil Virgens, sempre foram “a mais penetrante espada, que cortando os errados dogmas da

¹⁹⁹ José de Nossa Senhora do Pilar, *op. cit.*, p. 3.

²⁰⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As realidades Culturais – Meios e Agentes da Cultura”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, pp. 510-511.

²⁰¹ Refira-se, contudo, que o padre António Vieira, no *Sermão da Sexagésima*, condenara já a teatralidade, formulara as dúvidas escolásticas que obrigavam «a levantar testemunhos aos Textos», questionara as antíteses, o «escuro» das metáforas, denunciara a generalizada corrupção do gosto, da ética e da religiosidade, quer em pregadores quer em ouvintes cúmplices, e ainda os pregadores que «repetem simplesmente o trabalho alheio», ou os que decoram os sermões na íntegra. De acordo com as palavras de Margarida Vieira Mendes, nenhum dos ataques ao método antigo de pregar, feitos por Bluteau, Verney e Manuel do Cenáculo ou mesmo outros teorizadores coevos, incidiu sobre o *Sermão da Sexagésima*, pelo contrário, algumas censuras chegam a coincidir com as formuladas pelo próprio Vieira. (Sobre esta problemática, cfr. Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira...*, pp. 187-191).

²⁰² Segundo João Francisco Marques, nos finais do século XVII, emerge o predomínio do *delectare* sobre o *movere* que constitui a configuração do “código barroquista na arte de pregar, primeira metade do nosso século XVIII”. Ganhava consistência, no entanto, a procura de um novo sermão-tipo que privilegiasse o *docere e movere*, decidido por uma linguagem verdadeira, sóbria e clara, pondo-se apenas o problema do caminho a seguir: reforma do modo tradicional de pregar ou ruptura aberta? (Idem, “Sermonário impresso: da exegese à retórica dos sentidos bíblicos ao esplendor da oratória sacra”, *História Religiosa de Portugal – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica...*, p. 437).

²⁰³ *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidade, e villas do reino de Portugal dedicarão á saudosa memoria do seu fidelissimo monarcha D. João V*, Madrid: En la Imp. De Antonio Parez de Soto, 1752, p. 74; e *Memoria das exequias solemnes, que até o presente se tem celebrado nesta corte, e mais partes do reino pela alma do fidelissimo senhor D. João V*, [Lisboa?], s. d..

²⁰⁴ De acordo com Margarida Vieira Mendes, o facto de o púlpito ter deixado de ser o lugar de instrução religiosa e doutrinal para se tornar lugar de ostentação e de proezas, de haver pregadores mal formados e vaidosos, visando apenas o brilho pessoal e o agrado dos ouvintes, pregadores que não estudam a doutrina, leva a que Verney aconselhe para certos géneros (por exemplo, o panegírico) um tema livre e não forçosamente bíblico. (Idem, *A Oratória Barroca de Vieira...*, p. 188).

heresia, sustentaraõ na Igreja as verdades do Evangelho”²⁰⁵. Infere-se, daqui, que a forma dos textos deve obedecer às ordenações do Concílio de Trento²⁰⁶; as figuras consoante a Retórica Eclesiástica; e o estilo “desaffectado e sinero” sem perigo para a Religião Católica.

Na perspectiva do presbítero da Igreja de São Nicolau, Agostinho Pereira, de diversos modos costumam os Oradores Evangélicos finalizar em semelhantes ocasiões as suas “Parenthaçoens” sacras: “Huns falaõ com os vivos, pedindo-lhes que se dezenganem com a morte dos defuntos para a emenda das vidas, e reforma das consciencias; outros fallaõ com os defuntos, pedindo-lhes que no Ceo, em que os suppoem, pelas virtudes que exercitaraõ na terra, sejaõ para com Deos seus advogados, e intercessores”²⁰⁷.

Neste sentido, os sermões fúnebres tornam-se “fidelissimos” porque dirigem as almas para os bons costumes, sobrelevando daqui o desejo de penetrar na estrutura da vida, de cuja natureza faz parte o último passo que é a morte²⁰⁸ (processo dialéctico vida-morte presente no discurso).

3. 2. Análise da Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V

Embora as informações sobre as cerimónias fúnebres de pregação em memória do monarca defunto – donde emerge o sermão como acto comunicativo persuasivo²⁰⁹ – estejam condicionadas pelos dados impressos e divulgados na época, e que chegaram

²⁰⁵ “Por isso Luthero conhecendo esta verdade empenhou toda a sua diabolica industria para extinguir as Escolas do Christianismo. O mesmo julgou Juliano Apostata, que querendo perpetuar os seus erros, mandou fechar aos Christãos as suas Escolas”, refere António das Onze Mil Virgens Ferreira, *Oração / Funebre, / Historica, e Panegyrica, / Que nas Solemnes Exequias / do Rey Fidelissimo / o Senhor / D. João V... Viana do Castelo*, Lisboa, 1754, p. 21.

²⁰⁶ “A partir da reforma tridentina, a pregação transforma-se num forte baluarte destinado a impedir a progressão do protestantismo nascente, como aliás sempre fora na detença de heresias”. (João Francisco Marques, “Oratória Sacra ou Parenética – Época Moderna”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 491).

²⁰⁷ Agostinho Pereira, *Oração / Funeral, / Historica, e Panegyrica ... D. João V...*, Lisboa, 1750, p. 40.

²⁰⁸ José António Maravall, *A Cultura do Barroco...* p. 101.

²⁰⁹ Segundo José Pedro Paiva, o desiderato do sermão era, simultaneamente, aterrorizar e doutrinar. A estratégia é inflingir terror, para conduzir os fiéis ao arrependimento e à reforma dos comportamentos, através da “pastoral do medo” que insistia em temas como a vida divina, o juízo final, a dramaticidade da morte, a brevidade da vida, a eternidade e enormidade dos castigos infermais, a gravidade do pecado. Para depois fornecer consolo através de referências à graça e misericórdia de Deus, aos bens da glória celeste, às virtudes de certas devoções. (Idem, “Dioceses e organização eclesiástica”, *História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores, 2000, vol. II, p. 244).

até nós²¹⁰, facilmente constatamos, como já referimos atrás, que elas se desenrolam um pouco por todo o reino, por algumas cidades europeias, bem como nas colónias, tendo-se iniciado a um de Agosto de 1750, em Lisboa, e terminado a catorze de Novembro de 1751, em Goa.

É a geografia dessas cerimónias que procuraremos assinalar a seguir, a partir da *Notícia Chronologica dos Funerais de D. João V*²¹¹, que constitui uma síntese narrativa impressa das exéquias fúnebres do Magnânimo que se realizaram no interior do reino de Portugal²¹². A primeira informação que daqui se colhe é que o convento de S. Vicente de Fora²¹³ se antecipara a todos os obséquios lúgubres dedicados em memória do *Fidelíssimo*, que se prolongaram no território continental, num total de noventa e dois registados, até aos vinte e oito dias do mês de Abril de 1751, no convento de Santa Cruz de Coimbra – “convocando as Artes mais nobres para desempenho de taõ illustre desígnio – Architectura, Estatuária, Poesia, Pintura, Música e Oratória”²¹⁴.

Reafirma esta mesma fonte que estas acções fúnebres – “Ofício dos defuntos”, “Cerimónia fúnebre” e “Exéquias” – tiveram como autoria e organização instituições eclesiásticas²¹⁵, tendo sido em maior número os tributos de Religiosos de conventos, colégios e mosteiros de várias Ordens²¹⁶ (37), seguido por Igrejas e Senados de cidades e vilas (28), Arcebispados e Bispados (10)²¹⁷, Irmandades (8), Misericórdias (6), Nações estrangeiras (2), e Universidade de Coimbra (1).

²¹⁰ Outras cerimónias fúnebres ter-se-ão realizado sem que houvesse posteriormente uma impressão e divulgação mais detalhada da sua realização.

²¹¹ *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidades, e villas do reino de Portugal dedicarão á saudosa memoria do seu fidelissimo monarcha D. João V*, Madrid: En la Imp. De Antonio Parez de Soto, 1752; e *Memoria das exequias solemnes, que até o presente se tem celebrado nesta corte, e mais partes do reino pela alma do fidelissimo senhor D. João V*, [Lisboa?], s. d..

²¹² A partir dos elementos disponíveis, elaborámos um Quadro (ver em anexo) que nos procurasse responder a: Data da cerimónia; Local; Acção fúnebre; Autores/Organizadores/Assistência; Orador/Pregador (nome e estatuto); Discurso (tipologia e tema); Celebrante do Ofício/Missa; Mausoléu.

²¹³ Recorde-se que logo após a divulgação da morte do rei, fora iniciado o ofício de defuntos e foi neste local que foi enterrado o corpo defunto do rei na noite de 3 para 4 de Agosto de 1750, conforme foi referido atrás. Cfr., *supra*, pp. 34-35.

²¹⁴ *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidade, e villas do reino de Portugal...*, pp. 3-4.

²¹⁵ Devido à heterogeneidade de informações disponíveis, agrupámos os autores destas cerimónias segundo quatro categorias: Religiosos de conventos, colégios e mosteiros de várias Ordens, Igrejas e Senados de vilas e cidades, Arcebispados e Bispados, Irmandades, Misericórdias, Nações estrangeiras e Universidades.

²¹⁶ Incluímos aqui o testemunho público em memória do rei da Companhia de Jesus, realizado a 4 de Setembro de 1751 na Igreja de São Roque em Lisboa; e o da Congregação do Oratório de S. Filipe Neri, realizado a 26 de Setembro de 1750, na sua Igreja, também em Lisboa.

²¹⁷ A propósito dos Bispados de Elvas e Lamego não é referido que qualquer obséquio tenha sido iniciativa do respectivo Bispo, Senado ou Catedral. No entanto, também se realizaram tributos fúnebres nestas duas dioceses, respectivamente na Igreja de S. João de Deus e no Convento de S. Francisco. Relativamente ao bispado do Funchal, registámos um tributo em prol de D. João V, datado de 19 de Dezembro de 1750, cuja iniciativa, que teve lugar na respectiva catedral, coube ao Senado da Câmara do

Apesar de haver registo de homenagens públicas desde Lisboa a Elvas, de Monção a Faro, ou seja, nos três arcebispados (Braga, Lisboa e Évora) e nos restantes dez Bispados²¹⁸, cumpre-nos assinalar que o número de ocorrências varia de diocese para diocese.

Número de Acções fúnebres por Diocese

Braga	19	Elvas	2	Guarda	3	Lisboa	34	Porto	6
Bragança	1	Évora	7	Lamego	4	Portalegre	1	Viseu	2
Coimbra	8	Faro	3	Leiria	2				

Assim, podemos verificar que os obséquios públicos incidem, predominantemente, nos arcebispados do país, correspondendo a 65% da globalidade, destacando-se o de Lisboa com 36,9% e o de Braga com 20,6%. Évora situa-se nos 7,6%. A concentração das acções fúnebres nestas três dioceses poderá ter uma explicação natural, uma vez que, além de se tratarem das principais dioceses do reino, na altura, cerca de $\frac{3}{4}$ dos conventos e mosteiros – promotores maioritários destes eventos –, localizavam-se nas províncias da Estremadura, Alentejo e Minho, com 369 de um total de 477 existentes²¹⁹. Por outro lado, o facto de o maior número de actos públicos ocorrer nos espaços eclesiais de Lisboa e de Braga não pode deixar de ser associado à disparidade da ocupação populacional do território continental. Com efeito, Lisboa era a “grande megalópole portuguesa”²²⁰, a capital do Império, o que naturalmente atraía uma grande quantidade de pessoas residentes; e na província do

Funchal, tendo havido a pegação de uma Oração Fúnebre da autoria do Deão da Sé, António Monteiro de Miranda.

²¹⁸ Convém recordar que Portugal, em 1750, possuía duas dioceses nas ilhas (Angra e Funchal) e 13 no território continental: Braga, Bragança/Miranda, Coimbra, Elvas, Évora, Faro, Guarda, Lamego, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto e Viseu. Enquanto Braga, Évora e Lisboa funcionavam como arcebispados, as restantes eram bispados. Lisboa, que fora dividida em duas dioceses, Ocidental e Oriental, entre 1716 e 1740, tinha-se unificado novamente e conservava, à época, a dignidade de patriarcal. (Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, p. 92).

²¹⁹ Entre 1739-40, existiam em Portugal continental 477 conventos e mosteiros, com a seguinte distribuição geográfica: Minho – 80; Trás-os-Montes – 14; Beira – 79; Estremadura – 182 (85 em Lisboa e seu termo); Alentejo – 107; Algarve – 15. (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, pp. 203-204).

²²⁰ Em meados do século XVIII, Lisboa concentrava cerca de 5% da população total e mais de 26% da população urbana. O Porto continha 11 mil fogos, cerca de $\frac{1}{4}$ da população da capital. (José Vicente Serrão, “O Quadro Humano”, *História de Portugal Moderno político e institucional*, Universidade Aberta, 1995, p. 59).

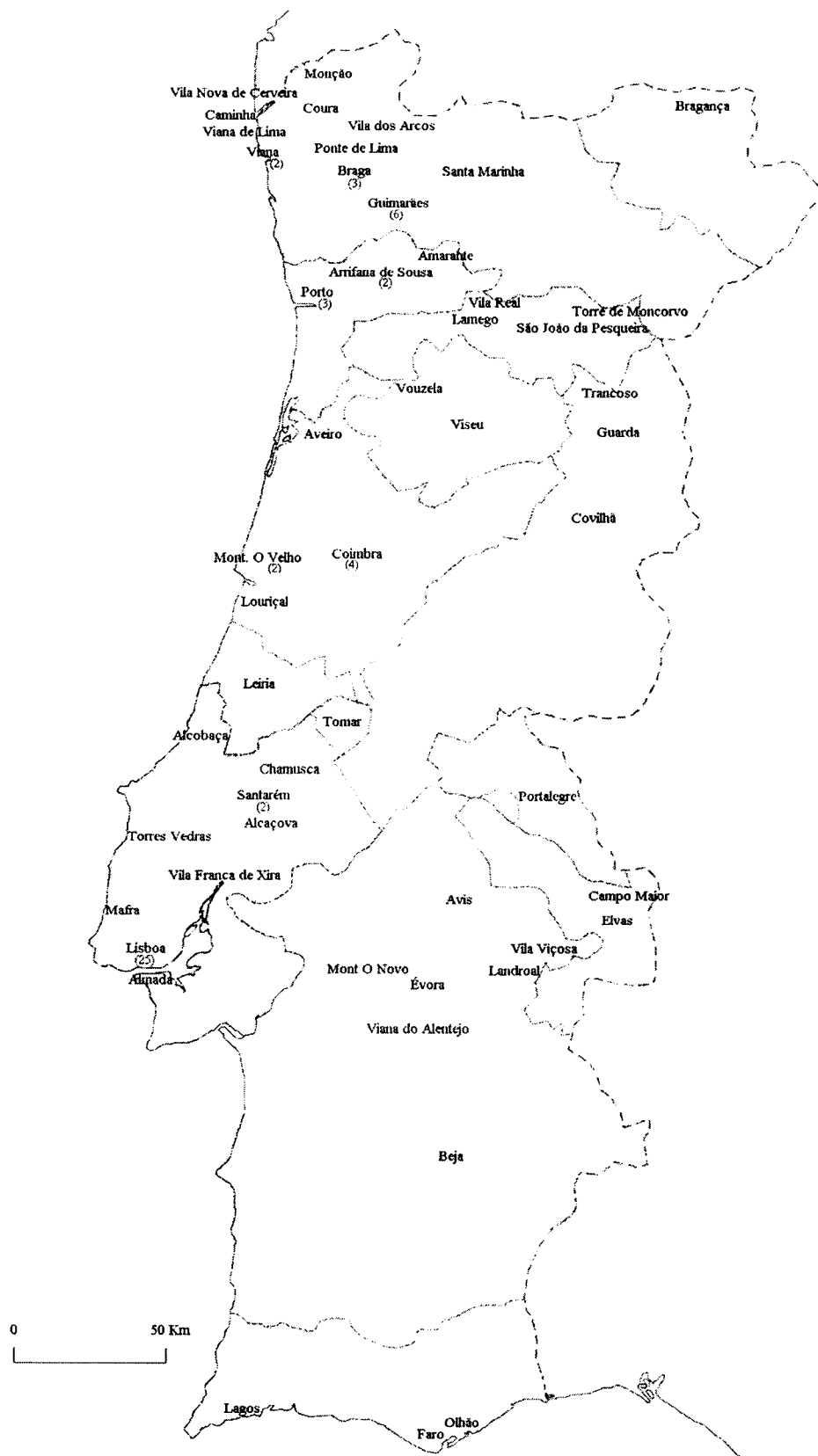
Minho, que corresponde a um território equivalente a um duodécimo da superfície do país, aí vivia na época cerca de ¼ da população portuguesa do século XVIII²²¹.

Quanto aos bispados, merecem destaque os de Coimbra com 8,6% e do Porto com 6,4%, ou seja, parece confirmar-se a ideia de que estas cerimónias, a seguir às principais áreas diocesanas, se concentram nos grandes centros urbanos, a norte de Lisboa e mais junto ao litoral. Na verdade, pela leitura que podemos fazer destes dados, as exéquias em memória do Magnânimo acabam por ter menor expressão no interior e no sul do país, correspondendo as práticas localizadas nestes espaços eclesiásticos a apenas 16,6% da totalidade²²².

Estruturado na base da divisão diocesana vigente na época, o Mapa 1 (ver página seguinte) dá-nos uma visualização cartográfica das disparidades existentes quanto à distribuição, no território continental, das cerimónias fúnebres registadas em homenagem ao *Fidelíssimo*.

²²¹ *Idem, ibidem*, pp. 48-49.

²²² Divididas da seguinte forma: Lamego – 4,3%; Faro – 3,2%; Guarda – 3,2%; Elvas – 2,1%; Viseu – 2,1%; Bragança/Miranda – 1%; e Portalegre – 1%.



MAPA 1

Distribuição geográfica das cerimónias fúnebres realizadas em honra de D. João V no território continental.

Fontes: *Noticia Chronologica dos funerais de D. João V...*; Mapa construído a partir da divisão diocesana de meados do séc. XVIII de José Pedro Paiva, (“Dioceses e organização eclesiástica”, *História Religiosa de Portugal...*, p. 186).

(As localidades assinaladas no mapa dizem respeito aos locais de ocorrência de cerimónias fúnebres. Os algarismos expressos entre parênteses junto de cidade ou vila correspondem ao número de cerimónias ocorridas nessa mesma localidade.)

As cerimónias realizavam-se no interior de templos religiosos – conventos, igrejas, sés, catedrais, capelas e mosteiros – em muitos dos quais eram construídos mausoléus e catafalcos²²³ que, a par da ornamentação envolvente – panos pretos, rendas de ouro, “multidão de luzes” e insígnias reais –, assinalavam que “o sentimento dos Vassallos havia de ser como de filhos na perda de hum Monarca que tanto se mostrou Pay mais do que Rey”²²⁴.

O auditório, normalmente constituído pelos elementos da instituição religiosa promotora do evento, contava, por vezes, com a presença de outras comunidades da Igreja Católica, bem como por membros da Nobreza e do Povo, muitos deles tendo-se deslocado de povoações circunvizinhas, após terem sido convocados. É o caso da referência feita a Sebastião de Sousa, prior de Olhão, o qual “convidou no dia seis de Setembro [1750] os Parochos circumvezinhos, e muitos Religiosos para celebrar exéquias à Magestade Fidelíssima”²²⁵. Estas anotações na fonte acentuam, pois, quer o relevo conferido à divulgação e realização destas cerimónias em homenagem do rei, quer o conhecimento e a adesão pública a tais tributos, por parte das comunidades circundantes.

A envolvência dos assistentes é caracterizada pelo sentimento de pesar e veneração colectivas que, não raras vezes, assume o seu ponto auge na reacção às palavras e empenho persuasivo dos oradores. Através de uma eloquente narração, de uma energia de representação e de “profunda literatura”, a cerimónia da pregação provocava nos ouvintes as mais variadas reacções, desde o sentimento de perda pela morte do rei, à reflexão face à fugacidade da glória humana, às lágrimas e aos aplausos, como são ilustrativas as descrições feitas à reacção do público perante a retórica do missionário apostólico Afonso dos Prazeres, que “tal foy a energia com que representou a fragilidade da gloria mundana, que deixou penetrados os corações dos ouvintes”²²⁶; e do Vigário Geral de Faro, Miguel Luís Teixeira da Cunha, “cuja eloquente narração provocou excessivamente as lágrimas dos circunstantes”²²⁷. A esta situação não pode

²²³ Designados por Mausoléus, Catafalcos, Essas, Cenotáfios e Máquinas, há registo na fonte em análise de um total de 60 construções deste género erigidas no interior dos templos religiosos. Transcrevemos, em anexo, a descrição que é feita na *Notícia Cronológica...* a estes monumentos. Ver *Infra*, pp. 148-160. Robert Smith procura fornecer elementos sobre as obras (mausoléus e catafalcos) construídas para as cerimónias fúnebres do rei, não só em Portugal mas também fora do país. (Idem, “Os Mausoléus de D. João V nas quatro partes do Mundo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, 2ª. Série, n.º 1, 1955).

²²⁴ *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidade, e villas do reino de Portugal...*, p. 26.

²²⁵ *Ibidem*, p. 31.

²²⁶ *Ibidem*, p. 12.

²²⁷ *Ibidem*, p. 16.

ser descurado o facto de a pregação, que normalmente encerrava o officio dos defuntos, além da função catequética, adquirir uma intenção de propaganda política, sendo o empenho dos pregadores, no final, o de persuadir os ouvintes para que “moderassem os excessos da sua pena pois o Rey defunto estava logrando pellas suas heróicas virtudes huma coroa, sobre a qual não tinha jurisdição o tempo”²²⁸.

As noventa e duas celebrações fúnebres em memória de D. João V, de que há registo no território continental, deram origem a oitenta e uma cerimónias de pregação²²⁹. Não aparece alusão na fonte em análise de ocorrência de prédicas em doze delas, tendo havido um tributo onde se verificaram dois discursos proferidos, concretamente aquele que é feito pela Universidade de Coimbra a trinta e a trinta e um de Outubro [1750].

No que diz respeito à identificação dos pregadores que sobem à tribuna nestas situações, detectámos um conjunto de setenta e sete, já que Bernardino de Santa Rosa prega em três locais diferentes – Convento de Amarante a 19 de Agosto, Igreja de N. S. da Oliveira (Guimarães) a 25 de Agosto e Mosteiro de Santa Clara (Guimarães) a 2 de Setembro –, e António Santa Anna e António de Santa Marta Lobo exercem os dotes de retórica por duas vezes, respectivamente, no Convento de Mafra a 8 de Agosto e no Convento de S. Pedro de Alcântara a 27 de Agosto; na Catedral do Porto a 5 de Setembro e na Igreja de Santa Eulália da Comieira (Braga) a 12 de Outubro. Estas informações, embora possam assinalar que poderá ter havido algum itinerário apostólico nas cerimónias fúnebres por parte de alguns missionários, acabam por se revelar pouco significativas na medida em que a grande maioria dos oradores (74) prega apenas um discurso.

Quanto à identificação do cargo que desempenham no seio das várias instituições e Ordens religiosas a que pertencem, deparamos que estes agentes da Igreja revelam uma diversidade estatutária e acumulação de funções, que vão desde Missionários Apostólicos, Definidores, Examinadores, Comissários, Desembargadores, Qualificadores do Santo Officio, Pregadores Gerais, Vigários Gerais, Priores e Reitores

²²⁸ *Ibidem*, p. 24.

²²⁹ De referir as estas 81 cerimónias de pregação teremos de acrescentar mais 5, tantas quantos os discursos proferidos e impressos que detectámos na BN e que não vêm registados na fonte em análise: *Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V*. Cfr. *infra*, p. 59.

de conventos e colégios, Lentes da Universidade, a Padres de província e de freguesia²³⁰.

Relativamente ao grau académico que possuem, 58% apresenta formação superior, distribuída pelas insígnias de “Mestres” (19) e “Doutores” (26). Alguns são mesmo elogiados pelo facto de a sua “grande literatura ser bem conhecida”²³¹, o que nos deixa entender que tinham já como tarefa o exercício do ministério do púlpito em assuntos morais e panegíricos junto das populações, e que posteriormente os seus discursos foram impressos e divulgados²³². De facto, apresentando uma terminologia diversificada e cumulativa de funções, muitos destes homens têm em comum a aprendizagem e a consequente regência de cadeiras de ciências escolásticas na Universidade e em colégios²³³; bem como o exercício da eloquência sagrada na diocese onde exercem. Outros há, contudo, num total de 33, cuja descrição do seu estatuto não vai além de “Padre / Frei”; “Pároco” de freguesia e “Monges” de conventos.

Por fim, destacamos o facto de o maior número destes pregadores pertencer à Ordem de Santo Agostinho, com um total de nove elementos²³⁴; seguida pela Ordem dos Pregadores, com sete; e as restantes por esta disposição: Companhia de Jesus – seis; Ordem Terceira – cinco; Ordem de S. Bento – três; Ordem de Cristo e de S. Paulo – duas (cada); e as de São Filipe de Neri (Oratorianos), de S. Domingos, de N. S. do Carmo, Teantinos, Irmandade do Espírito Santo e de S. Jerónimo – com um cada.

²³⁰ Importa salientar que do número inicial de 77, dez não apresentam qualquer referência, pelo que registámos um total de 67 oradores identificados no que diz respeito à sua actividade religiosa. Há dois que não apresentam identificação quanto ao nome, apenas sabemos que se tratam de um Vigário Geral e de um Religioso de província (Algarve). Refira-se que além da fonte que serve de apoio a esta nossa análise: *Noticia Chronologica dos funerais de D. João V...*, recorremos, de igual forma, às informações contidas na *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, Nova Edição por M. Lopes de Almeida, Coimbra, (4 Tomos), tendo em vista a confirmação e o complemento dos dados disponíveis. Assim, dos 77 pregadores referidos na fonte, 21 aparecem mencionados na *Biblioteca Lusitana*, não tendo detectado nenhuma biografia que fosse contrária às informações da *Noticia Chronologica*.

²³¹ Veja-se Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana...*, 4 Tomos.

²³² Refira-se que a pregação, na época barroca, distinguia-se entre as prédicas das acções missionárias, evangélicas e penitenciais destinadas a pessoas pouco catequizadas e analfabetas, e a oratória culta, cidadina, cortesã, de carácter mais político, que ultrapassara a área espiritual e religiosa, a qual estava a cargo do pregador régio, um profissional preparado para exercer tais funções. (Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira...* pp. 69-71). A primeira metade de Setecentos atingiu o ponto áureo das missões internas, graças à acção dos jesuítas, oratorianos, missionários apostólicos e lazaristas (Congregação da Missão). (José Pedro Paiva, “Pastoral e Evangelização – As Missões Internas”, *História Religiosa de Portugal...*, p. 240).

²³³ Depois de terem professado a sua Ordem religiosa e de se terem tornado bacharéis, muitos continuam a sua formação académica nas Universidades (Coimbra e Évora), alcançando o grau de Mestre e Doutor em áreas como Teologia, Filosofia, Sagrados Cânones e Artes.

²³⁴ Do total de 67 com alusão às funções religiosas que desempenham no seio da Igreja, apenas 40 possuem identificação quanto à Ordem religiosa que professaram.

Número de Pregadores por Ordens religiosas

Agostinhos	9	Ordem Pregadores	7	Companhia de Jesus	6	Ordem Terceira	5	Ordem de S. Bento	3
Ordem de Cristo	2	Ordem de S. Paulo	2	Congreg. de S. Filipe Néri	1	Ordem de S. Domingos	1	Ordem N. S. do Carmo	1
Teatinos	1	Irmandade Espírito Santo	1	S. Jerónimo	1				

Importa ainda mencionar que apesar de a Ordem de Santo Agostinho ter sido a que disponibilizou mais membros para as acções no púlpito, nenhum deles o fez na diocese de Lisboa, onde se verifica a maior concentração de obséquios joaninos, tendo antes pautado a sua presença pelas dioceses de Braga, Coimbra, Évora, Elvas e Faro. Em sentido inverso, registe-se a Congregação dos Oratorianos²³⁵ uma vez que o seu único orador exerce a arte da oratória na capital, contrariando aquela que terá sido, na óptica de José Pedro Paiva, a acção apostólica desta instituição religiosa, que incidia predominantemente junto das populações rurais²³⁶. Já a pregação nos tributos ao rei morto por parte dos religiosos das Ordens dos Pregadores e da Companhia de Jesus aparece de acordo com a sua missionação interna²³⁷, uma vez que incide maioritariamente nos principais centros urbanos do país, Lisboa, Braga, Coimbra, Leiria, Bragança e Faro.

²³⁵ A actividade do seu fundador em Portugal, Pe. Bartolomeu do Quental, pautara-se, durante o reinado de D. Pedro II, num espaço concreto, a corte, e para um público específico, a família real e a elite sócio-política. Este religioso pretendeu divulgar uma nova prática religiosa no sentido de se dar mais primazia aos exercícios espirituais libertos da obrigatoriedade de votos, à assistência aos mais necessitados (doentes, idosos e mendigos), e ao ensino. A memória e o exemplo espiritual do oratoriano perpetuar-se-ia na corte com o patrocínio régio de D. João V, permitindo que os congregados disputassem com os jesuítas a exclusividade da direcção das consciências da dinastia brigantina. (Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754)*..., pp. 346-357; p. 602). Sobre as problemáticas entre a Congregação de Filipe de S. Néri e a Companhia de Jesus, durante o reinado joanino, cfr. *supra*, pp. 24-26.

²³⁶ De facto, não encontramos na fonte nenhum registo de pregador oratoriano que tenha subido ao púlpito nas cerimónias fúnebres de D. João V no interior do reino. Esta situação merece mais destaque se atendermos ao facto de que a acção missionária da Congregação de S. Filipe Néri, de acordo com José Pedro Paiva, ter delineado grande parte da sua orientação em favor das gentes rurais. A explicação para tal situação poderá residir, contudo, no facto de o fulgor oratoriano ter conhecido alguma contenção a partir de 1730, para voltar a assumir frequência mais elevada entre 1760 e 1770. (José Pedro Paiva, "Pastoral e Evangelização – As Missões Internas"..., p. 240). Sobre este assunto cfr., também, Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, 1982.

²³⁷ Refira-se que quanto à missionação interna, ao contrário dos Oratorianos, os Jesuítas tiveram maior atracção pelos centros urbanos ou pelos aglomerados demograficamente maiores, beneficiando da localização dos seus colégios (Braga, Coimbra, Lisboa e Évora) para o trabalho de acção apostólica. (José Pedro Paiva, "Pastoral e Evangelização"..., p. 241).

3. 3 Literatura Fúnebre impressa

Após muitos destes discursos fúnebres terem sido proferidos nas várias manifestações públicas realizadas no interior e no exterior do reino, era comum a sua publicação, quer avulsos quer reunidos em compilações. Segundo a Licença de Ordem de Francisco Xavier de Lemos ao Sermão nas Exéquias de Pedro Soriano Bravo, “todas as mais que se recitaraõ por todos os Conventos da Provincia deviaõ sahir à luz, para assim ficar publico o nosso agradecimento e igualmente ser notoria a nossa saudade”²³⁸. Na verdade, embora nem todos tivessem o privilégio de serem divulgados, outros há que foram impressos e publicados várias vezes, quer em separado quer fazendo parte de diversas colectâneas²³⁹.

Ao serem veiculadas, nestas edições, expressões como: “Vende-se na mesma Officina [de Francisco Luiz Ameno] na rua do Carvalho junto à travessa dos Fieis de Deos, no Livreiro do Adro de S. Domingos, Papelistas do Terreiro do Paço e Portas da Misericórdia”²⁴⁰, poderemos inferir, da existência na época, de um género de anúncio publicitário a tais impressos²⁴¹. Ora, se este facto evidencia a intencionalidade em se publicitar a comercialização desta literatura, também nos faz pressupor a existência de um público específico e interessado na aquisição e mesmo colecção dos referidos textos. De facto, em meados do século XVIII, apesar de o desejo de instrução ter permitido o aparecimento de um público que privilegiou a cultura utilitária²⁴², subsistia ainda um público essencialmente piedoso e curioso face à história e à literatura, sendo que uma boa parte dos leitores continuava a fazer parte dos clérigos seculares e regulares, a par de leigos eruditos e de alguns curiosos²⁴³.

²³⁸ Pedro Soriano Bravo, “Licenças de Ordem”, *Sermaõ nas Exéquias... D. Joaõ V...*, 1750, p. 1.

²³⁹ Tal constatação é perceptível pelo facto de termos encontrado repetidos muitos destes exemplares e registados em diferentes cotas, na pesquisa que fizemos na Bblioteca Nacional de Lisboa.

²⁴⁰ *Culto / Funebre / Á memoria sempre saudosa / do Fidelissimo, Augusto, Magnifico e Pio Momarca / O Senhor / D. Joaõ V. / Rey de Portugal*, Coleção I, Lisboa, 1750, p. 1.

²⁴¹ Refira-se que, no domínio das práticas da leitura e da escrita, a transição para a modernidade foi sendo marcada pela leitura silenciosa e privada e pela utilização da imprensa, ao mesmo tempo que o público leitor foi crescendo um pouco por toda a Europa, tendo esta época sido definida como a “cultura do objecto impresso”. (Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As realidades Culturais – Meios e Agentes da Cultura”..., p. 486).

²⁴² Assuntos de educação, questões científicas, actualidades, temáticas como a agricultura e a maçonaria. (Idem, *ibidem*, p. 487).

²⁴³ Segundo um estudo de Isabel Drumond Braga, tendo como base de informações publicadas nos periódicos do ano de 1750, apurou-se que dos 54 títulos impressos anunciados naquele ano, 20 eram de temática religiosa; 10 de assuntos de educação, eloquência, moral e ficção; sete abordavam matérias de

A publicação de sermões e literatura fúnebre – enquanto instrumentos de propaganda política e catequética –, em prosa e em verso, poderia traduzir não só o interesse por esse tipo de textos, mas também ser entendido como sintoma de crise e de alteração política²⁴⁴. Ao mesmo tempo, estas publicações estariam disponíveis a outros pregadores e escritores como exemplares de fácil imitação, chegando, de igual forma, não unicamente junto do ouvinte, mas do mais diversificado leitor.

Perante a emergência da vasta heterogeneidade dos discursos fúnebres impressos, optámos por fazer um agrupamento destes textos de acordo com o seu conteúdo. Assim, a divisão e a compilação efectuada teve em conta os discursos em prosa – sermões, orações, panegíricos e elogios fúnebres – que se referiam às acções e virtudes realizadas pelo monarca defunto; os que constituíam uma narrativa descritiva das cerimónias e exéquias fúnebres realizadas num determinado templo religioso, cidade ou vila; e os que correspondiam a poesia fúnebre variada dedicada ao soberano. Ou seja, compilámos todo este corpus textual impresso e disponível com base em três tipologias discursivas, respectivamente: *Discursos Fúnebres*; *Relações de Exéquias*; e *Poesia Fúnebre*²⁴⁵.

3. 3. 1 *Discursos Fúnebres*

Relativamente a estes textos – *Orações / Sermões / Panegíricos / Elogios* –, que congregam de forma laudatória as qualidades e obras da figura régia, fizemos a separação dos que foram pregados em cerimónias ltuosas no interior do território nacional (Quadro: 1), dos que foram recitados no exterior, nomeadamente: Brasil (Quadro: 2), Europa (Quadro. 3), e Índia (Quadro: 4). O Quadro: 5 contempla aqueles que apenas foram escritos, não pregados, e, posteriormente, impressos.

Tendo como referências principais a data, o local e o autor dos mencionados discursos, elaborámos os seguintes quadros:

história e de geografia; cinco dedicavam-se a questões científicas e os restantes a actualidades. (*Ibidem*, p. 487).

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 511.

²⁴⁵ Ver em anexo estampas de frontispícios ilustrativos destes textos.

Quadro 1: *Discursos fúnebres impressos, pregados no território nacional:*

A N O	Pregação					Autor		Publicação		
	Data	Local	Celebração	Espaço religioso	Discurso	Nome	Estado	Lug.	Ano	Impressor
1 7 5 0	8 Ago.	Mafra	Religiosos Província Arrábida	Convento	Oração fúnebre	António de Santa Anna	Filho menor de Província	Lis- boa	1750	Oficina Sil- viana e da Acad. Real
	11 Ago.	Leiria	Bispo de Leiria	Catedral	Sermão Soleni- dades	António da Assunção	Ordem dos Pregadores e Vigário Mosteir	Lis- boa	1751	Inácio Rodrigues
	19 Ago.	Almada	Ordem dos Prega- dores	Convento de S. Paulo	Sermão nas Exéquias	Pedro Soriano Bravo	Prior do Convento de S. Paulo	Lis- boa	1751	Oficina Sil- viana e da Academ. Real
	27 Ago.	Lisboa	Irmandade S. Bartolo- meu Nacã Alemã	Igreja da Irmandade S. Julião	Oração fúnebre	Filipe de Oliveira	Clérigo Secular e Missionário Apostólico	Lis- boa	1750	Miguel Rodrigues
	29 Ago.	Lisboa	Congreg Senhora da Caridade	Igreja S Nicolau	Oração funeral	Agostinho Pereira	Presbítero secular	Lis- boa	1750	Francisco da Silva
	29 Ago.	Faro	Arcebispo de Faro	Catedral	Oração fúnebre	Miguel Luís Teixeira	Provisor e Vigário do Bispado	Lis- boa	1751	Francisco Luís Ameno
	30 Ago.	Viana Alentejo	Religiosos da Ordem Terceira	Convento Ordem Terceira	Oração fúnebre	António das Onze Mil Vir- gens Ferreira	Religioso da Ordem Terceira	Lis- boa	1754	Francisco Luís Ameno
	30 Ago.	Monte- mor O Novo	Arcebis- pado de Évora	Hospital Real da Vila	Oração fúnebre	José da Cunha e Silva	Pároco da Freguesia de Escoural	Évo- ra	1750	Oficina da Universi- dade
	31 Ago.	Lisboa	Cónegos Basílica Sta. Maria	Basílica de Santa Maria	Oração fúnebre	Timóteo Oliveira	Companhia de Jesus; confessor da princesa	Lis- boa	1750	Francisco da Silva
	1 Set.	?	Acade- mia dos Ocultos	?	Elogio fúnebre	Miguel Lúcio Francisco Por- tugal e Castro	Presidente da Conferência	Lis- boa	1750	Manoel Soares Vivas
	2 Set.	Lisboa	Ordem Terceira da Penitência	Convento S. Francisco	Oração fúnebre	António da Graça	Comissário Visitador Ordem Terceira	Lis- boa	1750	António Pedrozo Galram
	2 Set.	Santa- rém	Província da Santa Maria	Convento S. João Baptista	Epicédio Pancgírico	José Nossa Senhora do Pilar	Filho da mesma Província	Lis- boa	1751	Manoel Coelho Amado
	3. Set.	Lisboa	? Ordem Pregadores	Igreja S. Domingos	Oração fúnebre	Teodoro de São José	Ordem dos Pregadores	Lis- boa	1751	António Ped. Galram
	5 Set.	Porto	Arcebispo do Porto	Catedral	Oração fúnebre	António de Santa Marta Lobo	Cónego Secular Congr. S. João Baptista	Porto	1751	Manoel Pedrozo Coimbra
	23 Out.	Lisboa	Irmandade N.S.Mon- serrate	Mosteiro S. Bento	Oração fúnebre	Tomaz de Aquino	Monge de S. Bento	Lis- boa	1750 (?)	Oficina Monravana
31 Out.	Lisboa	Religiosos Alemães	Igreja S. João Nepo- muceno	Panegírico fúnebre	Luís de Santo Aleixo	Vigário Hospí- cio S. João Nepomuceno	Lis- boa	1750	Miguel Manescal da Costa	
31 Out.	Braga	Arcebispo de Braga	Sé de Braga	Oração fúnebre	Xavier da Costa	Companhia de Jesus	Lis- boa	1751	Oficina Sil- viana e da Academ. Real	
30 Nov.	Santa- rém	Academia Scalabi- tana	?	Oração Consola- tória	José Manoel da Conceição	Ordem Terceira da Penitência	Lis- boa	1751	Impr. Congr. Cameraria. S. Igreja Lisboa	
?	Porto	?	Convento S. Francis- co	Oração fúnebre	Manoel da Epifania	Religioso de S. Francisco de Província	Lis- boa	1759	António Vicente da Silva	

(Continua)

(Continuação)										
Pregação					Autor		Publicação			
Data	Local	Celebração	Espaço religioso	Discurso	Nome	Estado	Lug.	Ano	Impressor	
1750	Montemor O Velho	?	?	Oração pela morte	Francisco de Pina e de Melo	Moço Fidalgo da Casa Real	Lisboa	1750	José da Costa Coimbra	
?	Penamacor	Senadores Igreja S. Tiago	Igreja de S. Tiago	Sermão nas Exéquias	José António das Neves	Religioso Ordem Patriarca Serafíco	Lisboa	1751	Manoel da Silva	
?	?	?	?	Oração fúnebre	Francisco Rebelo	Clérigo Regular	Lisboa	1751	Impr. Congr. Cameraria. S. Igreja Lisboa	
1751	6 Fev.	Lisboa	Irm. Clér. Debaio Sagrados	Igreja N. S. Loreto	Oração fúnebre	José Cadeira	Presbítero de S. Pedro; Ordem de S. Pedro	Lisboa	1751	Miguel Rodrigues

Mediante o exposto no Quadro 1, sobressai que o maior número de discursos tipografados teve como principal local de enunciação a capital do reino, com cerca de 40% da totalidade veiculada. Por outro lado, mesmo tendo sido pregados noutras localidades, Lisboa mantém a preponderância quanto ao local de publicação dos discursos, com cerca de 92% do total impresso²⁴⁶. Apenas Évora e Porto, com uma cada, são cidades referenciadas como tendo sido locais de publicação das Orações emitidas.

Importa ainda referir o facto de aparecerem discursos impressos, que anteriormente terão sido pregados em várias localidades do país, mas que não aparecem mencionados na fonte *Notícia Chronológica dos funerais de D. João V*, atrás analisada. São os casos dos textos de Luís de Santo Aleixo, proferido a 31 de Outubro [1750] em Lisboa; de Manoel da Epifania, no Porto; de Francisco de Pina Melo, em Montemor O Velho; de José António das Neves, em Penamacor; e de Francisco Rebello, com local e data desconhecidos. Assim sendo, e se juntarmos estas cinco ocorrências às oitenta e uma assinaladas na *Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V*, tomamos nota de um total de oitenta e seis situações onde se verifica a subida ao púlpito nos tributos ao Magnânimo.

²⁴⁶ Durante o reinado joanino, a tipografia tivera substanciais incentivos com a chegada a Portugal de compositores, estampadores, gravadores, especialmente flamengos e franceses. O próprio D. João V interessara-se directamente por esta arte, ordenando que exemplificassem no Paço os actos de compor e imprimir. (Luís Ferrand de Almeida, "D. João V e a Biblioteca Real", *Páginas dispersas...*, p. 213).

Quadro 2: *Discursos fúnebres impressos, pregados no Brasil:*

A N O	Pregação					Autor		Publicação		
	Data	Local	Celebração	Espaço religioso	Discurso	Nome	Estado	Lug.	Ano	Impressor
1750	11 Dez.	Baía	?	Catedral Metropolitana	Oração fúnebre	Plácido Nunes	Religioso da Companhia de Jesus	Lisboa	1753	Oficina Silviana e da Academ. Real
	15 Dez.	Baía	Religiosas de Santa Clara	Mosteiro	Estátua de Ouro	António de Oliveira	Sacerdote do Hábito de S. Pedro	Lisboa	1753	Oficina Silviana e da Academ. Real
	22 Dez.	Baía	Provedor Casa Misericórdia	Igreja da Misericórdia	Sermão nas Exéquias	António da Costa	Religioso da Companhia de Jesus	Lisboa	1753	Oficina Silviana e da Academ. Real
	28 Dez.	S. João del Rei	?	?	Monumento do Agradecimento	Matias António Salgado	Vigário Colado da Matriz N.S. do Pilar	Lisboa	1751	Francisco da Silva
	28 Dez.	S. João del Rei	Senado de S. João del Rei	?	Oração fúnebre	Matias António Salgado	Vigário da Igreja Matriz N.S. do Pilar	Lisboa	1751	Francisco da Silva
1751	22 Jan.	Baía	Clérigos da cidade da Baía	Igreja de S. Pedro	Oração fúnebre	Pedro Fernandes de Azevedo	Presbítero e Capelão do Regimento da Baía	Lisboa	1753	Oficina Silviana e da Academ. Real
	26 Jan.	Baía	Religiosos de S. Francisco	Igreja do Convento S. Francisco	Sermão nas Exéquias	José dos Santos Cosme e Damião	Religioso do Convento S. Francisco	Lisboa	1753	Oficina Silviana e da Academ. Real
	12 Fev.	Rio de Janeiro	Senado do Rio de Janeiro	Sé do Rio de Janeiro	Sermão nas Exéquias	Mateus da Encarnação Pina	Monge de S. Bento	Lisboa	1752	Inácio Rodrigues
	26 Fev.	Rio de Janeiro	Irmandade Apóstolos S. Pedro	? Igreja de N. S. Candelaria	Oração Fúnebre	Inácio Manoel da Costa Mascarenhas	Vigário da Paroquial de N. S. Candelaria	Lisboa	1751	Manoel Pedrozo Coimbra
	?	Belém do Grão Pará	?	Colégio da Companhia de Jesus	Oração Fúnebre	Aleixo António	Companhia de Jesus	Lisboa	1754	Miguel Manescal da Costa

Quanto aos impressos cuja pregação teve origem no exterior, sublinhe-se a representação da Companhia de Jesus²⁴⁷ com a presença de oradores no Brasil, em Roma e na Índia. Saliente-se que metade dos obséquios brasileiros realizou-se na Baía²⁴⁸.

Refira-se que fora do espaço nacional, foi em Itália que as pompas fúnebres de D. João V revestiram maior solenidade e lustre, tendo tido lugar na Igreja de Santo António dos Portugueses, na presença do Cardeal Corsini²⁴⁹. Dos vários sermões

²⁴⁷ Um ano antes da morte de D. João V (1749), o número de jesuítas residentes em Portugal e seus domínios alcançara os 861 elementos, o que permite dar a ideia da quantidade de recursos humanos disponíveis por parte desta instituição religiosa para, entre outras, a acção missionária, não só no interior do reino, mas também nos espaços ultramarinos. (Cfr. Paulo Drumond Braga, "Igreja, Igrejas e Culto", *Nova História...*, pp. 100-103). Assinale-se ainda a protecção material e a defesa que muitos jesuítas que assistiam no Estado da Índia e do Brasil sentiam por parte da rainha D. Maria Ana de Áustria. (Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património...*, pp. 539-540).

²⁴⁸ Refira-se que estas homenagens dos jesuítas do Brasil poderão não ser alheias ao facto de, pouco tempo antes de morrer (23 de Julho de 1750), D. João V lhes ter concedido "mercês" para benefícios nos seus seminários da Baía e do Rio de Janeiro. (Cfr. *infra*, p. 91).

²⁴⁹ A decoração lúgubre da Igreja combinava com o cenotáfio erguido no cruzeiro, que imitava um templo em figura oitavada sobre oito colunas insuladas das quais nasciam quatro ângulos imaginários. A urna,

recitados e depois impressos, neste faustoso cerimonial realizado em Roma, destacamos o da autoria de Luís António Verney²⁵⁰.

Quadro 3: *Discursos fúnebres impressos, pregados na Europa:*

A N O	Pregação					Autor		Publicação		
	Data	Cidade	Celebração	Espaço religioso	Discurso	Nome	Estado	Lug.	Ano	Impressor
1750	23 Set.	Roma	?	Consistório Secreto	Alocação do Santíssimo Padre	Benedicto XIV	Papa	Lisboa	1751	José da Costa Coimbra
	10 Nov.	Sevilha	Cidade de Sevilha	Igreja Patriarcal de Sevilha	Discurso Sagrado, Político	Afonso Texedor	Cónego Magistral da mesma Igreja	Lisboa	1751	Impr. Congr. Cameraria. S. Igreja Lisboa
	? Dez.	Badajoz	?	Convento S. Francisco Badajoz	Exemplar de Principes	Francisco Garcia Flores	Leitor primário de Teologia do convento	Llerena	1750	Francisco Rodriguez
1751	22 Jan.	Madrid	Senhoras da Encarnação	Convento	Sermão Fúnebre	Francisco Lopez Giron	Cónego da Igreja de Toledo	Madrid	1751	Manuel Fernandez
	24 Maio	Roma	Nação Portuguesa de Roma	Igreja de S. António da Nação Port	Oração nas Exéquias	Sebastião Maria Correa	Prelado do Papa Presidente da Capela Real	Lisboa	1752	Francisco Luís Ameno
	28 Maio	Roma	Congregação Nacional	Igreja de S. António da Nação Port	Sermão nas Exéquias	Pedro da Serra	Companhia de Jesus	Roma	1752	Tipografia Salomoniana
	?	Roma	?	?	Oração	Luís António Verney	Cavaleiro Torquato; Arceiogo de Évora	Lisboa	1752	Oficina Silvana e da Academ. Real
?	Londres	?	Capela dos Ministros Portugal	Oração fúnebre	Francis Blyth	Capelão da Legação de Portugal em Londres	Lisboa	1751	Miguel Manescal da Costa	

Quadro 4: *Discurso fúnebre impresso, pregado na Índia:*

A N O	Pregação					Autor		Publicação		
	Data	Cidade	Celebração	Espaço religioso	Discurso	Nome	Estado	Lug.	Ano	Impressor
1751	14 Nov.	Goa	Religiosos de S. Francisco	Templo do Bom Jesus	Oração fúnebre panegírica	Manoel de Figueiredo	Companhia de Jesus	Lisboa	1753	Francisco da Silva

Quanto aos textos dactilografados não pregados, anotamos o facto de alguns deles terem sido elaborados por nobres, como são os casos de Diogo Rangel de Macedo Albuquerque e António Isidoro da Nobrega. Por outro lado, estes textos, escritos a título

num aparato tipicamente barroco, era representada suspensa, suportada por quatro estátuas de estuque, simbolizando as quatro partes do mundo, numa alusão clara ao império colonial português. (Ana Cristina Araújo, "Morte, Memória e Piedade Barroca" ..., pp. 169-172).

²⁵⁰ Sobre a relevância de Luís António Verney para o nosso trabalho, cfr. *supra*, pp. 24-25; *infra*, pp. 74-75.

individual, permitirão deixar antever a intenção discursiva dos seus autores, se pensarmos que muitos deles dedicam o elogio fúnebre ao novo rei D. José I.

Quadro 5: *Discursos fúnebres escritos e impressos, não pregados:*

Produção			Publicação		
Autor	Estado	Discurso	Lugar	Ano	Impressor
Albuquerque, Diogo Rangel de Macedo	Moço Fidalgo da Casa da Majestade e Comendador de Merinha de Lisboa	Elogio Histórico e Panegírico	Lisboa	1750	José da Silva Natividade
Coutinho, Francisco Inocêncio de Sousa	?	Elogio Fúnebre	Lisboa	1750	José da Natividade
F. D. S.	?	Lidando com a morte	Lisboa	1750	Pedro Ferreira
Machado, Ignácio Barbosa	?	Relação da Enfermidade	Lisboa	1750	Ignácio Rodrigues
Nobrega, António Isidoro da	Cavaleiro na Ordem N.S Jesus Cristo; Secretário da Sociedade de Médico-Lusitana	Elogio Fúnebre	Lisboa	1750	Domingos Gonçalves
Silva, Francisco Xavier da	Protonotário Apostólico; Ministro da Curia Patriarcal e do Tribunal da Nunciatura	Elogio Fúnebre e Histórico	Lisboa	1750	Oficina Silvana e da Academ. Rea
?	?	Vida Sucessos e Falecimento do Rei Fidelissimo	Lisboa	1750	José da Silva

3. 3. 2 *Relações de Exéquias*

Embora a totalidade das descrições das exéquias realizadas no território nacional em honra de D. João V também não nos tenha chegado por impressão, não é difícil verificar que estas cerimónias terão ocorrido por todas as igrejas do país, devido à referência, em algumas *Relações* impressas, das solicitações do bispo local para que tal acontecesse. É o caso da observação que vem na *Relação das Exéquias na Catedral do Porto*: “Queremos dever a todos os Parochos de nosso Bispado, que, a exemplo nosso, fação os devidos Funeraes, nas suas Igrejas; ou ao menos nas Terras capitaes de suas povoações”²⁵¹.

De qualquer das formas, e na tentativa de agrupar estes textos impressos, que funcionam como relato e testemunho narrativo-descritivo das cerimónias de homenagem por parte das Comunidades eclesíásticas e religiosas, e das respectivas decorações que as constituem²⁵², foi nosso propósito elaborar dois quadros ilustrativos:

²⁵¹ *Relação / das Exequias... Que na Cathedral do Porto / mandou fazer o Excellentissimo Prelado / da dita Diocese...*, p. 11.

²⁵² Salienta-se aqui o estudo de José Manuel Tedim acerca do tributo de homenagem a D. João V que teve lugar em Braga, tendo como fonte de análise a *Relação das exéquias que morte del Rey Fidelissimo*, o

um que congregasse as *Relações de Exéquias* impressas realizadas no território nacional (Quadro: 6); e outro que contemplasse as que tiveram lugar no exterior, concretamente, em Roma e no Brasil (Quadro: 7).

Quadro 6: *Relações impressas de Exéquias realizadas no território nacional*

A N O	Realização			Autor		Publicação		
	Data	Lugar	Celebração	Nome	Estado religioso	Lugar	Ano	Impressor
1750	8 Ago.	Igreja do Convento de Mafra	Religiosos do Convento de Mafra	?	?	Lisboa	1750	António Pedrozo Galram
	30, 31 Ago.	Basílica Patriarcal de S. Maria	Cónegos da Basílica	Bento Morganti	Beneficiado da Igreja	Lisboa	1750	Francisco da Silva
	2 Set.	Templo do convento de S. Francisco (Lisboa)	Ordem Terceira da Penitência	?	?	?	1750 ?	?
	5 e 6 Set.	Catedral do Porto	Prelado do Porto	Francisco da Costa	Escrivão da Câmara	?	?	?
	5 e 6 Set.	Catedral do Porto	Bispo do Porto	Rafael Sá Bayesca e Monterroyo	?	Porto	1751	Manoel Pedroso Coimbra
	17, 18 Set.	Sé Metropolitana de Évora	Miguel de Távora	?	?	Évora	1750	?
	25, 26 Set.	Igreja do Espírito Santo-Lisboa	Cong. Oratório S. Filipe Neri	?	?	Lisboa	1751	Ignácio Rodrigues
	25, 26 Out.	Igreja da Congregação Missão	Padres Congregação da Missão	?	?	Lisboa	1750	Ignácio Rodrigues
	30, 31 Out.	Catedral de Braga	Arcebispo de Braga	Rodrigo José de Faria	Beneficiado em S. Tomé da Correlhã	Lisboa	1751	Oficina Silviana e Acad. Real
1751	7, 8, 9 Nov.	Catedral de Viseu	Bispo de Viseu	Manuel da Cunha	Mestre de Retórica no Seminário Epis	Lisboa	1751	Oficina Silviana e Acad. Real
	14 Jan.	Igreja de N.S do Loreto (Lisboa)	Nação Italiana residente Lisboa	?	?	?	1751 ?	?
	15, 16 Fev.	Capela Real de Vila Viçosa	João da Silva Ferreira, Prelado da Vila	?	?	?	1751 ?	?

Quadro 7: *Relações impressas de Exéquias realizadas no Brasil e em Roma:*

Realização			Autor		Publicação		
Data	Lugar	Celebração	Nome	Estado religioso	Lugar	Ano	Impressor
Nov. 1750 a Jan. 1751	Baía (Brasil)	Vários	João Borges de Barros	Cónego doutoral e mestre-escola da Sé da Baía	Lisboa	1753	Oficina Silviana e Academ. Real
28 Dez. 1750	S. João del Rei (Brasil)	Matias António Salgado	Manoel José Correa e Alvarenga	?	Lisboa	1751	Francisco da Silva
24 Maio 1751	Igreja de Sto António da Nação Port. em Roma	?	?	?	Roma	1752	Angelo Rotilj

Senhor D. João V, mandou fazer, na Catedral de Braga, o *Sereníssimo senhor D. Joseph...*, escrita por Rodrigo José de Faria. (José Manuel Tedim, "Teatro da Morte e da Glória - Representações fúnebres nas exéquias de D. João V na Sé de Braga", *Revista de Ciências Históricas...*, pp. 281-292).

3. 3. 3 Poesia fúnebre

A par dos discursos e relações fúnebres mencionados, são impressos vários textos poéticos. Uns são redigidos e publicados por autores a título individual; outros constituem recolhas e compilações de composições poéticas (Sonetos, Oitavas, Romances, Éclogas, Elegias, Epitáfios...), cujos autores alguns deles são anónimos. Em ambos os casos, verificamos a mesma intenção, ou seja, a de homenagear o rei defunto, neste caso através do recurso à lírica, o que traduzia uma sociedade vergada pelo peso da cortesia e da adulação²⁵³. Saliente-se ainda o facto de aparecerem impressos os tributos de duas Academias, concretamente a dos Remontados e a dos Ocultos²⁵⁴.

Quadro 8: *Poesia fúnebre impressa:*

Título	Autor / Organizador	Publicação		
		Lugar	Ano	Impressor
<i>Colecção das Obras que na Academia dos Ocultos se recitaram a um de Setembro...</i>	Academia dos Ocultos	Lisboa	1750	Miguel Soares Vivas
<i>Culto Fúnebre à memória sempre saudosa do... João V. (4 Colecções)</i>	?	Lisboa	1750	Francisco Luís Ameno
<i>Desafogo Saudoso que na preciosa morte e sentidíssimo transito do... D. João V...</i>	Dorotheo Quaresma Penichense	Lisboa	1750	Miguel Manescal da Costa
<i>Eccos Funebres das vozes saudosas, que chegaram de Portugal á Índia pela morte...</i>	Religiosos da Companhia de Jesus da Província de Goa	Lisboa	1753	Francisco da Silva
<i>Epicedio na Ocasão da morte do... D. João V (In Carta Apologética, pp. 31-38)</i>	Miguel Maurício Ramalho	Lisboa	1750	Pedro Ferreira
<i>Epicedio na sempre lamentavel morte do... D. João V</i>	João Chrysostomo de Faria Cordeiro de Vasconcelos de Sá	Lisboa	1750	Domingos Rodrigues
<i>Epitaphio Métrico, Consagrado ao Sumptuoso Mausoleo do... D. João V</i>	Felix Silva Freire	Lisboa	1750	Pedro Ferreira
<i>Expressões sentidas ou Lamentos Repetidos Com que hum coração magoado deplora...</i>	Academia dos Remontados	Lisboa	1750	António Pedrozo Galram
<i>Gemidos do Parnaso e Demonstrações Penosas ... (4 Colecções)</i>	José da Silva Natividade	Lisboa	1750	José da Silva Natividade
<i>Lenitivo a Portugal na morte do.. D. João V...</i>	António Mouram Toscano	?	?	?
<i>Penthetria Pathetica e Miscellania Em os progressos e morte do... D. João V</i>	Manoel Godinho de Seyxas	Lisboa	1750	Miguel Manescal da Costa
<i>Sentidas Expressões de hum coração magoado...</i>	Maria Graça Fortunata C...	Lisboa	1759	Manoel António Monteiro
<i>Suspiros Metricos que Á sempre lamentavel morte de... João V. Em dez Sonetos...</i>	Diogo Braz Ximenes Dardra	Lisboa	1750	Pedro Ferreira
<i>Suspiros Saudosos e Metricos ou Colecção primeira de várias vezes...</i>	?	Lisboa	1750	Manoel Coelho Amado

²⁵³ No período barroco, segundo Ana Hatherly, os panegíricos, em prosa e em verso, que proliferavam em toda a Europa, generalizam-se de tal forma que acabam por alagar-se a todo o género de acontecimentos e pessoas, incluindo às exéquias. (Idem, “Feudo do Parnaso - Um Obséquio Alegórico à Munificência de D. João V”, *Revista Clero e Escuro*, Lisboa: Quimera Editores, 1988-1991, n.ºs 2/3 (Maio-Nov. 1989), p. 149).

²⁵⁴ Tratam-se de academias particulares, as quais, entre muitas outras, segundo as palavras de Jacinto Prado Coelho, tiveram o seu florescimento com maior actividade prática no século XVIII do que no anterior, tendo cimentado o gosto pela discussão de novas ideias, nomeadamente das correntes vindas de fora, embora, na sua maioria, houvesse uma ocupação pelas letras e pela poesia. (Jacinto Prado Coelho, *Dicionário de Literatua*, 4ª Edição, Porto, 1992, vol. I, pp. 19-21). Cfr. também *supra*, p. 26.

3. 4 Imagens da morte

Subjacente a uma intencionalidade parenética, que as impressões apoiam, apercebemo-nos, neste tipo de discursos persuasivos, da presença de algumas “imagens” e atributos concedidos à própria morte. Tratam-se de imagens criadas por uma linguagem simbólica e metafórica que pretendem impressionar as imaginações²⁵⁵ e que se encontram ao serviço da catequese religiosa.

Segundo José Caldeira²⁵⁶, “venerava o nosso defunto Monarca extremosamente a Igreja Catholica, os seus Santos e os seus ministros”, daí que “na sua morte he a Igreja Catholica a que enternecida fórma o segundo triste, e lastimoso ay”. Como causa deste sentimento da Igreja, este mesmo autor refere que na morte do rei “teme a Igreja catholica lhe aconteçaõ semelhantes effeitos, teme ver despovoadas as suas solemnidades, porque lhe falta a mais nobre, e real assistencia, os mais copiosos, e abundantes adjutorios; teme ver lamentandose as suas donzelas, porque lhe faltaõ liberaes dotes para se recolherem ás clausuras; teme ver gemendo os seus Sacerdotes, porque na celebração dos sacrificios lhe faltaõ as copiosas esmolos para remediar a sua indigencia”²⁵⁷.

De facto, no século XVIII, segundo Dominique Julia, o “mundo é visto como um perigo constante”, contra o qual se tem de estar precavido através de uma série de bloqueios²⁵⁸. Daí emergirem intenções didácticas da Igreja que, no exercício do controlo social e como mecanismo de disciplinamento, utiliza a imagem da morte, nos discursos fúnebres, como um meio de moralização. Tendo em conta este propósito, é veiculada a mensagem de que “a morte a ninguem perdoa, como da sua fouce ninguem escapa”²⁵⁹, seja qual for a sua condição social²⁶⁰, ficando mesmo “Sua Magestade da morte Vassalo, não o privilegiando ainda da mortalidade o ser Rey”²⁶¹.

²⁵⁵ Philippe Ariès, *O Homem perante a Morte*, Publicações Europa-América, Volume I, 2ª Edição, 2000., p. 146.

²⁵⁶ José Caldeira, *Oração / Fúnebre / nas Solemnes Exequias, / que na Igreja de N. Senhora / Do Loreto / (...) / Pela alma do fidelissimo Rey / o Senhor / D. Joao V...*, Lisboa, 1751, p. 14.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 15.

²⁵⁸ Dominique Julia, “O Sacerdote”, *O Homem do Iluminismo*, (Dir. Michel Vovelle), Editorial Presença, Lisboa, 1997, p. 297.

²⁵⁹ José Manoel da Conceição, *Oração / Consolatoria / (...) / Pela morte de seu Fidelissimo Esposo / o Senhor / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1751, p. 14.

²⁶⁰ O cerimonial das pompas fúnebres barrocas apaziguavam as tensões sociais que se começavam a fazer sentir, igualando todos os homens, grandes e pequenos. (Maria Benedita Araújo, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V” ..., pp. 819-820).

²⁶¹ José Manoel da Conceição, *op. cit.*, p. 15.

Infere-se, pois, que a angústia de qualquer homem relativa ao mistério da morte é explorada pelo Catolicismo, o que leva F. Lebrun²⁶², a propósito do recurso ao medo do inferno, a alegar poder pensar-se que a Igreja adoptou, durante perto de três séculos, um discurso “terrorista” (expressão do autor), cuidadosamente elaborado, que pretendia atingir o seu objectivo: manter [os homens] no caminho certo pelo medo do castigo.

Com efeito, e talvez de acordo com esta perspectiva, nos textos proferidos aquando da morte de D. João V, encontramos uma morte caracterizada como *atrevida, tyrana Parca, cruel, cega e disfarçada*, que associada a uma linguagem metafórica de retórica oralizada, “Mas oh morte cruel! Se es cega, como acertas em derrubar o mais inclito Heroe?”²⁶³, serve para acentuar o efeito psicológico da comoção, “Es ó morte dragão mais cruel, que o mesmo tigre...”²⁶⁴ e da sensibilidade colectiva, “sendo a morte, que o privou da vida, juntamente homicida da alegria de todos os Vassalos”²⁶⁵. Ela é comparada, segundo António Lobo²⁶⁶, ao “ladrão, que espera o silencio, para obrar a torpeza do delicto”, referindo Manoel Epifania que a morte de um Príncipe religioso “he como o rio, que todos os dias no mar sepulta, mas não deixa de ser rio”²⁶⁷.

Ao apresentarem perturbantes e cruéis visões dos derradeiros instantes da vida, procurando impressionar violentamente a sensibilidade dos seus ouvintes²⁶⁸, reparamos que os pregadores têm a intencionalidade, de igual forma, e como complemento da mensagem anterior, de falar num destino salvífico para os homens enquanto vivos. É que “Na morte encontra[m] os peccadores as mayores tribulações, e os justos achão nella todo o descanso; por isso estes a recebem com muito jubilo, e aquelles com grande perturbação”²⁶⁹. O ser humano é visto, fundamentalmente, como uma criatura cuja

²⁶² F. Lebrun, *Histoire des catholiques en France*, col. “Pluriel”, 1980, p. 203.

²⁶³ José da Cunha e Silva, *Relação / das / Exequias / Que pela Alma / do Fidelissimo Senhor Rey / D. João V*, p. 14.

²⁶⁴ José António das Neves, *Sermão / nas / Exequias / do muito Alto, e Poderoso / Senhor / D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 4.

²⁶⁵ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico ... D. Joã V...*, Lisboa, 1750, p. 14.

²⁶⁶ António de Santa Marta Lobo, *Oração / Funebre, Historica, / e / Panegyrica... D. João V...*, Porto, 1751, p. 22.

²⁶⁷ Manoel da Epifania, *Oração / Funebre / na morte do Senhor Rey / D. João V...*, Lisboa, 1759, p. 69.

²⁶⁸ A morte, na época barroca, está escondida em tudo o que vive, em tudo o que é frescor e beleza, e o artista barroco sente a ânsia, e também o amargo deleite, de constantemente a recordar. (Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 8ª Edição, vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1990, p. 495).

²⁶⁹ Este mesmo autor panegírico destaca o caso de Henrique VIII de Inglaterra “que nos ultimos instantes da vida publicamente confessou o quanto lhe custava chegar àquella hora”. (António das Onze Mil Virgens Ferreira, *op. cit.*, p. 24).

dimensão mais importante é a sua parte espiritual, por ser objecto de uma promessa de imortalidade²⁷⁰.

Daqui se deduzem as vantagens e recompensas daqueles que optarem pelo “caminho da salvação”, isto é, aqueles que utilizam um *modus vivendi* que concebe a experiência de vida a pensar na morte: “Faz a fouce da morte nas arvores das vidas o mesmo que fazem as outras fouces nas arvores do campo: humas vezes vay a fouce cortando pelas raizes; outras vezes vay a fouce cortando pelos ramos; nas más arvores córta a fouce as raizes, e as faz seccar; e nas boas arvores corta a fouce só os ramos, e faz reverdecer”²⁷¹. A par desta incorporação de expressões metafóricas que encerram uma temática significativa de valores contrastantes, associa-se a cor da morte e a cor da vida: “He o amarello a cor propria da morte, e he o verde a cor propria da vida: o amarelo he sinal de luto, e tristeza; o verde he sinal de esperança, e alegria”²⁷².

Perante a acumulação destas alegorias nos sermões fúnebres, apercebemo-nos que, em meados do século XVIII, impera ainda a lógica da pastoral conquistadora do Catolicismo pós-tridentino²⁷³, que reorganiza as práticas sociais, ritos e discursos respeitantes à morte, de acordo com um fenómeno de cristianização que pretende levar o crente à salvação. É nesta linha de pensamento que entendemos tanto Timoteo Oliveira, quando refere que “o tumulo he a imagem mais verdadeira dos mortos, porque alli se conhece com verdade, e desengano, o que cada hum foy, e o que he”²⁷⁴; como Manoel Figueiredo, ao aludir que “hum cadaver he o melhor espelho da natureza para corrigir os erros da vida, e adoçar as amarguras da morte”²⁷⁵.

Verificamos, deste modo, que a valorização do momento fúnebre só ganha sentido enquanto função pedagógica para uma vida concebida como preparação para a morte²⁷⁶. Garcia Francisco Flores, autor do *Exemplar de Principes*²⁷⁷, lembra mesmo que “Por Decreto infalible militamos todos, baxo del dominio de la muerte... y no puede

²⁷⁰ Pedro Cardim, “Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, p. 152.

²⁷¹ Aleixo António, *Oração / Funebre / Nas exequias do / Augustissimo, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. João V...*, Lisboa, 1754, pp. 35-36.

²⁷² Idem, *ibidem*, p. 34.

²⁷³ António Filipe Pimentel, “Vivência da Morte no Tempo Barroco”..., p. 244.

²⁷⁴ Timóteo Oliveira, *Oração / Funebre, / Das Exequias / do Fidelissimo; e Augustissimo Rey / D. João V...*, Lisboa, 1750, p. 44.

²⁷⁵ Manoel de Figueiredo, “Oração Funebre Panegyrica nas Exéquias a D. João V...”, *Ecos / Funebres / das Vozes Saudosas, / Que chegáráõ de Portugal á Índia / pela Morte / do Muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo Rey, e Senhor / D. João V. / Communicados / ao mesmo Reyno de Portugal / pelos Religiosos / da Companhia de Jesus, / da Província de Goa*, Lisboa, 1753, p. 64.

²⁷⁶ Georges Minois, *História dos Infernos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1997, p. 320.

²⁷⁷ Escrito aquando das exéquias em Badajoz em honra de D. João V.

darse mayor yerro, que vivir de este punto descuidados”²⁷⁸. A morte é vista como vontade de Deus, ou seja, a condição humana está em estreita dependência com a vontade divina, “tudo nos levou a morte, levando-nos a hum grande Monarca... tudo nos levou Deos, levando-nos ao nosso Rey, e Senhor D. João V”²⁷⁹, – e, como tal, a mensagem que se pretende veicular é a de se estar devida e constantemente preparados para esse momento.

Na verdade, segundo George Minois, desde o século XVI até ao século XVIII, “morrer bem nas mãos de um padre, não dispensa que se viva de modo cristão; não se escapa ao inferno por um arrependimento de última hora e no acto de receber a extrema-unção”²⁸⁰. Daí a mensagem que se pretende transmitir: O *bem morrer* será consequência natural de *bem viver*²⁸¹.

Da deambulação feita nesta vasta literatura fúnebre, que reforça a sensibilidade do homem barroco face à morte e nos remete para uma imagem apologética de modelo exemplar de rei, é possível vislumbrar, como consequência do *bem morrer* por parte do soberano, – a imagem da *morte vencida*: “o rey lhe perdeo totalmente o medo, pois a esperou sem susto no ultimo conflicto, armado com os Sacramentos da Igreja”²⁸²; “Ficando a Morte sem triunfo em pena, / De abatida se ver na alheia glória”²⁸³.

Nesta perspectiva, o soberano assume o estatuto de paradigma na aceitação da morte, a qual se torna percursora da representação da história feita homem, do grande e singular herói: “Digamos à morte, que se explique, que ella mesma desculparà o insulto, e consolarà a nossa saudade”²⁸⁴. Sobrevem, deste modo, o discurso da memória que se consubstancia no enaltecimento das qualidades do rei: “Pela sabedoria, e virtudes expendidas, ElRey nosso Senhor ainda vive depois da morte; passou pela mortalidade, como se não morresse(...) Assim acabaste, ò morte, vencida do nome deste Monarca, e da sua memoria consagrada no Templo da eternidade”²⁸⁵. Assistimos, pois, a um

²⁷⁸ Francisco Garcia Flores, *Exemplar De Principes / Propuesto / En las Exequias Funerales, ... / del / S.^r Don Juan V...*, Llerena, 1750, p. 14.

²⁷⁹ Xavier da Costa, “Oração / Fúnebre / Nas / Exequias / Delrey Fidelissimo D. João V...”, Rodrigo José de Faria, *Relação / Das / Exequias, Que na morte del Rey Fidelissimo, / o Senhor / D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 29.

²⁸⁰ Georges Minois, *op. cit.*, p. 320.

²⁸¹ Philippe Ariès, *op. cit.*, p. 296.

²⁸² António da Assunção, *Sermão / Das Solemnissinas / Exequias / do Serenissimo Senhor Rey / D. João V / Que celebrou na sua Cathedral / de Leyria...*, Lisboa, 1751, p. 21.

²⁸³ F.D.S., *Lidando com a morte mais de outo annos no transito / do felicissimo Rey / D. João V / Romance Heroico*, Lisboa, 1750, p. 3.

²⁸⁴ António de Santa Marta Lobo, *op. cit.*, p. 25.

²⁸⁵ Miguel Luís Teixeira, *Oração / Fúnebre / nas Exequias ... D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 28.

“processo de transformação da imagem do rei em figura mítica e sacralizada”²⁸⁶, edificada como matriz da memória do reino e subjacente a uma linha de valorização do passado que cria grandeza.

A morte que “tudo avassala, tudo arruina e tudo acaba”²⁸⁷ passa a ser desafiada e posta em causa, “Mas quem tal dissera, que se havia de atrever a morte contra a columna mais firme da nação Lusitana! Contra o modelo dos Princepes, e exemplar dos Monarcas!”²⁸⁸ Por outras palavras, através desta imagem da *morte vencida* ganha forma a representação sacral da figura do rei como “Modelo das Virtudes” de matriz católica, sublinhando-se o seu valor exemplar, forçosamente mais eloquente que na morte dos simples²⁸⁹ – “O nosso Augusto Monarcha não acabou realmente ás mãos da morte, pois morreo para ir reynar; e morrer para reynar, mais he reynar, que morrer”²⁹⁰.

²⁸⁶ Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 145.

²⁸⁷ Antonio da Graça, *Oração / Funebre, / Que nas Exequias / do ... D. João V ...*, Lisboa, 1750, p. 6.

²⁸⁸ José Antonio das Neves, *Sermão / Nas / Exéquias... D. João V*, 1751, p. 4.

²⁸⁹ António Pimentel, “Vivência da Morte no Tempo Barroco”..., p. 246.

²⁹⁰ António da Assunção, *Sermão / Das Solemnissimas... D. João V*, 1751, p. 8.

4. AS VIRTUDES E AS ACÇÕES DO REI

Numa análise discursiva aos textos que se vão produzindo e imprimindo em homenagem fúnebre a D. João V, sobressai uma imagem, talvez mais convencional que real²⁹¹, que procura agrupar e exaltar toda uma série de virtudes e acções que se dizem terem sido praticadas pelo rei, e que ganham sentido, desde logo, por se desejar que sejam prolongadas pelo filho, rei sucessor: “A quem devo dedicar o Elogio das gloriosas acções e relevantes virtudes do rei (...) D. João V senaõ a outro Monarca que succedendo-lhe no Reyno, (...) procura tanto imitar as que elle exercitou”²⁹².

Os autores destes escritos, que assinalam a sua condição de vassallos e expressam modéstia na “pena” – “*tosca lamina*”, “*indiscreto e pequeno volume*” – procuram fazer emergir um quadro valorativo das qualidades e acções do rei defunto, as quais devem servir de “espelho” de actuação não só para o rei sucessor e outros príncipes, na arte de bem viver e bem governar; mas também para os seus vassallos, no exercício dos bons costumes, concretamente, na fidelidade e na obediência. Tratam-se de máximas que se inserem na imagem de *perfeito monarca*, assumindo o retrato fúnebre um carácter glorioso, por ter como traços definidores do seu reinado a obediência à lei de Deus e a perspectiva cristã de desempenho régio: “O Senhor Rey D. Joaõ V (...) unio o que era Real com o Catholico, para se fazer glorioso e immortal na fama...”²⁹³.

O elogio e enaltecimento ao rei morto é feito tendo como termo de comparação os grandes monarcas do passado: “Não foraõ mais desejados, nem menos sentidos: Bello pelos Assyrios, Heitor pelos Troyanos, Artaxerxes pelos Persas, Licurgo pelos Lacedemonios, Alexandre pelos Gregos, Augusto pelos Romanos; e entre os Principes Catholicos: Carlos Magno pelos Alemães, Pepino pelos Francezes, e Fernando o Grande pelos Hespanhoes, do que o Senhor D. Joaõ V o foy pelos Portuguezes”²⁹⁴. De entre os

²⁹¹ Refira-se que a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (13 volumes), escrita pouco tempo antes da morte de D. João V, entre os anos 1735 e 1748, por António Caetano de Sousa, pode ser, desde logo, definida como o “espelho do rei”, segundo Isabel Maria Mota. O realismo expresso “conjuga-se” com as “virtudes” e com a “prudência” (sinónimo de “política”) e “funde-se” continuamente com a construção de uma “sobrerrealidade” que, perante a intercessão das imagens dos reis, favorece a emergência da *Imagem Real: Santo, Inocente, Mártir, Magestático*. (Isabel Maria Mota, “A Imagem do Rei na História da Genealogia da Casa Real Portuguesa. Um estudo preliminar”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, pp. 103-111).

²⁹² Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do ... / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, Prólogo.

²⁹³ Idem, *ibidem*, p. 23.

²⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 9.

monarcas portugueses, as acções e virtudes que melhor funcionam como paralelo das heroicidades do Magnânimo, segundo Francisco Xavier da Silva, são as de D. João III, por ter procurado conservar a Fé Católica e o culto Divino, reformar as Ordens, a Justiça, a Paz e a Piedade.

Defende-se, por um lado, que a glória e a fama do rei defunto resulta da imitação dos epítetos, dignos de imortal nome, pelos quais ficaram memorados os “ilustres Monarcas que conheceu o Mundo”: “perdiaõ hum Rey que na Religião foy hum Theodozio, na Piedade hum Justino, na Prudencia hum Arcadio, na Justiça hum Trajano, no Valor hum Cezar, na Liberalidade hum Alexandre, na Magnificencia hum Cyro, na Benevolencia hum Pompeo, na Felicidade hum Augusto...”²⁹⁵; bem como pelas semelhanças virtuosas entre o reinado de D. João V e o dos seus antecessores portugueses²⁹⁶. Por outro lado, com o intuito de se reiterar a mensagem de que o desempenho régio do Magnânimo constitui um modelo de actuação e um “espelho cristalino” para os seus vassallos – as suas acções e virtudes foram “sempre de forma que mais pareceraõ servir de exemplar, do que pareceraõ imitação”²⁹⁷ –, reparamos na criação de uma imagem virtuosa de “grande Heroe” que pretende exceder os seus predecessores: “naõ era preciso esperar que pagasse o comum tributo de vivente, porque em vida já as suas Reaes acções o acclamavaõ por hum dos mayores Monarcas que viraõ as idades”²⁹⁸.

Estamos, pois, perante um discurso que visa não só ser uma tentativa de eternizar o monarca por ter sido um réplica dos Grandes e dignos de memória do passado, mas também superiorizá-lo por ter desencadeado outras “empresas” que permitem valorizar o momento presente: “Elle, melhor do que S. Estevaõ I. de Hungria,

²⁹⁵ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *Elogio / Historico, e Panegyrico / do Muito Alto, Muito Poderoso, e / Fidelissimo rey / D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 27.

²⁹⁶ Francisco Xavier da Silva apresenta aquelas que terão sido as semelhanças entre o exercício do reinado de D. João V e o dos reinados dos seus antecessores (reis de Portugal), referindo os monarcas e enumerando as respectivas acções e virtudes exercidas pelas quais mais ficaram recordados: D. Afonso Henriques – zelo da Fé; D. Sancho I – cultura pela paz e povoamento; D. Afonso II – admissão de novas Famílias Religiosas; D. Sancho II – uma morte cheia de merecimentos; D. Afonso III – ter livrado o reino de facinorosos e gente perversa e aumentar o comércio; D. Dinis – favorecer as ciências e “ser amigo da verdade”; D. Afonso IV – desprezo pelo “precioso do Mundo”; D. Pedro I – na justiça (“naõ merecendo por ella o nome de Justiceir, mas o de Justo”); D. Fernando – na generosidade das mercês; D. João I – na paz para os vassallos e no culto e erecção de Catedrais; D. Duarte – estímulo e honra aos homens doutos; D. Afonso V – livraria do Paço; D. João II – no segredo em matérias de estado; D. Manuel – sumptuosidade dos Templos; D. João III – piedade na “cousas sagradas” e aumento da fé; D. Sebastião – obediência à Santa Sé; Cardeal D. Henrique – aumento das letras e erecções de colégios; D. João IV – nas máximas para a conservação dos seus povos; D. Afonso VI – na liberalidade; e D. Pedro II – na prudência e numeroso exército. (Idem, *Elogio / Funebre, E Historico / do ... / D. Joaõ V...*, pp. 14-15).

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p.13.

²⁹⁸ Idem, *ibidem*, p.7.

e Casimiro I de Polonia, fez florescer a Fé Catholica nos seus Reynos, e Conquistas... melhor do que os Emperadores Alexandre Severo e Carlos Magno, soube prestar venerações aos Sacerdotes, e Ministros da Igreja (...) Foy o verdadeiro Protector dos Sabios e Pay das Letras, melhor do que Francisco I de França, e Lourenço de Medicis... Elle fez elevar a Architectura à mayor perfeição melhor que Luiz XIV de França, e Fernando de Sicilia”²⁹⁹.

Para melhor percebermos o motivo que subjaz a esta enumeração de virtudes e qualidades, relativamente à figura régia, que se repetem e divulgam na literatura fúnebre, e avaliarmos se se enquadra no contexto sócio-cultural europeu da época, torna-se necessário, como primeira tarefa, elaborar uma recolha-síntese deste mesmo retrato virtuoso emergente.

Para o efeito tivemos em atenção a “grelha” de Maria Paula Marçal Lourenço³⁰⁰, que embora remeta para tópicos de registo frequente em outros textos de natureza político-jurídica, agrupa as *virtudes políticas* do monarca, em quatro núcleos: Um primeiro³⁰¹, que salienta o *carácter paternalista da monarquia absoluta* (pai e soberano, a prudência e a manutenção da paz); um segundo, que enaltece a *política de mercês* ou a *obrigação régia de dar*, marca exterior da magnificência real (beneficência, liberalidade, generosidade e caridade); um terceiro nível que diz respeito à *centralidade da justiça* e que surge como fundamento do poder (justiça, piedade, clemência); e um quarto e último que aborda a *catolicidade da monarquia absoluta*.

A partir destas orientações e dando forma a um percurso que contempla a análise de todo o corpus textual de literatura panegírica em honra de D. João V – que apesar de não ter uma sequência narrativa-descritiva homogénea por parte dos seus produtores, quanto ao agrupamento de tais virtudes, (até porque se tratam de textos que divergem na sua tipologia) –, escolhemos, como linha orientadora desta abordagem³⁰², a frase: “o Soberano defunto vive no Ceo (...) reynando como sabio no throno da sabedoria; como pacifico sustentando o ceptro da paz; como virtuoso coroad”³⁰³.

²⁹⁹ João Borges de Barros, *Relação / Panegyrica / das Honras Funeraes / (...) D. João V / consagrou a cidade da Bahia...*, Lisboa, 1953, p. 5. Sobre o carácter mecenático de D. João V, cfr. *supra* pp. 27-28.

³⁰⁰ Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, pp. 20-24.

³⁰¹ O qual se integra na tradição da monarquia portuguesa, como sublinhou Luís Ferrand de Almeida. (Idem, “O absolutismo de D. João V”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1992).

³⁰² Por ser aquela que melhor nos pareceu abranger a compilação de qualidades e acções régias realçadas.

³⁰³ Afirmação que vem na licença do Santo Ofício ao *Epicedio / Panegyrico / Nas Solemnes Exequias / Do nosso Augustissimo, e sempre memoravel / Rey, e Senhor / D. João V...*, Lisboa, 1751, de José de Nossa Senhora do Pilar.

Dito isto, propomo-nos, de seguida, identificar e interceptar os elogios na sua repetição ou singularidade, tendo em conta epítetos como: “Rei Sábio e Magnânimo”, “Rei Justo e Pacífico”, e “Rei Religioso e Caritativo”.

4. 1 Rei Sábio e Magnânimo

A sabedoria é, desde logo, invocada como uma das virtudes privilegiadas na construção da imagem do exercício governativo do rei – “He a sabedoria a primeira joya, que os Principes devem engastar na sua Regia Coroa”³⁰⁴ – e, como tal, aparece inerente à arte de reinar³⁰⁵.

Segundo o protonotário e ministro da Cúria Patriarcal, Francisco Xavier da Silva, D. João V – a quem denomina de Sábio e Magnânimo – procurou “receber da illustre Casa de Bragança as virtudes e exercitar outras muitas”³⁰⁶. Neste sentido, ganha importância a transmissão das primeiras “ciências”, uma vez que “abrem o conhecimento a todas ellas”, merecendo protagonismo, neste particular, o papel desempenhado pelo pai (D. Pedro II) na nomeação do seu primeiro mestre, o padre Francisco da Cruz, “da Sagrada Companhia de Jesus, Varão igualmente douto que grave, e modesto que prudente”³⁰⁷. Da aprendizagem que recebeu, elogia-se o seu “amor pelas sciencias”, nomeadamente, pela escrita – “escreveo Sua Magestade perfeitamente”; pelo latim – “que entendeo com facilidade e soube com pureza”; pelas línguas portuguesa, castelhana, francesa, italiana – “vendo quanto importa a hum Rey que há de praticar com todos os da Europa, e ainda com outros das mais partes do Mundo, estar versado nos principaes idiomas” –; pela Matemática – “que abraçou com tanto gosto (...) reconhecendo que com a Mathematica se alcançaõ demonstrações que

³⁰⁴ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, p. 7.

³⁰⁵ Refira-se que, nos inícios da época moderna, a produção da literatura de carácter político, moral, pedagógico e normativo relativa ao desempenho do príncipe se situou na convergência dos novos ideais de educação do movimento humanista. *O Príncipe* de Maquiavel (1513) é considerado o mais célebre tratado em torno do ofício do governante, representando a constituição de um discurso «fundador» em total antagonismo com o discurso normativo tradicional sobre os deveres do príncipe, o exercício do poder e o governo da república. Ora, as rupturas políticas e ideológicas formuladas por Maquiavel irão ter uma ressonância política e ideológica, a partir de finais do século XVI, nomeadamente na redefinição dos tratados para a educação do príncipe, que enfatizarão a dimensão da espiritualidade do príncipe cristão – e católico –, e acentuarão a necessidade das virtudes cristãs para o bom governo, contra Maquiavel e as heresias. (Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe...*, p. 32; p. 43-45).

³⁰⁶ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do ... / D. Joaõ V...*, p. 22.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 25.

só saõ certeza e evidencias de huma perfeita sciencia” –; e pela Religião – sem a qual “a sabedoria nada aproveita”³⁰⁸.

O elogio ao rei realça, ainda, a sua “vastissima erudição” e a instrução em matérias mais eruditas, invocando-se disciplinas como: História Sagrada e Profana, Cronologia, Direito, Geografia, Cerimónias e Eclesiástica.

Pelo ênfase encomiástico que é conferido ao programa de ensino leccionado ao rei– “o seu mayor divertimento era a lição dos livros (...) e ouvir ler as obras”³⁰⁹; a sua sabedoria tornou-se “mais qualificada”, sempre que manifestou a “diligencia e desejo de ouvir discorrer aos outros que mereciaõ atençaõ pelas suas letras”³¹⁰ –, não seremos levados a pensar que alguns panegiristas³¹¹ pretendem prolongar o modelo pedagógico e o currículo disciplinar que sustentou a sua formação? É que durante a primeira metade do século XVIII, acentuava-se internamente a disputa pelo monopólio da educação e pela formação das consciências dos brigatinos, que gerou algumas tensões entre jesuítas e oratorianos³¹². Convém não esquecer, de igual modo, que poucos anos antes da produção desta literatura fúnebre, Luís António Verney, na tentativa de desencadear um movimento de renovação no ensino do país, publicava *O Verdadeiro Método de Estudar*³¹³ (1746), que suscitou em Portugal “uma polémica barulhenta e apaixonada”³¹⁴, segundo Feliciano Ramos³¹⁵.

³⁰⁸ Idem, *ibidem*, pp. 25-27.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 159.

³¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 159.

³¹¹ Na abordagem ao programa de ensino ministrado a D. João V, referido na sua literatura fúnebre, seguimos, particularmente, o *Elogio Panegirico e Histórico*, de Francisco Xavier da Silva, por nos parecer ser o panegirista régio que de forma mais aprofundada e detalhada se debruça sobre esta temática. Uma vez que na época joanina o ensino ministrado por jesuítas e por oratorianos aparece em litígio, quisemos saber qual a formação do autor em causa, um pouco para percebermos se as suas alusões tomavam a defesa de alguma das partes. Na pesquisa que fizemos, contudo, nomeadamente na *Biblioteca Lusitana* (Tomo II, pp. 300-301), de Diogo Barbosa Machado, não encontrámos qualquer referência que nos permitisse identificar este autor como jesuíta ou oratoriano. Trata-se de um Juiz do Tribunal da Legacia Apostólica que ocupou o cargo de Ministro da Cúria Patriarcal em 1744, tendo sido versado em História Eclesiástica e Secular.

³¹² Sobre esta problemática, cfr. *supra*, pp. 24-26.

³¹³ Publicado em dois volumes em 1746 e reeditado em 1747, da autoria de Barbadinho da Congregação de Itália, pseudónimo de Luís António Verney, este trabalho mostra a preocupação do autor com a eficácia social dos estudos no que diz respeito à sua *utilidade* quanto à *República e à Igreja*, e patenteia uma crítica à orientação escolástica tradicional. A mesma obra apresenta o manifesto polémico de uma orientação pedagógica nova, dependente de correntes filosófico-culturais recentes e de soluções educacionais intimamente ligadas às concepções basilares do *Iluminismo* da época. (Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário de Literatura...*, pp. 1137-1141). Sobre as propostas pedagógicas de Verney, Cfr. também António Camões Gouveia, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, *História de Portugal...*, (Coord. António Manuel Hespanha)..., vol. IV, pp. 376-379.

³¹⁴ Uma vez que Luís António Verney escreveu também ele uma oração fúnebre em honra a D. João V, (encontrando-se então em Roma, intitulada: *Oração / de / Luis Antonio / Verney, / Cavalleiro Torquato, Arcedago de Evora, / na Morte / de / D. Joao V. / Rey Fidelissimo de Portugal, / Aos Cardeaes. / Traduzida do idioma Latino no Portuguez / Por Theotonio Montano... / Lisboa, / Na Regia Officina*

Ora, o modo como a “ciência”³¹⁶ é aplicada e o conjunto das obras e acções desencadeadas por D. João V – “Pela lição dos livros Mysticos adquiria ElRey a utilidade do próprio espírito e pela leitura dos Historicos sabia as façanhas dos homens grandes, ajudando-o a tomar acertos nas acções”³¹⁷ –, graças àquele tipo de ensino, funcionariam, portanto, por parte destes autores, como o melhor argumento persuasivo, no sentido da defesa e continuidade do programa disciplinar que fora ministrado ao monarca defunto: “Esta applicação às sciencias, unida ao seu talento, concorreo muito para um governo feliz e invejado de outras nações”³¹⁸.

Quer isto dizer que a atribuição do epíteto de “magnificente reinado” é tido como garantia e paradigma no modo como se praticavam as “ciências”. Ou seja, as acções pretéritas do monarca defunto são utilizadas como argumento na defesa das “letras”, uma vez que estas contribuem para o bem da Nação e enriquecem a própria Monarquia: “Conhecia Sua Magestade que as sciencias são aquellas brilhantes tochas que fazem mais claro o esplendor das Monarquias, e que tem grande decadencia o amor das letras, se falta nos Reys espirito para as animar, protegendo os estudos e honrando os sábios”³¹⁹.

Com efeito, é como resultado prático do seu “amor às letras”, – assim como com o objectivo de dotar os seus vassallos de “tanta” sabedoria, “de que resulta tanta glória às Republicas”³²⁰ –, que se perspectiva o patrocínio do soberano à fundação de Academias, concretamente a Academia Real da História³²¹ (1720): “Mandou abrir todos os

Sylviana, e da Academia Real / 1752), tornava-se pertinente abordá-la no sentido de verificar se o autor se debruçara ou não, e em que moldes, à questão da formação e do ensino ministrado ao rei. Percorrido pela leitura e análise todo o seu texto, não encontramos nenhuma referência específica a este aspecto. No entanto, não deixa de ser curiosa e sugestiva, quiçá até elucidativa, apesar de uma linguagem enigmática e subtil, esta passagem do autor: “Provocado por depravados, e infames, que o tinhaõ ferido com satyras, totalmente prohibio, que se devaçasse sobre os autores. Antes quis esquecerse, do que castigar porque entendo, que he proprio de Varaõ grande desprezar aquellas cousas, que provêm de huma certa impotencia de animo”. (*Ibidem*, p. 13).

³¹⁵ Feliciano Ramos, *História da Literatura Portuguesa – Desde o Século XII aos Meados do Século XX*, 5ª Edição, Livraria Cruz, Braga, 1961..., p. 482.

³¹⁶ E aqui ciência seja sinónimo de conhecimento adquirido pela “cultura livresca” e não “ciência experimental”, defendida por Verney.

³¹⁷ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Histórico... / D. Joaõ V...*, p. 60.

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 160.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 139.

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 139.

³²¹ Sobre esta temática, cfr. *supra*, p. 26. “Do seio da academia joanina brotou a monumental *História Genealogica da Casa Real Portuguesa...*, da autoria do teatino D. António Caetano de Sousa, que publicou 20 volumes entre 1735 e 1749. Outras obras que contaram com o beneplácito régio foram o *Vocabulário Portuguz-Latino*, do padre Rafae Bluteau (10 tomos editados entre 1712 e 1728), bem como a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, primeiro grande repositório da produção bibliográfica nacional, cujos dois primeiros volumes saíram em 1741 e 1747”. (Jorge Couto, “D. João V”, *História de*

Archivos, e ordenou se copiassem da Torre do Tombo os extractos de todas as Chancellarias, para se distribuirem pelos Académicos³²²; e a Academia Militar (1732) em todas as praças do reino e colónias, com vista a ser facultado o conhecimento das “maquinas da ciência dos Engenheiros”³²³, úteis às campanhas de fortificação dos presídios relativamente às invasões dos inimigos.

Por outro lado, apoiados num elogio hiperbólico à sapiência de D. João V – “a nossa saudade o venera pelo Rey mais sabio entre todos os Monarcas do mundo”³²⁴ –, estes discursos, ao reiterarem a imagem de que tais virtudes permitem ao soberano “apesar de morto, ainda viver”, evidenciam a intenção de vários autores em elaborar uma (re)compilação de requisitos e princípios teóricos próprios e orientadores do perfeito governante; assim como, e conseqüentemente, o desejo de os tornarem eternos, isto é, de serem prolongados no tempo, através do exercício régio do(s) seu(s) sucessor(es).

Neste sentido, Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, moço fidalgo da Casa Real, faz constar que “desde a sua puericia renunciou à ociosidade, accupando a mayor parte do tempo nos cultos da Igreja, na veneração das sagradas Imagens, e no exercicio dos Officios Divinos, e não podia errar as dispozoçoens de perfeito Rey, principiando pelos exercicios de perfeito Catholico”³²⁵. O religioso de S. Francisco da província do Porto, Manoel da Epifania, menciona que “nunca se via ocioso no gabinete, sempre trabalhava, fosse lendo para enriquecer a sua memoria, ou despachando para encher o lugar de Rey”³²⁶. Segundo o jesuíta, António Oliveira, D. João V “aprendeo sem duvida no Theatro Politico, que a primeira e principal regra de saber reynar com prudencia, era o silencio”³²⁷.

Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias, (dir. João Medina), Clube Internacional do Livro, 1995, vol. VII, pp. 263-264.

³²² Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico / do ... / D. Joaõ V...*, p. 140.

³²³ Refira-se que não detectámos em nenhum panegírico a terminologia específica “ciência experimental” relativamente às questões do ensino, contudo, esta observação de Francisco Xavier da Silva retirada do seu *Elogio Fúnebre* (pág. 141), assim como a que faz na pág. 225: “em todo o tempo do seu reynado, deu muito em que se exercitassem as Artes liberais, e officios mechanicos”, confirma-nos o gosto e o interesse prático do rei pelas ciências. Cfr. também, supra, p. 26.

³²⁴ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. Joaõ V...*, p. 7.

³²⁵ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *op. cit.*, p. 1.

³²⁶ Manoel da Epifania, *Oração / Funebre / na morte do Senhor Rey / D. Joaõ V. / Recitada no convento de S. Francisco / da Cidade do Porto...*, Lisboa, 1759, p. 59.

³²⁷ António de Oliveira, “Estatua / de Ouro / Que o Muito Alto, e Muito Poderoso Rey, / e Senhor Nosso / D. Joaõ V. / O Fidelissimo, / (...) / seu author / Antonio de Oliveira / (...) / Prégado / Nas sumptuosas, e Reaes Exequias / que em 15 de Dezembro de 1750 celebraraõ as Religiosas / de Santa Clara do Desterro, no seu Mosteiro / da mesma cidade da Bahia”, (in João Borges de Barros, *Relação / Panegyrica / Das Honras Funeraes, / que às memorias / do muito alto, e muito poderoso senhor / Rey Fidelissimo / D. Joaõ V / consagrou a cidade da Bahia...*, Lisboa, 1753, p. 228).

O panegirista, José de Nossa Senhora do Pilar, alega que a sabedoria dos Príncipes, na arte de bem reinar, consiste em dobrar o alvedrio pelo parecer alheio – “Não há de o Príncipe ser Narciso (...) há de consultar os sábios para fazer eleições”³²⁸ –, e lembra que o Magnânimo tinha aprendido ser bastante perigosa uma resolução apressada e “inconsulta”, pelo que, para acerto nas suas decisões, procurou obter, sempre e em primeiro lugar, o conselho mais prudente. Deparamo-nos aqui com o poder do príncipe como extensão do poder paternal alicerçado na *prudência* como «arte de bem governar o reino», garante harmónico das diferentes esferas jurídicas e dos corpos sociais³²⁹. Trata-se, segundo Maria Paula Marçal Lourenço, de uma concepção patriarcal do poder político que subordina, no plano normativo, a acção do soberano a imperativos de ordem ético-moral, configurando-se como um dos limites teóricos ao poder absoluto do monarca³³⁰.

O seu reinado é, pois, também denominado por “throno da sabedoria” porque soube consultar os sábios. No entanto, a sua sabedoria radica em não ter constituído “Conselheiros de Estado”, ao contrário dos seus antecessores, mas antes “estados de Conselheiros”, dos quais quis que fizessem parte Doutores e Teólogos das várias “religiões”. Ou seja, elogia-se o rei por ter sido aconselhado por homens da Igreja aquando da tomada de decisões, opinião que, segundo este escritor religioso, é bem provável ter sido diferente da de “Políticos misteriosos”³³¹.

Apesar da presença e influência de mentores católicos junto do monarca, não se pense que se quer criar a imagem de um rei que dispensou ou partilhou o seu poder, antes pelo contrário, ele é aplaudido por ter usado a sua sabedoria no exercício da sua autoridade, de acordo com as palavras do mesmo autor da Igreja, José N. S. Pilar: “Da corte via as opiniões, dos Doutores as sentenças, dos Theologos as resoluções; mas a

³²⁸ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, p. 8.

³²⁹ Maria Paula Marçal Lourenço, “História e Poderes”, *Nova História de Portugal...*, p. 20.

³³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 20-21.

³³¹ Recorde-se que a incapacidade do sistema governativo em dar resposta eficaz ao conjunto de problemas que se colocava à administração régia levou o rei, após a morte de Diogo de Mendonça Corte-Real (1736), a solicitar ao cardeal Mota um projecto para a sua reforma. A proposta apresentada (aprovada por Alvará de 28 de Julho de 1736), designava como primeiro-ministro e encarregado da coordenação da política geral aquele prelado, e criava três Secretarias de Estado: Negócios Interiores do Reino - Pedro da Mota e Silva, Negócios Estrangeiros - Marco António de Azevedo Coutinho, e Gente de Guerra e Marinha e Domínios Ultramarinos - António Guedes Pereira). Este valido permitiu que os titulares de cargos governativos passassem a receber o tratamento de «Excelência», facto que deu origem a críticas por parte da alta nobreza e suscitou incidentes protocolares entre o cardeal Mota, o duque de Cadaval e o marquês de Valença. (Jorge Couto, “D. João V”, *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias...*, p. 260).

nenhum entregava as rédeas do governo”³³². Ao contrário de outros monarcas que no passado desempenharam no governo as máximas da sabedoria, sapiência essa que não era a sua, mas a do vassalo ou do conselheiro³³³, no reinado joanino, segundo o vigário de S. João de Elrey, Matias António Salgado, assistiu-se à exceção desta regra³³⁴, uma vez que “o Rey era taõ sabio, que os acertos do seu governo todos se attribuirão, naõ á sabedoria dos vassallos, mas á sua sabedoria”³³⁵.

Parece-nos, portanto, que a mensagem que subjaz a este elogio à sabedoria régia é a de que “as juntas de eruditos Theologos e Doutores” eclesiásticos, mandadas fazer por D. João V, é que contribuíram para a afirmação do absolutismo do rei e para exaltação da Casa Real – “taõ sabia era a providencia que quando exaltava as Mitras, illustrava também a Coroa”³³⁶ –, observação que não é alheia ao facto de todos os panegiristas que elogiam o rei por esta atitude serem homens da Igreja.

Refira-se a este propósito que, segundo a abordagem ao *corporativismo da segunda escolástica* de Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha³³⁷, a concepção corporativa, com a sua referência a uma ordem «natural» de governo e aos deveres régios daí decorrentes, introduzia limitações ao poder real, estabelecendo como núcleo dos deveres do rei o respeito da justiça e a observância do direito. Neste sentido, os tribunais, como salvaguarda da justiça e de defesa dos direitos de cada um, ocupam uma função constitucional determinante na constituição do Antigo Regime, e é por isso que se explica que, na literatura seiscentista e setecentista, apareça quem defenda que, funcionando os tribunais palatinos, não tinha por que se convocar cortes, pois as suas funções de garantia (e também de comunicação com o Reino) eram desempenhadas pelos conselhos³³⁸.

Aleixo António, padre da Companhia de Jesus que se encontra no Brasil, na cidade de Belém do Grão Pará, salienta que o soberano ciente é aquele que sabe que a prudência e o “sentido da visão” são fundamentais no governo da república, ou seja, “o

³³² José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, p. 12.

³³³ Casos da Babilónia, de Jerusalém e do Egipto, em que, respectivamente, os reis eram Baltazar, David e o Faraó; mas os sábios eram Daniel, Achitofel e José.

³³⁴ Cfr. *supra*, pp. 22-23.

³³⁵ Matias António Salgado, *Monumento / do / agradecimento, / Tributo da Veneraçam, / Obelisco Funeral do Obsequio, / Relaçam fiel / das Reaes Exequias, / que á defunta Magestade / do Fidelissimo e Augustissimo Rey o Senhor / D. João V... da Villa de S. Joaõ del Rey [Brasil]...*, Lisboa, 1751, p. 35.

³³⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 84.

³³⁷ Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A Arquitectura dos Poderes”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, (dir. José Mattoso), vol. IV (coord.: António Manuel Hespanha), Editorial Estampa, 1998, p. 120.

³³⁸ *Idem, ibidem*, p. 120.

Rey deve ter olhos para attender à conveniencia dos subditos”³³⁹. Abrimos, aqui, um parêntesis para assinalar até que ponto, nestes discursos encomiásticos, se denota, ou não, por vezes, um certo tipo de linguagem ambígua, alguns subterfúgios, ou mesmo, alguma intenção subjacente ao conteúdo, por parte de quem a produz. Se não, vejamos: Aleixo António, aquando da produção da sua oração fúnebre em honra de D. João V, impressa em 1754³⁴⁰, ao invocar a sabedoria do rei, reforça o sentido da vista como “*o mais nobre da cabeça*” e, refere o jesuíta, “o rei deve ser todo olhos para attender à conveniência dos subditos”, para logo a seguir expressar: “he proprio de hum Sol, que he Rey, impedir com os olhos da prudencia soberbas elevações”.

A questão que se nos coloca nesta linguagem alegórica é a da identidade dos súbditos focados. Estará o autor a referir-se aos eclesiásticos quando alerta para a necessidade de o rei “attender à conveniência dos súbditos”? Ao mencionar que o rei deve impedir “soberbas elevações”, não se sentirá ele lesado por observar ou ter conhecimento de outros eclesiásticos que, talvez com menos mérito ou capacidades, são nomeados para cargos superiores? Pretenderá ele almejar outro estatuto com o seu elogio régio? Deverá o novo rei ter mais atenção ao que se passa do lado de lá do Atlântico?

Não deixa de ser curiosa e, por momentos, até bastante sugestiva, a observação de Francisco Xavier da Silva³⁴¹, ao referir: “He difficultosissimo de acertar na arte de governo, com a regra de agradar a todos, porque estando o Rey elevado na mayor altura do Throno, naõ he muito haja tantos olhos que lhe observem com demasiada perspicacia todos os movimentos...”³⁴² Tudo isto são questões que formulámos pelas razões atrás expressas e que nos permitem levantar a interrogação, detectar uma subtilidade de linguagem e deparar com a subjectividade interpretativa perante a intencionalidade discursiva.

De qualquer das formas, e voltando à virtude da sabedoria régia, tida como um exemplo daquelas prerrogativas (prudência e sentido de visão) e de constituir um paradigma de actuação – “Vinde pois, ó Principes do mundo, aprender liçoens na vida

³³⁹ Aleixo António, *Oração / Funebre / Nas exequias do / Augustissimo, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. João V...*, Lisboa, 1754, p. 7.

³⁴⁰ A maior parte destes textos são datados de 1750 e 1751.

³⁴¹ Apesar de nós termos a perfeita noção de que não se aplica a esta nossa interpretação, nem serve de resposta àquela observação, até porque o seu *Elogio* é anterior no tempo (1750) ao de Aleixo António, mas que nos permite aferir e questionar da subtil intencionalidade por parte de quem produz este tipo de textos.

³⁴² Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 16.

deste sabio”³⁴³, cita-se, igualmente, que o mérito do monarca reside no facto de conhecer que a “verdadeira politica” se norteia na “boa observância das Leys”– “em quanto se dirigem a extirpar vícios e abusos, e para que os vassallos vivaõ ajustados segundo as disposições divinas”³⁴⁴. É que o “mais forte meyo com que se arruinaõ as Monarchias e os Imperios consiste na decadencia da Religiaõ, nas liberdades da vida, nos estragos da consciencia, nas tyrannias sem castigo, e na oppressaõ dos innocentes”³⁴⁵.

Com efeito, definindo-se como “verdadeira política” aquela que não se apoia só nas conveniências dos reinos e nas utilidades públicas, destacam-se as suas “firmes” resoluções em reduzir ao mínimo a ideia de divertimento: “Naõ permittio bayles, casas de jogos, nem sempre consentio Comedias, e tirou outros divertimentos publicos, como o spectaculo dos touros..., porque destes e semelhantes passatempos só se tira entre as ruinas da alma, as quebras da honra, a privação das vidas, e as perdas da fazenda”³⁴⁶. Do mesmo modo, a fim de “extinguir os excessos” que proliferavam, pouco conformes com os princípios e normas que dizem respeito à vida devota³⁴⁷, emerge a imagem de um rei reformador e interventivo na organização das Ordens religiosas³⁴⁸, apontando-se e valorizando-se o desejo em fazer reformas nos conventos, tanto de religiosos, como de Freiras³⁴⁹: “prohibindo com graves penas, e vigilantes cautelas, que nenhuma pessoa

³⁴³ José de Nossa Senhora do Pilar, *op. cit.*, p. 12.

³⁴⁴ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 150.

³⁴⁵ Manoel da Epifania, *op. cit.*, p. 46.

³⁴⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 150.

³⁴⁷ No que diz respeito a comportamentos sexuais na vida clerical, importa mencionar o problema dos solicitantes, sacerdotes regulares ou seculares que se aproveitavam do sacramento da confissão para assediarem mulheres e, excepcionalmente, homens; e o dos freiráticos, nobres que mantinham relações amorosas com freiras e monjas. O próprio D. João V fora, por ventura, o caso mais famoso de sempre. (Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal...*, pp. 106-107).

³⁴⁸ Segundo Dominique Julie, no século XVIII, o Papa Bento XIV repunha toda a sua confiança numa reforma religiosa, conduzida sob a tutela dos Estados, contra os delitos de uma super-população de clérigos ociosos e incontroláveis. (Idem, “O Sacerdote”, *O Homem do Iluminismo*, (dir. de Michel Vovelle), Editorial Presença, Lisboa, 1997, p. 307).

³⁴⁹ Uma das matérias em que os soberanos de Portugal se julgavam com direitos e atribuições era o governo das religiões, fundando-se em regalias e privilégios concedidos pelos pontífices; e tanto assim que por vezes se haviam imposto restrições às faculdades dos colectores e dos nuncios em tal assunto; e a alguns se havia tornado expressa a cláusula de que não deviam intrometer-se no governo das religiões. Esta orientação, que se convertera em norma jurídica e fora acrescida de todos os corolários que nelas enxertou o espírito jansenista e galicano, explica uma circular expedida por D. João V a 17 de Setembro de 1748, e que foi convocada pelo sectarismo pombalista. Nela determinava o soberano que se não executassem bulas, breves, decretos, ordens, mandados e sentenças, assim da cúria como também dos seus legados, auditor-geral da Câmara e juizes apostólicos, sobre graças e outras quaisquer negócios concernentes aos religiosos e religiosas, antes de serem presentes a El-Rei pela secretaria de Estado, para “o monarca determinar o que fosse mais do serviço de Deus e utilidade do bem comum dos religiosos de ambos os sexos; evitando-se qualquer relação que pudesse perturbar a boa observância e disciplina regular, que S. M. Desejaria ver restabelecida em todas as religiões”. (Doc. Na Coleção dos Negócios

violasse Clausura, ou obrasse acção, que fosse menos decorosa à sua gravidade, e recolhimento”³⁵⁰.

A par da alusão a estas acções do rei, e com o intuito de a sua actuação e vivência pessoal ser entendida como modelo social e referência comportamental, aplaude-se o monarca por ter sido senhor do seu poder, da sua ira, de todos os impulsos da própria vontade, por ter dominado as paixões, vícios e excessos, “inseparáveis da condição humana”. Sublinhamos, aqui, a propósito das suas relações extra conjugais, que não encontramos, nos discursos fúnebres em homenagem a D. João V, nenhuma abordagem directa a tal conduta³⁵¹. No entanto, se tal referência fosse feita, ainda que através de uma linguagem subtil, ambígua e enigmática, não teríamos grandes dúvidas em creditar que os moldes em que essa menção seria expressa teriam como objectivo levar a que o carácter do rei fosse entendido como um instrumento e modelo da pedagogia cristã, – dedução nossa e que poderá ser perceptível pelas palavras de Francis Blyth: “Se alguma vez offendeo a Deos o nosso Principe, provou com a offensa que era homem por natureza fragil, porém nunca mostrou que era infiel com injuria da natureza (...) o nosso Augusto Monarca pôde alguma vez peccar, como homem, [mas] ninguem ignore que se quis arrender”³⁵².

Denota-se, portanto, que estes princípios normativos, (inerentes à sua sabedoria), recuperados e exaltados, constituem uma reconstrução biográfica que, no caso da fidelidade no matrimónio, faz emergir uma imagem não real, mas que pretende funcionar como espelho – no qual “os vassallos devem pôr os olhos”. Ou seja, procura-se reforçar a mensagem que visa a moralização e a normalização dos comportamentos sociais, regulando-os segundo a conduta cristã e evitando a “malícia” e os excessos.

Aliada ao tópico de “Rey Sabio”, segundo alguns encomiastas, aparece inscrita a sua magnanimidade, que permite a criação de uma imagem esplendorosa e ostensiva do

de Roma, t. 1, pág. 230, nota 3). (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição por Damião Peres, Livraria Civilizaçãõ-Editora, Porto-Lisboa, 1968, vol. II, pp. 332-333).

³⁵⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 151.

³⁵¹ Recorde-se com D. João V, além dos seis descendentes legítimos, teve quatro filhos bastardos das relações com D. Luísa Clara de Portugal, com uma francesa, com D. Madalena Máxima de Miranda, e com madre Paula, freira de Odivelas, entre os quais se contavam os “meninos da Palhavã”: D. António, D. Gaspar e D. José. Jorge Couto, “D. João V”, *História de Portugal...*, p. 243. Sobre esta matéria, cfr. também Ana Hatherly, “Amor e libertinagem no período barroco: os freiráticos”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. VII, Amadora, 1995, pp. 215-243.

³⁵² Francis Blyth, *Oração / Funebre / Nas solemnes Exequias (...) / D. João V / celebradas em Londres...*, Lisboa, 1751, pp. 28-30.

monarca e da sua corte³⁵³, de tal modo que se pretende elevá-la à escala europeia, nomeadamente com a de Luís XIV: “Se toda a França confessa que o sublime da sua politica, e o esplendor das suas artes, e sciencias lhe veyo do incancavel desvélo do seu Luis o grande, confesse tambem Portugal que o Senhor rei D. Joam o Magnifico deve a formosura brilhante com que se vê polido nas artes, nas fabricas, e nas sciencias”³⁵⁴. Ora, este género de afirmações permite-nos referir que, se em vida o rei procurou reproduzir uma estratégia de glorificação pessoal e da coroa através da imitação dos cerimoniais franceses³⁵⁵, o que agora assistimos é a um discurso póstumo que acompanha a imagem que o soberano quis criar de si em vida.

Neste sentido, desde logo, se torna evidente que a “Real magnificencia” é elogiada pelo quanto contribuiu para criar as condições necessárias ao bom desempenho do culto Divino. Com efeito, é nesta linha de raciocínio que radica o louvor da sabedoria de um príncipe, isto é, por ter repartido imensas e largas somas de dinheiro por esmolas, enriquecido muitos templos com peças “excellentissimas”, mandado dar paramentos às igrejas do reino, das colónias e de outros “Dominios estranhos” – “que he quasi impossivel fazer memoria de todos”³⁵⁶; assim como por ter disponibilizado grandes quantias para o culto das “devotissimas e milagrosas Imagens” aquando das procissões religiosas.

Simultaneamente, cria-se a imagem de um *Rei Magnânimo* por ter mandado edificar construções magnificentes tendo como base de decisão, não o desejo de glorificação individual, mas essencialmente três facetas pessoais e políticas: a devoção religiosa, o amor à cultura e o zelo pelo bem público. A magnificência e a liberalidade régias obedecem à consciência do rei, acabando por submeter o poder, mesmo o absoluto, a valores morais³⁵⁷. De cada uma daquelas três vertentes do monarca, pelo grau de padrão glorioso e ilustrativo, são seleccionadas, respectivamente, as seguintes obras: o Palácio-Convento de Mafra³⁵⁸ – “por prémio do sumptuozo Templo, estava

³⁵³ Esta vertente de “Magnânimo” de D. João V tem sido objecto de várias interpretações por parte de vários historiadores, segundo os quais esta imagem se tornou necessária devido à escassez de instrumentos político-administrativos que permitissem à Coroa intervir em várias áreas, e como tal destinava-se a encobrir a realidade e a transmitir aos súbditos uma esmagadora visão de magnificência e poderio que contribuísse para obnubilar as contradições, os conflitos e, até mesmo, as oposições. Sobre esta temática, cfr. *supra*, pp. 27-29.

³⁵⁴ Manoel da Epifania, *op. cit.*, p. 58.

³⁵⁵ Cfr. *supra*, pp. 21-22.

³⁵⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 71.

³⁵⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes”..., p. 21.

³⁵⁸ Refira-se que o palácio-convento de Mafra, segundo António Filipe Pimentel, simboliza a concretização de um desígnio totalitário de poder, ao “absorver no interior do seu corpo imenso e

Deos favorecendo a S. Magestade com a grande abundancia de ouro que annualmente recebia da America”³⁵⁹; a Biblioteca da Universidade de Coimbra; e o Aqueduto das Águas Livres – “huma das obras mais sumptuosas, não só da Corte, mas de toda a Europa, e ainda do Mundo (...) abono que mais realça nas bocas dos Estrangeiros”³⁶⁰.

A par destes três exemplares é mencionada uma série de acções edificantes que constituem “argumentos da magnificência real” por se enquadrarem no zelo e no fervor do seu culto divino, e que dizem respeito predominantemente à construção, restauração e conservação de templos, palácios e conventos religiosos no reino e nas colónias, – é que “a construção de um templo pode ser entendida como o desejo de adquirir a glória de fundador, mas o edificar muitos é evidência e efeito do culto”³⁶¹. Destas “empresas” magnificas, assumem maior destaque, pela sua repetição e descrição nos discursos fúnebres: a Basílica Patriarcal³⁶² – “fizeste renascer em Lisboa huma segunda Roma”³⁶³ –, o Mosteiro das Religiosas de Santa Clara (no Lourçal) – “seminario das virtudes, atalaya do Ceo, centro da austeridade”³⁶⁴ –, o Hospício da Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo, a Ermida de Nossa Senhora das Necessidades (em Alcântara), o Colégio dos Filhos de S. Filipe Neri e o Palácio das Necessidades.

Destacamos, deste modo, a presença de um discurso comprometido ideologicamente, uma vez que procura fixar, no soberano português, uma imagem de rei *Magnânimo*, privilegiando o padrão que fundamenta a construção dos edificios régios – “imortais esferas da sua sabedoria” –, aliado ao seu carácter de devoto e piedoso – “elle foy o singular Principe da Igreja, e esta he a causa, porque na sua morte a mesma Igreja inconsolavelmente sente, explicando a dor pelas eloquentes vozes das lagrimas”³⁶⁵.

multiforme a instituição eclesiástica, na sua dupla configuração regular e secular e, com ela, a força da sua autoridade sacral legitimadora”. (Idem, *Arquitectura e Poder...*, p. 227).

³⁵⁹ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *Elogio / Historico, e Panegyrico... D. Joaõ V...*, p. 10.

³⁶⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 234.

³⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 109-110.

³⁶² A criação, por iniciativa de D. João V, da Basílica Patriarcal de Lisboa, anexa à corte, constitui, em termos simbólicos, um passo decisivo na reformulação e amplificação do código ritual de comunicação entre o rei e os seus súbditos. Através desta soberba fundação, obtida à custa de dispendiosas campanhas diplomáticas junto da Santa Sé, D. João V alarga, progressivamente, a pretexto do esplendor ritual da sua igreja e da fidelidade dos seus membros, o seu domínio sobre a hierarquia eclesiástica portuguesa. (Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na Corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, p. 179). Sobre a promoção da Capela Real a basílica patriarcal, cfr. também *infra*, pp. 93-94.

³⁶³ Filipe de Oliveira de, *Oração / Funebre / Panegyrica, e Historica / Nas Exequias / Do Sempre Augusto, Magnifico, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. Joaõ V ...*, Lisboa, 1750, p. 12.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 13.

³⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 17.

4. 2 Rei Justo e Pacífico

Na estruturação do sistema político português, pelo menos até ao terceiro quartel do século XVIII, o *primado da justiça* fundamenta-se na doutrina corporativa do poder político que modela não só as construções dogmáticas dos juristas como a própria sociedade, alicerçando-se na constituição natural e tradicional da organização social, ou seja, numa ordem jurídica superior à vontade régia consubstanciada nas *leis fundamentais do Reino*³⁶⁶. *Fazer justiça* é entendido como a função principal do monarca, quer seja através da obediência à lei, quer seja através da garantia da ordem natural dos direitos e deveres, atribuindo a cada um o que é seu, «guardando os direitos, privilégios, liberdades, graças e doações»³⁶⁷. O poder absoluto de D. João V adoptou esta concepção jurisdicional de poder, assegurando o *statu quo sociopolítico*, isto é, reproduzindo os critérios de estruturação social: os privilégios – cuja manutenção teórica é reafirmada com o Magnânimo, pelo menos, nas duas décadas iniciais do reinado, na óptica de Luís Ferrand de Almeida³⁶⁸.

De facto, tendo em vista a base e a estabilidade do “Real trono”, uma das virtudes que mais deve resplandecer nos monarcas, segundo a literatura fúnebre que temos vindo a analisar, é a justiça. Ainda que revestido por outras qualidades, o virtuosismo das acções régias só é entendido se o rei for justo, uma vez que só assim se criam as condições necessárias para a paz – “principal effeito da Justiça”³⁶⁹. Consequentemente, da paz resulta a religião, e da religião o culto divino e o “viver bem”, que são os objectivos últimos das monarquias cristãs³⁷⁰. O discurso organiza-se, pois, em função de uma articulação entre referências de carácter axiológico das virtudes cristãs e acções morais do rei perante a justiça, a guerra e a paz.

Ora, o elogio a D. João V, se por um lado recai no desejo de que a administração da justiça se efectuasse de acordo com a prudência e a clemência – “perdoava mais que punia”³⁷¹ –, por outro lado, radica no facto de a ter exercido segundo o “fiel da razão da

³⁶⁶ Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e poderes”..., pp. 21-22.

³⁶⁷ Idem, *ibidem.*, p. 22.

³⁶⁸ Luís Ferrand de Almeida, “O absolutismo de D. João V”, *Páginas Dispersas...*, p. 184.

³⁶⁹ Nunes Placido, “Oração / Fúnebre, / Nas sumptuosas Exequias / do Serenissimo Senhor / D. João V / Celebradas na Cathedral Metropolitana / da Cidade da Bahia em o dia 11 de Dezembro de 1750...”, In João Borges de Barros, *Relação / Panegyrica / Das Honras Funeraes, / que às memorias / do muito alto, e muito poderoso senhor / Rey Fidelissimo / D. João V...*, Lisboa, 1753, p. 196.

³⁷⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 240.

³⁷¹ Idem, *ibidem.*, p. 37.

Balança e com a rectidão da espada”³⁷², não sendo considerado desdouro ter sempre desembainhada a espada para defesa do reino e da autoridade do Príncipe³⁷³. O que equivale a dizer que, embora a guerra seja vista como “mal tão grande”, deve ser empreendida para “dissimular aquelas coisas que se mostravam ser menos respeitáveis à magestade e ao esplendor da coroa”³⁷⁴, ou mesmo à Cristandade. É o caso da “cruenta guerra” que se desenrolava no Estado da Índia e que chegada ao conhecimento do rei, “levado do zelo da Religião”, o fez acudir “com prompto e grande socorro, para que não perecesse o Christianismo que era o mayor e mais importante fruto daquellas conquistas”³⁷⁵.

Esta opção régia pela guerra é também visível quando “a soberba dos Otomanos pretendia contrastar a Cristandade”, ameaçando a *Ilha de Corfú*, o que levou o rei a mandar por duas vezes (1716 e 1717) uma esquadra bélica para o local, como consequência do apoio do rei à defesa do Catolicismo³⁷⁶, fazendo “famoso o dia para a Christandade com a destruição dos Turcos que foraõ obrigados a retirar”³⁷⁷.

Nesta perspectiva, emerge a definição e a utilização das “Armas”, que são “as que defendem as Republicas e castigam os que as olham com menos respeito”³⁷⁸; ao mesmo tempo que servem de ornato à majestade “para conservação da paz das Potencias”³⁷⁹. Pelo meritório desempenho dos vice-reis no Oriente, Francisco Xavier da Silva cria a imagem de grandeza das Armas de D. João V, ao referir que estas “se fizeram pelas vitórias muito respeitadas e temidas na Ásia, ganhando o rei o título de Victorioso”³⁸⁰, – glória que se deveu, na sua maior parte, segundo o mesmo autor, à boa eleição e providência régia. O louvor ao bom exercício da justiça, por parte do monarca, incide, neste ponto, no zelo e critério de selecção para os cargos e officios de governo e regimento dos seus reinos: “Entre tantos Vice-Reys que escolheu para resistirem aos

³⁷² Idem, *ibidem.*, p. 246.

³⁷³ A noção de que a preparação e o sustento de uma força armada representa um dos fundamentos da iniciativa e da autoridade do Estado, bem como da manutenção da própria independência nacional, esteve, sem dúvida alguma, para além de condicionantes de uma natureza mais imediatista, na origem de uma preocupação que foi tanto a do poder político central como a de alguns particulares que com a actividade do Estado iam fazendo articular as suas próprias preocupações políticas. (Rui Bebiano, “Organização, Teoria e Prática da Guerra”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, p. 135).

³⁷⁴ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 221.

³⁷⁵ Idem, *ibidem.*, p. 198.

³⁷⁶ Veja-se sobre esta temática, Cfr. *supra*, pp. 29-30.

³⁷⁷ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 120.

³⁷⁸ Idem, *ibidem.*, p. 164.

³⁷⁹ Mateus da Encarnação Pina, *Sermão / Nas / Exequias... D. João V...*, p. 34.

³⁸⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 216.

inimigos do Oriente... se vio sempre o quanto foy acertada a sua eleição³⁸¹; bem como no premiar os que se faziam merecedores dos cargos para os quais foram nomeados e souberam desempenhar acções “tão gloriosas para si, para o Estado e para a Coroa”³⁸².

Na aplicação da justiça, exaltada e atribuída ao rei defunto, sobressai, do mesmo modo, um tom didáctico e convencional, a propósito da igualdade dos homens perante a lei. A partir da metáfora: “Para o rei não tinha a justiça olhos vendados”, conclui que os mesmos olhos que viam os delitos dos humildes olhavam também para os dos mais poderosos, “obrando à semelhança de Deos, de quem são os reys imagens sem distinção de pessoas”³⁸³. Realça-se aqui a imagem do soberano que, em analogia com a justiça divina, julga com equidade, em toda a parte e a todos por igual, premiando os justos, protegendo os inocentes e castigando os malévolos. É de acordo com estes princípios disciplinadores – “assim como a culpa lhes fez horrorosa a alma, assim a afronta do castigo servisse de confusão aos delinquentes e juntamente de exemplo aos que viaõ”³⁸⁴ –, que se faz uma alusão elogiosa às pragmáticas e leis régias³⁸⁵, segundo as quais se expulsavam os ciganos dos reinos portugueses (1718), “que perturbando a harmonia da Republica, se faziam odiosos a todos os vassalos de Sua Magestade”³⁸⁶; e se proibiam adagas, facas, armas de fogo (1719), “para se evitarem muitos ferimentos e homicídios”³⁸⁷. Esta determinação foi renovada em 1749, “porque o tempo a fizera esquecer e para evitar os homicídios e outros insultos”.

Como prova da justiça régia, António Assunção apresenta o tempo de paz durante o exercício régio joanino – “Havendo justiça não há guerra”³⁸⁸ –, acrescentando Manoel da Epifania que “a paz he a melhor segurança e felicidade dos Impérios”³⁸⁹, uma vez que é neste ambiente que melhor se impedem os insultos, os delitos, as

³⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 206.

³⁸² “Não faltou o rei em remunerar os serviços dos vassalos benemeritos, que se tinhaõ distinguido pelo seu valor na guerra”. (Idem, *ibidem*, p. 164).

³⁸³ Idem, *ibidem*, p. 250.

³⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 246.

³⁸⁵ Na perspectiva de Maria Paula Marçal Lourenço, é sobretudo na esfera das prerrogativas régias e do rei como regulador de conflitos e de arbitrariedades – Rei legislador – que se encontra o maior volume da produção legislativa do reinado de D. João V. Trata-se, na maioria das vezes, de questões casuísticas em que o monarca, evocando a prerrogativa régia de revogar ou anular contratos injustos ou imorais, interfere, pela via legislativa, na resolução de conflitos pontuais, especificando competências administrativas e judiciais. (Idem, “Estados e Poderes”..., p. 23).

³⁸⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 242.

³⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 243.

³⁸⁸ António da Assunção, *Sermão / Das Solemnissinas / Exequias / do Serenissimo Senhor Rey / D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 18.

³⁸⁹ Manoel da Epifania, *Oração / Funebre... D. João V...*, Lisboa, 1759, p. 47.

calamidades e os tiranos. D. João V passa a ser designado por *Príncipe da Paz*³⁹⁰, sendo apresentadas e enaltecidas, (devido a uma política de “leis santíssimas para sossego da Republica, de gloriosos Tratados e de soberanas Alianças”³⁹¹), como consequências a conservação das vidas dos seus vassallos, a fertilização das terras, o fomento das artes, o povoamento das universidades, a vida do comércio nas colónias e do interior do reino, o aumento do exercício das artes liberais³⁹², o estabelecimento de Academias científicas e militares, o enobrecimento dos sábios e soldados, e a construção de edifícios, para defesa e ornato das cidades e para o culto, e de palácios para habitação das pessoas reais³⁹³.

Pretende-se, pois, fixar a ideia de que o carácter de “Rei Pacífico” provinha do conhecimento régio dos benefícios da paz, face à “sanguinolenta guerra que ardia em toda a Europa para impedir a conservação do Augusto D. Felipe V no Reino de Castella”³⁹⁴ e a alguns episódios militares de guerra que Portugal mantinha com a Espanha³⁹⁵. Com efeito, segundo Xavier da Costa, assim que subiu ao trono, um dos principais objectivos de D. João V foi “cuidar da paz, empenho que ao seu Real cuidado roubou os primeiros annos do seu governo... até 1713, em que se capitulou a paz”³⁹⁶. Pedro Soriano Bravo, a este propósito, recorda que a virtude que, no governo joanino, “adquiriu maior crédito para si, maior utilidade para o reino e maior sossego para os vassallos foy a paz que concluiu e conservou”³⁹⁷, ou seja, a celebração do Tratado de Utreque (1713 e 1715)³⁹⁸ e a Aliança com Espanha (1727)³⁹⁹.

³⁹⁰ António das Onze Mil Virgens Ferreira, *Oração / Funebre, / Historica, e Panegyrica... D. João V...*, Lisboa, 1754, p. 18.

³⁹¹ Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade, Utimas Acções, / Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, / e Senhor / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 10.

³⁹² Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 173.

³⁹³ Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade...*, p. 10.

³⁹⁴ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *Elogio / Historico / e Panegyrico... D. Joaõ V...*, Lisboa, 1751, p. 3.

³⁹⁵ Desde meados de 1707 a finais de Setembro de 1712, desenrolaram-se alguns episódios militares de guerra entre os dois países, os quais vêm referidos e descritos em: Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640- 1750)*, vol. V, 2ª Edição, Verbo Editora, Lisboa, Reimpressão 1996, pp. 238 -241.

³⁹⁶ Xavier da Costa, *Oração / Funebre / Nas Exequias... D. Joaõ V... na Sé de Braga...*, p. 37.

³⁹⁷ Pedro Soriano Bravo, *Sermaõ / Nas / Exequias / do (...) / D. Joaõ V. / (...) /no Convento de S. Paulo, / da Villa de Almada...*, / Lisboa, 1750, p. 2.

³⁹⁸ Refira-se a propósito deste tratado que segundo Joaquim Serrão, “Apesar da brilhante actuação da nossa diplomacia... Portugal não retirou da paz as merecidas compensações. A Inglaterra não apoiou como devia a nossa posição... Não se atendeu a reclamação de nos serem entregues várias praças da fronteira, nem tão-pouco de se arrasar Badajoz, ponto de ameaça constante para a defesa do Reino. Fez-se apenas a restituição de Albuquerque e Puebla à Espanha e do castelo de Noudar a Portugal. A única compensação consistia na entrega a Portugal do território e colónia do Sacramento, na América do Sul”. (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal...*, p. 242). Sobre esta problemática, cfr. Rui Bebiano,

Por sua vez, Matias António Salgado, abordando as medidas régias na procura da paz, aponta esta virtude como benção especial de Deus aos portugueses: “Dominus benedicet populo suo in pace”⁴⁰⁰, porque foi “huma paz firme, huma paz perpetua, huma paz sem fim, tal como a que profetizou Izaías que daria ao mundo o Príncipe da paz”⁴⁰¹. Trata-se de uma paz inserida na “razão de Estado” e que assume um tom bíblico, uma vez que, tal como Salomão, filho de David, dera a mão de esposo a uma filha do Faraó do Egipto, vizinho e poderoso, também D. João V, com o desejo de perpetuar e conservar a harmonia da paz com o rei de Espanha, “a qual como vizinha poderosa... podia interromper com o seu poder a quietação”⁴⁰², uniu “com dous nós os mais indissolúveis” a Monarquia de Portugal à Espanhola⁴⁰³.

No quadro do perfil régio construído pelos religiosos que temos vindo a mencionar, pensamos que a exaltação do exercício da justiça e das iniciativas do soberano em prol da paz assentava no desejo de obtenção de condições sociais, políticas e culturais, necessárias ao culto divino: “Sabia que era a escola das virtudes, e muito particular da justiça e piedade, o único meio para manter e conservar a Religião”⁴⁰⁴. Do mesmo modo, “He a virtude da Religião consequencia quasi infallível da paz, assim como costuma ser o primeiro estrago da guerra”⁴⁰⁵. Como recompensa por estas suas acções que coroaram a sua glória, emerge uma alegoria elucidativa do quanto se pretende apresentar as qualidades e virtudes cristãs das pessoas régias como garante da paz, através da seguinte expressão: “A Corte ficava em oração, os Soldados no campo

“Organização, Teoria e prática da Guerra”, *Nova História...*, pp. 133-134; Avelino de Freitas Meneses, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, *Nova História...*, pp. 163-168.

³⁹⁹ A partir de 1719-1720, D. Luís da Cunha antevira formas de Aliança para concretizar a paz na terra hispânica, devido às grandes vantagens nessa aproximação: situação geográfica, grandeza territorial, número de habitantes, poderio militar e riqueza interna e ultramarina da Espanha em relação a Portugal. Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 253.

⁴⁰⁰ Matias António Salgado, *Oração Funebre nas Exequias do Fidelissimo Rey e Senhor D. João V, celebradas pelo Senado da Camara da Villa de S. João de Elrey, nas Minas Geraes da America Portuguesa*, Lisboa, 1751, pp. 10-11.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁴⁰² Idem, *ibidem*, p. 11.

⁴⁰³ Com a celebração deste consórcio duplo, em 1727, D. José ficava noivo de Maria Ana Vitória, filha de Filipe V, e a infanta D. Maria Bárbara de D. Fernando, príncipe das Astúrias. O consórcio de D. José foi assinado em Madrid a 3 de Setembro de 1727, enquanto o de D. Maria Bárbara o foi em Lisboa a 1 de Outubro. No campo da política europeia, a aproximação ibérica punha termo momentâneo à aliança dos Bourbons e criava condições para a maior unidade peninsular. (Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 254).

⁴⁰⁴ Nunes Placido, “Oração / Funebre... D. Joaõ V... na Bahia...”, 1753, p. 196.

⁴⁰⁵ Timóteo Oliveira, *Oração / Funebre, / Das Exequias / do Fidelissimo; e Augustissimo Rey / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 26.

prontos a contender, e o Rei lá na corte continuando em orar: E quando estas são as disposições, certa está a vitória; há-de se firmar a paz sem ser necessário contender”⁴⁰⁶.

4. 3 Rei Religioso e Caritativo

No que diz respeito à catolicidade de D. João V, que se inscreve na fundação ontológica e canónica do poder absoluto, o monarca, como cristão responsável e estando sujeito à tutela divina, devia submeter-se às exigências morais e religiosas do Cristianismo, aquando da imposição das leis favoráveis aos fundamentos do poder político – o direito natural e o bem comum⁴⁰⁷. Esta integração do poder absoluto no Cristianismo, alicerçada nas decisões do Concílio de Trento, evita a acção tirânica do rei e exige a submissão moral e religiosa do poder político. Nesta sequência, o «absolutismo» e a «catolicidade» caminham, lado a lado, encontrando o primeiro o seu múnus espiritual no segundo, que o legitima⁴⁰⁸.

Apresentando-se como máxima que a *Religião* é a base das virtudes e aquela que dirige os actos do Príncipe para acertos na arte de bem governar e, conseqüentemente, para os benefícios da coroa – “Que príncipe foi devoto que não experimentasse prosperidades, vitórias e aumentos nos Estados? E que reinos não foram dessolados pela falta de Religião dos seus monarcas”⁴⁰⁹ –, bem como que “a ruína dos Impérios consiste na decadência das religiões”⁴¹⁰, constrói-se um discurso encomiástico que visa proteger e sustentar a união entre Estado e Religião⁴¹¹. A imortalização de D. João V será feita pelo facto de ter incorporado as virtudes cristãs no exercício do seu governo, a ponto do panegirista, Miguel Lúcio Castro, referir que “não houve Príncipe que tivesse em mais alto e em mais heroico gráo a crença dos misterios da Fé Catholica”⁴¹².

⁴⁰⁶ Pedro Soriano Bravo, *Sermaõ / Nas / Exequias / do (...) / D. Joaõ V...*, 1750, p. 10.

⁴⁰⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes”, *Nova História...*, p. 25.

⁴⁰⁸ Jorge Borges de Macedo, “Absolutismo”, *Polis*, p. 43.

⁴⁰⁹ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, pp. 37-39.

⁴¹⁰ Manoel da Epifania, *op. cit.*, p. 1.

⁴¹¹ A «hiperbolização» da dimensão religiosa, de acordo com o parecer de Ana Isabel Buescu, situa-se na convergência de dois factores: por um lado, a rejeição dos pressupostos das doutrinas de Maquiavel relativamente ao governo do príncipe, e, por outro, a necessidade de redefinição do papel do *verdadeiro* monarca cristão, perante as novas realidades sociais e políticas decorrentes da Reforma protestante. (Ana Isabel Buescu, *As Imagens do Príncipe...*, p. 69).

⁴¹² Miguel Lucio Francisco de Portugal e Castro, “Elogio Funebre”, In *Colecçam / Das Obras / Que na Academia / Dos Occultos / Se recitáraõ na morte / do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / D. Joaõ V. / Na conferencia do primeiro de Setembro de / M.DCC.L., Lisboa, 1750, p. 2.*

Neste sentido, recuperam-se e exaltam-se as acções desencadeadas pelo rei defunto que dão provas das suas qualidades de religioso e caritativo, como sejam, desde logo, a assistência aos officios divinos – “nenhum dia consentio passar, sem que assistisse ao Sacrificio da Missa, ao qual em quanto assistia, com attenção lia todas as Oraçoens, que o Sacerdote proferia, empregado na perpetua meditação dos mysterios”⁴¹³ –, os actos de piedade e devoção – “Não se recolhia à noite, sem que primeiro fizesse ardentissimos e finissimos actos de Contrição, de Fé, de Esperança e de Amor de Deos”⁴¹⁴ –, e as dádivas, adornos e ornamentos a todas as Igrejas do reino – “Como era verdadeiramente catolico... e como a liberalidade he vertude muito proxima da justiça, tirava das riquezas que Deos lhe estava dando, as esmolas que estava fazendo: recebia para dar, e não para possuir”⁴¹⁵.

Além destes elogios, invoca-se, por outro lado, a autoridade e a tutela do soberano face às cerimónias religiosas – “Fez executar as funções da Igreja com a perfeição que dizem respeito os rituais”⁴¹⁶ –, com o intuito de legitimar e publicitar as reformas no culto divino, no âmbito da sua piedade e munificência para as “cousas Sagradas e Ritos da Igreja”. Sobressai, assim, a imagem de um rei que, além da sua devoção pessoal, se mostra impulsionador e perfeccionista quanto às práticas religiosas a ministrar no reino – “Infundio huma natural sciencia das Cerimonias Ecclesiasticas”⁴¹⁷ –, facto que impunha a celebração social e colectiva na pretensão imitativa das “regras do Ceremonial que se observam em Roma”⁴¹⁸.

Importa referir que, de acordo com Dominique Julia, “a reforma eclesiástica que se vai instaurando, a partir do pontificado de Benedicto XIV (1740-1758), já não é a de Trento, mas a da soberania nacional das monarquias absolutas modernas, ao serviço das quais trabalham agora as convicções e instituições religiosas, sem que aqueles que estão encarregados de as pôr em exercício se apercebam das mudanças em curso. A administração dos ritos e dos símbolos religiosos encontra-se cada vez mais presa e

⁴¹³ Luiz António Verney, *Oração / (...) / Na Morte / de / D. Joao V...*, Lisboa, 1752, p. 3.

⁴¹⁴ Xavier da Costa, “Oração / Funebre / Nas / Exequias / Delrey Fidelissimo, / O Senhor / D. João V...”, in Rodrigo José de Faria, *Relação / Das / Exequias, Que na morte del Rey Fidelissimo, / o Senhor / D. Joaõ V. / mandou fazer na Cathedral de Braga...*, Lisboa, 1951, p. 43.

⁴¹⁵ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *op. cit.*, p. 18.

⁴¹⁶ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 70.

⁴¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 68.

⁴¹⁸ Segundo Dominique Julia, “no século XVIII, existe a proeminência do Estado moderno, que é reconhecido pelo próprio Papa Bento XIV. Aceitando a tributação estatal de bens eclesiásticos e o abandono de privilégios anacrónicos da Cúria romana em matéria de patrocínio dos benefícios, o Papa repunha toda a confiança numa reforma religiosa, conduzida sob a tutela dos Estados, contra os delitos de uma super-população de clérigos ociosos e incontrolláveis”. (Idem, “O Sacerdote”, *O Homem do Iluminismo...*, p. 307).

congelada numa operação de controlo social que faz dos fiéis o *objecto* de uma política”⁴¹⁹. As questões que se poderão colocar a partir da observação supracitada, são as de saber em que medida os elogios ao rei pelo impulso dado às “reformas do culto divino”, visam mais os interesses da Igreja ou da Monarquia.

Na verdade, sentimos alguma dificuldade em dar uma resposta objectiva a esta pergunta, uma vez que, além da heterogeneidade de discursos e dos locais da sua enunciação e difusão, não se torna perceptível uma exclusividade quanto ao favorecido. Ou seja, estes textos, embora nos remetam para a exaltação do monarca e, conseqüentemente, da Monarquia, não deixam de constituir meios propagandísticos do Catolicismo. De qualquer das formas, e relativamente ao reinado de D. João V, Ana Cristina Araújo sublinha que o “absolutismo joanino não funcionaliza o cerimonial, isto é, não se apropria da consensualidade do rito religioso para firmar um poder que é imanente à Majestade, tornando, antes, patente o valor constitucional do rito na organização do poder e da afirmação da sacralidade da realeza”⁴²⁰.

Tendo D. João V como paradigma de “hum Rey que tinha a causa de Deos pela mais principal do Estado”⁴²¹, e porque deve ser o maior cuidado de um rei católico a “extensão de fé”, elogia-se, de igual forma, o monarca pelo patrocínio às Missões. Neste particular, destaca-se a referência à autorização régia para a construção de seminários jesuítas “nas povoações da América”⁴²² (Baía e Rio de Janeiro), justificando-se esta “obra agradável” com o desejo de haver uma instrução da mocidade em virtudes e letras, um recolhimento para as donzelas, e de “ver o vassallos melhorados na escolha do Estado”.

A formação do seminário – local onde se pretende ensinar os jovens a abster-se das corrupções do mundo, inculcando neles a modéstia e a seriedade –, encontra-se na necessidade de moralização do Clero⁴²³, sendo os edificios encarados como “os abrolhos do Mundo, para que nem triunfe a ignorancia dos engenhos, nem a virtude afrouxe com os enganos do seculo e perversidade de huma ruim criação”⁴²⁴. Refira-se

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 307.

⁴²⁰ Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na Corte de D. João V”..., p. 197.

⁴²¹ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 117.

⁴²² “Por Decreto de 23 de Julho de 1750, fez merce de 30.000 cruzados para cinco seminários já erigidos, entre os quais o da Bahia e do Rio para que com esta esmola se pudessem aperfeiçoar os edificios. Pelo mesmo Decreto deu 300.000 reis/ano e perpetuos para os ditos seminarios da Bahia e Rio e 200.000 para dote dos Recolhimentos e Seminarios já principiados noutras partes da America”. (Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 156).

⁴²³ Dominique Julia, *art. cit.*, pp. 297-299.

⁴²⁴ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 156.

que em termos comportamentais, a mundanização e a indisciplina parecem ter sido práticas frequentes no Clero, visíveis na violação de clausura pelos regulares e em conflitos entre eclesiásticos⁴²⁵.

Nesta sequência ilustrativa de louvores e abonos, patente na literatura fúnebre, que conferem ao soberano os epítetos de “Religioso e Caritativo”, adquirem relevo e significado especial as decisões e acções régias tomadas após o achaque que sofreu a dez de Maio de 1742 até ao final do seu mandato⁴²⁶ – “Nos annos próximos à sua morte subio a mayor ponto a sua devoção”⁴²⁷. Rememoram-se alguns deferimentos dos últimos anos (e mesmo dias) antes da sua morte, que se evocam e se aplaudem por se encontrarem em consonância com a sua religiosidade e generosidade, e que, na sua maioria, constituem benesses à Igreja. Entre outros destaca-se que o rei “reconhecia que devia pagar ao Altissimo generosos tributos para conservação do seu culto e sustento dos Ministros da Igreja”⁴²⁸; que solicitara ao Papa autorização para todos os sacerdotes dos “reinos de Portugal” poderem celebrar três vezes missa no dia de todos os defuntos⁴²⁹; que aumentara “muitos ordenados dos Ministros, Juizes” por Alvará de sete de Janeiro de 1750⁴³⁰; que doara “300.000 reis/ano e perpetuos para os seminários”, por decreto de vinte e três de Julho de 1750⁴³¹.

Simultaneamente tidos como frutos da sua clemência e liberalidade, mencionam-se os templos erectos, os altares enriquecidos, os conventos remediados, o aumento dos tesouros das igrejas, o “remediar necessidades e outras coisas do agrado de Deos”, assumindo particular destaque os decretos promulgados pelo soberano em 1743 e 1744, bem como as doações concedidas entre este último ano e 1746 que contribuiram para o alargamento do património da Santa Igreja Patriarcal, “de sorte que os seus rendimentos passão a mais de hum milhaõ e duzentos mil cruzados”⁴³².

Quer pela quantidade de dádivas e deliberações favoráveis à Igreja Católica, depois de 1742, mencionadas nestes discursos pós morte, quer pelo facto de serem

⁴²⁵ Paulo Drumond Braga, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal...*, pp. 104-108.

⁴²⁶ Apesar da doença “naõ se esfriou o zelo do culto Divino com as penalidades de huma taõ terrivel queixa, e antes cada vez mais mostrou mayor gosto na assistencia dos officios Divinos... Augmentava as esmolos e cresciaõ os suffragios”. (Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 318).

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, p. 54.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p. 83.

⁴²⁹ O que foi concedido a vinte e um de Agosto de 1748.

⁴³⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 250.

⁴³¹ *Idem, ibidem*, p. 156.

⁴³² *Idem, ibidem*, pp. 81-82.

enfaticamente recordadas, algumas delas registadas como resoluções “perpetuas”, não seremos levados a pensar que houve um aumento dos benefícios à Igreja durante este período de mais de oito anos de fragilidade física do rei? O destaque que é conferido, por parte dos panegiristas, a esta fase da vida do rei não terá como um dos objectivos fazer omitir a faceta regalista do Magnânimo, ao longo do seu mandato?⁴³³ Não pretenderá a Igreja Católica que a “política subsidiária” da Coroa tenha uma linha de continuidade durante o exercício régio do novo Monarca? Recordamos que à beneficência régia ao Vaticano atribuiu Roma o título de *Fidelissimo* (1748), coroando não só D. João V, mas a todos os seus sucessores, facto que transmite, desde logo, um compromisso ao rei sucessor.

A problemática torna-se tanto mais saliente quanto sugestiva nos parece a argumentação para o despacho daquelas decisões por parte do rei defunto, em final de reinado: “estando taõ vizinho à morte quis deixar mais por último complemento das suas prudentes e acertadas resoluçoens, para que vissemos que estando para dar com a sua morte ao Mundo hum documento da sua instabiliade, entãõ abria no seu Reyno novos caminhos para se segurar a Predestinação”⁴³⁴.

A bondade régia em prol da Igreja é justificada pelo facto de o *Magnânimo* se considerar na obrigação de agradecer a Deus os benefícios que recebera das minas do Brasil, facto que, aquando da doação de duzentos e vinte marcos de ouro ao Cardeal Patriarca e a seus sucessores, levou o soberano a dizer: “E havendo Deos Nosso Senhor augmentado as minhas rendas de Ouro que se tira das Minas Geraes; sendo justo, que do rendimento dos quintos se tire alguma porção para se aplicar à Igreja em reconhecimento daquelle beneficio”⁴³⁵.

Com efeito, o ouro e os diamantes oriundos do Brasil⁴³⁶ são entendidos como “dádiva da providência divina”⁴³⁷, pelo que “quanto mais repartio, tanto parece que

⁴³³ Lembramos que segundo Antunes Borges, “a feição regalista do rei Magnânimo se devia atenuar fortemente na última fase da sua vida, transformada no longo e impertinente cadinho do sofrimento da sua teimosa doença, fazendo-lhe despertar no ânimo os vivos sentimentos da sua sólida formação religiosa”. (Antunes Borges, “Do Galicanismo de Luís XIV ao Regalismo de D. João V”, *Lumen – Revista de Cultura do Clero*, Lisboa, Junho, 1959, p. 481).

⁴³⁴ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 157.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 82-83.

⁴³⁶ Segundo o monge da província do Brasil, Mateus da Incarnação Pina, “os thesouros e riquezas, que se descobriãõ no Brazil Minas excedem a credulidade. As sommas de ouro trãsportado para Portugal em todas as frotas, põem as Naçoens em espanto”. (In *Sermão / nas / Exequias / Delrey Fidelissimo / D. João V. / Que o Senado da Cidade do Rio de Janeiro / fez celebrar, na Sé, da mesma cidade, em 12 de / Fevereiro de 1751...*, Lisboa, 1752, p. 29).

⁴³⁷ Timóteo Oliveira, *Oração / Funebre, / Das Exequias / do Fidelissimo; e Augustissimo Rey / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 11.

mayor exceso se lhe augmentavaõ as riquezas”⁴³⁸. Daqui se infere a criação de uma imagem do monarca defunto como exemplo do princípio que defende que as prosperidades não acarretam felicidades aos príncipes, se eles não contribuírem com as suas acções em favor dos vassallos. Do mesmo modo nos parece, e uma vez mais, que se remete uma mensagem para o rei sucessor, ao frisar-se que só “será Príncipe venerado por heroico o que fizer ricos os vassallos e não a coroa”⁴³⁹, e que “saõ os donativos o iman poderoso dos affectos”⁴⁴⁰.

Como recompensa face a tais alvíssaras régias, emerge, contudo, a intenção, por parte destes elementos da Igreja, de eternizar o *Fidelissimo* em arquétipo rei católico, não só no interior mas também no exterior do reino: “naõ merece com quanta mayor razaõ a memoria do Senhor Rey D. Joaõ V ter eternas estatuas e famosos obeliscos, naõ só em Roma e em outras muitas partes do mundo?”⁴⁴¹. Se tivermos em linha de conta a opinião de José Pedro Paiva, segundo a qual, entre 1670 e 1760, se assiste a um esforço de reconquista e requalificação da imagem positiva e influente de Portugal, usando a relação com a Igreja portuguesa e com Roma para promoção do poder do rei, tanto pessoal como institucional, que se procurava tivesse reflexos quer no plano externo quer externo⁴⁴², diríamos que se trata de uma estratégia que encontra eco, pelo menos no plano religioso, nas palavras de alguns panegiristas, dos quais destacamos, Francisco Xavier da Silva: “todas estas relevantes virtudes e heroicas acçoens o fazem alcançar hum nome grande e huma estimação singular, assim dos Monarcas da Europa como ainda do commum das gentes”⁴⁴³; bem como, Miguel Lucio Francisco de Portugal e Castro: “Benedicto XIV reconhecendo que naõ fora Pepino Rey de França mais digno de ser chamado Christianissimo, nem Fernando V de Castella mais benemerito de ser denominado Catholico, distinguio a S. Magestade, nelle a todos os seus seccessores, com o titulo de Fidelissimo”⁴⁴⁴.

⁴³⁸ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 255.

⁴³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 253.

⁴⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 253.

⁴⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 264.

⁴⁴² José Pedro Paiva “A Igreja e o Poder – De 1670 até à expulsão da Companhia de Jesus”, *História Religiosa de Portugal – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica*, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, p. 164.

⁴⁴³ Francisco Xavier da Silva, *Op. cit.*, p. 269.

⁴⁴⁴ Miguel Lucio Francisco de Portugal e Castro, “Elogio Funebre” ..., p. 2.

4. 3. 1 Relação com a Santa Sé

Inserida no propósito de engrandecimento do rei defunto e recompensa pelas dádivas *reais*, perspectiva-se a emergência de uma imagem de boas relações entre o rei e a Santa Sé⁴⁴⁵. Neste sentido, e de acordo com os tópicos de “Rei Religioso e Caritativo”, os autores do corpus textual que estamos a analisar procuram, desde logo, silenciar o clima de tensão que causou o corte de relações diplomáticas entre a Coroa de D. João V e o Vaticano⁴⁴⁶. Na verdade, não encontrámos nenhuma referência a tais factos, realçando-se, antes, a “reciproca dependencia e correlação” que se deve manter entre estes dois Pólos do mundo cristão político: “A dignidade Pontifica com armas espirituas defende as Coroas, com armas materiaes a dignidade Real protege as Tiaras”⁴⁴⁷. Refira-se, contudo, que, segundo a opinião de Antunes Borges, os acontecimentos que a partir de 1720 se começam a desenrolar, e que dizem respeito às afinidades entre Portugal e Roma, durante um período de doze anos, confirmam que “D. João V porfiou em seguir as pisadas do Rei Sol” e que as ideias defendidas nas proporções galicanas em 1682, e corroboradas com o renascimento do jansenismo,

⁴⁴⁵ A aproximação de Portugal ao Vaticano, segundo Avelino de Freitas Meneses, constitui, porventura, o factor de maior constância da diplomacia de D. Pedro II e D. João V e repousa numa consciente estratégia de reconquista de paridade nas relações internacionais. Nesta estratégia política, as substantivas dádivas régias a Roma alcançam protagonismo e justificação plenas. (Idem, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, p. 160).

⁴⁴⁶ D. João V empenhara-se, desde 1720, em que Monsenhor Vicente Bichi, arcebispo de Laudiceia e núncio na corte de Lisboa, fosse promovido ao cardinalato. A razão era estabelecer o precedente de receberem os núncios acreditados em Portugal o barrete cardinalício por prémio do exercício de sua missão, como já os recebiam os de Viena de Áustria, Paris e Madrid. Informado da nomeação do Mons. Fini (por Bento XIII) e da falta de deferimento idêntico para Mons. Bichi, o rei ordenou ao seu embaixador em Roma, conde das Galveias, que saísse daquela corte, o que acabou por acontecer em 24 de Março de 1728. Nesta sequência, por diversos decretos de 5 de Julho desse ano declarou formal rompimento com a Santa Sé, mandando sair de seus reinos e senhorios todos os vassallos do papa; proibindo a entrada de todas as fazendas e géneros de corte de Roma e terras de estado pontifício; e vedando aos seus vassallos que fossem requerer alguma coisa à cúria romana. A 12 de Julho de 1730 foi eleito Clemente XII, que procurou reatar as relações entre Portugal e a Santa Sé. Logo em Novembro desse ano enviou D. João V quatro mil cruzados a Mons. Bichi para a ajuda das despesas do seu cardinalato. Com efeito, a 24 de Setembro de 1731 foi o antigo núncio criado cardeal presbítero de S. Pedro in Montorio. Em 1732 enviou-lhe D. João V mais vinte e cinco mil cruzados, para fazer a sua entrada com a devida magnificência. No mesmo ano de 1732, enviou a Santa Sé a Portugal Mons. D. Caetano Ursini de Cavalieri, arcebispo de Tarso, para exercer as funções de núncio neste reino. Em síntese: durante anos estiveram suspensas as comunicações entre o governo de D. João V e o núncio Cavalieri por causa da velha questão do modo como prover os bispados. A questão só terminou em 1740, decidindo então Bento XIV que todos os provimentos das Igrejas catedrais de Portugal seriam expedidos com a cláusula *ad praesentationem* do rei. (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 345-349).

A questão só terminou em 1740, decidindo então Bento XIV que todos os proimentos das Igrejas catedrais de Portugal seriam expedidos com a cláusula *ad praesentationem* do rei.

⁴⁴⁷ Miguel Luís Teixeira, *Oração / Funebre / nas Exequias, / Que à sua Magestade / Fidelissima do Muito Alto, / e Poderoso Rey, e Senhor / D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 8.

tinham penetrado profundamente na mentalidade portuguesa e ganho fortes raízes nos ambientes da Corte de Lisboa⁴⁴⁸.

O vigário geral do Bispado de Faro, Miguel Luís Teixeira, aquando da sua “Oração Fúnebre” em honra do *Fidelissimo*, sublinha que foi à luz da “boa correspondencia do Imperio com o Pontificado” que o soberano prestou auxílio militar à cristandade assediada pelo turco na *Ilha de Corfú* (1716 e 1717). Esta atitude do rei, tal como as ofertas a Roma de “peças de summo valor da sua liberal mão” são fortemente empoladas – “enriqueceu para muitos séculos o seu tesouro [de Roma]”⁴⁴⁹ – por todos os autores panegiristas, os quais utilizam recorrentemente termos como: “veneração”, “devoção”, “adoração”, “reverência”, “religiosíssima submissão”, “amor” e “obséquio”, para retratar a relação do monarca português com a “Suprema Cadeira da Igreja”. A imagem do soberano ressalva, deste modo, um compromisso ideológico, pretendendo difundir uma exemplaridade régia na dedicação e submissão à jurisdição da Sé Apostólica – “Quantas vezes protestou nos tempos próximos à sua morte que antes queria perder as regalias da coroa do que violarse levemente a jurisdição Pontifica e Ordinaria ?”⁴⁵⁰.

Fazendo um contraponto histórico e crítico, perante significativos silêncios e intencionais empolamentos, lembramos que vários autores⁴⁵¹ apontam razões mais profundas no real zelo de D. João V pelo culto divino. Isto é, as largas somas de dinheiro financiadoras da diplomacia portuguesa para com Roma e as ajudas estratégicas prestadas à Santa Sé, em certa medida sustentadas pelo ouro do Brasil, visavam alcançar títulos e privilégios para o rei e para certos membros do Clero⁴⁵². É que, segundo vários historiadores, um dos traços determinantes do reinado joanino consiste na política de intensificação de medidas afirmativas da soberania lusitana face ao poder pontífico, “rumo que se consubstanciou em acções reguladoras e cerceadoras do exercício dos ministros romanos em Portugal e no reforço do poder da Coroa sobre a Igreja nacional”⁴⁵³.

⁴⁴⁸ Antunes Borges, “Do Galicanismo de Luís XIV ao Regalismo de D. João V”..., pp. 476-477.

⁴⁴⁹ Pedro Soriano Bravo, Sermão / Nas / Exequias / do Muito Alto, Poderoso, Magnanimo, / e Fidelissimo Monarca / D. Joaõ ..., Lisboa, 1750, p. 13.

⁴⁵⁰ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁵¹ Vejam-se: José Pedro Paiva “A Igreja e o Poder...”, pp. 165-171; Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na corte de D. João V...”, pp. 201-202; Avelino de Freitas Meneses, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”..., pp. 160-163. Sobre esta temática, cfr. *supra*, pp. 29-30.

⁴⁵² Vinte e cinco mil cruzados para custear as despesas da entrada em Roma do cardeal Bichi, em 1732; um milhão de cruzados em socorro financeiro (1719); e defesa contra os turcos a vinte e oito de Abril de 1717. (José Pedro Paiva, “A Igreja e o Poder...”, p. 166).

⁴⁵³ José Pedro Paiva, “A Igreja e o Poder...”, p. 165.

Neste sentido, uma das medidas de D. João V, que se enquadra na tentativa de valorização da imagem régia e, conseqüentemente, na concentração de poderes e no investimento simbólico do absolutismo no campo religioso foi a promoção da Capela Real a Basílica Patriarcal⁴⁵⁴. Tal facto permite ao rei, não só alargar o seu domínio sobre a hierarquia eclesiástica, constituindo também “um passo decisivo na reformulação e amplificação do código ritual de comunicação entre o rei e os seus súbditos”⁴⁵⁵. Durante a regência joanina, assistimos, pois, a uma grande comunhão de interesses entre a Igreja e o Estado, a qual foi bem aproveitada pelo *Magnânimo* em proveito pessoal e “para refulgir a Igreja portuguesa como a mais íntegra e fiel parte da orbe católica”⁴⁵⁶.

De facto, estamos muito distantes da imagem política criada pelos panegiristas régios, que insere a construção da Basílica Patriarcal na virtude de rei religioso e na intenção de fazer aumentar o número de eclesiásticos⁴⁵⁷: “Como não há cousa que mais concorra para o auge do Culto Divino que o número dos Ministros, não contente com a Collegiada, ideou fazer huma Igreja e Basilica na cidade de Lisboa”. Ao mesmo tempo apresenta uma certa subserviência do rei a Roma: “Tinha o mesmo Monarca supplicado ao Papa Clemente XI a graça de ser a sua Capella Regia Parochia da Familia Real e dos officiaes e Criados da Casa e Serventes da mesma Capella, o que assim lhe facultou por huma Breve...”⁴⁵⁸.

Esta ideia de dependência régia em relação ao poder papal é, de igual forma, projectada através da utilização de termos do mesmo jaez para expressar outros contactos nas relações diplomáticas entre o monarca e o Pontífice⁴⁵⁹. De tal modo que o jesuíta Pedro da Serra, para exprimir a articulação entre o poder eclesiástico e o poder

⁴⁵⁴ O processo começara em 1710 com a bula *Apostolatus ministerio* que a elegia em colegiada. Posteriormente, determinadas estratégias e factores, como as acções diplomáticas de Melo e Castro e do Marquês de Fontes em Roma, as dádivas à Santa Sé suportadas pelo ouro brasileiro e o apoio no socorro a Veneza ameaçada pelos turcos permitem a concretização do “anseio do rei”, a 7 de Novembro de 1716. (Idem, *ibidem*, p. 166). Cfr. João António Rebello, *Capella Real Portuguesa – sua origem, progresso, esplendor, decadência e estado actual*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1878, pp. 22-26.

⁴⁵⁵ Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na corte de D. João V...”, p. 179.

⁴⁵⁶ Em 30 de Agosto de 1745 assina-se uma concordata que estipulava o valor anual dos direitos que se deviam pagar a Roma nos canonicatos das dioceses do Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Faro, Leiria e Elvas, que passavam a ser da apresentação exclusiva do rei. Note-se que os valores a pagar eram menores do que acontecia anteriormente, ou seja, cada vez ficava mais dinheiro em Portugal e ia menos para Roma. Isto para além de se terem conseguido muitas novas pensões e a criação de novas comendas, em igrejas do padroado régio e da Casa de Bragança. Com isto se favoreciam clientelas seculares e obtinha igualmente para si o papa recursos, através das anatas, taxas e *componenda* que estas criações prodigalizavam. (José Pedro Paiva, “A Igreja e o Poder...”, pp. 169-171).

⁴⁵⁷ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 77.

⁴⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 76.

⁴⁵⁹ “...o fez supplicar à Santidade do Papa”, “Pedi ao mesmo summo Pontifice”, “Alcançou do dito Pontifice...”, “Benedicto XIV concedeo...”

político, declara: “Não vejo figura de palavras, que exprima propriamente a sua obediência, respeito, e amor à Cabeça visível da Igreja.”⁴⁶⁰

No entanto, se, por um lado, se pretende realçar a obediência e veneração, que se requer exemplar, do soberano defunto aos sucessores da cadeira de São Pedro, por outro, vangloria-se o monarca português, “mais que todos os seus Predecessores”, em virtude de ter desempenhado as qualidades de um rei perfeito e cristão na relação com o Vaticano, sendo, por isso, elevado à condição “Herói”⁴⁶¹. Infere-se, pois, até pelas palavras do pontífice, à hora da morte do rei, que este elogio será tanto maior quanto melhor terá sido o seu exemplo de veneração a Roma: “Com quanta observância e perpetuo amor venerou esta Santa Sé, e com quanta filial benevolência nos respeitou a Nós mesmos”⁴⁶².

Como principal gratificação do seu afecto, pouco tempo antes de morrer, tinha-lhe sido retribuído, o título de *Fidelissimo*⁴⁶³; e agora, após a sua morte, elabora-se uma recompilação dos elogios proferidos pelos papas⁴⁶⁴ que pontificaram durante o seu reinado, assumindo “eterno louvor” a frase de Benedicto XIV, segundo a qual, com a morte de D. João V, “tinha caído huma columna da Igreja”⁴⁶⁵.

4. 3. 2 A mundividência e a sacralidade eucarística

Decorrente da linha encomiástica e laudatória que subjaz à pretensão edificadora da imagem pública pós-morte de “rei religioso e caritativo”, emerge, da literatura

⁴⁶⁰ Pedro da Serra, *Sermaõ / Nas Exequias / do Augusto e Poderoso Senhor / Dom Joaõ Quinto / Rey Fidelissimo / Celebradas / Em Roma na Igreja de Santo Antonio dos Portuguezes...*, Roma, 1752, p. 24.

⁴⁶¹ “Publique tambem Roma o quanto este preclarissimo Heroe foy digno dos obsequios da mesma Santa Sé, que tanto venerou”. Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 121.

⁴⁶² Benedicto XIV, *Allocução do Santissimo Padre Benedicto aos Eminentissimos, e Reverendissimos Senhores cardeaes da N. S. I. Recitada no Consistorio secreto...*, Lisboa, Coimbra, 1751, p.3.

⁴⁶³ Atribuído pelo *motu* próprio de Bento XIV *Maxima ac tam proeclara*, de 23 e Dezembro de 1748, concedia a El-Rei D. João V e a seus sucessores o título de *Fidelissimo* e determinava que assim o reconhecessem todos os reis católicos. (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 319).

⁴⁶⁴ No *Elogio Histórico e Panegírico* de Francisco Xavier da Silva, sintetizam-se os elogios a D. João V por parte dos papas reinantes durante o seu tempo: “Clemente XI disse que o nome do rei seria memoravel no Annaes da Igreja, reconheceu a sua Piedade em Bulla, louvou os affectos da constante fé e sincera devoçaõ, lembrou-se da liberalidade e zelo na defesa da Fé na luta contra os Turcos”; “Inocêncio XIII referiu em Bula (18 de Maio de 1722) os particulares obsequios que ele e a Santa Sé recebera”; “Clemente XII declarou, em Bulla, que por muitos títulos se fazia illustre na religião católica (...) porque nos seus Reynos não só procurava a gloria das cousas temporaes, mas do serviço de Deos”; “Benedicto XIV, em Bulla, chama-o excelso na piedade e todo cheyo de sabedoria de Deos (...)”. (Francisco Xavier da Silva, *Op. cit.*, pp. 121-123)

⁴⁶⁵ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 271.

fúnebre em honra de D. João V, um “cordeal affecto” pelas Almas do Purgatório, na prática, através do incentivo e patrocínio do monarca ao Sacramento da Eucaristia.

Com efeito, grande parte dos panegiristas do *Augusto Soberano* realçam quer a perfeição e rigor que desejou que se demonstrasse nas cerimónias litúrgicas, quer a sua devoção pelas “Almas Santas”, destacando a quantidade de missas solicitadas e a elevada despesa no sustento desta prática religiosa. No que diz respeito à salvação das almas do Purgatório, regista Xavier Costa⁴⁶⁶, Examinador Sinodal do Arcebispado de Braga, ter sido o menor dispêndio anual, para emprego em missas e esmolas, quatrocentos mil cruzados, segundo informação do Tesoureiro. No mesmo sentido, o seu homólogo de Pernambuco, José dos Santos Cosme e Damião⁴⁶⁷, sublinha que, por esta prática, o *Fidelissimo Monarca* mandava todos os dias dizer quinhentas missas, havendo dias particulares de Jubileu em que o número era dobrado, e outros, durante os anos de 1726 e 1737, em que se atingiram as três mil e quinhentas eucaristias.

Realça-se, deste modo, a imagem de um rei devoto e benemérito que patrocina e favorece o culto divino sem preocupação com custos, uma vez que está em jogo a vontade de Deus, a remissão dos pecados e a salvação das Almas. Segundo o Ministro da Curia Patriarcal e do Tribunal da Nunciatura, Francisco Xavier da Silva, o monarca defunto fazia celebrar grande número de missas, quando desejava alcançar algum benefício por intercessão da mão de Deus, sendo que “as que fez celebrar nestes ultimos annos, todas de esmola de duzentos e quarenta reis, passavaõ muito mais de setecentas mil”⁴⁶⁸. António Isidro da Nobrega lembra ainda que, pretendendo que a sua piedade permanecesse para além da sua vida, conseguiu que o Papa reinante, Benedicto XIV, por Bula própria, (21 de Agosto de 1748), concedesse “a todo o Clero de Portugal celebrar tres vezes no dia, que a Santa Madre Igreja determina, para comemoraçãõ das Almas do Purgatorio”⁴⁶⁹.

Este mecenato escatológico torna-se ainda mais visível nas palavras do Secretário da Sociedade Médico-Lusitana, António Isidro da Nobrega⁴⁷⁰, ao referir que

⁴⁶⁶ Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 39.

⁴⁶⁷ José dos Santos Cosme e Damião, “Sermão / nas / Exequias / do Serenissimo Senhor / D. João V. / Rey Fidelissimo, / Celebradas pelos Religiosos de S. Francisco / na sua Igreja do Convento da Cidade da Bahia, em o dia / 26 de Janeiro de 1751...”, (in João Borges de Barros, *Relação / Panegyrica / Das Honras Funeraes, / que às memorias / do muito alto, e muito poderoso senhor / Rey Fidelissimo / D. João V / consagrou a cidade da Bahia... 1753*, p. 304).

⁴⁶⁸ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 67.

⁴⁶⁹ Antonio Isidro da Nobrega, *Elogio / Funebre / Na Sentida Morte do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / O Senhor / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 11.

⁴⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.11.

não era necessário que o defunto fosse Grande, conhecido, nacional ou que falecesse presentemente, “bastava a noticia da morte de qualquer homem, ainda que não fosse seu vassalo, e do qual nem já houvessem ossos mirrados, ou cinzas espalhadas nos monumentos, para que com piedosissima liberalidade tivessem todos Orações, Indulgencias e Sacrificios”⁴⁷¹.

Pertencendo estes e outros autores panegiristas, (que reforçam a imagem de um rei piedoso e caridoso), à Igreja Católica, o elogio narrado acaba por não ser inócuo, até porque é a Igreja a beneficiada com o elevado número de receitas provenientes da crença no Purgatório. A missa, embora constitua um instrumento de resgate, na medida em que a salvação é objectivo (o ritual pressupõe isso mesmo) e, simultaneamente, um importante sufrágio *pro remedio animae*⁴⁷², cede à lógica da quantidade firmando uma primorosa fonte de receita para os cofres do Catolicismo. Teodoro de São José, Lente da Sagrada Ordem de Pregadores, menciona mesmo que “ninguem chegará a crer as importantes somas, que dispendia todos os annos neste santo, e piedoso exercicio, distribuindo-se por suas Reaes ordens em cada mez cinco, seis, e oito mil cruzados de Missas, não só na Corte mas fóra della, havendo mez, que chegou a dez a despeza dos suffragios, com que resgatava esses espiritos venturosos, que escravos da pena, o não eraõ já da culpa”⁴⁷³.

Na verdade, as doações feitas à Igreja no âmbito da procura da salvação das almas, de acordo com Laurinda Abreu, representaram um importante reforço patrimonial do sector eclesiástico com sérias consequências na economia nacional. Segundo a mesma autora, a *vulgarização* do Purgatório, ocorre num tempo de frequentes alianças político-religiosas entre um Estado em fase de afirmação e uma Igreja que procura reforçar a sua presença junto das populações. Ao uniformizar comportamentos e impor uma matriz cultural relativamente homogénea, a Igreja serviu os intentos do Estado, facilitando-lhe o processo de centralização do poder que estava em curso. Em contrapartida, as fundações do Purgatório asseguravam, quase sempre com o *beneplácito régio*, a sobrevivência económica de muitos institutos religiosos⁴⁷⁴. Inserido na mundividência barroca e na exuberância piedosa de atitudes, ao combinar a

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 10.

⁴⁷² Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa - Atitudes e representações - 1700-1830*, Notícias Editorial, 1997, p. 387.

⁴⁷³ Theodoro de São José, *Oração / Funebre, / Que nas Exequias / delRey / D. João V... 1751*, p. 27.

⁴⁷⁴ Laurinda Abreu, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma”, *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 247-258.

fé com o gesto de protecção real, o sacramento eucarístico acaba por conferir um cunho sagrado à Monarquia, prolongando temporal e espiritualmente os termos da subordinação do poder⁴⁷⁵. Daí o exuberante patrocínio do monarca ao culto divino se incorporar na natureza divina do seu poder⁴⁷⁶.

Nesta perspectiva, e relativamente à cerimónia eucarística, consideramos bastante esclarecedoras duas ordens do rei, enfatizadas nos seus discursos fúnebres: a primeira, que obrigava à participação anual, de todas as Ordens na Eucaristia do Corpo de Deus, “para que não só toda a cidade movida de seus lugares, mas ainda todo o Portugal, se confessasse rendido com aquele publico applauso a seu Santissimo Redemptor”⁴⁷⁷. A segunda, que permitia ao rei vivenciar ele mesmo, e a de fazer celebrar todo o seu povo, a festa da Páscoa, “com a mayor decencia, e perfeição todas as ceremonias e ritos sagrados”⁴⁷⁸.

Poderemos depreender, pois, que o soberano, ao presenciar e ao solicitar os outros à presença e ao rigor nas cerimónias sagradas, além de contribuir para o mecenato escatológico, pretende assumir uma representação de *persona mystica* – “o monarca he a cabeça no mystico Corpo da Republica”⁴⁷⁹ – fundamento da “Razão de Estado”, assegurando a unidade orgânica da sociedade e a *sobrenaturalização* do Estado.

Do que fica exposto, parece-nos pertinente questionar se o grande e comum louvor conferido a D. João V pelo incentivo e subsídio ao sacramento da eucaristia, tanto em festas religiosas como nas missas pelas almas do Purgatório, não poderá ser entendido como uma inquietude da Igreja, relativamente a um desleixo sentido nos actos sagrados e a uma eventual diminuição do número de missas em Portugal, e que possa vir a acentuar-se após a sua morte? Recorde-se que a doutrinação do Purgatório, na perspectiva da fundação de missas perpétuas, foi um êxito temporalmente limitado, ganhando visibilidade depois do Concílio de Trento, mas entrando em declínio nas

⁴⁷⁵ Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., pp. 152-153.

⁴⁷⁶ Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder...”, p. 197-200.

⁴⁷⁷ Segundo o presidente da Capela Real, Sebastião Maria Correia, *Oração / Nas Exequias / Do Fidelissimo D. Joaõ V. / Que em nome de sua Magestade / Se celebraraõ na / Igreja de S. Antonio da Nação Portuguesa* ..., Lisboa, 1752, p. 10.

⁴⁷⁸ Referida pelo Comissário Visitador da Ordem Terceira, António da Graça, *Oração / Funebre, / Que nas Exequias / do muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo / Rey de Portugal / D. Joaõ V. / Celebradas pela Veneravel / Ordem Terceira / da Penitencia, / na Igreja do Real Convento de São Francisco da Cidade / de Lisboa* ..., Lisboa, 1750, p. 28.

⁴⁷⁹ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 7.



primeiras décadas de XVIII, devido à inabilidade da Igreja em gerir o sistema que criara, aos constantes atropelos à memória dos mortos sonogando-lhes as missas prometidas e às primeiras manifestações de novas formas de pensamento que precederam o Iluminismo⁴⁸⁰.

Não poderão já terem sido conhecidas tendências da Europa que apontavam para a diminuição destas práticas sagradas? Importa referir, a este propósito, o exemplo de Provença. Abordado por Michel Vovelle, este estudo revela uma diminuição no acto de “dizer missas”, a partir de 1700, concretamente de 1730 a 1750, sobretudo entre negociantes, artesãos e profissões liberais⁴⁸¹, tendo-se assistido em Paris, a partir de 1750, à “debandada”⁴⁸² da prática de, através do testamento, se encarregarem os herdeiros de mandarem dizer missas.

Ora, tendo nós conhecimento que grande parte destes elogios são dedicados e oferecidos ao rei sucessor, torna-se relevante que o novo monarca saiba dos louvores que eternizavam o pai. Ou seja, a fim de merecer semelhante ou superior aprovação, convinha que desse continuidade e fomentasse uma política religiosa que incidisse nas práticas eucarísticas e no zelo pelo culto divino. Nestas circunstâncias, a Igreja, ao publicitar e enfatizar certas acções da figura régia acaba por sair em defesa dos seus interesses e reforçar os seus benefícios, visando solucionar aquelas que serão as suas preocupações.

⁴⁸⁰ Laurinda Abreu, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa”..., p. 256.

⁴⁸¹ Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe. Siècle*, Plon, 1973, p. 111.

⁴⁸² Expressão de Pierre Chaunu. (Georges Minois, *História dos Infernos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1997, p. 323).

5. SACRALIDADE DO REI

Símbolos e Sinais

No ponto de encontro entre a representação e o ser, o pensamento clássico faz surgir o poder do discurso, isto é, da linguagem enquanto representação – a linguagem que nomeia, que delimita, que combina, que articula e desarticula as coisas, mostrando-as na transparência das palavras. Onde houver discurso, as representações expõem-se e justapõem-se; as coisas assemelham-se e articulam-se⁴⁸³.

Relativamente a D. João V, estudos recentes⁴⁸⁴ demonstram que a liturgia religiosa desempenha, desde o princípio do seu reinado, uma função primordial na composição sacralizada da imagem do rei, fazendo sobressair, desde logo, uma correlação entre a aclamação do Magnânimo e o incremento da linguagem ritual de matriz religiosa. Com efeito, do cruzamento de metodologias plurais resultou a recente valorização historiográfica do poder simbólico como um dos instrumentos mais eficazes de inculcação ideológica da imagem régia e de afirmação magnificente da Monarquia Absoluta⁴⁸⁵. Perante o estudo da «ordem discursiva», torna-se pertinente avaliar a amplitude pluridimensional do poder absoluto, confrontá-la e completá-la com duas outras categorias analíticas: a «ordem dos signos» e a «ordem das cerimónias»⁴⁸⁶.

Ora, tendo em conta o corpus textual em análise, parece-nos ser exequível confirmar a ideia de que estas “biografias” contribuem, de igual forma, para reforçar o carisma da personalidade régia e para o abono da dimensão sacramental do governo da *res publica*, procurando integrá-la no plano da existência do sobrenatural.

Neste sentido, e partindo de uma leitura atenta destes textos⁴⁸⁷, a maior parte deles proferidos em celebrações litúrgicas e em templos sagrados, poderemos apontar a existência de um apropriação simbólica, de traços biográficos e de propriedades físicas e psíquicas do rei defunto, por parte dos autores destes discursos. Tratam-se de símbolos

⁴⁸³ Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, Lisboa, 1988, p. 349.

⁴⁸⁴ Ana Cristina Araújo, “Ritualidade e poder na corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político”..., pp. 175-208.

⁴⁸⁵ Segundo Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*..., pp. 31-36.

⁴⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 31.

⁴⁸⁷ “A leitura é sempre o esforço conjugado de compreender e de incorporar. Tem de inventar-se o autor, imaginando-se os propósitos, e utilizar-se a evidência disponível para estímulo do processo criativo pessoal”. (Robert Scholes, *Protocolos de Leitura*, Edições 70, Lisboa, 1991, p. 25).

e sinais que parecem concorrer para a sacralidade do protagonista e que se encontram, igualmente, ao serviço da pregação religiosa e da defesa da fé⁴⁸⁸. De facto, os interditos que atingem o discurso revelam, bem cedo, a sua ligação com o desejo e com o poder⁴⁸⁹.

5. 1 O Nascimento do Rei

Começamos por destacar o ênfase que foi dado ao nascimento de D. João V, não só ao facto de ter sido “eleito por Deus” (uma vez que não nasceu rei, ele foi o segundo filho de D. Pedro II⁴⁹⁰), mas também ao dia e hora do parto. Não podendo o nascimento do rei ser visto como “ vaidade e vanglória”, uma vez que “ todos os excessos da sua magnificencia são propriedade do seu nascimento”⁴⁹¹, realça-se o facto de, no seu caso, tal evento não ter ocorrido por “dadia, senão por divida: não há de ser lance da ventura, senão relance da natureza”⁴⁹²; uma vez que “em elRey D. Joaõ o Quinto o naser segundo foy eleição”⁴⁹³.

Desde logo, se pretende assinalar que o Magnânimo foi aquele que nascera para ser venturoso, *Dilectus Deo*, em quem o *Ceo* tinha determinado prover a Coroa. É que, na perspectiva do panegirista Filipe de Oliveira, esta predestinação de D. João V insere-se no facto de Deus ter escolhido os reis portugueses para seu augusto reino – “O Senhor expressou fundaria o Imperio naõ no Reyno, mas no Rey e em seus magnificos successores: O Reyno era para o Rey e o Rey era Reyno para Deus”⁴⁹⁴. Expressão do

⁴⁸⁸ Segundo Ana Cristina Araújo, “nas sociedades em que a influência da religião é preponderante, os traços da relação do homem com o sagrado aparecem associados ao culto da morte e dos mortos, reforçando a permanência de práticas e comportamentos”. (Idem, “Morte”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), Apêncices, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, p. 265).

⁴⁸⁹ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Relógio d’Água Editores, 1997, p. 17.

⁴⁹⁰ No ano (1688) anterior ao seu nascimento, tinha falecido com dezoito dias de vida o príncipe D. João, que foi o primeiro fruto do “Regio Thalamo” de D. Pedro II e da rainha D. Maria Sophia Isabel de Neoburg. (Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 19).

⁴⁹¹ Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, *Elogio / Historico, E Panegyrico... D. João V...*, 1751, p. 18.

⁴⁹² Pedro Fernandes de Azevedo, “Oração / Funebre / nas sumptuosas Exequias / do Serenissimo Senhor / D. João V...”, João Borges de Barros, *Relação / Panegyrica / Das Honras Funeraes... / D. João V / consagrou a cidade da Bahia ...*, p. 227.

⁴⁹³ Theodoro de São José, *Oração / Funebre, / Que nas Exequias / delRey / D. Joaõ V...*, 1751, p. 9.

⁴⁹⁴ Filipe de Oliveira, *Oração / Funebre / Panegyrica, E Historica / Nas Exequias / Do Sempre Augusto, Magnifico, E Fidelissimo / Senhor Rey / D. Joao V ...*, Lisboa, 1750, p. 5.

mais puro absolutismo providencialista⁴⁹⁵ que inverte o sentido tradicionalmente conferido à relação entre rei e Reino, que subordinava o ofício do rei ao bem comum⁴⁹⁶.

De qualquer das formas, assistimos, deste modo, através do realce conferido ao sucessor da coroa de D. Pedro II, não a uma providência da natureza, mas sim a uma disposição Suprema da *Graça* de Deus – Ele que é o “Soberano Rei dos Reis e Senhor de todos os Reinos”⁴⁹⁷. O fundamento do poder terrestre alicerça-se, pois, na vontade divina, sobressaindo uma ideia de história em que a presença do Homem na Terra é puro resultado da providência celeste: “Naõ foy a ordem do nascimento sóрте, foy destino”⁴⁹⁸. E, a partir daí, se desenvolve todo o discurso.

D. João V nasce a vinte e dois de Outubro de 1689, a um sábado, às nove e trinta da manhã. Ora, tendo em conta que o sábado foi o primeiro dia destinado para o culto divino⁴⁹⁹, para as reverências dos sacrifícios e para as adorações a Deus, bem como, segundo José Caldeira⁵⁰⁰, o dia consagrado pelos fiéis aos cultos da Virgem Senhora, esta coincidência temporal revela que a graça divina *apostara* na escolha de um rei que se empenharia na defesa do culto divino, fazendo renascer o reino “para o imperio de Deos”⁵⁰¹.

A hora do parto, “tempo quando o Sol cresce para augmento dos seus resplandores”⁵⁰², também ela foi aproveitada simbolicamente, contribuindo para plasmar a imagem do Sol enquanto símbolo universal do rei. É que o astro-rei, tal como o monarca, dão vida, orientam e fazem crescer tudo quanto a seus pés se estende⁵⁰³.

Assim, e seguindo esta linha de leitura e interpretação, consideramos que estes dois traços biográficos relativos ao parto do *Magnânimo*, tidos como sinais da predestinação divina, adquirem um valor simbólico que apoia a criação da imagem de

⁴⁹⁵ O tema do absolutismo é conhecido da literatura providencialista do absolutismo francês. Bossuet escreve que «Deus governa todos os povos, dando-lhes a todos os seus reis. Os príncipes são ministros de Deus para o bem: são sagrados pelo seu ofício como representantes da Majestade divina, deputados pela sua providência para a execução dos seus desígnios» (*Politique tirée de l'Écriture Sainte*, 1709). Era a tese da origem divina imediata do Poder, curto-circuitando quer a mediação popular, defendida por monárquicos e por Jesuítas, quer por mediação papal. Embora no século XVII, a influência do pensamento absolutista francês em Portugal parece ter sido muito pequena, no século XVIII, um providencialismo deste tipo continuava a vicejar. (Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A Arquitectura dos Poderes”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*..., pp. 124-125).

⁴⁹⁶ Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, *ibidem*, p. 125.

⁴⁹⁷ Filipe de Oliveira, *Oração / Fúnebre / Panegyrica, E Historica ... / D. Joao V ...*, Lisboa, 1750, p. 5.

⁴⁹⁸ Theodoro de São José, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁹⁹ Segundo o religioso da Sagrada Ordem Terceira, Filipe de Oliveira, *Oração / Fúnebre...*, pp. 6-7.

⁵⁰⁰ José Caldeira, *Oração / Fúnebre / nas Solemnes Exequias, / que na Igreja de N. Senhora / Do Loreto / ... Pela alma do fidelissimo Rey / o Senhor / D. JoaõV...*, 1751, p. 13.

⁵⁰¹ Filipe de Oliveira, *op. cit.*, p. 7.

⁵⁰² Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Fúnebre, E Histórico... D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 19.

⁵⁰³ Rui Bebiano, “D. João V, Rei-Sol”,..., pp. 111-121.

um rei iluminado e investido de uma missão profética e messiânica à escala do mundo e do império⁵⁰⁴. Destino reforçado por Filipe de Oliveira⁵⁰⁵, quando afirma que o monarca terá nascido duas vezes: primeiro como *Príncipe de Portugal*, e a vinte e nove de Junho de 1742, altura em que inicia a sua recuperação na Vila das Caldas da *enfermidade* sofrida a dez de Maio desse ano, como *Príncipe da Igreja*⁵⁰⁶. Este “segundo nascimento” adquire, deste modo, o seu valor simbólico e significado próprio, até porque, segundo este autor, se trata de uma vida que Deus lhe acrescentou e que o rei agradece através de reverentes sacrifícios, extremosos votos e copiosos donativos à Igreja Católica, a partir dessa data. Um “nascimento” necessário para glória de Deus: *Pro gloria Dei* e, por isso, conclui, “foy esta segunda vida para a Igreja muito mayor que a primeira”⁵⁰⁷.

5. 2 Baptismo e nome

Ao ser baptizado, a dezanove de Novembro de 1689, na Capela Real, pelo Arcebispo de Lisboa, Luiz de Sousa, com o nome de – João Francisco António José Bento Bernardo –, procurou-se, segundo os seus panegiristas, “que com o patrocínio de

⁵⁰⁴ A primeira manifestação da mundividência imperial de inspiração messiânica e sebastianista surge na História da Congregação de S. João Baptista, escrita em 1697, por Francisco de Santa Maria, *Ceo Aberto na Terra*. A gravura e prólogo são dedicados ao príncipe e futuro rei D. João V, sendo no texto de abertura, desde logo, antevisto com a “coroa e o diadema do quinto e Universal Imperio”, que, como se acrescenta, Deus prometeu estabelecer nos descendentes do primeiro Rey D. Affonso, a quem deu como penhor da mesma promessa, e com grande proporção a este número as cinco chagas de por armas. Esta expectativa messiânica documenta-se igualmente em outra obra, escrita em 1702, *Número Vocal Exemplar Catholico e Politico*, de Sebastião Pacheco Varela, e dedicada igualmente ao príncipe. (Ana Cristina Araújo, “Morte, Memória e Piedade Barroca”..., p. 155). Segundo Maria Paula Lourenço, a obra de Sebastião Pacheco Varela afasta-se dos tradicionais “espelhos” de príncipes, apontando ao futuro monarca os caminhos da grandeza política, equidistantes do ideal de príncipe cristão, mas nem por isso próximos de utilitarismo maquiavélico. (Maria Paula Lourenço, “Estado e Poderes”, *Nova História...*, p. 18).

⁵⁰⁵ Filipe de Oliveira, *op. cit.*, p. 32-34.

⁵⁰⁶ De referir aqui um artigo de Paulo Drumond Braga, “A Doença de D. João V como tema de Oratória Barroca: O Problema da Cura”, *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, vol. I, pp. 167-175. Este estudo analisa os sermões proferidos nas igrejas durante as acções de graças e nas sessões académicas de regozijo pela cura do rei. O autor destaca a desconfiança, atitude crítica e cepticismo relativos aos actos e pareceres dos médicos. A “cura” do rei é encarada como acção imediata de Deus e da Imaculada Conceição.

⁵⁰⁷ Filipe de Oliveira, *op. cit.*, p. 34. O Papa Inocêncio XII enviara as “faixas bentas” ao príncipe agora baptizado, tendo sido entregues por Sebastião António Tanara, Arcebispo de Damasco, a 14 de Novembro de 1691.

huns taõ grandes Santos e Patronos, tivesse outros tantos tutelares, aos quaes imitasse nas virtudes e servisse na devoção”⁵⁰⁸.

De igual modo, o título de D. João V constituiria, segundo António Ferreira⁵⁰⁹, a vontade da *Divina Providencia* em que fosse preconizada a sua real grandeza e religiosa piedade. E na linha do que tem vindo a ser apresentado, todos os signos se transformam em enigmas que acarretam significados e interpretações múltiplas.

Assim, enquanto “João” significa *Graça*, logo lhe associa a figura de outro João, *hum Bautista*, pela humildade, zelo e paciência. Já o número – *quinto* –, segundo José de Nossa Senhora do Pilar⁵¹⁰, exprime-se na letra “V”, a qual, dobrada em duas, “e unida de sorte”, uma primeira virada para o Céu e a segunda para a terra, forma a letra “X”, expressando a figura da Cruz de Cristo. Esta lógica explicativa enunciada pela replicação da letra “V”, componentes da letra “X”, representa, simultaneamente, as quinas Portuguesas dobradas ou as Reais Armas Lusitanas duplicadas: “umas para o Ceo viradas saõ de Christo; as para a terra propensas saõ de Francisco meu santo Padre, da mesma terra defeza, e protecção clarificada”⁵¹¹.

Em suma, esta exegese reitera a emergência da dupla (re)apresentação do rei quer como Príncipe da Monarquia quer como Príncipe da Igreja, sendo esta última imagem aquela que é mais ampliada, “mais parecia Príncipe da Igreja, que Príncipe da sua mesma Monarquia”⁵¹², a ponto de António Aleixo, religioso da Companhia de Jesus, o comparar a um “*Segundo Vigario de Christo*”⁵¹³. A este propósito, não deixa de ser elucidativa a mensagem do Papa Benedicto XIV, ao sublinhar que o elogio fúnebre ao “Rey Fidelissimo de Portugal” deveria ser feito, “não porque era imperador,... mas porque estava vestido de Cristo”⁵¹⁴. Utilizando uma linguagem metafórica, o Sumo Pontífice de Roma fundamenta o seu discurso no facto de o *Fidelissimo* se vestir “com a

⁵⁰⁸ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, pp. 23-24. O Papa Inocêncio XII enviara as “faixas bentas” ao príncipe agora baptizado, tendo sido entregues por Sebastião António Tanara, Arcebispo de Damasco, a 14 de Novembro de 1691.

⁵⁰⁹ António das Onze Mil Virgens Ferreira, *Oração / Funebre, / Historica, E Panegyrica, / Que Nas Solemnes Exequias / Do Rey Fidelissimo / O Senhor / D. João V...*, 1754, p. 6.

⁵¹⁰ José de Nossa Senhora do Pilar, *op. cit.*, p. 25.

⁵¹¹ *Idem, ibidem*, p. 24.

⁵¹² Aleixo António, *Oração / Funebre / Nas exequias do / Augustissimo, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. João V...*, Lisboa, 1754, p. 19.

⁵¹³ *Idem, ibidem*, p. 20.

⁵¹⁴ Benedicto XIV, *Allocação do Santissimo Padre Benedicto aos Eminentissimos, e Reverendissimos Senhores cardeaes da N. S. I...*, Coimbra, 1751.

saia de malhas da justiça, tendo os calçados do Evangelho da paz, a espada do espírito, o escudo da fé, e o capacete da salvação”⁵¹⁵.

Vinda de onde vem, esta linguagem simbólica e metafórica reforça a dimensão sagrada da figura do rei, impondo a celebração da memória individual e o reconhecimento social e colectivo que validava a submissão do reino ao soberano.

5.3 A data e a hora da morte

A par destes traços e aspectos biográficos do nascimento de D. João V, destacados e explicitados como símbolos e sinais da providência divina que consubstanciam a imortalidade e sacralidade do mesmo, adquire projecção a data e a hora da morte régia. Momentos que, segundo Luís Ramalhosa Guerreiro, “suscitait des spéculations diverses qui visaient à prouver la raison divine qui l’a déterminée”⁵¹⁶. Mais do que elogiar, procura-se então apresentar argumentos e propriedades do Magnânimo que consolidem o seu estatuto de eleição e condição de modelo exemplar do Catolicismo.

Neste sentido, é reforçada a ideia de que nada na vida ou na morte do rei foi obra do acaso. D. João V morre no Ano Santo Jubileu, em 1750, a 31 de Julho, o dia em que se celebra a festa de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus, a uma sexta-feira, dia dedicado ao “mysterio das Dores da Virgem Senhora”⁵¹⁷, às sete da tarde, ou seja, à hora do pôr do sol. Tratam-se de sinais de eleição que são realçados sobretudo por parte de panegiristas jesuítas. É o caso de José de Nossa Senhora do Pilar, que destaca o ano da morte do rei por ser um “Anno Santo”, afirmando: “parece quis mostrar o Ceo na sua morte, que hum Rey como o Senhor D. Joaõ V só o concedia Deos a Portugal por muito especial jubileo”⁵¹⁸. Já outro jesuíta, Xavier da Costa, menciona o dia do desenlace final do rei⁵¹⁹ como “mysterioso”, reclamando que tal só

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁵¹⁶ Luís Manuel Ramalhosa Guerreiro, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Âge Baroque Portugais (1687-1753)*..., vol. I, p. 191.

⁵¹⁷ José Caldeira, *op. cit.*, p. 13.

⁵¹⁸ José de Nossa Senhora do Pilar, *op. cit.*, p. 26.

⁵¹⁹ Inserindo este dia (31 de Julho) num exercício derradeiro de simulação de uma pedagogia de penitência, Ana Cristina Araújo aponta-o como “o dia escolhido para o anúncio da morte do soberano”, uma vez que “a maior parte dos autores preferem e/ou sobrepõem à referência exacta do dia e do mês a menção «dia de Santo Inácio de Loyola». Por outro lado, segundo esta autora, “é muito sugestiva a associação sugerida por Frei Jacinto de S. Miguel, (*Sermão de Santo Ignacio de Loyola, na Igreja de Nossa Senhora do Populo, na Villa das Caldas*, Lisboa, 1742, p. 4.), por ter mencionado, na altura do

foi possível porque o seu Patriarca, “egregio Santo Ignacio”, quis mostrar agradecimento “sollicitando com Deos que a festa do seu dia na terra se coroasse em o Ceo com a gloria de hum tal Rey”⁵²⁰.

O enaltecimento da figura do rei é feito, neste ponto, através do dia “escolhido” para a sua morte e, como tal, António Isidro da Nobrega, Cavaleiro professo na Ordem de N. S. Jesus Cristo e Secretario perpétuo da Sociedade Médico-lusitana, também o atribui à intervenção de Santo Ignacio de Loyola que, “significando o fogo seu nome, apareceu qual Cometa em o falecimento de hum tal Monarca”⁵²¹. Por sua vez, não deixa de ser pertinente que a *Alocução* de Benedicto XIV também utilize esta analogia da data da morte régia com a da festa da Companhia de Jesus, no sentido de reiterar a imagem sacral que constituía o *Rey Fidelissimo*, que se pretende exemplo de actuação, uma vez que “sempre com eximia devoção tanto venerava [Santo Inácio], que ainda nos últimos dias de sua vida chamou um sacerdote da Companhia de Jesus, para o instruir a ele, e à sua Real Família nos exercícios espirituais do mesmo Santo”⁵²².

Neste intento de apresentação de similitudes, tidas como não coincidências, relativas ao carácter de predestinado do *Magnânimo* poderá encaixar-se, de igual modo, a hora do seu “desfalecimento”. É que, segundo Xavier da Costa, também ela “foy misteriosa” por ser aquela em que se punha o Sol, querendo mostrar a Divina Providencia que “como ao nosso hemisferio se seguiu só então sombras, por não ver já no Ceo ao seu Rey em o seu Sol; assim tambem a Portugal se lhe cortavão só lutos, por não ver já no seu Throno ao seu Sol em o seu Rey”⁵²³. Outro jesuíta, Filipe de Oliveira, entende que o ter morrido o monarca da parte da tarde se enquadra na interpretação alegórica e simbólica de “Rei-Sol”, funcionando a sua morte como estímulo à propagação da fé noutros povos, uma vez que “em tudo foy o nosso Rey Sol, que chega ao Occaso para voltar com mais luzes ao Oriente”⁵²⁴.

Pelo destaque que é atribuído a estes “sinais” e pelo paralelismo numérico – que descobre nas datas, por manipulações aritméticas, significações ocultas e reforça a dignidade do rei, escolhido por Deus, – somos levados a concluir que, mais do que o

ataque sofrido pelo rei (1742): “E porque não patrocinará diante de Deos, e da Virgem Maria, Santo Inacio esta causa, tão parecida com a sua?”. (Ana Cristina Araújo, “Morte, memória e piedade barroca”..., p. 163).

⁵²⁰ Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 44.

⁵²¹ Antonio Isidro da Nobrega, *Elogio / Funebre / Na Sentida Morte do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / O Senhor / D. João V ...*, Lisboa, 1750, p. 17.

⁵²² Benedicto XIV (Papa), *Allocução Do Santissimo Padre Benedicto...*, p. 3.

⁵²³ Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 44.

⁵²⁴ Filipe de Oliveira, *op. cit.*, p. 34.

providencialismo das correntes sebastianistas⁵²⁵, estamos perante uma enlevação jesuítica, que pretende empolar a sua actuação enquanto congregação religiosa e readquirir protagonismo não só junto da corte e do novo rei⁵²⁶, mas também na disputa pela hegemonia educacional que na época se começara a sentir, nomeadamente com os oratorianos⁵²⁷. Foi, aliás, nesta perspectiva, que analisámos o ênfase e o elogio conferidos por alguns panegiristas à sabedoria régia devidos à acção meritória jesuítica, enquanto instituição instrutora e responsável pela aprendizagem das primeiras ciências de D. João V, como foi referido⁵²⁸.

A imagem de rei “bem-aventurado” e predestinado, criada através desta série de analogias com o ano, o dia e a hora fúnebres, torna-se, pois, objecto de “propaganda” e acarreta significações intersubjectivas que vão para além, parece-nos, da intenção edificadora de um modelo exemplar do Cristianismo⁵²⁹. Luís Ramalhosa Guerreiro menciona, a este propósito, que as atitudes que correspondem à fase terminal da vida do soberano e à sua imagem pública estão directamente associadas aos valores incutidos pela pastoral cristã⁵³⁰.

É óbvio que é a partir da criação da imagem do monarca como paradigma vivencial da Cristandade⁵³¹, até na hora da morte, que é possível interpretar também a cobertura dada à descrição dos últimos dias de vida do monarca, por parte destes autores panegiristas. Sebastião Maria Correia, presidente da Capela Real, regista que o monarca enquanto “sem temor esperava a morte, poz os olhos em huma imagem de Christo Crucificado, e implorando ajuda, e patrocínio da Virgem Senhora, e dos Santos seus advogados, recitou com grande devoção as preces da Igreja⁵³²”. José de Nossa Senhora

⁵²⁵ Nomeadamente o do Padre António Vieira, o qual favorece a ideia de que no rei e nas dinastias depôs Deus uma função escatológica, revelável pelo estudo de sinais encobertos. (Ángela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A Arquitectura dos Poderes”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*..., p. 124).

⁵²⁶ Embora os jesuítas tenham sido os confessores de praticamente todas as pessoas reais durante os reinados de D. Pedro II e D. João V, este, a partir de 1712, passou a ter oratorianos a orientarem-lhe a consciência. (A. H. De Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, p. 318).

⁵²⁷ Convém recordar os confrontos entre jesuítas e oratorianos por questões de monopólio de ensino, formação das consciências da corte, protecção régia. Cfr. *supra*, pp. 24-26.

⁵²⁸ Cfr. *supra*, pp. 73-75.

⁵²⁹ “Os teóricos do conceptismo são não só construtores da literatura barroca, mas formuladores de preceitos morais. O seu pensamento procura projectar-se nos costumes e técnicos psicológicos de moral para modelar condutas. Os seus escritos têm, no fundo, a preocupação constante de um programa”. (José António Maravall, *A Cultura do Barroco*..., p. 235).

⁵³⁰ Luís Ramalhosa Guerreira, *op. cit.*, p. 171.

⁵³¹ Segundo Ana Cristina Araújo, “Só a sacralização permitia o protagonismo dos reis e dos seus servidores na definição do culto divino e seus ritos”. (Idem, “Ritualidade e poder...”, p. 196).

⁵³² Sebastião Maria Correia, *Oração / Nas Exequias / Do Fidelissimo REY de Portugal / D. João V. / Que em nome de sua Magestade / Se celebraraõ na / Igreja de S. Antonio da Nação Portuguesa ... 1752*, p. 26.

do Pilar refere que quando era chegada a hora do duro golpe da “cruel Parca”, “Logo pediu as absolviçoens da hora da morte, que gozã por Breves especiaes todas as Religioens, de que era Filho, Irmaõ e Terceiro”⁵³³. Já o Pontífice de Roma salienta a “morte-santa”⁵³⁴ do rei, uma vez que ocorreu “depois de uma dilatada e molesta doença do corpo, que com uma totalmente admiravel igualdade de animo Cristão por muitos anos pacientemente tolerou”⁵³⁵.

Emerge, portanto, destas “biografias”, a imagem de um rei crente e de modelo cristão que, apesar de pecador, conforme as palavras do capelão da legação de Portugal em Londres, Francis Blyth, sempre se quis arrepender, “naõ dilatando para a morte a penitencia dos peccados”⁵³⁶. Ao ser anunciada esta ideia de “retrato-sacramento” de D. João V, que se tornou sustentável pela retórica da imagem, pelo elogio académico e pela narrativa histórica, a Igreja prega a salvação e anuncia o juízo final⁵³⁷.

No entanto, não só a vivência da morte, mas também a derradeira imagem do corpo do morto é matéria utilizada para penetrar na experiência da vida⁵³⁸ e na reafirmação simbólica de um modelo santificante de vida⁵³⁹. D. João V, com o exercício das virtudes que praticou, conseguiu que a sua morte “fosse somno, e descanso da taréa dos trabalhos desta vida para acordar na felicidade da eterna”⁵⁴⁰. Ao ser embalsamado o cadáver do rei, os professores de Anatomia lhe encontraram “o cerebro, e o coração de desmedida, e rara grandeza: he o cerebro origem dos pensamentos; he o coração a fonte, e o principio das acçoens”⁵⁴¹. Enquanto o defunto corpo esteve em público na sua *Camera Real*, exposto “às pessoas de distinção e Prelados”, todos lhe notaram “a magestosa alegria, e formosura do Real semblante”⁵⁴².

⁵³³ José de Nossa Senhora do Pilar, *op. cit.*, p. 26.

⁵³⁴ “A elaboração e a definição dos gestos comuns de bem morrer começam no tempo intermédio da doença e culminam com os actos de consolação e de assistência.” (Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa - Atitudes e representações - 1700-1830*, Notícias Editorial, 1997, pp. 182-183).

⁵³⁵ Benedicto XIV (Papa), *op. cit.*, p. 2.

⁵³⁶ Francis Blyth, *Oração / Funebre / Nas solemnes / Exequias / do Augustissimo Senhor / D. Joao V. / Rey Fidelissimo, / Celebradas em Londres na Capella dos Ministros / de Portugal ...*, Lisboa, 1751, p. 30.

⁵³⁷ Segundo Ana Cristina Araújo, “A lição da boa morte cristã repercute-se no meio laico português até finais do Século XVIII”. (Idem, “Morte, memória e piedade barroca...”, p. 269).

⁵³⁸ O escritor barroco tem como problema central o problema da conduta, e para atrair os outros proclama que seguiu-o é ter êxito, é triunfar, é ter felicidade. (José António Maravall, *A Cultura do Barroco...*, p. 95).

⁵³⁹ Segundo Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, p. 166.

⁵⁴⁰ Ignacio Manoel da Costa Mascarenhas, *Oracão / Funebre, / Panegyrica, e Historica / ...celebraram / os Irmãos da Veneravel Irmandade de Principe dos apostolos / S. Pedro, da Cidade do Rio de Janeiro ... Á Saudosa Memoria... / D. João V ...*, 1751, p. 3.

⁵⁴¹ Agostinho Pereira, *Oração / Funeral, / Historica, e Panegyrica... D. João V ...* Lisboa, 1750, p. 25.

⁵⁴² Quaresma Teodoro Penichense, *Desafogo / Saudoso / que / Na preciosa morte, sentidissimo transitio do sem- / pre Augusto, Fidelissimo, e Magnifico / Rey de Portugal / D. João V ...* 1750, p. 9.

Esta beleza e serenidade observadas eram, de igual forma, interpretados como um sinal de eleição e enquadram-se no “esforço de sacralização”⁵⁴³ do soberano que percorre toda esta literatura fúnebre. Ou seja, a ausência de uma estratégia colectiva de ocultação do cadáver liga-se à necessidade de ostentação sacralizada da individualidade física do corpo morto⁵⁴⁴. Na sua expressão simbólica, o cadáver reveste a forma da consagração religiosa, “o nosso Soberano acabou como Feniz, deixando á morte os despojos do antigo corpo para renascer immortal”⁵⁴⁵, emergindo a observação ao rei como intercessão celeste e um sentimento reflexivo perante a morte que radica no exercício da pedagogia da salvação.

Além da pormenorizada descrição que é feita de D. João V momentos antes e logo após a sua morte, registamos a intenção de alguns autores em sobrelevar a imagem do monarca enquanto vivo, mas anterior à paralisia de 10 de Maio de 1742, no auge das suas qualidades e potencialidades físicas e psíquicas, portanto.

Se não vejamos: quanto à sua caracterização física, sublinha-se “a estatura mais que mediana, e de huma robusta proporção de partes sem excesso, nem defeito... parecia mais que homem, ou que Rei humano... tanto excedêrão nelle os dotes da alma às perfeições do corpo”⁵⁴⁶; “naõ muito alto, mas muy proporcionado, rosto quasi redondo, olhos alegres e formosissimos, a testa espaçosa, nariz aquilino, boca engraçada, alvo, e muy rozado”⁵⁴⁷; a testa espaçosa, sobrancelhas bastantemente escuras, e carregadas, ... os beiços muito cheyos de cor vermelha e grossos”⁵⁴⁸. Ou seja, através de uma exuberante utilização de adjectivação, hipérbolos, acumulações e metáforas, embelezam-se linhas e volumes da figura régia, criando-se uma descrição magnificente, donde estão ausentes a fealdade e a imperfeição: “magestoso aspecto, agradável presença”⁵⁴⁹; “a graça com os seus dotes, e a natureza com os seus atributos fizeraõ perfectissimo... estatura perfeita; Foy o mais bem feito, e airoso; o mais bizarro no vestir, e trajar”⁵⁵⁰.

⁵⁴³ Luís Ramalhosa Guerreiro, *op. cit.*, p. 1.

⁵⁴⁴ Ao último acto exige-se que encerre a tragicidade da condição humana, sempre efémera e precária. (Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, p. 183).

⁵⁴⁵ António da Assunção, *Sermão / Das Solemnissinas / Exequias / do Serenissimo Senhor Rey / D. Joaõ V. / Que celebrou na sua Cathedral ... de Leiria...*, Lisboa, 1751, p. 25.

⁵⁴⁶ Francis Blyth, *op. cit.*, p. 18.

⁵⁴⁷ Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade / Ultimas Acçoens, / Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, / E Senhor / D. Joaõ V.....*, Lisboa, 1750, p. 11.

⁵⁴⁸ Francisco Xavier da Silva, *op. cit.*, p. 344.

⁵⁴⁹ *Vida Sucessos... D. Joaõ V...*, p. 3.

⁵⁵⁰ Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade ... D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, p. 11.

Já no que diz respeito aos traços psíquicos, evidencia-se o seu *juízo* que “foy o mais solido, no discurso o mais sublime, e profundo; foy promptissimo em responder, e subtil no arguir; e dotado do mais agudo entendimento em perceber o que se lhe propunha... manifestando no semblante huma capacibilidade taõ severa, e grave, que no mesmo tempo inspirava agrado com respeito, alegria com severidade, convertendo-se nos vassallos, quando lhe falavaõ, todos os affectos em veneraçãõ”⁵⁵¹.

5. 4 D. João V, o Salomão de Portugal

Com o propósito de fundamentar um discurso laudatório e sistematizador das virtudes e formas de governo, aliadas ao providencialismo do seu reinado, e que conferem ao rei o estatuto de protagonista e de representação “bíblica”, vários autores panegiristas estabelecem uma comparação entre o reinado de D. João V e o de Salomão, personagem do Antigo Testamento, filho de David. Assim o faz o pregador geral e vigário das Religiosas do Mosteiro de Santa Ana da cidade de Leiria, António Assunção⁵⁵², quando claramente afirma que o trono do Magnânimo “era como o de Salomão, aonde a Justiça, e a Fortaleza eraõ os pólos, em que se fundara...”⁵⁵³.

O paralelo discursivo estabelecido com este monarca da Sagrada Escritura, segundo o vigário da Matriz de N. S. do Pillar, da Vila de S. João d’Elrey (Brasil), Matias António Salgado⁵⁵⁴, prende-se, desde logo, com algumas semelhanças relativas ao nascimento e ao reinado dos dois soberanos. Tal como Salomão, também D. João V foi “Magestade da Coroa”, apesar de ter sido segundo filho de seu pai. Mas vai mais longe, acrescentando que se no nascimento de D. João V enviou Deus Santa Maria Salomé a dar-lhe o nome de seu filho “João” – “*o amado de Christo*” (por antonomásia), o Salomão de Israel, como “*amado de Deus*”, foi preferido a Dónias, seu irmão mais velho. E se Salomão reinou em Jerusalém quarenta anos, D. João V reinou em Portugal quarenta e três; se aquele tomou posse do reino de Israel com vinte anos de

⁵⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 44-45.

⁵⁵² António da Assunção, *Sermão / Das Solemnissimas / Exequias / do Serenissimo Senhor Rey / D. Joaõ V. / Que celebrou na sua Cathedral / o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor / D. Joaõ de N. S. do Porto, / Bispo da Cidade de Leyria, ...*, Lisboa, 1751, p. 18.

⁵⁵³ “... sendo a mayor prova desta verdade o conservar em paz o seu Reyno, porque havendo justiça não há guerra, e tudo he descanso”. (Idem, *ibidem*, p. 18).

⁵⁵⁴ Matias António Salgado, *op. cit.*, pp. 3-6.

idade, o “Augusto Monarca” contava dezassete quando foi aclamado rei. Isto já para não mencionar que ambos morreram aos sessenta anos de idade.

Se estas semelhanças entre a vida, o reinado e a morte dos dois reis, segundo Matias António Salgado, justificam a atribuição a D. João V do epíteto de “*Salomão de Portugal*”, do mesmo modo, o ênfase dado a tais circunstâncias acaba por constituir uma argumentação no sentido de se apresentar um quadro comparativo de virtudes alicerçado nos vínculos da Igreja Católica da acção governativa do rei defunto português, relativamente às do Soberano de Jerusalém – “Foy o Salamaõ de Israel singular, e distincto no amor da paz, na piedade, na sabedoria, na magnificencia, na religião, e em outros attributos raros... dos mesmos singulares attributos revestio Deos o nosso Salamaõ”⁵⁵⁵.

Com efeito, tal como Salomão, D. João V é vangloriado por possuir grande Sabedoria – “era de ouro aquella Augusta cabeça”⁵⁵⁶ – ; por ter exercido as máximas da paz – “huma paz firme, huma paz perpetua, huma paz sem fim”⁵⁵⁷ – ; por se ter empenhado nos cultos do Sacramento – “quantas Casas consagrou a Deos o nosso Salamaõ?”⁵⁵⁸ –; pela “immensa” caridade – “foraõ tantas as esmólas que não cabem nos limites breves de hum panegyrico”⁵⁵⁹. O mesmo é dizer que sobressai aqui a imagem de um rei cujo protagonismo reside no facto de a sua actuação estar de acordo com as qualidades régias de matriz cristã e de ele próprio ter sido conhecedor da providência celeste sobre a terra, “Sabia que Portugal era singularmente o Reyno de Christo, sendo a paz estimada por Christo como character do seu imperio”⁵⁶⁰.

Esta comparação não se reduz, contudo, a uma mera reprodução imitativa do governo do filho da Casa de Bragança relativamente ao filho da casa de Israel, uma vez que, apesar dos traços em comum evidenciados, é possível vislumbrar a intenção de se valorizar a acção do português, nomeadamente no que diz respeito à virtude da Sabedoria e da Religião. Nesta perspectiva, Francis Blyth, na sua oração fúnebre, ao questionar o seu auditório sobre as virtudes religiosas de um e de outro – “Dizey vós

⁵⁵⁵ Timóteo Oliveira, *Oração / Funebre, / Das Exequias / do Fidelissimo; e Augustissimo Rey / D. Joaõ V.*, Lisboa, 1750, p. 5.

⁵⁵⁶ Matias António Salgado, *op. cit.*, p. 9.

⁵⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 10.

⁵⁵⁸ “Tres são as que mais recomendaõ a sua grandeza, que mostraõ foraõ fundadas para Deos... o Convento de Mafra... a Casa da Senhora das Necessidades... a Basilica Patriarchal”, (Idem, *ibidem*, pp. 13-14).

⁵⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 18.

⁵⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

agora, preclarissimos ouvintes, qual dos dous vos parece que foi mais sabio?”⁵⁶¹ –, acrescenta que Deus, depois de ter dado ao “segundo Salamão” os mesmos dons do primeiro, lhe acrescentou o da Piedade – “mais fiel que Salamão se mostrou nas obras ElRey D. Joaõ V”⁵⁶². É que “com despesas unicamente suas edificou para Deos não só Templo, mas Templos...não só hum mas muitos”⁵⁶³ –, referindo-se claramente ao apoio régio à construção do Palácio-Convento de Mafra, da Igreja Patriarcal e do Palácio das Necessidades.

Da valorização feita ao Salomão português, emerge, por outro lado, a imagem de um rei que também pecou como homem, mas que se quis arrepender, “com quantas esmolos, com quantos jejuns, e com que fervorosas orações não procurou remir as culpas e aplacar a ira de Deos”⁵⁶⁴, e que, com isso, procurou emendar-se dos erros que “constára ter feito Salamão” (de Israel)⁵⁶⁵.

Motivo de maior abonação e grandeza por parte do Salomão português é, de igual forma, a sua própria morte, “porque o antigo pela sua idolatria mereceo que seu filho só governasse huma pequena parte do seu Reyno... enquanto o nosso Salamaõ mereceo pela sua Fé, que no Reyno de Portugal se multiplicassem os salomoens, deixando outro Salamaõ em seu Filho o Augustissimo Rey D. Joseph o I. nosso Senhor”⁵⁶⁶.

Infere-se, uma vez mais, que a vida e a regência do Magnânimo são comparadas e aplicadas à simbologia desta personagem do Antigo Testamento com o intuito de se apresentar a Monarquia inserida na ordem divina. Ao mesmo tempo que é visível a tentativa de se (re)criar um modelo vivencial e de se (re)constituir um padrão governativo, alicerçados nos vínculos da Igreja Católica, que tenderão a funcionar como paradigmas intemporais de actuação.

⁵⁶¹ Francis Blyth, *op. cit.*, pp. 18-19.

⁵⁶² Idem, *ibidem*, p. 19.

⁵⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 23-24.

⁵⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 31.

⁵⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁵⁶⁶ Matias António Salgado, *op. cit.*, p. 25.

CONCLUSÃO

Perante a morte de um *rei absoluto*⁵⁶⁷, e da conseqüente emergência de um discurso encomiástico, persuasivo e florido⁵⁶⁸, proferido maioritariamente por autores religiosos, sobressai um sentimento de dor e pranto alargado a todo o Reino – “choray, Fidalgos ilustres; choray, Portugueses todos; choray a perda do vosso Rey”⁵⁶⁹.

Garante da *fortuna* em vida, a sua morte é sentida como “homicida” da alegria de todos os vassallos, “a todos attraia e infundia animo, a grandes e a pequenos, a ricos e a pobres, a escravos e a livres, a naturais e a estrangeiros”⁵⁷⁰. Por sentirem tão grande perda, estes não são, agora, mais que “truncos insensíveis”, porque lhes faltou o espírito que vivificava o ser e as acções.

A consolação dos vassallos radica no facto do “legítimo successor” ser uma imitação das virtudes paternas, principalmente a da piedade, segundo Benedicto XIV⁵⁷¹, rogando Manoel da Epifania⁵⁷² para que ele conserve o mesmo espírito de paz, de Religião, de caridade, o mesmo empenho na execução da justiça e o aumento das artes e das “sciencias”. Francisco Garcia Flores refere que “puede tener Portugal el consuelo, de que su nuevo Rey será benigno, justo, afable, generoso, charicativo, y liberal con sus básalos... y de su Padre tan vivó Retrato, que parecerá, no na muerto el Inclvto D. Juan V”⁵⁷³.

Deposto um soberano pela morte, convinha que ao novo monarca fossem dirigidos louvores, de forma a reforçar uma linha de continuidade que assegurasse o

⁵⁶⁷ Maria Paula Lourenço chama a atenção para a semântica diversa, em diferentes contextos históricos e épocas, dos conceitos «Poder Absoluto», «Monarquia Absoluta» e «Absolutismo». Assim, se «Poder Absoluto» tem como fundamentação histórica e ontológica a medievalidade cristã, com raízes latinas; «Absolutismo» surge apenas no final do século XVIII, em França, dizendo respeito ao sistema de governo em que o poder do soberano é absoluto, não estando submetido a nenhum controlo. (Idem, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil...*, p. 17).

⁵⁶⁸ Segundo Ana Hatherly, este tipo de texto ilustra “um Poder esmagador, pela sua complexa urdidura conceptual, e espelha uma sociedade que o suporta e que a todos e a tudo transforma em *oferenda*, pois ante o poder absoluto tudo e todos se transformam em absolutos vassallos, cujo «sacrifício», ou seja, cuja total «entrega», é simultaneamente obrigatória e voluntária”. (Ana Hatherly, “Feudo do Parnaso - Um Obséquio Alegórico à Munificência de D. João V”..., p. 153).

⁵⁶⁹ Afonso Texedor, *Discurso Sagrado, político moral, nas sumptuosas exequias que a muito nobre e muy leal cidade de Sevilha consagrou ao Fidelissimo Senhor D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 22.

⁵⁷⁰ António da Graça, *Oração / Fúnebre, / Que nas Exequias / do muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo / Rey de Portugal / D. Joaõ V...*, Lisboa, 1750, pp. 14-15.

⁵⁷¹ Benedicto XIV, *Allocação do Santissimo Padre ... Recitada no Consistorio secreto, em huma quarta feira 23 de Setembro de 1750*, Lisboa, 1751, p. 2.

⁵⁷² Manoel da Epifania, “Oração / Fúnebre / na morte do Senhor Rey / D. João V”..., 1759, p. 66.

⁵⁷³ Francisco Garcia Flores, *Exemplar De Principes / Propuesto / En las Exequias Funerales... del / S.^R Don Juan V (...)*, Llerena, 1750, p. 13.

futuro. É face a esta intencionalidade que entendemos as palavras de vários autores, entre os quais se destaca o monge de São Bento do Brasil, Mateus de Encarnação Pina, ao referir que “o Rey ainda vive”, “pois não morreo para nós, deixando-nos o Serenissimo, e Fidelissimo Rey D. Jozé o I de Portugal, não só de seus Reynos, e Dominios, mas tambem de suas virtudes”⁵⁷⁴.

A vivência da consternação e da saudade expressam-se em narrativas encomiásticas, permeabilizando testemunhos subtis de racionalidade pela utilização de subterfúgios linguísticos e exercícios retóricos – ênfases e silêncios, imagens e metáforas, “sinais” e símbolos, paralelismos numéricos e analogias – que *encobrem* intencionalidades. Trata-se de uma linguagem subtil e enigmática que adquire tanto mais significado e relevância quanto pensarmos que o discurso fúnebre impresso não tem como receptor prioritário *as massas* mas os seus representantes, ou seja, o próprio poder. De facto, o jovem soberano é vangloriado, constituindo, desde logo, uma “genuina Cópia” de seu progenitor em todos os seus talentos, “no Valor, no Sofrimento, na Branda indole, no Genio Aureo, na Aceitação para com todos, no Conselho, na Piedade, na Religiaõ, e sobre tudo. no Amor, e Clemencia para com os seus Vassalos”⁵⁷⁵, realçando-se a convicção de que “está ainda vivo o Pay no Filho, ou que no Filho está ressuscitado o Pay”⁵⁷⁶. Um rei que viveu e governou “com satisfação de Deos e dos homens”, e que deixa um filho herdeiro da Casa Real “similhante a si, pode morrer alegre; porque foy perfeitamente feliz”⁵⁷⁷.

O sucessor deverá ser garante da piedade paterna, *estimador* das virtudes legadas, dignificando-as no *continuum* do culto divino. Neste sentido, são rememoradas, entre outras, as suas últimas instruções para seu filho: a primeira, que o Divino Culto e o respeito devido à Igreja fossem o principal objecto do seu cuidado; a segunda, que observasse com a Rainha viúva, Maria Ana de Áustria, “toda a atençaõ, que lhe devia como Mãy”; e a terceira, que conservasse em paz os seus Vassalos⁵⁷⁸. Os pressupostos aqui presentes reenviam-nos para uma reflexão cuidada à união, à paz da Monarquia, ao amor para seus vassalos, à obediência e à fidelidade à Igreja Romana.

⁵⁷⁴ Mateus da Encarnação Pina, *Sermão / nas / Exequias / Delrey D. João V...*, Lisboa, 1752, p. 46.

⁵⁷⁵ Teodoro de São José, *Oração / Funebre, / Que nas Exequias / delRey / D. Joaõ V...* na sua Pro- / vincia, na Igreja de S. Domingos de Lisboa..., Lisboa, 1751, p. 38.

⁵⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 38.

⁵⁷⁷ Pedro da Serra, *Sermão / Nas Exequias / do Augusto e Poderoso Senhor / Dom Joaõ Quinto / Rey Fidelissimo / Celebradas / Em Roma na Igreja de Santo Antonio dos Portuguezes / pela Congregação Nacional*, Roma, 1752, p. 31.

⁵⁷⁸ Afonso Texedor, *Discurso Sagrado, político moral... D. João V*, 1751, p. 26.

O estudo da produção da literatura fúnebre relativa ao reinado de D. João V, objecto desta dissertação, permitiu evidenciar que os panegiristas régios construíram uma *Imagem Real* apologética, procurando articular a memória do rei e do reino de acordo com a matriz do Cristianismo, através do ênfase a uma série de acções e virtudes praticadas. Ao longo do ponto quatro deste trabalho, procurámos sublinhar os epítetos “Magnânimo e Sábio”, “Justo e Pacífico” e “Religioso e Caritativo”⁵⁷⁹.

Pela “voz” de José de Nossa Senhora do Pilar, religioso da província de Santarém, soubemos que depois de impossibilitado pela dilatada moléstia (1742), D. João V “logo com prontidão, e desvelo constituiu por Decreto publico Regente deste Reyno a Rainha nossa senhora, para que em tempo nenhum faltasse a seus vassallos a protecção do Regio asylo”⁵⁸⁰. Esta disponibilidade régia é, de igual forma, exaltada pelo capelão da legação portuguesa em Londres, Francis Blyth, ao referir que o monarca, enquanto teve saúde, costumava dar audiência publica “trez vezes na semana, nas quaes era sempre permittido, ainda ao mais infimo da plebe”⁵⁸¹.

Melhor entendido do que seus antecessores na “difícil” arte de reinar, segundo Inácio Barbosa Machado, “pois não derramando sangue nos Vassallos, antes fazendo beneficios aos mesmos, e aos que lhe eraõ ingratos, soube fazer-se igualmente amado e temido”⁵⁸², D. João V conheceu as prerrogativas de Pai benéfico e generoso na estreita relação de dependência económica, “abriu os tesouros que Deus muito mais lhe aumentava para acudir à miséria dos necessitados”⁵⁸³, “distribuindo aos Ecclesiasticos e Seculares muitos Tesouros”⁵⁸⁴. Exalta-se a equidade da suprema jurisdição régia, prerrogativa que foi apropriada, ao longo do reinado joanino, em função de condicionalismos de ordem interna e externa, nomeadamente, o final do conflito com a Espanha e o desafogo monetário da monarquia, consequência da chegada do ouro brasileiro.

Vimos que a sua piedosa distribuição e económica “decencia” é digna dos maiores elogios, aponta Afonso Texedor⁵⁸⁵, Colegial no Colégio Maior de Santo

⁵⁷⁹ Não interessava, porém, aos panegiristas que o jovem rei concluísse que tais virtudes fossem consideradas inultrapassáveis e que ele próprio ficasse em segundo plano, pelo que os louvores que lhe são dirigidos apontam já para o facto de o seu desempenho dever aumentar “gloriosamente as virtudes, as grandezas, as heroicidades”, do monarca seu pai.

⁵⁸⁰ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 17.

⁵⁸¹ Francis Blyth, *Oração / Funebre... D. João V...*, 1751, p. 49.

⁵⁸² Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade, Ultimas Acçoens... D. João V...*, 1750, p. 46.

⁵⁸³ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico ... D. João V...*, 1750, p. 130.

⁵⁸⁴ Inácio Barbosa Machado, *Relaçam / da / Enfermidade, Ultimas Acçoens... D. João V...*, 1750, p. 46.

⁵⁸⁵ Afonso Texedor, *Discurso Sagrado... D. João V...*, p. 22.

Ildefonso da Universidade de Alcalá (Sevilha). “Que vassallos foraõ taõ felizes? Que vassallos lograram melhores alívios?”, questiona o mesmo autor⁵⁸⁶, aquando das exéquias fúnebres em honra do *Fidelissimo* em Sevilha. O elogio ao Magnânimo radica, deste modo, no seu cuidado em conservar os vassallos em riqueza, para sustento das vidas e “em abundância para conservação das Republicas”⁵⁸⁷.

Soberano respeitado⁵⁸⁸ – “não querem os vassallos interessados participar as glórias do seu luzimento, só querem como amantes sentir do seu occaso as mortaes sombras”⁵⁸⁹ –, tal como as estrelas que não se descobrem enquanto o sol está “vivo e luzido”. A benevolência régia em vida, que revelou a “dádiva” como um forte mecanismo de recrutamento de clientelas políticas, suscita, agora, depois da sua morte, uma situação de dívida e gratidão para com o benfeitor.

Como seria de esperar, um sentimento tão geral, e de todos os vassallos, “também havia de tocar ao Eclesiastico”, salienta o presbítero da Baía, Pedro Fernandes de Azevedo⁵⁹⁰. Por isso, verificámos que “toda a Igreja em todas as suas Jerarchias he panegyrista das esmólas do nosso Rey”⁵⁹¹, refere o vigário da Matriz de N. S. do Pillar, Matias António Salgado. Frei António da Graça apela, de forma elucidativa, a uma manifestação de perda susceptível às ordens religiosas, “Chora pois, oh magoada Ordem Terceira, e chora sempre, visto que perdeste tudo, no Filho que perdeste”⁵⁹²; enquanto que o presbítero da Ordem de São Pedro, José Caldeira⁵⁹³, menciona alguns receios da Igreja Católica pela morte do rei *Fidelissimo*, nomeadamente, a perda de assistência nas cerimónias religiosas, de vocações para “clausuras de donzelas” e de “copiosas esmolas” para a celebração dos sacrificios, por parte dos Sacerdotes. Miguel Luís Teixeira, provisor e vigário geral do Bispado de Faro, refere que do próprio Vaticano

⁵⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁵⁸⁷ Manoel da Epifania, “Oração / Funebre / na morte do Senhor Rey / D. João V... Recitada no convento de S. Francisco / da Cidade do Porto”... Lisboa, 1759, p. 44.

⁵⁸⁸ “Quando padece a cabeça sentem todos os membros”, refere Pedro Fernandes de Azevedo, “Oração / Funebre / nas sumptuosas Exequias / do Serenissimo Senhor / D. João V. / Rey Fidelissimo, / Celebradas na Igreja de S. Pedro, / dos Clerigos da Cidade da Bahia, em o dia 22 de Janeiro / de 1751”, (in *Relação Panegyrica... D. João V / que consagrou a cidade da Bahia* (...), de João Borges de Barros, 1753, p. 273).

⁵⁸⁹ José de Nossa Senhora do Pilar, *Epicedio / Panegyrico... D. João V...*, Lisboa, 1751, p. 29.

⁵⁹⁰ Pedro Fernandes de Azevedo, “Oração / Funebre / nas sumptuosas Exequias / do ... D. João V, p. 273.

⁵⁹¹ Matias António Salgado, *Oração Funebre nas exéquias... D. João V, celebradas pelo Senado da Camara da Villa de S. João de Elrey, nas Minas Geraes da America Portuguesa...*, 1751, p. 18.

⁵⁹² António da Graça, *Oração / Fúnebre... D. João V...*, 1750, p. 45.

⁵⁹³ José Caldeira, *Oração / Fúnebre / nas Solemnes Exequias, / que na Igreja de N. Senhora / Do Loreto / desta cidade / celebrou no dia 6. de Fevereiro deste presente anno / A Irmandade Dos Clérigos / Debaio Dos Sagrados Apóstolos / S. Pedro e S. Paulo, / sita na mesma Igreja, / Pela alma do fidelissimo Rey / o Senhor / D. Joaõ V ...*, Lisboa, 1751, p. 15.

soaram os gemidos, “lamentando a Igreja o saudoso obito de taõ benemerito Monarca, Fidelissimo, e taõ obediente à Sé Apostolica”⁵⁹⁴.

Bem sabemos, no entanto, que a Igreja, ao publicitar e enfatizar certas acções da figura régia acaba por sair em defesa dos seus interesses e reforçar os seus benefícios, visando solucionar aquelas que serão as suas preocupações. Daí que tivéssemos encontrado o aplauso da Igreja ao soberano no facto de querer ver na sua corte um brilhante “Collegio de Ecclesiasticos”. Trata-se de um rei que cuidou que se desse sempre a devida honra ao carácter e merecimentos dos Ministros da Igreja, de acordo com o *Exemplar de Principes* proposto por Francisco Garcia Flores⁵⁹⁵, por altura das celebrações lúgubres em honra do Magnânimo português em Badajoz. Menciona este Leitor Primário da Sagrada Teologia do Convento de Seraphico, da referida cidade espanhola, que “siendo la parte principal de un Reyno el Estado Eclesiástico, y Religioso, será precisa obligación de un justo Rey, mirar por su ajustada, y recta conservación: obrigando a todos, que vivan según sus Leyes, Reglas, Estatutos, y Constituciones”⁵⁹⁶.

Como então afirmámos, autores encomiastas, inscritos na cultura barroca, apoiam-se na concepção tradicional de sociedade, dividida nas três ordens estabelecidas: eclesiásticos, nobres e plebeus – pretendendo, deste modo, reforçar o desempenho e a importância dos membros da Igreja Católica na coroação de um governo de monarquia absoluta. Na prática, depreendemos destes textos, a difusão e consolidação de uma imagem de sociedade, alicerçada num sistema de interesses, a qual faz emergir uma atitude conservadora que visa manter as coisas na sua ordem, reduzindo o mais possível o desmoronar do sistema vigente susceptível à contingência do tempo.

Neste sentido, rememoram-se os “critérios de selecção” dos Magistrados que têm a sua génese em “varões dotados de summa sagacidade e doutrina, e muito exemplares na integridade dos costumes”⁵⁹⁷; bem como os dos Prelados, que tinham por

⁵⁹⁴ Miguel Luís Teixeira, *Oração / Funebre / nas Exequias, / Que à sua Magestade / Fidelissima do Muito Alto, / e Poderoso Rey, e Senhor / D. João V. / (...) na Cathedral de Faro...*, Lisboa, 1751, pp. 5-6.

⁵⁹⁵ Francisco Garcia Flores, *Exemplar De Principes / Propuesto / En las Exequias Funerales, Que / el muy Religioso, Y Gravísimo Convento de ... / la Ciudad de Badajoz / hizo por la muerte / de la Sacra, Real, y Fidelissima / Majestad / del / S.^R Don Juan V ...*, Llerena, 1750, p. 35.

⁵⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁵⁹⁷ Francis Blyth, *Oração / Funebre... D. Joaõ V ...*, 1751, p. 49.

finalidade serem os mais dignos e que, simultaneamente, observassem “as leis das Religiões e perfeição do Culto Divino”⁵⁹⁸.

Ora, tendo em conta que são defensores e portadores destes requisitos, e porque, depois da sua morte, continuam a servi-lo e a obedecê-lo, constatámos que a afectividade para com o rei defunto é tida como pretexto de requerer uma eterna e saudosa lembrança, apelando Timóteo de Oliveira à sua *Alma* para que não se esqueça da fidelidade e amor que os seus vassalos lhe professaram em vida e perpetuaram na morte. O mesmo será dizer, “não deixe ele de reinar”, continuando aqueles a usufruir dos benefícios adquiridos.

Em síntese, do “sentimento dos Vassalos” podemos inferir, pois, que, se por um lado, abundam os elogios ao soberano defunto pela selecção e conservação dos seus súbditos num regime de privilégios, por outro, está patente a pretensão (inerente) em se fazer prolongar a sua posição para além do seu “ocaso”. A multiplicação dos discursos é tida como meio e estratégia que melhor defende o interesse dos seus emissores, emergindo o elogio e a afectividade para com o soberano defunto como resgate da lembrança e da perduração do usufruto dos benefícios adquiridos. A disponibilidade, a protecção, a beneficência e o amor aos seus vassalos, assim como a atenção que prestou ao culto divino e a fidelidade à Igreja Católica são invocados e repetidos com o intuito de que o desaparecimento do rei não quebre a continuidade do passado durante o reinado do seu legítimo sucessor.

Com efeito, após a expressão de tão sentido lamento, por parte dos seus vassalos, assistimos a um não menos apelativo sentimento no que concerne à suspensão do luto e das mágoas, “suspendamos os suspiros, com razão devemos enxugar as lagrimas”⁵⁹⁹, e de uma aparente situação de instabilidade, subjacente nas palavras de António Toscano, “Desterra pois as confusas ideas de tristeza”⁶⁰⁰.

Trata-se de um apelo expresso com o objectivo de integrar todos os portugueses – “Levanta porém os olhos, se he que podes ver com a oppressão de tantas lagrimas, ó Reyno de Portugal, ó Igreja Catholica, ó Religião Christã”⁶⁰¹ –, e que, segundo o jesuíta Xavier da Costa, deverá ser entendido sob duas perspectivas: numa primeira, “o nosso mesmo Rey, a quem choramos, nos mandar alegrar, e com motivos de grande júbilo,

⁵⁹⁸ Francisco Xavier da Silva, *Elogio / Funebre, E Historico ... D. Joaõ V...*, 1750, p. 151.

⁵⁹⁹ Afonso Texedor, *Discurso Sagrado, político moral, nas sumptuosas exequias que a muito noble e muy leal cidade de Sevilha consagrou ao Fidelissimo Senhor D. João V...*, 1751, p. 23.

⁶⁰⁰ António Toscano, *Lenitivo / A / Portugal / Na Morte do Augustissimo, / e Fidelissimo Senhor Rey / D. Joaõ V...*, 1750?, p. 4.

⁶⁰¹ José Caldeira, *Oração / Fúnebre.. D. João V...*, 1751, pp. 27-28.

por nos dar para Rey nosso, hum seu Filho, em quem a sua grandeza nos repoem outra vez tudo”. Numa segunda, porque “não quer Deus que haja mais luto nem dor”, antes alegria e júbilo, tal “como no pryncipio do Reinado de seu Filho”, anunciado por um Anjo: “Annuntio vobis gaudium magnum”⁶⁰².

Concluindo, poderemos aferir que sobressai, deste modo, a coerência de um discurso que se converte, no caso da sucessão da coroa, em preparação espiritual para a aceitação do filho enquanto reencarnação dos valores do pai e da monarquia: “deixou Deos hum José, que como filho de hum, e descendente de outro formará o horoscopo de seu feliz reynado”⁶⁰³. A convergência discursiva remete para a ideia central de que todos os vassallos deverão aceitar o convite à “renovação” da alegria, uma vez que é vontade divina e porque, simultaneamente, o rei sucessor é “hum perfeitissimo Retrato” da grandeza de seu pai.

⁶⁰² Xavier da Costa, *Oração / Funebre / Nas / Exequias / Delrey... D. João V...*, 1751, pp. 46-47.

⁶⁰³ Filipe de Oliveira, *Oração / Funebre / Panegyrica, e Historica ... D. Joao V...*, Lisboa, 1750, p. 33.

FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE⁶⁰⁴, Diogo Rangel de Macedo e, ELOGIO / HISTORICO, e PANEGYRICO / do Muito Alto, Muito Poderoso, e / Fidelissimo rey / D. João V / Escrito por / Diogo Rangel de Macedo e Albuquerque, Mosso Fidalho da Caza de Sua Magestade, e Comendador de S. Marinha de Lisboa. / Offerecido / ao Serenissimo SenhorInfante / D. Pedro, / Por mão do / Illustrissimo, e Excellentissimo Conde de S. Lourenço / D. João Jozé / Amsberto de Noronha, ... – Lisboa: na Off. Jozé da Sylva da Natividade, 1751 – [8], 28 p. 21 cm.

BN L. 941//1 V.

ALEIXO, Fr. Liuz de Santo, PANEGYRICO / FUNEBRE / Que nas Exequias / do Muito Alto, Poderoso, / Fidelissimo Rey, e Senhor / D. JOÃO V. / de Portugal, / Celebradas pelos Religiosos Alemães na sua Igreja de / S. João Nepomuceno, em 31. de Outubro de 1750. / Disse, e offerece / a EIRey Nosso Senhor / D. JOSÉ I. / o padre / Fr. Manoel Rodrigues / (...) / Dado à luz pelo M. Reverendo Padre / Fr. Liuz de Santo Aleixo, / Vigario do Hospicio de S. João Nepomuceno. / Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa / 1750. – [16], 31 p.: il.; 23 cm.

BN L. 607 A.

ANTÓNIO⁶⁰⁵, Aleixo, ORAÇÃO / FUNEBRE / Nas exequias do / Augustissimo, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. JOÃO V. / De gloriosa memoria. / Disse-a / o P. Aleyxo António / Da Companhia de Jesus na Igreja do Collegio / da mesma Companhia da Cidade de Belém / do Grão Pará. / – Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1754. – 40 p.; 20 cm.

BN L.3244//11 A.

AQUINO⁶⁰⁶, Fr. Thomaz de, ORAÇÃO / FUNEBRE, / e PANEGYRICA / Nas Exequias do Augusto, Magnifico, e / Fidelissimo Rey, e Senhor / D. João V. / Celebradas pela Irmandade de nossa Senhora de Monserrate / da Nação

⁶⁰⁴ Nasceu a 7 de Setembro de 1671 e morreu a 25 de Novembro de 1754. Casou com D. Angela Luiza de Siqueira Lobo, de quem teve a Diogo Rangel Macedo, igualmente instruído em História e genealogia como seu pai.

⁶⁰⁵ “Autor da Companhia de Jesus do Collegio da mesma Companhia da Cidade de Belém do Grão Pará.”

⁶⁰⁶ Monge de S. Bento.

Hespanhola no dia 23 de Outubro / de 1750. na Igreja do Mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa /.. disse-a o M. Rev. Pe. Prég. Geral Fr. Thomaz de Aquino, / Ulyssiponense, Monge de S. Bento / : Lisboa, na nova Officina Monravana. [1750?] – [16] 36 p.; 20 cm.

BN L. 941//3V.

ASSUNÇÃO⁶⁰⁷, Antonio da, **SERMÃO** / Das Solemnissinas / EXEQUIAS / do Serenissimo Senhor Rey / D. JOAÕ. / Que celebrou na sua Cathedral / o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor / D. Joaõ de N. S. do Porto, / Bispo da Cidade de Leyria, do Conselho de / Sua Magestade &C. / Pregou-o / o P. Fr. ANTONIO DA ASSUMPÇÃO, / Da Sagrada Ordem dos Prégadores, Prégador Geral, e Vigario / das Religiosas do Mosteiro de Santa Anna da / mesma Cidade, / Aos 11. De Agosto de 1750. / - Lisboa: / Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1751. – [24], 27 p. ; 20 cm.

BN L. 941//8. V

BARROS⁶⁰⁸, João Borges de, **RELAÇÃO** / PANEGYRICA / Das Honras Funeraes, / que às memorias / do muito alto, e muito poderoso senhor / Rey Fidelissimo / D. JOAÕ V / consagrou a cidade da Bahia (...) / pelo doutor / João Borges de Barros, / (...) / Com huma collecção de cinco Orações Funebres, / e varias Poesias, Latinas, e Vulgares. / – Lisboa: Na Regia Off. Sylviana, e da Academia Real. / 1753. – [30], 326 p.: il. ; 30 cm. [Faltam as páginas 36-96]

BN F. 6346

BENEDICTO XIV (Papa), **ALLOCUÇÃO** do Santissimo Padre Benedicto aos Eminentissimos, e Reverendissimos Senhores cardeaes da N. S. I. Recitada no Consistorio secreto, em huma quarta feira 23 de Setembro de 1750. Lisboa, officina de José da Costa Coimbra, 1751. (Oração funebre de D. João V, rei de Portugal, feita pelo Papa. Tradução portuguesa acompanhada do original).

BN H. G. 14961//4P

⁶⁰⁷ “Autor da Sagrada Ordem dos Prégadores, Prégador Geral, e Vigario das Religiosas do Mosteiro de Santa Anna da mesma cidade” [Leiria]

⁶⁰⁸ O autor nasceu a 1706, nobre baiano, cónego doutoral e “mestre-escola” da Santa Sé da Bahia, Protonotario Apostolico de Sua Santidade, e Desembarcador, Numerario da Relação Ecclesiastica. Com huma colecção de cinco orações funebres, e varias poesias, latinas, e vulgares.

BLYTH⁶⁰⁹, Francis, ORAÇÃO / FUNEBRE / Nas solennes / Exequias / do Augustissimo Senhor / D. JOAO V. / Rey Fidelissimo, / Celebradas em Londres na Capella dos Ministros / de Portugal, / Composta na lingua Latina / Por F. BLYTH, / E traduzida na Portugueza / Por / D. VICENTE MEXIA / Clerigo Regular, / E pelo mesmo offerecida / A' Magestade Fidelissima / de D. JOSÉ I. / Nosso Senhor. / Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, / Impressor do Santo Officio, Anno 1751. – [6] 62 p. : il; 20 cm.

BN F. 8242

BRAVO⁶¹⁰, Fr. Pedro Soriano, Sermão nas exequias do muito alto... monarca D. João V. Rey de Portugal, que prégou no Convento de S. Paulo da Villa de Almada.: em 19 de Agosto de 1750... o M.R.P.Fr. Pedro Soriano Bravo. Lisboa, na Regia Offcina Silviana, e da Academia Real, 1750. – [10], 15p. ; 20 cm.

BN F. 8355

CALDEIRA⁶¹¹, José, ORAÇÃO / FÚNEBRE / nas Solemnes Exequias, / que na Igreja de N. Senhora / Do Loreto / desta cidade / celebrou no dia 6. de Fevereiro deste presente anno / A IRMANDADE DOS CLÉRIGOS / DEBAIO DOS SAGRADOS Apóstolos / S. Pedro e S. Paulo, / sita na mesma Igreja, / Pela alma do fidelissimo Rey / o Senhor / D. JOAO V / de Saudosa memoria: / disse-a / OR. D. JOSEPH CALDENA / (...) / - Lisboa. / Na Off. de Miguel Rodrigues, / (...) /1751 [8] 28 p. 20 cm.

BN L. 941 // 10 V.

COLECÇAM / DAS OBRAS / Que na Academia / DOS OCCULTOS / Se recitáraõ na morte / do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / D. JOAÕ V. / Na conferencia do primeiro de Setembro de / M.DCC.L. / -Lisboa / Na Officina de Manoel Soares Vivas, 1750. – 92, [1] p.; 20 cm. [ELOGIO FUNEBRE recitado por D. Miguel Lucio Francisco De Portugal E Castro, presidente da Conferência nas P. 1-21.]

⁶⁰⁹ Revisor da Bíblia de Douai, entrou no noviciado da Ordem Carmelita em Módena em 1723, com o nome de Frei Simão da S.S. Trindade. Desde 1742 até à morte serviu de capelão da legação de Portugal em Londres. In Robert Smith, "Os Mausoléus de D. João V nas quatro partes do Mundo", in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, 2ª. Série, n.º 1, 1955.

⁶¹⁰ Prior do convento citado.

⁶¹¹ Autor "Presbytero do habito de S. Pedro, e professo na Ordem de Christo, irmão da mesma Irmandade.

CONCEIÇÃO⁶¹², Joseph Manoel da, ORAÇÃO / CONSOLATORIA / Recitada na Conferencia, / que a Academia Scalabitana consagrou à Sau- / dade da Serenissima Rainha / a Senhora / D. MARIA ANNA / DE AUSTRIA / Pela morte de seu Fidelissimo Esposo / o Senhor / D. JOAÕ V. / Rey de Portugal, / Em 30 de Novembro. / Pelo M. R. Padre Mestre / Fr. JOSEPH MANOEL / DA CONCEIÇAM, / Religioso da sagrada Ordem Terceira da Penitencia, (...) / Lisboa, / Na Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação / Cameraria de S. Igreja de Lisboa: / 1751. -18, [3] p.; 20 cm.

BN L. 941 // 9V.

CORREA, Sebastião Maria, ORAÇÃO / Nas EXEQUIAS / Do Fidelissimo REY de Portugal / D. JOAÕ V. / Que em nome de sua Magestade / Se celebraraõ na / Igreja de S. Antonio da Nação Portugueza. / Recitada por / SEBASTIAM MARIA CORREA, / Prelado Domestico de S. Santidade, e Presidente da Capella / Real da mesma Nação / Traduzida por / Manoel Carlos da Silva. / Lisboa, / Na officina de Francisco Luis Ameno, / 1752. - [7], 35 p.; 20 cm.

BN L. 941 // 11 V.

COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa, ELOGIO / FUNEBRE / do / Muito Alto, / E / Muito Poderozo / Rey Fidelissimo / D. JOAÕ V. / Nosso Senhor. / Escrito por / D. Francisco Innocencio / de Souza Coutinho / Offerecido / Ao Serenissimo Senhor Infante / D. PEDRO. / Por / Jozé da Natividade. / Impressor da Serenissima Casa, e Estado de Infantado. / -Lisboa: / Na mesma Officina. Anno do Senhor 1750. - 21 p.; 21 cm

BN L. 941 // 14 V.

CULTO / FUNEBRE⁶¹³ / Á memória sempre saudosa / Do Fidelissimo, Augusto, Magnifico, e Pio Monarca / Senhor / JOAÕ V. / Rey de Portugal / COLECÇÃO I, II, III e IV. / Lisboa, / Na Officina de Francisco Luz Ameno / Impressor da Congregação / Camemaria da Santa Igreja de Lisboa / 1750. - 4 v.: il.; 20 cm.

⁶¹² Presidente da Academia Scalabitana.

⁶¹³ No final da Col. IV, p. 39-47, encontram-se os índices dos autores e dos poemas dos 4 volumes.

BN H.G. 22615//1,2,3,4 V.

CUNHA, Pe. Manuel da, *RELAÇÃO / das / EXEQUIAS / Que pela Alma / do Fidelissimo Senhor Rey / D. JOÃO V. / Celebrou na Santa Igreja Cathe- / dral de Viseu / O Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor/ D. Julio Francisco / de Oliveira, / Bispo de Viseu, do Concelho de sua Ma- / gestadana, &c. / Composta pelo Padre / Manoel da Cunha, / Mestre de Rhetorica no Seminario Episcopal da mesma / Cidade. / Lisboa, / Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. / 1751. 23 p.*

BN S. C. 50697 V.

DARDRA, Diogo Braz Ximemnes, *SUSPIROS METRICOS, / Que / Á Sempre lamentavel morte do fidelissimo Rey / O Senhor / DOM JOAÕ V. / Em dez Sonetos / Exala do mais intimo do peito o seu muito / amante, e fiel vassalo. / Diogo Braz Ximenes / Dardra. / -Lisboa: / Na Officina de Pedro Ferreyra, / Impressor da August-/ tissima Rainha nosso Senhor. / Anno do Senhor, 1750. - [11] p. ; 20 cm. [Dez sonetos]*

BN H.G. 4747//12 P.

ECOS⁶¹⁴ / *FUNEBRES / das Vozes Saudosas, / Que chegáráõ de Portugal á Índia / pela Morte / do Muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo Rey, e Senhor / D. JOAÕ V. / Communicados / ao mesmo Reyno de Portugal / pelos Religiosos / da Companhia de Jesus, / da Província de Goa. / – Lisboa / Na Officina de Francisco da Silva, / 1753. – [16], 65 p.; 21 cm, pp. 179-220.*

BN L. 1308 A.

EPIFÂNIA⁶¹⁵, Manuel da, *ORAÇÃO / FUNEBRE / na morte do Senhor Rey / D. JOAÕ V. / Recitada no convento de S. Francisco / da Cidade do Porto. InVerdadeiro método de prégar [...] por Fr. Manoel de Epifania – Lisboa: Na Off. de António Vicente da Silva, 1759 – p. 39-70.*

BN R. 23466 P.

⁶¹⁴ Autor anónimo, segundo Robert Smith, "Os Mausoléus de D. João V nas quatro partes do Mundo", in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, 2ª. Série, n.º 1, 1955. Contém Oração Funebre Panegyrica de P. Maniel de figueiredo na Capela Mor de Goa, pp. 21-65.

⁶¹⁵ "Religioso de S. Francisco de Observante Província, e Leitor jubilado"

EXPRESSÕES / SENTIDAS / ou / LAMENTOS / repetidos, / Com que hum coração magoado deplora a morte / do muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo / Rey de Portugal / D. JOÃO V. / Nosso Senhor, De saudosa memoria. / Na occasião, em que a Academia dos Remontados Re- / citou Funebres Epicedios a este Regio assumpto / Lisboa, / Na Officina. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram. / 1750. – [4] p.; 20 cm.

BN H.G. 6585 // 6 V.

FARIA⁶¹⁶, Rodrigo Joseph de, Relação das exequias que na morte del Rey Fidelissimo Senhor D. João V mandou fazer na Cathedral de Braga, o Serenissimo D. Joseph Arcebispo da mesma cidade. / Escrita por Rodrigo Joseph de Faria. - Lisboa, na Regia officina Silviana e da Academia Real, 1751. – [8], 46 p.: il.; 20cm.

BN F. 6032

F. D. S., Lidando com a morte mais de outo annos no transito / do felicissimo Rey / D. JOÃO V. / ROMANCE HEROICO. / Lisboa, na Officina de Pedro Ferreira, 1750.[4]p.; 21 cm.[Verso]

BN H.G. 6671 //10 V.

FERREIRA⁶¹⁷, António das Onze Mil Virgens, ORAÇÃO / FUNEBRE, / Historica, e Panegyrica, / Que nas Solemnes Exequias / do Rey Fidelissimo / o Senhor / D. JOÃO V / de Portugal / Celebradas no Convento dos Religiosos da Terceira / Ordem de N. Serafico Patriarca S. Francisco Villa de Viana do Alentejo / no dia 30 de Agosto de 1750, pela illustre, e nobre Camera da mesma / Villa (...) / Disse, e offerece / (...) /o R. Padre Mestre / Fr. António das Onze Mil Virgens

⁶¹⁶ Beneficiado em S. Tomé da Correlhã, e Bacharel formado na faculdade dos sagrados canones. Contém em prelo: COSTA, Xavier da, ORAÇÃO / FUNEBRE / Nas / Exequias / Delrey Fidelissimo, / O Senhor / D. JOÃO V. / As Quaes Lhe Fez Na Se Primacial / De Braga / Seu Irmão, / O Serenissimo Senhor / D. Joseph, / Arcebispo, E Senhor De Braga, / Primaz Das Hespanhas. / Recitou-a / O M. R. P. M. XAVIER DA COSTA / da Companhia de Jesus, Lente de Prima de Theologia no / Collegio de S. Paulo da mesma Cidade, e Examinador / Synodal do Arcebispado Primaz.

⁶¹⁷ “Religioso da mesma Sagrada Ordem Terceira. Leitor actual na Sagrada Theologia, Qualificador do rectissimo Tribunal do Santo Officio, Examinador das Três Ordens Militares, Ministro Consultor da Bulla da Santa Cruzada, Proto-Notario Apostolico de S. Santidade, no Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa.”

Ferreira. / (...) /– Lisboa, / Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno,
1754. – [16], 30 p.; 19 cm.

BN R. 21716 P.

FERREIRA⁶¹⁸, João da Silva, **RELAÇAM** / das solemnes / **EXEQUIAS** / Dedicadas /
Pelo Excellentissimo, e Reverendissimo / P. Joam da Sylva Ferreira / Bispo
de Tangere, Deaõ, e Prelado da Real Capella de / Villa Viçosa em 15. e 16. de
Fevereiro de 1751. / À saudosa memoria do Fidelissimo Rey / D. JOÃO V. / –
[S. L.: s. n., 1751?]. – [8] p.; 21cm.

BN H. G. 22615 // 10 V.

FLORES⁶¹⁹, Francisco Garcia, **EXEMPLAR DE PRINCIPES** / Propuesto / En las
Exequias Funerales, Que / el muy Religioso, Y Gravísimo Convento de / N.
Seraphico P. S. Francisco de la Regular / Observancia de la Ciudad de
Badajoz / hizo por la muerte / de la Sacra, Real, y Fidelissima / Majestad / del
/ S.^t DON JUAN V. / Rey de Portugal / por el P. P. Fr. Francisco Garcia /
Flores, Lector Primario de Sagrada Theo- / logia del expresado Convento: /
(...) / Llerena: en la Imp. de D. Francisco Rodriguez, 1750. – [28], 56 p.; 20
cm.

BN R. 6677 // 6 V.

FORTUNATA C..., Maria Graça, **SENTIDAS** / **EXPRESSOENS** / de hum coração
magoada; articuladas na occasião do atrocissimo, sacrilego, / e execrando
insulto commettido contra a desejada preciosissima / Vida, e Sagrada Real
Pessoa / D' El-Rey / Fidelissimo / nosso Senhor / dedicadas ao mesmo Senhor
/ por / Dona Maria / de Graça Fortunata C... / E comprehendidas nos seguintes
Sonetos / Que faz imprimir / Dona Luiza Aurélia de Thoar, / amiga da Authora
/ Lisboa: / Na Offic. De Manoel Antonio Monteiro / 1759.

BN F.G. 495

FREIRE⁶²⁰, Felix da Silva, **EPITHAPHIO METRICO**, / Consagrado ao Sumptuoso
Mausoleo / Do Fidelissimo, e Augustissimo Rey de Portugal / Dom D. JOÃO

⁶¹⁸ Bispo de Tangere, Deaõ, e Prelado da Real Capella da Villa Viçosa.

⁶¹⁹ Leitor Primario da Sagrada Theologia del expessado convento.

⁶²⁰ Familiar do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, Academico Scalabiatno.

V. / E offerecido à inconsolável dôr de seu muito prezado, / e amado sobrinho / o Senhor D. João / filho do Serenissimo Infante de Portugal / o Senhor D. Francisco / por Felix da Silva Freire, / (...) / 1750. 19 p. [obra em mau estado]

BN L. 3255 // 5 A.

GIRON, Francisco Lopez, Sermon Fúnebre, / Que en las sumptuosas Exequias, / que hizo el Real Convento / de las / Señoras / de la Encarnacion / de Madrid / El Dia 22. de Enero de este Año 1751 / Por el Fidelissimo Rey de Portugal / El Señor D. Juan el Quinto, / Predicó / El Doctor Don Francisco Lopez Giron, / Cónego de la Santa Iglesia de Toledo, Primada de las Españas, / (...) / En Madrid: En la oficina de Manuel Fernandez.

B.G.U.C. Misc. 70

GEMIDOS / do / **PARNAZO**, / e / Demonstrações / Pennozas, / com que todas as Irmans Deidades / (...) / Rey de Portugal / O Senhor / D. JOÃO V. / (...) / por / Jozé da Sylva da Natividade / Impressor da Serenissima Caza, e Estado de Infantado / -Lisboa: /Na mesma Officina. 1750. - 4 Colecções.: il.; 20 cm.

BN H. G. 22615 // 20 V.

GRAÇA, P. Fr. Antonio da, **ORAÇÃO** / **FUNEBRE**, / Que nas Exequias / do muito alto, poderoso, E fidelissimo / Rey de Portugal / D. JOAO V. / Celebradas pela Veneravel / **ORDEM TERCEIRA** / da Penitencia, / na Igreja do Real Convento de Saõ Francisco da Cidade / de Lisboa em 2. de Setembro do anno de 1750. / Disse, e offerece / A El Rey Nosso Senhor / D. JOSEPH I. / o P. Fr. ANTONIO DA GRAÇA, / Comissario visitador da mesma veneravel Ordem Terceira. / Dada á Luz pela Mesa da mesma Ordem. / Lisboa, / Na Offic. Dos Herd. De Antonio Pedrozo Galram. / 1750. - [14], 46 p. il.; 20 cm.

BN F. 8355

LOBO, António de Santa Marta, **ORAÇÃO** / **FUNEBRE**, **HISTORICA**, / e / **PANEGYRICA**, / recitada / Nas Solemnissimas Exéquias, que na morte / do / Fidelissimo Rey, / e Senhor / D. JOÃO V. / de / Portugal , / (...) / Na Santa Igreja Cathedral [Porto] em 5. de Setembro de 1750. / Pelo Padre Mestre

Doutor / António de Santa Martha Lobo / (...) ⁶²¹ / – Porto: Na Off. Manoel Pedrozo Coimbra, 1751. – 32 p.; 21 cm.

BN H.G. 22833 V.

MACHADO, Ignácio Barbosa, RELAÇAM / da / ENFERMIDADE, ULTIMAS ACÇOENS, / Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, / E SENHOR / D. JOAÕ V. / O Pio Magnanimo, Pacifico, Justo, Religioso, / e por declaração pontifica o / FIDELISSIMO / À Igreja Romana. Offerecida / a seu augusto filho o Senhor Rey / D. JOSEPH I. / pelo / D.I.B.M.D.P.A.A.R. / Lisboa: / Na officina de IGNACIO RODRIGUES. / 1750. 55 p.; 20 cm.

BN L. 941 // 15 V.

MASCARENHAS, Ignacio Manoel da Costa, ORACAÕ / FUNEBRE, / Panegyrica, e Historica / nas reais Exequias, que celebraram / os Irmãos da Veneravel Irmandade de Principe dos apostolos / S. Pedro, da Cidade do Rio de Janeiro. / Á Instancia / do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor / / D. Fr. ANTONIO DO DESTERRO, / Bispo da mesma Cidade, seu perpetuo Protecto; / Á Saudosa Memoria / do Serenissimo, e Fidelissimo Senhor / Rey de Portugal / D. JOAÕ V. / Recitada, e offerecida / A Elrey Nosso Senhor / / D. JOSEPH I / Pelo M. R. Doutor / IGNACIO MANOEL DA COSTA / MASCARENHAS, / Vigario Collado da Paroquial de N. S. da Candellaria, Examinador Synodal / No dia 26 de Fevereiro de 1751. / Lisboa: / Na Officina dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram, 1751. – [18], 22 p.; 21 cm.

BN L. 941//7 V.

MELO, Francisco de Pina e de, ORAÇÃO / que pela morte / do / Muito Alto, e muito Poderoso / Rey / D. JOAÕ V. / de saudosa Memoria / recitou / Francisco de Pina, / e de Mello, / Moço Fidalgo da Casa Real, / *Quebrando o primeiro Escudo na Villa de Monte- / mor o Velho.* / – Lisboa: Na Off. de Joseph da Costa Coimbra, 1750. – 7 p.; 20 cm.

BN H. G. 6803 V.

⁶²¹ Conego Secular da Congregação de S. Joã Evangelista, Lente de Theologia, e Doutor pela Universidade de Coimbra, Examinador Synodal deste Bispado do Porto, e Academico dos Arcades de Roma.

MONTERROYO, Rafael de Sá Bayesca e, *RELAÇÃO / das / Solemnissimas Exequias, e Funeraes Honras / do / Rey Fidelissimo / D. JOÃO V. / o / Magnanimo, / que se fizeram na cidade do Porto / (...) / composta, e ordenada / por / Rafael de Sá Bayesca, e Montarroyo. / Porto: 1751. – [8], 39, [4] p.: il.; 29 cm. [10+39+3p.].*

BN H.G. 22833 V.

MORGANTI, Bento, *DESCRIÇÃO / FUNEBRE / das Exequias, que a Basilica / Patriarchal de S. Maria dedicou á memoria / do Fidelissimo Senhor Rey / DOM JOÃO V. / Escrita, e delineada / por Bento Morganti, / Beneficiado da mesma Igreja, / Com a Oração Funebre, que nas mesmas Exequias recitou / o M. R. Padre Mestre / Timotheo de Oliveira, / Da Companhia de Jesus, Confessor da Serenissima Princeza / do Brasil Nossa Senhora. / Offerecido tudo / À Magestade Fidelissima de / DOM JOZÉ I. / Nosso Senhor / Pelos Conegos da mesma Basilica. / Lisboa: / Na Officina de Francisco da Silva. / 1750. – [8], 52 p.: il.; 20 cm.*

BN H.G. 3079 A.

NEVES, Joseph Antonio das, *SERMÃO / nas / EXEQUIAS / do muito Alto, e Poderoso / Senhor / D. João V, / que em a Igreja de San-Tiago da Villa / de Pena-Macor fizeram os seus senadores. / Recitou-o / o M. R. P. Fr. António Da Charneca, / (...) ⁶²² / dado á luz / por / Joseph Antonio / Das Neves. / Bacharel formado em a Universidade de Coimbra, Cardeal / Amigo do Autor e natural da Villa de Thomar. / Lisboa: / na Officina de Manoel da Sylva, 1751, 18pp.*

BN L. 941//4V.

NOBREGA⁶²³, *ELOGIO / FUNEBRE / Na Sentida Morte do / Fidelissimo, e Augustissimo Rey / O Senhor / D. JOÃO V. / Pelo Doutor / Antonio Isidoro / Da Nobrega, / Cavaleiro Profeso Na Ordem de N. Senhor / Jesu Christo, Familiar do Santo Ofi- / cio, e Secretario perpetuo da Socieda- / de Medicò-Lusitana. / -Lisboa: / Na Officina de Domingos Gonsalves. / 1750. - 19 p.; 20 cm.*

BN H.G. 4747 // 9 P.

⁶²² Autor “religioso da Ordem do Patriarca Serafico na Provincia de Soledade, Ex.leitor de Theologia Moral, assistente do mesmo Convento de Penamacor”

⁶²³ Cavaleiro profeso na Ordem de N. Senhor Jesus Cristo, Familiar do Santo Officio, e Secretario perpetuo da Soc. Médico-lusitana.

NOSSA SENHORA DO PILAR, Fr. José de, EPICEDIO / PANEGYRICO / Nas Solemnes Exequias / Do nosso Augustissimo, e sempre memoravel / Rey, e Senhor / D. JOÃO V. / celebradas / pela (...) Provincia de Santa Maria / da Arrabida no seu Convento de S. João Baptista da Villa / de Santarem aos 2. de Setembro de 1750. / Pregado / pelo M. Rev. Padre / Fr. Joseph de N. S. do Pilar, / Filho da mesma Provincia. / Lisboa. / Na nova Officina de Manoel Coelho Amado, / (...) / 1751. – [6], 31 p, [3] p.; 20 cm.

BN H.G. 22615 // 9 V.

NOTICIA / CRONOLÓGICA / dos / FUNERAES / Que as Cidades, e Villas do Reino de Portugal dedicaraõ / À Saudosa Memoria / do / seu Fidelissimo Monarcha / D. JOÃO V. /– Madrid, / En la Imprenta de Antonio Parez de Soto / 1752 – 74 p.; 20 cm.

BN F. A. 3670

NOTICIA / Do Apparato, e Magnificas Disposiçoens, / Com que foraõ celebradas / As Solemnes Exequias / De Sua Magestade Fidelissima / o Muito Augusto Rey de Portugal / D. JOÃO V / Na Igreja de Nossa Senhora / de Loreto em 14 de Janeiro de 1751. / Pela Naçam Italiana / Residente em Lisboa. /– [s. l.: s. n. 1751?]. – 8 p.; 21 cm.

BN H.G. 22615 // 17 V.

OLIVEIRA, Filippe de, ORAÇÃO / FUNEBRE / Panegyrica, e Historica / Nas EXEQUIAS / Do Sempre Augusto, Magnifico, e Fidelissimo / Senhor Rey / D. JOAO V . / Celebradas pela IRMANDADE DE / S. BARTHOLOMEO / DA NAÇAM ALEMÃ / Na Real Freguezia de S. Juliam, / no dia 27. de Agosto de 1750. / Offerecida / ao Illustrissimo, e Excellent. Senhor / D. José Mascarenhas / Marquez de Gouvea, Mordomo Mor de Sua Magestade, e Presidente / da Mesa do Desembargo do Paço, &c. / Disse-a o M. R. Doutor / FILLIPE DE OLIVEIRA / Clerigo Secular, e Missionário Apostolico. / Lisboa. / Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca. / 1750. [39 [1] p. ; 20 cm].

BN L. 941//5V.

OLIVEIRA⁶²⁴, Timóteo, ORAÇÃO / FUNEBRE, / Das Exequias / do Fidelissimo; e Augustissimo Rey / D. JOÃO V. / da Saudosa Memoria / Celebradas na Basilica de Santa Maria. / Offerecida / ao Fidelissimo, e Augustissimo Rey D. JOSEPH I. / Nosso Senhor/ e recitada / pelo M. R. P. Mestre / Timotheo de Oliveira, / Da Companhia de Jesus, Confessor da Princeza N. Senhora. / Lisboa: / Na Off. de Francisco da Silva. /1750. – 47 p.; 20 cm.

BN L. 588 // 9 A

PENICHENSE, Quaresma Teodoro, DESAFOGO / SAUDOSO / que / Na preciosa morte, sentidissimo transito do sem-/ pre Augusto, Fidelissimo, e Magnifico / Rey de Portugal / D. JOÃO V. / Succedido a 31. de Julho do presente anno / de 1750. / Offerece, e dedica à sua immortal, e eterna memoria / o padre Dorotheo Quaresma Penichense. – Lisboa: Na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1750. – 14p.; 20 cm.

BN H. G. 6585 // 7 V.

PEREIRA⁶²⁵, Agostinho, ORAÇÃO / FUNERAL, / Historica, e Panegyrica, / que para as reaes exequias e solemnissimas honras / celebradas pela Congregação da Senhora da Caridade, na Prioral Igreja / de S. Nicoláo desta Corte em o dia 29. de Agosto de 1750. / A seu Grande Bemfeitor / o Fidelissimo, e Augustissimo Rey / D. JOÃO V. / Compoz o Padre / Agostinho Pereyra, / (...) / – Lisboa: Na Officina de Francisco da Silva: / 1750. – [8], 41, [3] p.: il.; 20 cm.

BN F. 8244

PINA⁶²⁶, Matheus da Incarnaçam, SERMÃO / nas / EXEQUIAS / Delrey Fidelissimo / D. João V. / Que o Senado da Cidade do Rio de Janeiro / fez celebrar, na Sé, da mesma cidade, em 12 de / Fevereiro de 1751, / ... / pregado pelo P. M. D. / Fr. Matheus da Incarnacam / Pinna, / Monge de S. Bento da Provincia do Brasil, Jubilado / na Sagrada Theologia. / Lisboa: / na Officina de Ignacio Rodrigues. 1752. - 30, [1] 46 p.; 21 cm.

BN L.941//6 V.

⁶²⁴ Da Companhia de Jesus e Confessor da princesa.

⁶²⁵ “Presbytero secular, e Ministro da mesma Igreja, e por certo motivo, que houve, a não recitou”.

⁶²⁶ Monge de S. Bento da Provincia do Brasil.

RAMALHO, Miguel Maurício, EPICEDIO / na occasiam da morte / do / Augusto, e Fidelissimo Rey / de Portugal / o Senhor / D. JOAM V. / De Saudosa memoria: Romance, / In *CARTA / APOTOGETICA / de hum amigo a outro, (...)* / À qual se ajunta / *Hum Romance do mesmo autor, escrito na occa- / siaõ da morte do Augusto, e Fidelissimo Rey / de Portugal, o Senhor / D. JOÃO V / de Saudosa Memoria.* / Lisboa: / Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor / da Augustissima Rainha Nossa Senhora. / 1752 – p. 31-38.

BN L. 4874 // 1 V.

REBELO, Francisco, ORAÇÃO / FUNEBRE, / e PANEGYRICA, / Para se recitar nas exequias / do Sabio, Pacifico, Pio e Religioso Monarca / o Senhor / D. João V. / Rey Fidelissimo, / Que Deos levou para Si no dia 31 de Julho de 1750. / por / D. Francisco Rebello, / Clerigo Regular. / – Lisboa: na Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação / Camemaria da Santa Igreja de Lisboa. / 1751. - 26 p. 20 cm.

BN L.941//2 V.

RELAÇÃO / DAS / EXEQUIAS, / Que se fizeraõ na Sé Metropolitana de Evora, pela al- / ma do Muito Alto, Poderoso, e Fidelissimo Rey / de Protugal / D. JOAÃO V. / Nosso Senhor: / *As quaes mandou fazer o Excellentissimo, e Re- / verendissimo Senhor / D. Fr. MIGUEL DE TAVORA / Prelado da mesma Metropoli.* - [Évora: s. n., 1750]. - [7] P. ; 20 cm.

BN H.G. 22615 // 12 V.

RELAÇÃO / DAS EXEQUIAS, / que se fizeraõ pelo falecimento / Do Muito Alto, Poderoso, E Fidelissimo / Rey De Portugal / D. JOAO V. / Nosso Senhor, que na Cathedral do Porto / mandou fazer o Excellentissimo Prelado / da dita Diocese. / Na Officina dos Herdeiros Pedroso Galrão, onse se achará a Pastoral que o Senhor Bispo mandou publicar. Anno 1750.

BN H.G. 22615 // 15 V.

RELAÇÃO / Das Reais, e Sumptuosas / EXEQUIAS, / Que a veneravel / Ordem Terceira / da Penitencia / celebrou no Magestoso Templo do Real Convento de

S. Fran- / cisco da Cidade de Lisboa pela Alma do Muito Alto, / Poderoso, e Fidelissimo Rey / D. JOÃO V. / Nosso Senhor; / Em agradecida memoria do quanto amou, honrou, e favoreceo / a todas as Tres Ordens Seraficas /— [s. l.: s. n. 1750?]. – 11 p.; 20 cm.

BN H.G. 22615 // 19 V.

RELAÇÃO / DAS SOLEMNES / EXEQUIAS, / Dedicadas / Em 25., e 26. de Settembro do anno de 1750. / Pelos Padres da / Congregaçam do Oratorio / de / S. Filipe Neri / de Lisboa / À defunta Magestade do / Fidelissimo / Rey de Portugal / D. JOÃO V. / Lisboa: / Na Officina de Ignacio Rodrigues. / 1751. - 28 p.; 21 cm.

BN H.G. 22615 // 11 V.

RELAÇÃO / DAS SOLEMNES / EXEQUIAS / Dedicadas / Pelos / Padres / Da Congregação / Da MISSAO / Em 25. e 26. de Outubro de 1750. / À saudosa memoria / do Fidelissimo Rey de Portugal / D. JOÃO V. / Seu Augusto Fundador. / Lisboa: / Na Off. de Ignacio Rodrigues. / 1750. - 11p.; 20 cm.

BN H.G. 22615 //13 V.

RELAÇÃO / DAS / SOLEMNES EXEQUIAS, / que se celebráraõ no Real Convento / de / Nossa Senhora, / e Santo Antonio, / junto á Villa de Mafra, pela alma do muito alto, e mui - / to poderoso Rey, e Senhor / D. JOÃO V. / de saudosa memoria. / - Lisboa: na Off. dos Ferd. De Antonio Pedrozo Galram, 1750. – [8] p.; 21 cm.

BN H.G. 22615 //16 V.

SÁ, João Chrysostomo de Faria Cordeyro de Vasconcellos de, EPICEDIO / Na sempre lamentavel morte / Do Augustissimo, e Fidelissimo / Senhor / D. JOÃO V. / Rey de Portugal, / Por Joam Chrysostomo de Faria / Cordeyro de Vasconcellos de Sá. / -Lisboa: / Na Officina de Domingos Rodrigues. / 1750. – 24 p.; 20 cm.

BN L. 22615 // 14 V.

SALGADO⁶²⁷, Matias Antonio, MONUMENTO / do / AGRADECIMENTO, / Tributo da Veneraçam, / Obelisco Funeral do Obsequio, / RELAÇAM FIEL / das Reaes Exequias, / que á defunta Magestade / do Fidelissimo e Augustissimo Rey o Senhor / D. JOÃO V. / dedicou / o Doutor Mathias / Antonio Salgado / Vigario Collado da Matriz N. Senhora do Pil- / lar da Villa de S. Joaõ del Rey [Brasil] / (...) / Lisboa, na Officina de Francisco da Silva, 1751. – [12], 50 p.; 20 cm.

BN F. 8214

SALGADO, Matias Antonio, Oração Funebre nas exequias do Fidelissimo Rey e Senhor D. João V, celebradas pelo Senado da Camara da Villa de S. João de Elrey, nas Minas Geraes da America Portuguesa. Lisboa: na Officina de Francisco da Silva, 1751. – [8], 26 p.; 20 cm.

BN F. 8263

SANTA ANNA, Fr. Antonio de, ORAÇÃO / FUNEBRE / Nas Reaes Exequias, que Celebraraõ / os Religiosos da Santa Provincia da Arrabida no / Real Convento de Nossa Senhora, e Santo Anto- / nio junto à Villa de Mafra, / À Saudosa Memoria / do Serenissimo, e Fidelissimo Senhor Rey / D. JOAÕ V. / Fundador do mesmo Real Convento: / Dedicada / ao Nosso Soberano Monarca, / e Serenissimo Rey, e Senhor / D. JOSEPH I. / Pelo P. M. Fr. Antonio de Santa Anna, / (...) ⁶²⁸ / Em 8 de Agosto de 1750. / Lisboa. / Na Regia Officina Sylvianna, e da Academia Real. / 1750. – [12] 25 p.; 20 cm.

BN L. 941//13 V.

SÃO JOSÉ, Theodoro de, ORAÇÃO / FUNEBRE, / Que nas Exequias / delRey / D. JOAÕ V. / de Portugal / recitou / o P. M. Fr. Theodoro de S. Joseph, / Lente de Vespera, da Sagrada Ordem de Prégadores, e Secretario da sua Pro- / vincia, na Igreja de S. Domigos de Lisboa, aos tres de Setembro de 1750. / Offerece-a

⁶²⁷ “Vigario collado da Matriz de N. S. do Pillar da Villa de S. João del Rey. Nasceu a 1726. Entrou e saiu da Companhia de Jesus e frequentou a Universidade de Coimbra onde obteve as insígnias doutorais do Direito Canónico. [Recolhe: relação das exequias na provincia de Minas - Brazil - e uma oração funebre].

⁶²⁸ Filho menor da mesma Província, ex-leitor de Prima de Theologia, e da Sagrada Escritura, Qualificador do Santo Officio; Consultor da Bulla da Santa Cruzada, Examinador das Três Ordens Militares, e do Priorado do Crato, Penitenciário Geral da Ordem Seráfica, e Definidor actual da Provincia.

/ ao illustr. E excellent. Senhor / Dom Diogo / de Noronha, / (...) / Lisboa, / Na
Offic. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram. / 1751. – (37), 40 p.; 19 cm.

BN R. 21819 // 5 P.

SERRA, Pedro da, SERMAÕ / NAS EXEQUIAS / do Augusto e Poderoso Senhor /
DOM JOAÕ QUINTO / Rey Fidelissimo / Celebradas / Em Roma na Igreja de
Santo Antonio dos Portuguezes / pela Congregaçã Nacional / Em XXVIII. de
Mayo de MDCCLI. / Pregou-o / o R. P. M. PEDRO DA SERRA, / da
Companhia de Jesus, (...) , / Em Roma 1752 / Na Tipographia Salomoniana.

BN R. 16363 V.

SEYXAS, Manoel Godinho de, PENTHETRIA / PATHETICA, / E MISCELLANIA /
Em os Progressos e Morte do sempre memora- / vel Rey de Portugal / D.
JOAÕ V. / (...) / Escrita por / Manoel Godinho / De Seyxas, / Presbitero do
habito de S. Pedro Santarensê, e Mes- / tre de Humanidades nesta Côrte. / -
Lisboa, / Na Officina de Miguel Manescal da Costa, / Impressor do Santo
Officio. Anno 1750.

BN H.G.4747 // 10 P.

SILVA, Francisco Xavier da, ELOGIO / FUNEBRE, E HISTORICO / do Muito Alto,
Poderoso, Augusto, Pio, / e Fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor / D. JOAÕ
V. / Em que se referem as acçoens / (...) ⁶²⁹ / Dedicado / Á Sempre Augusta
Magestade Fidelissima / de / D. JOSEPH I / Nosso Senhor, / por Francisco
Xavier Da Silva, / Prothonotario Apostolico de Sua Santidade Mi- / nistro da
Curia Patriarcal, e do Tribunal / da Nunciatura. / Lisboa,. / Na Regia Officina
Sylvianna, e da Academia Real. / 1750. - 347 p.: il.; 20 cm.

BN H.G. 4747 // 8 P.

SILVA, José da Cunha e, ORAÇÃO / FUNEBRE, / Consolatoria, Historica, e
Panegyrica / nas Exequias / do / Serenissimo Senhor. / D. JOAÕ V. / Rey de
Portugal / de Gloriosa Memoria, / Que no Hospital Real da Villa de Montemor

⁶²⁹ “...da sua Religiã, Piedade, Clemencia, Justiça, Liberalidade; / as fundações anto Sagradas, Como
Civis; os successos do tem- / po da guerra, e da paz; as victorias, que as Armas Lusitanas al- / cançaraõ no
Estado da India no seu reynado; com huma rela- / çã da enfermidade, morte, e mais actos, que
precederã até / o deposito do seu Real Cadaver.”

/ o novo, Arcebispado de Evora, mandou celebrar, e dar ao prelo / o M. R. P. Fr. / Antonio de Queiroz Mascarenhas / (...) / Recitou-a seu author / José da Cunha, e Silva, / (...) ⁶³⁰ / aos 30 Agosto de 1750. / Évora, / na Officina da Universidade, 1750. – [8], 28 p.; 19 cm.

BN R. 6820 // 4 P.

SUSPIROS / SAUDOSOS, / E METRICOS, / ou colleçam primeira de VARIAS VOZES / na sempre deploravel morte / delRey Fidelissimo / o Senhor / D. JOÃO V. / de saudosa memoria. / Falecid a 31. de Julho do presente anno / de 1750. / Lisboa: / Na Officina de Manoel Coelho Amado. / Anno de 1750. - 20 p.; 20 cm. [Sonetos]

BN H.G. 6789 // 3 V.

TEIXEIRA ⁶³¹, Miguel Luís, ORAÇÃO / FUNEBRE / nas Exequias, / Que à sua Magestade / Fidelissima do Muito Alto, / e Poderoso Rey, e Senhor / D. JOÃO V. / Celebrou na Cathedral de Faro / em 29 de Agosto de 1750 / (...) / D. Ignacio de S. Teresa, / Arcebispo Bispo daquela Diecese, do Conselho de S. Magestade, / e Governador que foy do Reino do Algarve, / Recitada, e offerecida / Ao Serenissimo Senhor Infante / D. Pedro / pelo M. R. Doutor / Miguel Luiz Teixeira, / Provisor, e Vigario Geral do mesmo Bispado. / Lisboa, / Na Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congre- / gação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa. / 1751. – [6], 39 p.; 20 cm.

BN F. 8269

TEXEDOR ⁶³², D. Afonso, Discurso Sagrado, político moral, nas sumptuosas exequias que a muito nobre e muy leal cidade de Sevilha consagrou ao Fidelissimo Senhor D. João V. Rey de Portugal... Prégado pelo Doutor D. Afonso Texedor... Traduzido da língua castelhana... Lisboa, Officina de Francisco Luis Ameno, 1751. – [12], 28 p.; il.; 20 cm.

BN F. 8260

⁶³⁰ Mestre em as Faculdades das Artes, Doutor em a Sagrada Theologia, Commissario do Santo Officio, e Paroco na Freguesia de Santiago de Escoural, termo da ditta, Arcebispado de Evora.

⁶³¹ Provisor, e vigario geral do Geral do mesmo Bispado.

⁶³² Collegial no Collegio mayor de Santo Ildefonso da Universidade de Alcalá.

TOSCANO, António Mouram, LENITIVO / A / PORTUGAL / Na Morte do Augustissimo, / e Fidelissimo Senhor Rey / D. JOÃO V. Por / Antonio Mouram Toscano, / Formado na Faculdade dos Sagrados Canones; / Conimbricense. – [s. l.: s. n., 1750?] - 8 p.; 20 cm.

BN H.G. 4747 // 14 P.

VERNEY, Luiz Antonio, ORAÇÃO / de / LUIS ANTONIO / VERNEY, / Cavalleiro Torquato, Arcediogo de Evora, / NA MORTE / de / D. JOAO V. / Rey Fidelissimo de Portugal, / AOS CARDEAES. / Traduzida do idioma Latino no Portuguez / Por Theotonio Montano; / Acresce huma Carta deste mesmo Traductor, / sobre a Traducção. / Lisboa, / Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. / 1752. – [14], XVIII f.; 20 cm.

BN F. 8216

VIDA / SUCCESSOS, E FALESSIMENTO / DO REY FIDELISSIMO / D. JOAO V. - [Lisboa]: Na Offic. de Joze da Silva, 1750. - 28p.; 19 cm.

BN L. 3245 // 1 A.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma”, *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 247-258.
- ALBUQUERQUE, Martim de, “Política, Moral e Direito na Construção do Conceito de Estado em Portugal”, *Estudos de Cultura Portuguesa*, 1º Volume, pp. 125-180.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres, Livraria Civilizaçãõ-Editora, Porto-Lisboa, 1968, Vol. II.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de, “O absolutismo de D. João V”, *Páginas Dispersas - Estudos de História Moderna de Portugal*, I. H. E. S., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 183-207.
- _____, “Motins populares no tempo de D. João V. Breves Notas e Alguns Documentos”, *Revista de História das Ideias*, n.º 6, 1984, pp. 321-335.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa - Atitudes e representações - 1700-1830*, Notícias Editorial, 1997.
- _____, “Atitudes perante a morte” (Coord. António Matias Coelho), Coimbra, Livraria Minerva, 1991, pp. 47-91.
- _____, “Morte”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, [Dir. Carlos Moreira de Azevedo], Apêndices, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, pp. 265-275.
- _____, “Morte, Memória e Piedade Barroca”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 11, Faculdade de Letras de Coimbra, 1989, pp. 129-173.
- _____, “Ritualidade e poder na corte de D. João V. A génese simbólica do regalismo político”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 175-208.
- ARAÚJO, Maria Benedita, “O Ritual da Morte - As Exéquias celebradas na defunção de El-Rey D. João V”, *A Festa: Comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional* (Nov. 1992), Lisboa, Universitária Editora, 1992, vol. II, pp. 795-822.
- _____, “Religião e Superstição na Sociedade Portuguesa do Tempo de D. João V”, *Congresso Internacional: Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII [Maria Helena Carvalho dos Santos, Coord.], Universitária Editora, Lisboa, 1991, pp. 189-195.

- ARIÈS**, Philippe, *L'Homme devant la Mort*, L'Univers Historique, Éditions du Seuil, Paris, 1977
- _____, *O Homem perante a Morte*, Publicações Europa-América, Volume I, 2ª Edição, 2000.
- _____, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Teorema, Lisboa, 1989.
- BARATA**, José Oliveira, *História do Teatro em Portugal (Séc. XVIII) – António José da Silva (O Judeu) no Palco Joanino*, Memória e Sociedade, Difel, 1998.
- BEBIANO**, Rui, *D. João V - Poder e espectáculo*, Aveiro, Livraria Estante Editorial, 1987.
- _____, “D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, Vol. 8 (1986), pp. 111-121.
- _____, “Organização, Teoria e Prática da Guerra”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 130-147.
- BELCHIOR**, Maria de Lurdes, *Frei António das Chagas - Um homem e um estilo do séc. XVII*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1953.
- _____, *A Oratória Sacra em Portugal no Séc. XVII: Segundo o Manuscrito 362 da BNL*.
- BORGES**, Antunes, “Do Galicanismo de Luís XIV ao Regalismo de D. João V”, *Lumen Revista de Cultura do Clero*, Lisboa, Junho, 1959, pp. 469-481.
- BOUZA ÁLVAREZ**, Fernando, “La magestad de Filipe II. Construcción del Mito Real”, in *La Corte de Filipe II*, dir. José Martínez Millán, Madrid, Alianza Editorial (col. Alianza Universidad), 1994, pp. 3-72.
- BRAGA**, Maria Luísa, *A Inquisição em Portugal. primeira metade do séc. XVIII. O Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha de Athayde e Mello*, INIC, Lisboa, 1992.
- BRAGA**, Isabel M. R. Mendes Drumond, “As realidades Culturais”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 465-565.
- BRAGA**, Paulo Drumond, “A Doença de D. João V como tema de Oratória Barroca: O Problema da Cura”, *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, vol. I, pp. 167-175.
- _____, “Igreja, Igrejas e Culto”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira

- Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 90-129.
- BRANDÃO**, Fernando de Castro, *De D. João V a Dona Maria I – 1707 - 1799 – Uma cronologia*, Europress, Heuris, 1993.
- BRAZÃO**, Eduardo, *D. João V e a Santa Sé - As relações diplomáticas de Portugal com o Governo Pontifício de 1706 a 1750*, Coimbra, Ed. Limitada., 1937.
- BUESCU**, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe – Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.
- CARDIM**, Pedro, “Entre textos y discursos. La historiografía y el poder del language”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 17, (Servicio de Publicaciones UCM), Madrid, 1996.
- _____, “Politics and Power Relations in Portugal (Sixteenth-Eighteenth Centuries)”, in *Parliaments, Estates and Representation*, vol. 13, n.º 2, December, 1993, pp. 95-108.
- _____, “Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 133-174.
- CATROGA**, Fernando José de Almeida, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, INIC, Coimbra, 1988, 2 Vol.s.
- CHARTIER**, Roger, “O Homem das Letras”, *O Homem do Iluminismo*, [Dir. de Michel Vovelle], Editorial Presença, Lisboa, 1997, pp. 117-153.
- CHASTEL**, André, “Le Barroque et la mort”, *Atti del II Congresso Internazionale de Studi Umanistici*, Venezia-Roma, 1955.
- CHAVES**, Castelo Branco, (Trad., pref. e notas), *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, 2ª Edição, Lisboa, 1989.
- COELHO**, Jacinto do Prado (Dir.), *Dicionário de Literatura*, Figueirinhas, 4ª Edição, Porto, 1992, 4 vol.s.
- COSTA**, Ligeul Stadler Dias, *Sobre a Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur*, Edições Contraponto, Porto, 1995.
- COUTO**, Jorge, “D. João V”, *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, [João Medina, dir.], Clube Internacional do Livro, 1995, Vol. VII, pp. 243-260.
- DELUMEAU**, Jean, *Le péché et la peur. La culpabilisation en Occident (XIII^e-XVIII^e siècles)*, Fayard, Paris, 1983.

- DOMINGUES**, Francisco Contente, “Um Projecto Enciclopédico e Pedagógico: *a Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida”, *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, 1988.
- FERNANDEZ**, Maximo Garcia, “El ritual, la ceremonia y la fiesta de la muert - un aspecto de la religiosidad festiva durante el siglo XVIII”, in *A Festa: Comunicações apresentadas no VIII Congresso Internacional (Nov. 1992)*, Universitária Editora, Lisboa, 1992, vol. I, pp. 393-411.
- FERREIRA-ALVES**, Joaquim Jaime, “«O Magnífico Aparato»: Formas de Festa ao serviço da Família Real no século XVIII”, *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, J.N.I.C.T., pp. 155-211.
- FONSECA**, Luís Adão da, “A Morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV”, In *Biblos*, Vol. LXIX, 1993, pp. 507-538.
- FOUCAULT**, Michel, *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, Lisboa, 1988.
- _____, *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*, Relógio D' Água, 1997.
- GOUVEIA**, António Camões, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, (dir. José Mattoso), vol. IV (coord.: António Manuel Hespanha), Editorial Estampa, 1998, pp. 367-392.
- GRINÉ**, Euclides Dos Santos, *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, [Dissertação de Mestrado em História Moderna].
- HATHERLY**, Ana, “Amor e libertinagem no período barroco: os freiráticos”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. VII, Amadora, 1995, pp. 215-243.
- _____, “Feudo do Parnaso - Um Obséquio Alegórico à Munificência de D. João V”, *Revista Claro e Escuro*, Lisboa: Quimera Editores, 1988-1991, N.ºs 2/3 (Maio-Nov. 1989), pp. 149-160.
- HESPANHA**, António Manuel, “A Igreja”, *História de Portugal Moderno político e institucional*, Universidade Aberta, 1995, pp. 121-154.
- _____, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra, 1994.
- JULIA**, Dominique, “O Sacerdote”, *O Homem do Iluminismo*, (Dir. Michel Vovelle), Editorial Presença, Lisboa, 1997, pp. 279-307.
- LEBRUN**, F. (dir.), *Histoire des catholiques en France*, col. “Pluriel”, 1980.
- LE GOFF**, Jacques, “Documento/monumento”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. I - Memória - História, INCM, 1997, pp. 95-106.

- LEITE**, José Guilherme Reis, “A Conjuntura Política Interna”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 200-210.
- LOURENÇO**, Maria Paula Marçal, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754) Poderes, Instituições e Relações Sociais*, [Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 1999. 2 vol.s.
- _____, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 17-89.
- MACHADO**, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa Occidental: Officina de António Isidoro da Fonseca, IV Tomos. Nova edição por M. Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, 1965-1967. 4 vol.s.
- MACHADO**, José Alberto Gomes, “Razão e Desmesura no Barroco Português”, *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, vol. II, 1991, pp. 507-514.
- MAGALHÃES**, Rui, “A Literatura e o In-Possível”, *Literatura e Pluralidade Cultural – Actas do 3º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Edições Colibri, 2000, pp. 255-263.
- MARAVALL**, José António, *A Cultura do Barroco*, Colecção Estudo Geral, Instituto Superior de Novas Profissões, Lisboa, 1997.
- MARQUES**, João Francisco, “A Imagem do Rei D. João V nas Orações Fúnebres”, *Congresso Internacional: Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII [Maria Helena Carvalho dos Santos, Coord.], Universitária Editora, Lisboa, 1991, pp. 233-235.
- _____, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668 - A revolta e a mentalidade*, Porto: Faculdade de Letras, 1983.
- _____, “Oratória Sacra ou Parenética – Época Moderna”, *Dicionário de Religiosa de Portugal (Apêndices)*, [Dir. Carlos Moreira de Azevedo], Círculo de Leitores, 2001, pp. 482-497.
- _____, “Sermonário impresso: da exegese à retórica dos sentidos bíblicos ao esplendor da oratória sacra”, *História Religiosa de Portugal – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica*, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), vol. II, Círculo de Leitores, 2000, pp. 432-442.
- MARTINS**, Mário, *Introdução histórica à vivência do tempo e da morte*, Braga, Livraria Cruz, 1969. 2 vols.

- MENDES**, Margarida Vieira, *A Oratória Barroca de Vieira*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.
- MENESES**, Avelino de Freitas, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. Avelino de Freitas de Meneses), Editorial Presença, 2001, pp. 148-191.
- MINOIS**, Georges, *História dos Infernos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1997.
- MIRANDA**, João, *A ideia da Europa em Portugal na época de D. João V*, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MOTA**, Isabel M. F. da, “A Imagem do Rei na História da Genealogia da Casa Real Portuguesa. Um estudo preliminar”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, pp. 103-111.
- PAIVA**, José Pedro, “A Igreja e o Poder – De 1670 até à expulsão da Companhia de Jesus”, *História Religiosa de Portugal – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica*, [Dir. Carlos Moreira de Azevedo], vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, pp. 163-171.
- _____, “As Relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração – A correspondência de D. João IV para o cabido da Sé de Évora”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, pp. 107-131.
- PEREIRA**, José Fernandes, “A Morte de D. João V: Ascese e Espectáculo”, *Revista Claro e Escuro*, Quimera Editores, Lisboa, 1998-1991, N.ºs 2/ 3 (Maio-Novembro 1989), 167-176.
- PIMENTEL**, António Filipe, *Arquitectura e Poder. O real edificio de Mafra*, Coimbra, 1992.
- _____, “Vivência da Morte no Tempo Barroco: Tumulária Portuguesa dos Séculos XVII e VIII”, *I Congresso Internacional do Barroco - Actas*, vol. 2, 1991, pp. 241-268.
- RAGON**, Michel, *L'Espace de la mort. Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires*, Paris, Albin Michel, 1981.
- RALPH E.**, Giesey, *Cérémonial et puissance souveraine. France, XV^e-XVII^e siècles*, Paris, A. Colin, Cahiers des Annales, 1987.
- RAMALHOSA GUERREIRO**, Luis Manuel, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Áge Baroque Portugais (1687-1753)*, Tese de Doutoramento em História, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, vol.s I e III, 1995.
- RAMOS**, Feliciano, *História da Literatura Portuguesa – Desde o Século XII aos Meados do Século XX*, 5ª Edição, Livraria Cruz, Braga, 1961.

- RIBEIRO**, Fernando Jorge de Oliveira, “A morte-maior – o testemunho da morte em Das *Glasperlenspiel* de H. Hesse”, in *Literatura e Pluralidade Cultural – Actas do 3º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Edições Colibri, 2000, pp. 341-348.
- RICOEUR**, Paul, *Do Texto à Acção – Ensaaios de Hermenêutica II*, Colecção Diagonal, Rés Editora.
- _____, “La marque du passé”, *Mémoire, histoire - Revue de Métaphysique et de Morale*, n.º 1 - Março, 1998, pp. 7-32.
- _____, *O Discurso da Acção*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, Lisboa, 1988.
- _____, *Teoria da Interpretação*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, Lisboa, 1987.
- RODRIGUES**, Cristina V., “O Testemunho como Morada da Morte. Guião de Caronte, de Pedro Tamen: A morte como marca e objecto da representação literária”, in *Literatura e Pluralidade Cultural – Actas do 3º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Edições Colibri, 2000, pp. 349-359.
- SANTOS**, Maria Helena Carvalho dos, “O Século XVIII e o Absolutismo Português”, *Congresso Internacional: Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (Coord. Maria Helena Carvalho dos Santos), Universitária Editora, Lisboa, 1991, pp. 53-74.
- SANTOS**, Zulmira C., “Luzes e Espiritualidades. Itinerários do Século XVIII”, *História Religiosa de Portugal*, (Dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. II, Círculo de Leitores, 2000, pp. 38-44.
- SCHOLES**, Robert, *Protocolos de Leitura*, Edições 70, Lisboa, 1991.
- SEQUEIRA**, Rui, *D. João V, Conferências e Estudos Comemorativos do Segundo Centenário da sua morte (1750-1950)*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1952.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640- 1750)*, vol. V, 2ª Edição, Verbo Editora, Lisboa, Reimpressão, 1996.
- SERRÃO**, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, Porto, 4 vol.s.
- SERRÃO**, José Vicente, “O Quadro Humano, *História de Portugal Moderno político e institucional*, Universidade Aberta, 1995, pp. 43-65.
- SILVA**, António Pereira da *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*, Tip. Edit. Franciscana, Braga, 1964.

- SILVA**, Vitor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8ª Edição, vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1990.
- SIMON**, Pierre-Jean, *História da Sociologia*, Rés-Editora, Porto.
- SMITH**, Robert C., “Os Mausoléus de D. João V nas quatro partes do Mundo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XXI, 2ª. Série, N.º 1, 1955.
- SOBRAL**, Luís de Moura, “Os Retratos de D. João V e a tradição do retrato da Corte”, *Revista Claro e Escuro*, Quimera Editores, Lisboa, 1988-1991, pp. 19-34.
- SOULIER**, Gérard, *A Europa – História, civilização, instituições*, Instituto Piaget, 1997.
- TAYLOR**, Larissa Juliet, “Funeral sermons and orations as religious propaganda in sixteenth-century France”, in *The Place of the Dead – Death and Remembrance in late Medieval and Early Modern Europe*, Edited by Bruce Gordon and Peer Marshall, pp. 224-239.
- TEDIM**, José Manuel, “Festas Barrocas no Brasil Colonial, exéquias de D. João V em S. Salvador da Baía e S. João d’ El-Rei”, Comunicação apresentada ao *V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*, Valladolid, 1989.
- _____, “Teatro da Morte e da Glória - Representações fúnebres nas exéquias de D. João V na Sé de Braga”, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Vol. IV, 1989, pp. 281-292.
- VARELA**, Javier, *La muerte del Rei. El ceremonial funerario de la monarquia española 1500-1885*, Madrid, Turner, 1990.
- VENARD**, Marc; *Histoire du Christianisme des origines à nos jours, tome IX, L’Âge de Raison (1620/30-1750)*, Desclée, 1997.
- VOVELLE**, Michel, *Ideologias e Mentalidades*, Ed. Brasiliense, 1987.
- _____, *La mort et L’Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1983.
- _____, *Mourir autrefois, les attitudes devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, Paris, 1974.
- _____, (Dir.) “O homem visto através das luzes”, *O Homem do Iluminismo*, Editorial Presença, 1997, pp. 7-28.
- _____, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe. Siècle*, Plon, 1973.
- XAVIER**, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, “A Arquitectura dos Poderes”, *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, (dir. José Mattoso), vol. IV (coord.: António Manuel Hespanha) , Editorial Estampa, 1998, pp. 110-140.

ANEXOS

Notícia cronológica dos funerais de D. João V

Frontispícios de *Discursos fúnebres impressos*

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
1 Agosto ¹	Real Convento de S. Vicente de Fora	Ofício dos defuntos cantado	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho					P. Vigário da Casa D. Luiz da Anunciação	
3 Agosto	(?)Real Convento de S. Vicente de Fora	Cerimónia fúnebre	Franciscanos Trinos Carmelitas Descalços					Padre Guardião Fr. António do Salvador Ministro Fr. Caetano de São José Fr. António da Trindade	
8 Agosto	Real Convento de Mafra	Ofício de defuntos	Religiosos da Província da Arrábida Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco Irmandade de N.S. Rosário Beneficiados da Colegiada de Santo André com o seu Juiz de Fora	Padre Mestre Fr. António de Santa Anna	Qualificador do Santo Ofício, Consultor da Bulla da Cruzada, e Examinador das Três Ordens Militares	Oração fúnebre	Profeta Jeremias <i>Thren. Cap. 5. Recordare Dominae quid acciderit nobis... Pupilli facti sumus absque Patre</i>	Padre Fr. Sebastião de São Lourenço (guardião do Convento)	Mausoléu delineado por João Rodrigues, levantado no meio do cruzeiro
11 Agosto	Catedral de Leiria	Exéquias	Todas as Comunidades Religiosas da cidade e do Bispado com a Nobreza e Povo	Padre Fr. António da Assunção	Da Ordem dos Pregadores Pregador Geral, e Vigário das Religiosas do Convento de Santa Anna	Oração	Palavras do livro do <i>Paralipomen. Cap. 32.. V.33. Aegrotavit Ezechias ut que ad morte</i>	Bispo D. João de Nossa Senhora da Porta	Mausoléu
11 Agosto	Igreja Paroquial de Alcobaça	Exéquias		Padre Fr. Joaquim de S. José	Religioso da seráfica Província da Arrábida				
11 Agosto	Alcáçova (Santarém)	Exéquias	Real Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém						
13 Agosto	Convento do Carmo de Lisboa	Ofício de defuntos cantado	Religiosos do Real Convento do Carmo de Lisboa					Padre Provincial Fr. Luciano de Santo Alberto	
13 Agosto	Convento de N. S. Jesus (?Lisboa)	Ofício de defuntos cantado	Religiosos da Terceira Ordem da Penitência					Padre Comissário geral Fr. Manoel de Jesus Maria José	

Comentário: "O qual se compunha de quatro corpos sobre os quais se assentou a urna, constando cada corpo de quinze palmos, quatro de largo, dezasseis, e meyo de comprido, e seys de alto. Rodeava a este corpo quatro columnas de bronze de seis palmos, e outavo de altura com capitel, e pedestal da ordem Dorica, e na circunferencia trinta e seis castiças grandes do mesmo metal com outros tantos cirios de dezoito oças cada hum, e quatro de vinte, e quatro que ardiã sobre as columnas. No segundo corpo que tinha de alto tres palmos, de largo onze e meyo, e de comprido doze, e tres quartos estavaõ outras quatro columnas, e na circunferencia vinte, e outo castiças grandes com cirios de igual grandeza, o qual servia de assento ao quarto corpo, que tinha de altura quatro palmos, cinco de largura, e seis de comprimento ornado com passamares de retrós cor de ouro, e sobre elle se collocou a urna coberta de hum pano de veludo preto sobre o qual estava huma almofada, e nella descalsando o septru, e Coroa real. Cercavaõ toda esta fabrica vinte e outo tocheirs de bronze e nove palmos de alto cada huma, e nellas ardiã brandoens de seis palmos e meyo de alto de setenta e huma onças de pezo cada huma."

¹ Esta recolha de informação tem como fonte de trabalho: *Notícia Cronológica, dos funeraes que as cidade, e villas do reino de Portugal dedicarão á saudosa memoria do seu fidelissimo monarcha D. João V*, Madrid: En la Imp. De Antonio Parez de Soto, 1752.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
13 Agosto	Igreja N. S. da Conceição das Recolhidas Reformadas (Porto)	Ofício de defuntos cantado	Recolhidas reformadas de Arrifana de Sousa do Bispado do Porto	Padre Manoel da Silva	Pároco da Igreja da Vila	Oração fúnebre			
14 Agosto	Igreja das Carmelitas Descalças (Guimarães)	Ofício de defuntos cantado	Carmelitas Descalças da Vila de Guimarães	Padre Fr. José de São Bernardo Rosa	Religioso da seráfica Província	Panegirico fúnebre		Cónego Manoel dos Reys da Costa Pego	Mausoléu por Rev. Cónego Manoel dos Reis da Costa Pego
15 Agosto	Porto	Exéquias	Irmãos da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto	Padre Fr. Lourenço de Santa Teresa	Comissário Visitador do Reverendo Miguel da Costa Lima e Mello	Oração fúnebre	Palavras do Salmo 40.	Reverendo Miguel da Costa Lima e Mello	
16 Agosto	Real Convento de N. S. da Luz (extramuros de Lisboa)	Exéquias	Religiosos militares da Ordem de Cristo	P. Mestre Fr. Estevão de Gamboa	Pregador Geral e Secretário da Ordem	Oração fúnebre	Palavras do Paralipomeno, cap. 32. <i>Dormivit Ezechias cum patribus suis</i>	P. Fr. Alberto de Ornelas Superior do Convento	Mausoléu erguido no meio do cruzeiro
18 Agosto	Catedral de Coimbra	Exéquias	Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação	Padre Doutor Fr. Feliciano da Conceição	Monge de São Jerónimo, Lente de Véspera da Universidade de Coimbra	Oração	Sem tema	Bispo de Coimbra, D. Miguel da Conceição	Mausoléu no meio da Catedral
18 Agosto	Igreja do Convento dos Religiosos de S. Paulo - Lisboa	Exéquias Ofício de defuntos cantado	Religiosos de São Paulo primeiro Eremita					Reverendo Padre Fr. Miguel de São Boaventura	
19 Agosto	Convento da Ordem Pregadores de S. Paulo-Almada	Exéquias	Alunos da Ordem dos Pregadores	Reverendo Padre Fr. Pedro Soriano Bravo	Prior do Convento da Ordem dos Pregadores de São Paulo	Sermão	Palavras do Salmo 75. <i>Factus est in pace locus ejus</i>		
19 Agosto	Real Convento da Vila de Amarante	Exéquias	Religiosos da Ordem dos Pregadores Irmandade de S. Pedro	P. Fr. Bernardino de Santa Rosa	Doutor pela Universidade de Coimbra, Qualificador do Santo Ofício e Reitor do Colégio de Santo Tomás de Coimbra	Oração fúnebre	Palavras dos Actos dos Apóstolos, Cap. I, V. 29. <i>Viri fratres liceat audenter dicere ad vos de Patriarcha David...</i>	Reverendo Padre Fr. José do Nascimento Lacerda, Superior do Convento	Erigiu-se no meio do Cruzeiro uma Essa
21 Agosto	Igreja Matriz de Monção	Exéquias	Senado da Vila de Monção	Padre José Pinto	Da Companhia de Jesus	Oração fúnebre	<i>Fuit Homo missus a Deo cui nomen erat Joanes</i>	Reverendo Abade de Truite	Mausoléu na Igreja Matriz

Comentário: “Ministro o Reverendo Miguel da Costa Lima e Mello, fidalgo da Casa da sua Magestade, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Tesoureiro mór da Sé da mesma Cidade com assistência das principais pessoas, assim eclesiásticas como seculares.”

Comentário: “filho dos primeiros Condes de Povolide Tristão da Cunha de Attayde, e D. Archangela Maria de Tavora”

Comentário: Reitor do dito Convento e Doutor pela Universidade de Évora.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
21 Agosto	Igreja Paroquial de São Pedro (T. Vedras)	Exéquias	Senado da Vila de Torres Vedras; Religiosos Agostinhos do Convento de Penafirme Arrabidos do Convento do Barro Seminário do Varatojo	Padre Fr. Afonso dos Prazeres	Deixou "com heroica resolução" o Viscondado de Barbacena e reconheceu-se no Seminário do Varatojo para ministério de Missionário Apostólico	Panegírico das virtudes do defunto	"Tal foy a energia com que representou a fragilidade da gloria mndana..."	António José de Faria, Prior da Igreja	Mausoléu na Igreja Paroquial
25 Agosto	Real Convento da Vila de Tomar (Ordem de Cristo)	Exéquias Ofício de defuntos cantado	Convento de Tomar Colegiada dos Freires da Vila de Tomar Comunidades Religiosas Cavaleiros professos Clero secular	Padre Mestre Fr. Chistovão de Moncada	Jubilado na Sagrada Teologia	Oração fúnebre	Palavras do Cap. 10 de S. Lucas, <i>Magister adest.</i>	D. Prior Geral Fr. Luiz Peixoto	Erigiu-se no meio do Templo uma máquina
25 Agosto	Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães)	Exéquias	Real Colegiada de Nossa senhora da Oliveira de Guimarães	Padre Mestre Fr. Bernardino de Santa Roza	Da Ordem dos Pregadores, Doutor pela Universidade de Coimbra, Consultor do Santo Ofício, Reitor do Colégio de Santo Tomás de Coimbra	Panegírico fúnebre	Palavras do Profeta Oseas, Cap. 14, v. 7, <i>Ibunt rami ejus et erit quasi oliva gloria ejus. et odor ejus ut Libani</i>	Chantre com quatro côros	Mausoléu
26 Agosto	Igreja Matriz de São Miguel (Aveiro)	Ofício de defuntos cantado	Senado da Vila de Aveiro Religiosos de São Domingos Gente principal das terras vizinhas	Padre Fr. Boaventura da Castro	Aluno da Comunidade dos Religiosos de São Domingos, Doutor pela Univ. de Coimbra, Consultor do Santo Ofício e da Bula da Cruzada, Examinador das Três Ordens Militares, Prior do Convento de Aveiro e Vigario do Convento de Jesus	Discurso fúnebre	Palavras do Cap. 2, dos Actos dos Apóstolos,		Mausoléu
26 Agosto	Igreja de São Pedro de Seixas (Caminha - Valença)	Exéquias	Reverendo Francisco de Souza Morim	Doutor António da Rocha Guerreiro	Doutor	Oração fúnebre	Palavras de Jeremias <i>Thren. I. Quomodo sedet sola civitas plena populo:</i>	Reverendo Reitor Francisco de Souza Morim	Essa (preciosamente ornada e iluminada com grande multidão de luzes)
26 Agosto	Igreja Patriarcal (?Lisboa)	Exéquias cantadas	Irmandade do Santissimo Sacramento da Santa Igreja Patriarcal					R. Beneficiado Amaro Jorge	

Comentário: "Para este fim se erigio no meyo do Templo huma maquina que pella grandeza, desenho, e ornato se fazia digna de mayor admiração. Sobre hum pano de proporcionada altura se firmaraõ quatro pedestraes primorosamente fabricados nos quais se assentavaõ quatro columnas de Ordem Jonica, e Dorica entre si com engenhoso artificio, naõ sendo inferior a dos capiteis que fingidos de bronze pellos lavores dos galoens de ouro coroaõ as mesmas columnas que tinhaõ de altura trinta palmos vestidas de damasco preto orladas de aloens de ouro, que form ... [1]

Comentário: "Apareceu toda a Igreja cuberta de luto, e no meyo o Mausoleo estribado sobre oito arcos guarnecidos de Veludo preto, e rendas de ouro, cuja altura deixava desembarçada a vista do altar mór. Outras tantas columnas se viaõ cobertas de Veludo negro e guarnecidas de prata. Entre ellas estava a Urna cuberta de hum pano de tella munto preciozo á qual coroava hum docel de veludo preto guarnecido de franjas, e borlasde ouro. Toda esta luctuosa me ... [2]

Comentário: "Fundou o seu discurso sobre intitular S. Pedro a David Patriarca, e não Rey mostrando que o sentimento dos Vassalos havia de ser como de filhos na perda de hum Monarca que tanto mostrou Pay mais d que Rey. Chamou ao Mausoleo Urna, e Ara; Urna para os suffragios; e Ara para os Sacrificios Na Urna gravou por epitafio *Non Surrexit mayor Joanne V. E na Ara a inscripção Ardet et lucet.*"

“Para este fim se erigio no meyo do Templo huma maquina que pella grandeza, desenho, e ornato se fazia digna de mayor admiracão. Sobre hum pano de proporcionada altura se firmaraõ quatro pedestraes primorosamente fabricados nos quais se assentavaõ quatro columnas de Ordem Jonica, e Dorica entre si com engenhoso artificio, naõ sendo inferior a dos capiteis que fingidos de bronze pellos lavores dos galoens de ouro coroavaõ as mesmas columnas que tinhaõ de altura trinta palmos vestidas de damasco preto orladas de aloens de ouro, que formando meyas canas mostravaõ no convexo apparencias de ouro, e marmore negro. Sobre os Capiteis, alquitrave, e cornija se erigio hma cupula que servia de magestoso remate ao Cenotafio. Dentro nella se levantava em figura pyramidal o Mausoleo repartido em varios corpos, e degraos de tal forte dispostos que cada quina dos angulos em que cortava Octogona firmava hum quadrante esferico pella parte exterior, e de cada defrao inferior ao superior huma gola de bellissima estructura subindo com proporcionada deminuiçaõ athe fazerem ao alto da Pyramide lugar competente a precisa medida do Tumulo. Estava este collocado debaixo de hum precioso docel de brocado roxo, e cuberto com pano de veludo preto guarnecido de franjas e galoens de ouro; e sobre elle huma almofada que sustentava a coroa, e cetro.. Pendia da parte anterior do Tumulo o Estendarte com o Brasão da sagrada Milicia Equestre. Alumiaava toda esta funebre maquina grande copia de luzes postas em tocheiras, e castiçaes de prata.”

“Apareceo toda a Igreja cuberta de luto, e no meyo o Mausoleo estribado sobre oito arcos guarnecidos de Veludo preto, e rendas de ouro, cuja altura deixava desembaraçada a vista do altar mór. Outras tantas colunas se viaõ cobertas de Veludo negro e guarnecidas de prata. Entre ellas estava a Urna cuberta de hum pano de tella munto preciozo á qual coroava hum docel de veludo preto guarnecido de franjas, e borlasde ouro. Toda esta luctuosa maquina se terminava em hum castello com torres, e a meyas de que pendiaõ diversos estendartes. Ornavaõ-se as paredes do Templo cõ auds epigramas, e elegantes sonetos compostos pellos Academicos Vimaranenses.”

pp. 16-18 (...) “Nelle se levantou o Mausoleo de architectura composita formaso em quatro faces iguaes com 62. palmos de altura, e 36. de largo, e com quatro colunas com sua cupula que rematava em hum pavelhaõ pendente de huma Coroa Real, cuberto todo de Veludo preto quarteado de galoens de ouro. Ornavaõ as quatro faces do corpo inferior da Urna outras tantas tarjas pintadas de claro, e escuro com rata, e ouro, e no centro se liaõ 4. inscripçoens allusivas ao tempo do nascimento, reinado, morte, e idade de Sua Magestade. Acompanhava o corpo superior da Urna o Retrato do mesmo Monarcha em forma oval ornado de trofeos com esta letra *Joannes V. Primus inter Portugallie Reges Fidelissimus*. Cobria a Urna hum preciozo pano de brocado com franjas, e borlas de ouro. Cento e quatro cirios postos sobre tocheiras do mesmo metal alem de trinta placas de tres luzes cada huma illuminavaõ entre hum pavilhão grande cercado de caveiras se lia a seguinte inscripção *Joanni V. Meritis I. / Portugallie, et Algarbiorum / Regi Fidelissimo / Pio Pacifico / Oblivionis Antidotum, / id est / Exequiales honores / In gratissimi Amoris anatema / post debitum lugentis animi Vectigal / Sacros. Basilica Patriarch. / S. Marie / ex Solvit*. Outras diversas inscripçoens pendiaõ das paredes, que celebravaõ as virtudes de Sua Magestade as quais se podem ler na Relação impressa destas Exequias.”

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
26 e 27 Agosto	Capela de S. Bartolomeu (Paróquia de S. Julião de Lisboa)	Ofício de defuntos cantado pelos mais excelentes Músicos da Corte	Nação Alemã	Doutor Filipe de Oliveira		Panegirico Fúnebre (o qual se fez público por beneficio da impressão)	Palavras de Jeremias, Cap. I, V. 16, <i>Id circo ego plorans. et oculus mus deducens aquas...</i>		Mausoléu
27 Agosto	Igreja do Convento de São Pedro de Alcântara de Lisboa	Exequias, Ofício de defuntos cantado (Gregorianos)	Religiosos Arrabidos	Reverendo Padre Mestre Fr. António de Santa Anna		Sermão fúnebre (repetição do Sermão que proferira em Mafra)			
27 Agosto	Mosteiro dos Monges do Príncipe dos Patriarcas S. Bento - Lisboa	Ofício de defuntos cantado	Monges do Príncipe dos Patriarcas São Bento	?				Padre D. Abbade Fr. Jeronimo de S. Getrudes, Doutor pela Universidade de Coimbra	
27 Agosto	Igreja Colegiada de Viana de Lima	Exéquias	Senado de Viana de Lima Ministros Nobreza Clero Comunidades da Vila	Padre Mestre D. Lourenço da Encarnação	Cónego Regular de Santo Agostinho	Panegirico Fúnebre		Reverendos Arcipreste e Cónegos da Colegiada	Cenotáfio
28 Agosto	Convento dos Religiosos de S. Francisco da Terceira Ordem (Viana Alentejo)	Exéquias	Senado da Vila de Viana de Alentejo	Padre Fr. António das Onze mil Virgens Ferreira	Religioso dos Religiosos de S. Francisco da Terceira Ordem	Oração fúnebre			
29 Agosto	Catedral de Faro	Exéquias	D. Ignacio de Santa Thereza, Arcebispo Bispo do Algarve Senado Nobreza Clero Secular e Regular	Doutor Miguel Teixeira da Cunha	Vigário Geral do Bispado	Oração fúnebre	Palavras do Acclef. Cap. 30, V. 4. <i>Mortuus est Pater. et quasi non est mortuus...</i>	D. Ignacio de Santa Thereza, Arcebispo Bispo do Algarve	Essa
30 Agosto	Igreja da N. S. da Graça dos Meninos Órfãos - Porto	Exéquias	Irmadade dos Militares da Nossa Senhora da Conceição Coronel D. Diogo de Souza	Padre Fr. Manoel de São Bento	Geral da Provincia Serafica da Conceição	Oração fúnebre		Reverendo António Diniz de Faria, Protonotário Apostólogo, Juiz Sinodal e Promotor do Bispado - Porto	Mausoléu no Cruzeiro

Comentário: "... hum sumptuoso Mausoleo ornado de preciosos brocados, e grande copia de luzes o qual se coroava com as insignias reaes da Magestade."

Comentário: "... exequias reaes para as quais se erigio a Essa que occupva todo o corpo da principal Nave da Igreja. Em a sua base de figura sextavada de altura sete palmos, e com igual proporção se levantavao as outras partes, de maneira, que o Fereiro sustentado por dous esqueletos excedir aos arcos, e columnas da Igreja das quais pendiao por festoens de seda preta escudos reaes. Ornavao-se os degraos, e columnas de diversas tarjas em que se liao Dysticos, e Elegis na lingua latina, como tambem varios versos no idioma Portugues que expressavao ao mesmo tempo as virtudes de sua Magestade, e o fiel sentimento de seus Vassallos."

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
30 Agosto	Igreja do Hospital de Mont O Novo	Exéquias	Religiosos de São João de Deus	Reverendo José da Cunha e Silva	Pároco da Freguesia de Santiago de Escoural, Doutor de Teologia	Oração fúnebre (que se imprimiu)	<i>Fuit homo missus à Deo cui nomen erat Joanes</i>		
31 Agosto	Basílica de Santa Maria de Lisboa	Exéquias (que foram impressas em Relação)	Reverendos Cônegos da Basílica de Santa Maria de Lisboa Nobreza da Corte Clero Secular e Regular Comunidade Religiosas	P. Mestre Timóteo de Oliveira	Da Companhia de Jesus, confessor da Sereníssima Princesa do Brasil	Panegírico Fúnebre	Palavras do 3 lib. Reg. Cap. 3 e II. <i>Dormivit Salomon cum patribus Suis...</i>	Cónego João Borges da Fonseca	Mausoléu
1 Setembro	Igreja Matriz de N. S. de Maravila (Santarém)	Exéquias	Senado da Vila de Santarém	Padre Mestre Fr. José Manoel da Conceição	Religioso da Ordem Terceira de São Francisco, Lente de Véspera de Teologia no Convento de Maravila	Panegírico Fúnebre	Palavras do Cap. 13, v. 25. dos Actos dos Apóstolos, <i>Cum impletet autem Joannes...</i>		Mausoléu
1 Setembro	Igreja dos Terceiros de S. Francisco (Vila Franca de Xira)	Exéquias	Senado de Vila Franca de Xira Clero e religiosos de diversas Ordens	Reverendo D. Joaquim Bernardes	"bem conhecido pela elegancia Oratoria e suavidade poetica"	Oração Fúnebre	Palavras do Cap. II de São Mateus <i>Caepit dicere ad turbas de Joanne</i>		
1 Setembro	Convento do Pinheiro (Chamusca)	Exéquias	Religiosos Capuchos da Provincia de Santo António Senado da Vila	João da Anunciação	Guardião do Convento do Pinheiro da Chamusca				
1 Setembro	Igreja da Irmandade de S. Pedro de Vila Real	Exéquias	Irmandade de S. Pedro de Vila Real	Manoel Teixeira de Magalhães e Lacerda	Fidalgo Capelão	Panegírico Fúnebre		Reverendo Serafim Alvares, Pároco da Igreja de Ribapinhão, Presidente e Protector da Irmandade de S. Pedro de Vila Real	Mausoléu
2 Setembro	Templo de São Francisco da cidade de Lisboa	Exéquias Ofício de defuntos cantado (a dois coros de duzentos Religiosos)	Ordem Terceira da Penitência "Auditorio muito authorizado, e numeroso.	Padre Fr. António da Graça	Comissário da Ordem Terceira	Panegírico Fúnebre (o qual se fez público pela impressão)	Palavras de Jeremias <i>Thren.5. Cecidit corona capitis nostri... vae nobis:</i>	Padre Guardião Fr. António do Salvador	Mausoléu

Comentário: "Na tarde antecedente se cantarã a quatro côros de Musica excellente com grande numero de instrumentos, Vesporas, e Matinas do Officio de Defuntos, e no dia seguinte celebrou Missa o Reverendo Cónego Joaõ de Borges da Fonseca..."

Comentário: pp. 16-18 (...)
"Nelle se levantou o Mausoleo de architectura composita formaso em quatro faces iguaes com 62. palmos de altura, e 36. de largo, e com quatro colunas com sua cupula que rematava em hum pavellhaõ pendente de huma Coroa Real, cuberto todo de Veludo preto quarteado de galoens de ouro. Ornavaõ as quatro faces do corpo inferior da Urna outras tantas tarjas pintadas de claro, e escuro com rata, e ouro, e no centro se liaõ 4. inscripçoens allusivas ao tempo do nascimento, reinado, morte, e idade de Sua Magestade. Acompanhava o corpo superior da Urna o Retrato do mesmo Monarcha em forma oval ornado de trofeos com esta letra *Joannes V. Primus inter Portugallie Reges Fidelissimus. Cobria a Urna ...* [3]"

Comentário: (...) "o qual desde a simalha real athe as bazas das colunas estava cuberto de luto, e dellas pendiaõ diversos Emblemas alluzivos às aççoens que sua Magestade exercitava como Principe Christaõ, e Politico, terminando cada Emblema em huma caveira com azas, e nella enlaçadas a Coroa, e o Cepetro."

Comentário: Descrição do Mausoléu - pp. 20-21.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
2 Setembro	Convento de São João Baptista da Vila de Santarém	Exéquias	Religiosos Arrabidos do Convento de São João Baptista da Vila de Santarém	Padre Fr. José de N. S. do Pilar	Natural da provincia de Santarém	Oração Fúnebre (Oração impressa com o título de <i>Epicedio Panegyrico</i>)	Palavras dos Provérbios, Cap. 29. V. 14. <i>Rex qui Judicat in veritate paupers thronus ejus aeternum manebit</i>		
2 Setembro	Convento do S. Sacramento da Vila de Louriçal	Exéquias	Religiosas do Convento do S. Sacramento da Vila de Louriçal	Doutor José da Silva Lima		Oração fúnebre		Reverendo Luis da Costa Simões, confessor das mesmas religiosas	Mausoléu
2 Setembro	Mosteiro de Santa Clara da Vila de Guimarães	Exéquias	Religiosos do Mosteiro de Santa Clara da Vila de Guimarães Nobreza	Reverendo P. Doutor Fr. Bernardino de S. Rosa	Da Ordem Dominicana	Panegirico Fúnebre	Palavras do Eclesiástico, Cap. 31, V. 11, <i>Stabilita Sunt bona illis in Domino...</i>		Mausoléu
3 Setembro	Convento de São Domingos de Lisboa	Exéquias Ofício de defuntos cantado	Ordem dos Pregadores	Padre Fr. Teodoro de São José	Lente de Véspera de Teologia na Universidade de São Domingos em Lisboa, Secretário da Provincia	Oração fúnebre	Palavras do Cap. 45. do Eclesiástico: <i>Dilectus Deo, et hominibus...</i>	Reverendo Padre Provincial Fr. Silvestre de S. Tomás, Mestre em Teologia e Consultor do Santo Ofício	Mausoléu
3 Setembro	Igreja colegiada (Torre de Moncorvo)	Exéquias	Senado da Vila da Torre de Moncorvo	Doutor Francisco Alvares de Oliveira	Vigário Geral da Comarca	Oração fúnebre		Reitor da Colegiada, Manoel António de Vasconcelos, Capelão Fidalgo	Mausoléu
3 Setembro	Igreja Matriz de Santa Maria (Beja)	Exéquias	Senado da Cidade de Beja	Francisco de Negreiros Alfeirão	Doutor, desembargador da Relação Eclesiástica do Arcebispado de Évora	Oração fúnebre	<i>Fuit homo missus a Deo, cui nomen erat Joannes</i>	Arcediago Fr. Manoel Guerreiro Camacho de Aboim	Cenotáfio
3 Setembro	Igreja da Irmandade dos Clérigos de São Pedro de Guimarães	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Irmandade dos Clérigos de São Pedro de Guimarães Nobreza Comunidades religiosas da vila	Fr. Luis de Jesus Maria				Doutor Francisco da Costa Lemos Abbade de Sampaio de Vizella	Mausoléu
3 Setembro	Vila de São João da Pesqueira	Exéquias	Irmãos da Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira					António Xavier da Silva e Sampaio, Capelão da mesma Irmandade	

Comentário: Pequena descrição do Mausoléu – pág. 22.

Comentário:

Comentário: Descrição do Mausoléu - pp. 23-24.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
4 Setembro	(Igreja de São João Baptista) Casa de São Roque de Lisboa	Exéquias	Padres Jesuítas da Casa de São Roque de Lisboa	Reverendo Padre Manoel de Campos	Confessor do Infante D. António, e Académico da Academia Real		Palavras do Cap. 7 de S. Lucas <i>Apropinquavit in vos regnum Dei</i> , e as do Cap. 12, dos Actos dos Apóstolos.	Padre João de Seixas, (Prepósito da São Roque), servindo de Diácono, o Padre João de Matos, e de subdiácono o Padre Luis dos Reis	Mausoléu
4 Setembro	Guimarães	Exéquias	Religiosos de São Francisco de Guimarães	Padre Fr. Francisco Xavier	Pregador geral, aluno da mesma Província	Oração fúnebre		Padre Guardião Fr. Salvador da Guia	
4 Setembro	(Colégio de São Bento) Ponte de Lima	Exéquias	Irmandade da Misericórdia da Vila de Ponte de Lima	Mestre Fr. Diogo Rebello	Da Ordem dos Pregadores			Doutor Fr. Francisco da Graça, Prior do Colégio de S. Bento	
5 Setembro	Capela da Irmandade dos Sacerdotes do Espírito Santo de São Pedro de Viana	Exéquias Ofício de Defuntos cantado no dia antecedente	Irmandade dos Sacerdotes do Espírito Santo e São Pedro de Viana Ministros, Militares, Nobres Religiosos Cônegos Regrantes, Carmelitas, Antóninos e de outras Religiões	Reverendo Doutor Silvestre Brandão Marinho	Formado na Faculdade dos sagrados Cânones, Comissário do Santo Ofício, e Irmão da Irmandade dos Sacerdotes do Espírito Santo e S. Pedro	Oração fúnebre		Rev. Dionísio Pereira da Cruz, Cura Reservatário da Colegiada e do Priorado de Monte Argaço e Provedor da Irmandade dos Sacerdotes do Espírito Santo	
5 Setembro	Guimarães	Exéquias	Ordem Terceira da Penitência de Guimarães	Fr. João de Santa Leocadia Goes	Religioso menor	Oração fúnebre		Ministro da Ordem	
5 Setembro	Igreja dos Erimitas de Santo Agostinho	Exéquias	Senado da Vila de Montemor O Velho	Padre Doutor Fr. Bernardo de Santa Elena	Religioso da Ordem dos Erimitas de Santo Agostinho	Oração fúnebre		Prior do Convento	Mausoléu
5 Setembro	Catedral do Porto	Exéquias Ofício de Defuntos cantados	Autor: Dr. Fr. José Maria da Fonseca e Évora, Assistentes: Relação Eclesiástica e outros Eclesiásticos, Prelados das famílias Regulares, Governadores das Justiças e Armas, Nobreza e Povo.	Reverendo Doutor António de Santa Marta Lobo	Da Congregação de S. João Evangelista, Examinador Sinodal do Bispado, Académico dos Arcades	Destas exéquias fúnebres imprimiram-se duas Relações sobre a ornamentação do Mausoléu e o Templo.	Palavras do Cap. I, do Evangelho de S. João <i>Fuit homo missus a Deo. cui nomen erat Joannes</i>	Rev. Deão Jerónimo de Távora e Noronha. Últimas absolvições: O Chantre, Fernando Barboza de Albuquerque; O Tesoureiro, Miguel da Costa Lima; O Mestre Escola, Manoel Barbosa Bernardes; O Arcediago de Oliveira, Vicente José de Freitas	Mausoléu
6 Setembro	Catedral de Olhão	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Doutor Sebastião de Sousa, Assistentes: Párcos e religiosos vizinhos	Doutor Sebastião de Sousa	Prior de Olhão, Protonotário apostólico e Académico da Academia dos Arcades	Panegírico fúnebre		Cônego António Baião	Mausoléu

Comentário: Pág. 25 "Querendo publicamente testemunhar os Padres Jesuítas da Caza professa de São Roque de Lisboa o seu devido agradecimento à memoria de hum Monarcha, que sempre lhes fôra tão benefico, principalente nos ultimos anos da sua vida, em que deixou hum perpetuo monumento da sua magnificencia na sumptuoza Capella de Saõ Joaõ Baptista, situada na Caza de Saõ Roque, em cuja fabrica em que compete a Arte com a natureza no preciozo dos marmores, e brilhante dos metaes se-dispendeo milhão e meyo. Para dezempenho desta divida dedicarão solemne exequias ao seu Real Bemfeitor, aparecendo nos dias tres e quatro de Setembro enlutado o Templo de Saõ Roque..."

Comentário: Pequena descrição do Mausoléu e das exéquias de 3 e 4 de Setembro nas pág.s 25 e 26

Comentário: Pequena descrição do Mausoléu na pág. 27.

Comentário: Descrição do Mausoléu e da Catedral do Porto nas pág.s 27-30.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
7 Setembro	Igreja da Irmandade da Misericórdia de Arrifana de Sousa	Exéquias	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Arrifana de Sousa	Padre Manoel Ferreira Penedo		Oração fúnebre		Doutor José Guedes Moniz, Provisor do Bispado do Porto, e Abbade de Santo André de Marecos	
9 Setembro	Igreja de São João de Deus de Elvas	Exéquias	Regimento da Infantaria da Praça de Elvas, Coronel João de Roboredo e Tavora Cardim	Padre Mestre Fr. José dos Anjos	Religioso da Ordem de S. Paulo	Oração Fúnebre			
9 e 10 Setembro	Catedral da Guarda	Exéquias Ofício de Defuntos Laudas cantadas no dia 10	Bispo da Guarda, Bernardo António de Mello Ozorio Cabido, Clero da Catedral e das terras vizinhas, Senado e Nobreza, Comunidades religiosas da cidade	Reverendo Francisco Tudella e Castilho e Costa	Fidalgo da Casa Real, Examinador Sinodal do Bispado da Guarda e Prior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Lugar de Santo Estevão	Oração Fúnebre	Palavras do Eclesiástico, Cap. 45, <i>Dilectus Deo, et hominibus cujus memoria in benedictione est.</i>	Bispo da Guarda, Bernardo António de Mello Ozorio	Mausoléu
10 Setembro	Igreja da Misericórdia da Cidade de Lagos	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Senado da Cidade de Lagos, Ministros e Religiosos da cidade; D. Afonso de Noronha, Governador e Capitão General do Reino do Algarve	Padre Doutor Fr. Manoel de Santa Ignez	(?) Agostinho	Oração Fúnebre			Mausoléu
11 Setembro	Igreja Patriarcal Lisboa	Ofício de Defuntos cantado	Colégio da Santa Igreja de Lisboa					Principal Aranha por impedimento do Principal Deão	
11 Setembro	Convento de N. S. Da Graça de Lisboa	Ofício de Defuntos cantado	Religiosos Eremitas Augustinianos	?	?	?	?	Padre Provincial Fr. João de Sottomaior, Doutor pela Universidade de Coimbra	
11 Setembro	Igreja Matriz da Covilhã	Exéquias	Senado da Vila da Covilhã	Padre Mestre Fr. Luis Coelho	Ordem dos Pregadores, Desembargador da Mesa Eclesiástica da cidade da Guarda	Oração Fúnebre	?	Reverendo D. Bernardo da Cruz, Cônego Regular de Santo Agostinho	Mausoléu
12 Setembro	Convento das Religiosas de Santa Clara (Trancoso)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Senado da Vila de Trancoso Senado, Corregedor da Comarca, Religiosos de S. Francisco	?	Vigário de Casal cinza	Panegirico fúnebre	?	?	Mausoléu
12 Setembro	Convento de Santa Mónica de Lisboa	Ofício de Defuntos cantado	Religiosas do Convento de Santa Mónica	?	Religioso Xabregano da Provincia dos Algarves	Oração Fúnebre	?	Capelão do Convento	

Comentário: “Para este fim se erigiu no meyo da Cathedral hum magnifico Mausoleo que tendo a baze quadrada subia em forma outavada. Grande copia de luzes sustentadas em castiças, e tocheiras illuminavaõ por todas as partes a quella funebre maquina” p. 32

Comentário: “(...) se celebraraõ as exequias ao Fidelissimo Monarcha na Igreja da Mizericordia onde se erigio o Mausoleo em 4 colunas que susutentavaõ hum preciozo docel que coroava a Urna sobre a qual estava a Coroa Real” p. 33.

Comentário: “... em agradecida demonstração dos homens indultos, e copiosas rendas com que a Magestade Fidelissima del-Rey D. Joaõ V. o tinha erigido, e augmentado lhe cantou hum Officio solemne...” p. 33

Comentário: “... Mausoleo de singular architectura.” p. 34

Comentário: “... Mausoleo guarnecido de galoens de ouro, e diversas Tarjas o qual rematava com a coroa real sustentada em quatro colunas, e no meyo dellas o Feretro cuberto de hum pano de Veludo negro.” p. 34.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
16 Setembro	Igreja Matriz de Santa Maria de Bragança	Exéquias	Senado da Cidade de Bragança	Reverendo Padre José de Sampaio	Da Companhia de Jesus, Reitor do Colégio de Bragança, ex-lente de Prima de Teologia no Colégio do Porto e Examinador Sinodal	Panegírico fúnebre			Mausoléu
16 Setembro	Convento de S. Francisco da Cidade de Lamego	Exéquias	Convento de São Francisco da Cidade de Lamego	Fr. João de Santa Anna	Fora Guardiã do Convento de São Francisco da Torre de Moncorvo	Panegírico fúnebre		Guardião do Convento, Padre Fr. Manoel do Espírito Santo	Mausoléu
16 Setembro	Igreja de Formaris do Concelho de Coura	Ofício de Defuntos cantado	Reverendo Abade Alexandre Alvares	Reverendo Teodósio Barbosa de Almeida	?	Panegírico fúnebre		Reverendo Abade Alexandre Alvares	
17 e 18 Setembro	? Évora	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Arcebispo de Évora, D. Fr. Miguel de Távora Cabido Ministros	Doutor Fr. António de São José	Ermitea Augustiniano, "conhecido pella sua grande literatura na Athenas Conimbricense	Oração	Palavras do Cap. 22 de Jeremias.	Arcebispo de Évora, D. Fr. Miguel de Távora	Mausoléu
20 Setembro	Igreja Matriz de Vila Nova de Cerveira	Exéquias	Senado de Vila Nova de Cerveira	Mestre Fr. José da Trindade	?	Panegírico fúnebre	<i>Fuit homo missus a Deo cui nomen erat Joannes</i>	Abade de Gatinhães, Doutor Gonçalo Pinto Carvalho de Medeiros	Mausoléu
24 Setembro	Convento de Santa Clara de Coimbra	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Religiosas do Convento de Santa Clara de Coimbra Mestres e Doutores da Universidade de Coimbra	Padre Fr. José de Noronha	Da Ordem de Nossa Senhora de Carmo	Oração fúnebre		Religiosos "mais graves" da Provincia de Portugal	Mausoléu
25 e 26 Setembro	Igreja da Congregação do Oratório de S. Filipe Neri de Lisboa	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Congregação do Oratório de São Filipe Neri de Lisboa	Padre Manoel Monteiro	Da Congregação do Oratório de São Filipe Neri de Lisboa, Académico da Academia Real e da Academia dos Arcades em Roma	Oração fúnebre (As noticias desta acção fúnebre foram impressas: "Relação ..."	Palavras do 20. livro dos Reis, Cap. I, V. 26 <i>Doleo super te Frater m decore nimis, et amabilis</i>	Padre Prepozito Rodrigo de Sá, Qualificador do Santo Oficio	Mausoléu
26 Setembro	Igreja Matriz de Campo Maior	Exéquias	Irmandade de São João Baptista de Campo Maior	Reverendo Padre Mestre Fr. Manoel de Figueiredo Augustiniano	Fora Prior do Convento d Lisboa e Cronista da sua Provincia	oração		Prior Thomé Afonso Mendes	

Comentário: "... erigindo hum sumptuoso Mausoleo illuminado de muytas tochas." p. 34.

Comentário: "... no meyo da Igreja hum sumptuoso Mausoleo, que chegava ao tecto guarnecido de veludo, e agalado de ouro. Cercava toda a maquina grande multidão de luzes. Hum grande docel estavana parte superior o qual coroava a Urna que sobre si tinha as insignias reaes". p. 35.

Comentário: Descrição nas págs. 35-36.

Comentário: Descrição na pág. 37.

Comentário: Descrição da Igreja e do Mausoléu nas págs. 38-40.

Comentário: ... solemnes Exequias a sua Magestade, em merecida gratificação de quarenta mil cruzados, que mandara para a construção da Capella, dedicada ao Sagrado Precursor de Christo, e a ornou com peças de prata, e ouro, e preciosos ornamentos, que importaraõ outros quarenta mil cruzados." p. 41.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
1 Outubro	Catedral da Cidade de Portalegre	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	D. João de Azevedo, Bispo da Catedral de Portalegre Clero; Comunidades Religiosas; Nobreza da Cidade; Governador, Manoel da Costa de Brito Zuzarte	?	?	?	?	Reverendo Deão	Mausoléu
4 e 5 Outubro	Igreja do Colégio de Santo Antão dos Padres Jesuítas (Lisboa)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Real Colégio de Santo Antão dos Padres Jesuítas Ermitas de Santo Agostinho Autoridades hierárquicas do Colégio de Santo Antão dos Padres Jesuítas e dos Ermitas de Santo Agostinho	Padre Mestre Diogo da Câmara	Filho dos Condes da Ribeira	Oração lutuosa em latim		Ofício de dia 4: Padre Doutor Fr. João de Sottomayor, Provincial da Ordem Augustiniana e Visitador Apostólico. Assistido por: P. Francisco da Veiga, Reitor do Colégio de Santo Antão; e Fr. Manoel da Roza, Prior do Convento da Graça Missa dia 5: P. Provincial, com dois Padres Jesuítas	Mausoléu
5 Outubro	Igreja do Salvador, Matriz da Vila dos Arcos	Exéquias	Reverendo Abade Miguel de Sousa	Padre Fr. Manoel de Jesus Maria	Religioso Capucho da Seráfica Província da Conceição	Panegirico fúnebre	Palavras do Cap. I do Apocalipse.	Reverendo Patrício Pereira, Cônego da Catedral de Leiria	Mausoléu
9 Outubro	Igreja da Misericórdia de Vouzela	Ofício de Defunto cantado	Irmãos da Misericórdia da Vila de Vouzela, Ducado de Lafões	Padre Fr. Joaquim de Santa Anna	Religioso Capucho do Mosteiro de São Francisco de Orgens de Viseu	Panegirico fúnebre		Doutor José de Almeida Navais, Abade de Santa Cruz da Trapa	Mausoléu
12 Outubro	Igreja de Santa Eulália da Comieira (Braga)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Manoel de S. José Justiniano, Reverendo Abade da Igreja de Santa Eulália da Comieira; 350 Clérigos; 30 Religiosos; Povo	Padre Doutor António de Santa Marta Lobo	Cônego Secular de São João Baptista	Panegirico fúnebre		Reverendo Luis Botelho Mourão, Cônego da Primacial de Braga	Essa
22 Outubro	Igreja da Misericórdia da Corte (Lisboa)	Exéquias	Irmãdade da Misericórdia	P. Francisco Romão	Da Companhia de Jesus, Mestre de Filosofia no Colégio de Santo Antão		Palavras do Salmo 144, V. 9. <i>Suavis Dominus universis. et miserationes ...</i>	Nuno da Silva Telles, Presidente do Coro da Misericórdia, Deputado do Conselho geral do Santo Ofício,	Mausoléu

Comentário: "... ornado de diversas tarjas, e illuminado com grande copia de luzes." P. 41.

Comentário: Descrição das duas Igrejas e do Mausoléu nas págs. 42-44.

Comentário: Descrição na pág. 45.

Comentário: "... agradecidos á memoria do Fidelissimo Monarcha D. Joaõ V. pelos generosos donativos, que da sua Real maõ receberaõ, levantarãõ no meyo da Igreja da Misericordia, que toda estava coberta de luto hum Mausoleo... (Continuação da descrição da Igreja e do Mausoléu nas pág. 46.

Comentário: Descrição da Igreja e do Mausoléu nas págs. 47-48.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
23 Outubro	Mosteiro de S. Bento de Lisboa	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Irmandade de N. Senhora do Monserrate da Nação Catelã	R. P. F. Tomás de Aquino	Monge da Irmandade de N. Senhora do Monserrate da Nação Catelã, Pregador Geral	Panegirico fúnebre	Palavras do Cap. 31, do Eclesiástico. <i>gloria eterna...</i>	P. Fr. João de Santa Rita, Procurador Geral sua Monástica Congregação	Mausoléu
24 Outubro	Igreja da Misericórdia de Landroal	Exéquias	Senado da Vila de Landroal	Padre Fr. Luis de Cerqueira	Eremita Augustiniano	Oração fúnebre			
25 e 26 Outubro	Igreja do Convento de S. Vicente de Paulo (Lisboa)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado no dia 25	Padres da Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo Doutores e esclarecidas pessoas	R. Doutor José Tomás Borges	Mestre em Artes pela Universidade de Évora, Académico dos Arcades de Roma, Orador evangélico da Corte	Oração fúnebre A Relação destas Exéquias foram impressas	Palavras de S. Paulo, Epistola aos Hebreus, Cap. 3, N. 3.	P. Superior Salvador Barreira	Mausoléu
30 e 31 Outubro	Catedral de Braga	Invitatorio Lições Responsórios Funeral	Arcebispo Primaz de Braga Cabido	P. Xavier da Costa	Da Companhia de Jesus, Lente de Prima de Teologia no Colégio de S. Paulo de Braga e Examinador Sinodal	Panegirico fúnebre A Relação e a Oração fúnebre foram impressas	Palavras de S. Mateus, Cap. 17 e de S. Lucas, Cap. 19, <i>Assumpsit Jesus</i>	Arcebispo Primaz de Braga	Mausoléu
30 e 31 Outubro	Capela da Universidade de Coimbra	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	D. Francisco da Encarnação, Reitor da Universidade de Coimbra Catedráticos da Universidade	No dia 30: Doutor António Bernardo de Almeida No dia 31: R. P. Doutor Fr. Cristóvão da Cruz	Lente Proprietário da Cadeira do Decreto, Cónego Doutoral da Sé da Guarda, Deputado do S. Ofício. Monge do Doutor Maximo S. Jerónimo, Lente de Escritura e substituto da Cadeira de Prima	Oração fúnebre em lingua latina Panegirico fúnebre	 Palavras do liv.2, do Paral. Cap. 9, V. 30 e 31.		
31 Outubro	Igreja dos Padres Carmelitas Descalços Alemães de Lisboa	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Padres Carmelitas Descalços Alemães	Padre Fr. Manoel Rodrigues	da Provincia de N. S. da Assunção das Ilhas	Oração fúnebre	Palavras do Cap. 18 do Eclesiástico, <i>Manet invictus Rex in aeternum</i>	P. M. Fr. Luis António de Azevedo, Jubilado na sagrada Teologia e Prior do Convento do Carmo de Lisboa	Mausoléu
3 Novembro	Igreja de Santa Marinha de Zêzere (Comarca de Sobre-Tâmega)	Exéquias	Reverendo Ricardo António José Ferraz, Abade da Igreja de Santa Marinha de Zêzere	P. Doutor Fr. Thomaz dos Anjos	Monge da Congregação de S. Bento	Oração fúnebre	Palavras do Cap. 30. do Eclesiástico.	Reverendo Ricardo António José Ferraz, Abade da Igreja de Santa Marinha de Zêzere	Mausoléu

Comentário: Descrição da Igreja e do Mausoléu na pág. 49.

Comentário: Descrição da Igreja e do Mausoléu nas págs. 49-52. Aparece a simbologia dos emblemas que representavam as virtudes cristãs e políticas de D. João V.

Comentário: Descrito nas págs. 53-54.

Comentário: Descrição das Exéquias na pág. 55.

Comentário: "... na qual com rethorico artificio, introduzio a Piedade, a Religião, e a Sabedoria, sentidamente queixosas da tyrania com que a morte arrebatava a hum Monarca taõ benefico para com os seus vassallos, taõ vigilante na protecção das sciencias." P. 55.

Comentário: Descrito na pág. 56.

Comentário: "... A Música foy excellente, e no fim da cada Responsorio das Matinas dos Defuntos, souu huma funebre armonia de timbales, e trombetas tocadas a surdina, como se costuma nos Funeraes Regios em Alemanha, deque resultava huma sensivel ternura nos coraçoes dos circunstantes." PP. 56-57.

Comentário: Descrito na pág. 57.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
8 e 9 Novembro	Catedral de Viseu	Exéquias	Bispo de Viseu, D. Júlio Francisco de Oliveira Cabido; Religiosos; Eclesiásticos; Nobreza da Cidade	Reverendo Xavier de Fontes Monteiro	Mestre em Artes, Doutor em Sagrada Teologia, Cónego Magistral na Sé de Viseu, Juiz e Examinador Sinodal do Bispado de Viseu	Oração fúnebre	Palavras do Paraalipon. Cap. 29, Vers.28.	Bispo de Viseu, D. Júlio Francisco de Oliveira	Mausoléu
4 Dezembro	Igreja de S. João da Balança, Ribeira de Homem Comarca de Viana (Braga)	Exéquias	Francisco Botelho Mourão, Abade da Igreja de São João da Balança Treze Abades Oito Vigários Oitenta e quatro Clérigos	Reverendo Simão de Sousa	Grande Teólogo e Pregador	Oração fúnebre		Reverendo Luis Botelho Mourão, Cónego da Sé Primacial, irmão do Reverendo Abade	Mausoléu
19 Dezembro	Catedral do Funchal	Exéquias	Senado da Câmara do Funchal	António Monteiro de Miranda	Deão da Sé	Oração Fúnebre			
22 Dezembro	Igreja do Convento das Freiras da Ordem Militar de São Bento da Vila de Aviz	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Senado da Nobre Vila de Aviz Comunidade dos freires conventuais	Padre Mestre Fr. João de S. Gabriel	Religioso de São Paulo primeiro Ermita	Oração fúnebre	Palavras do Salmo 81, <i>Ego dixit Dii estis. et filii excelsi omnes: vos autem sicut homines moriemini...</i>	Reverendo Doutor Jerónimo Infante Homem de Magalhães, Sub-Prior do Convento, por estar ausente o Prior mor	Mausoléu
22 Dezembro	Igreja da Santa casa da Misericórdia da Cidade de Braga	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Irmandade da Santa casa da Misericórdia da Cidade de Braga	R. Francisco Diogo de Azevedo	Abade de S. Pedro de Esqueirós	Panegírico fúnebre	Palavras do Cap. 4, da Sabedoria, <i>Placens Deo factus est dilectus...</i>	R. Afonso Manoel de Abreu e Zuniga, Cónego da Sé Primacial	Mausoléu
1 7 5 1									
14 Janeiro	Templo de N. Senhora do Loreto (Lisboa)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Nação Italiana Assistência: Cardeal Patriarca de Lisboa; Rev. Nuncio Apostólico; Fidal-guia da Corte; Regulares mais doutos das Familias Sagradas.	Reverendo Padre D. Joaquim Botelho	Clérigo Regular Teatrino, filho dos Condes de São Miguel	Oração fúnebre	Palavras do Cap. 46 do Eclesiástico, <i>Fuit magnus Secundum nomen ejus...</i>	Cantada pelos Cantores da Santa Igreja Patriarcal	Mausoléu

Comentário: Descrição do mausoléu e da Sé nas págs. 57-60.

Comentário: Descrito na Pág. 61.

Comentário: Pequena descrição na pág. 62.

Comentário: Pequena descrição do Mausoléu e da Igreja nas págs. 62-63.

Comentário: Descrito nas págs. 63-64.

Comentário: Descrito nas págs. 64-66.

Notícia Cronológica dos Funerais de D. João V em Portugal continental

Data [1750]	Local	Acção Fúnebre	Autores / Organizadores / Presentes	Orador / Pregador		Discurso		Celebrante de Missa / Ofício	Mausoléu
				Nome	Estatuto	Tipologia	Tema		
6 Fevereiro	Templo de N. Senhora do Loreto (Lisboa)	Exéquias Ofício de Defuntos cantado	Irmandade dos Presbíteros, (Apóstolos de São Pedro e São Paulo)	Doutor José Caldeira	Protonotario Apostólico dos Participantes e Irmão da Irmandade dos Presbíteros	Panegirico fúnebre	Palavras do Cap. 8 , V. 13 do Apocalipse, <i>Audivi vocem unius Aquilae volantis per medium Caeli...</i>	Doutor António de Andrade Rego, Conselheiro da Fazenda e Deputado da Casa de Bragança e da Inqui-sição de Lisboa, Juiz perpétuo da Irmandade dos Presbíteros	Mausoléu
15 Fevereiro	Igreja Matriz de Montemor O Velho	Exéquias	Igreja Matriz de Montemor O Velho	D. Francisco Xavier de S. Bento	Cônego Regular de Santo Agostinho e Vigário da Igreja Matriz de Montemor O Velho	Panegirico fúnebre	Palavras do Salmo 117, <i>Non moriar. sed vivam, et narrab</i>		
16 Fevereiro	Capela Ducal de Vila Viçosa	Exéquias	D. João da Silva Ferreira, Bispo de Tangere Deão e Prelado da dita Igreja Assistência: Nobreza; Prelados das Religiões; Padres autorizados	Padre Mestre Fr. Pedro de Jesus	Eremita de Santo Agostinho, Lente jubilado	Oração A Relação destas Exéquias foi impressa	Sem tema		Mausoléu
28 Abril	Convento de Santa Cruz de Coimbra	Exéquias	Congregação dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho Distintas pessoas da hierarquia Eclesiástica e Secular	P. D. Manoel de N. Senhora do Pilar		Oração fúnebre	Sem tema	Rev. Padre Geral D. Francisco da Encarnação, Reitor, Reformador e Cancellario da Universidade de Coimbra, filho de Aires de saldanha de Albuquerque, (Camarista do Serenissimo Infante D. António e Governador do Rio de Janeiro), e de Dona Maria Leonor de Moscoso, (Dama da Rainha Dona Maria Sofia, filha de D. João de Mascarenhas)	Mausoléu

Comentário: Pequena descrição na pág. 67.

Comentário: Descrita nas págs. 68-69.

Comentário: Descrito nas págs. 69-70.

ORACÃO FUNEBRE,

NAS REAES EXEQUIAS, QUE CELEBRARAÕ
os Religiosos da Santa Provincia da Arrabida no
Real Convento de Nossa Senhora, e Santo Anto-
nio junto à Villa de Mafra,

A SAUDOSA MEMORIA

DO SERENISSIMO, E FIDELISSIMO SENHOR REY

D. JOAÕ V.

Fundador do mesmo Real Convento:

DEDICADA

AO NOSSO SOBERANO MONARCA,
E SERENISSIMO REY, E SENHOR.

D. JOSEPH I.

Pelo P. M. Fr. ANTONIO DE SANTA ANNA,

*Filho Menor da mesma Provincia, Ex-Leitor de Prima de Theologia, e da Sagrada
Escriptura, Qualificador do Santo Officio, Consultor da Bulla da Santa Cruzada,
Examinador das Tres Ordens Militares, e do Priorado do Crato, Peniten-
ciario Geral da Ordem Serõica, e Definidor actual da Provincia.*

Em 8 de Agosto de 1750.

LISBOA.

Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

M. DCC. L.

Com todas as licenças necessarias.

Estampa 1: Frontispício de um *Discurso fúnebre impresso, pregado no território nacional.*

**E S T A T U A
D E O U R O ,**

QUE O MUITO ALTO, E MUITO PODEROSO REY,
E SENHOR NOSSO

**D. JOAÕ V.
O FIDELISSIMO,**

De eterna, e saudosa memoria,

ERIGIO NAS IMMORTAES, E GLORIOSAS ACCOENS
de sua heroica vida, e para indelevel monumento de taõ Augusto,
e incomprehensivel Monarca expoem neste Sermaõ

SEU AUTHOR

ANTONIO DE OLIVEIRA,

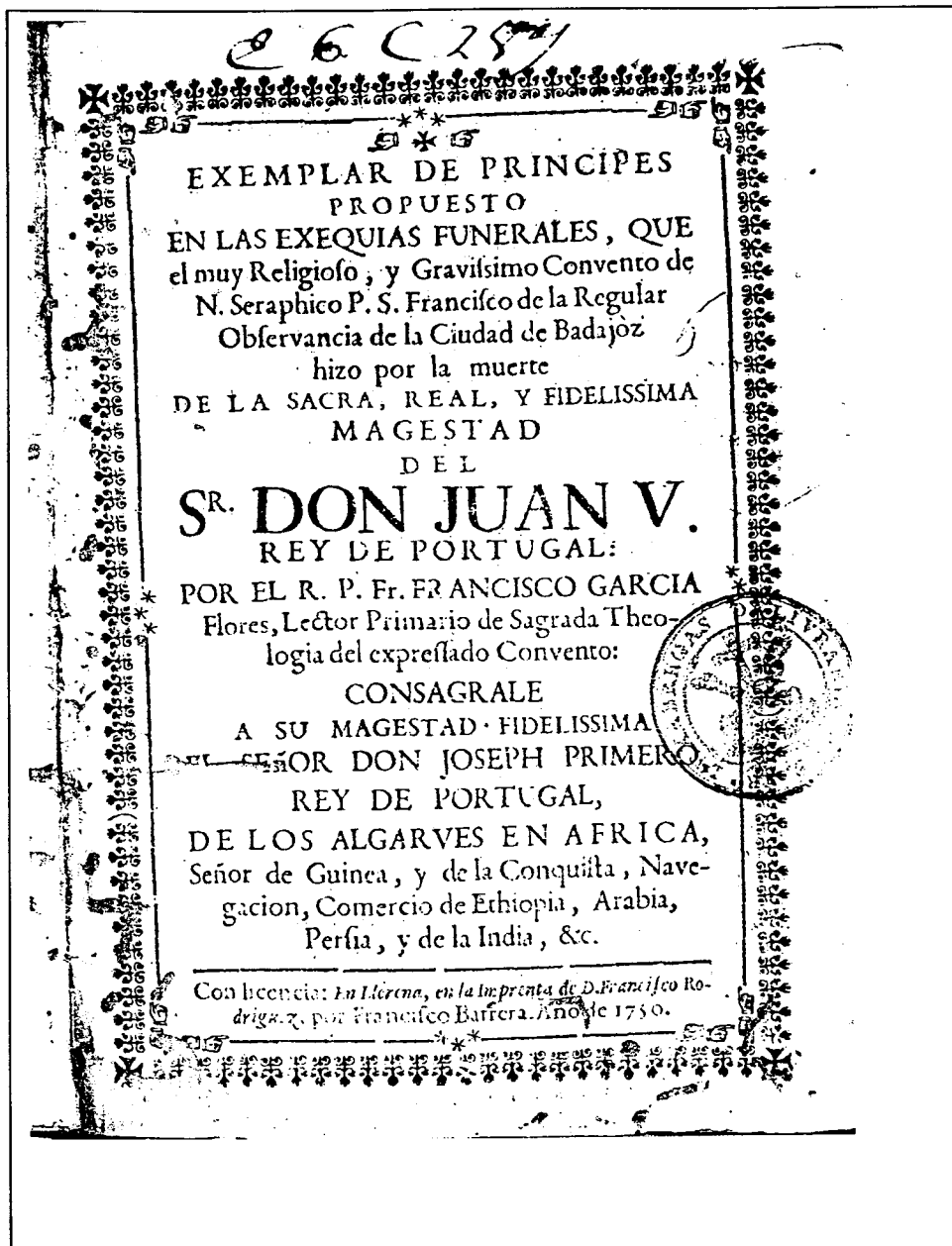
SACERDOTE DO HABITO DE S. PEDRO, MESTRE EM ARTES,
e Theologo dos Estudos Geraes da Companhia de Jesu da Cidade da Bahia, e nelles
muitas vezes Examinador de Filoiofa, Missionario Apostolico por Sua Santidade,
Viitador Geral do Sertão debaixo, e da Cidade de Sergippe delRey, com
poder de chrifmar por indulto do Santissimo Padre Benedicto XIV.

PRÉGADO

NAS SUMPTUOSAS, E REAES EXEQUIAS,
*que em 15 de Dezembro de 1750 celebraraõ as Religiofas
de Santa Clara do Desterro, no seu Mosteiro
da mesma Cidade da Bahia.*

Non

Estampa 2: Frontispício de um *Discurso fúnebre impresso, pregado no Brasil.*



Estampa 3: Frontispício de um *Discurso fúnebre impresso, pregado na Europa.*

ELOGIO
HISTORICO, E PANEGYRICO
DO MUITO ALTO, MUITO PODEROZO, E
Fidelissimo Rey

D. JOAÕ V.

ESCRITO POR
DIOGO RANGEL DE MACEDO, E ALBUQUERQUE,
Maj. Fidalg. da Casa de Sua Magestade, e Comendador de S. Martinha de Lisboa.

OFFERECIDO
AO SERENISSIMO SENHOR INFANTE

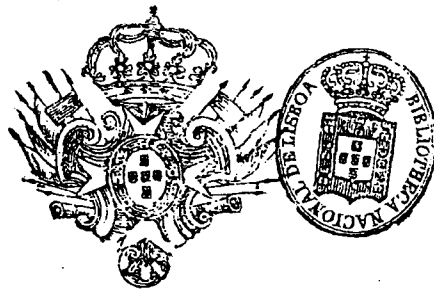
D. PEDRO,

POR MÃO DO
ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO CONDE DE S. LOURENÇO,

D. JOAÕ JOZÉ

AMBERTO DE NORONHA,
Genr'-Homem da Real Camara, e Deputado da Junta dos Tres Estados, &c.

POR
JOZÉ DA SYLVA DA NATIVIDADE.
Imprimeor da Serenissima Casa, e Estado de Infantado, e da Sagrada Religião de Malta.



(12)
LISBOA: Na mesma Officina. Anno de 1751. Com todas as licenças necessarias

Estampa 4: Frontispício de um *Discurso fúnebre escrito e impresso, não pregado.*

RELAÇÃO

DAS

SOLEMNISSIMAS EXÉQUIAS, E FUNERAES HONRAS

DO

REY FIDELISSIMO

D. JOÃO V.

MAGNANIMO,

Que se fizeram na Cidade do Porto, e que na Igreja Cathedral da mesma
Cidade celebrou

O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D. F. JOSEPH MARIA

DA

FONSECA E EVORA,

Ex-Geral das Menores de S. Francisco, Ex-Plenipotenciario da Coroa de
Portugal na Corte de Roma, Prelado Domestico de S. Santidade, Af-
sistente ao Solio Pontificio, Bispo do Porto, do Conselho do REY, Nof-
fo Senhores, e das Magestades Imperiaes, e Sardinienje, &c. &c.

COMPOSTA, E ORDENADA

POR

RAFAEL DE SA' BAYESCA, E MONTARROYO,

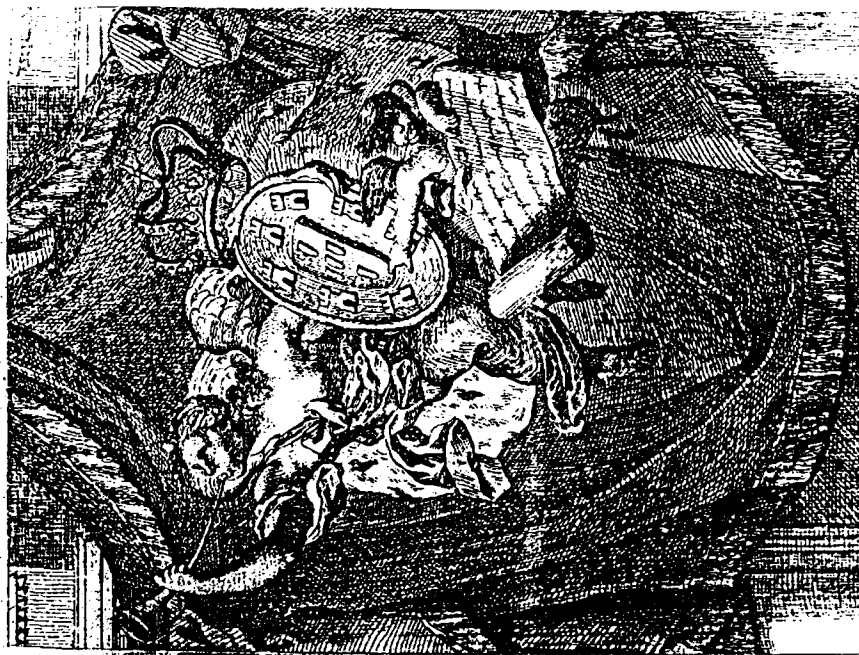


PORTO:

Na Officina Episcopal do Capitão MANOEL PEDROSO COIMBRA,

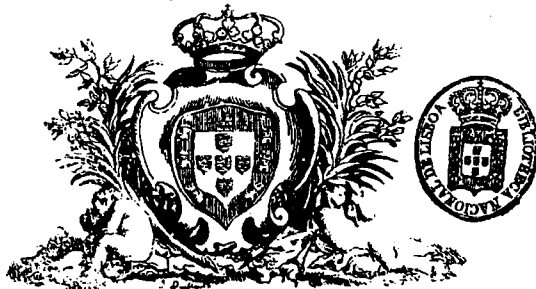
Anno de 1751.

Com todas as licenças necessarias,



Estampa 5: Frontispício de uma *Relação impressa de Exéquias realizadas no território nacional (Porto)*.

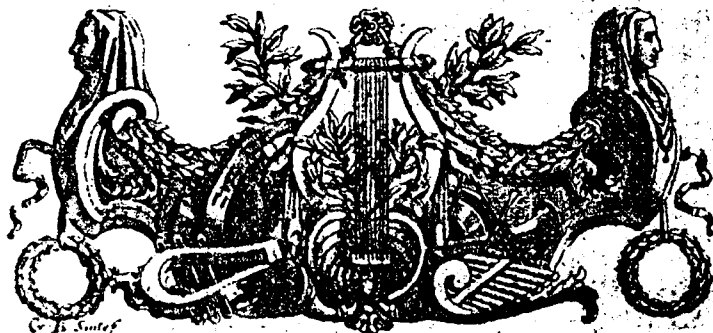
**RELAÇÃO
PANEGRICA
DAS HONRAS FUNERAES,
QUE ÀS MEMORIAS
DO MUITO ALTO, E MUITO PODEROSO SENHOR
REY FIDELISSIMO
D. JOAÕ V.
CONSAGROU A CIDADE DA BAHIA
Corte da America Portugueza:
ESCRITA, E DEDICADA
AO EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR
D. JOSEPH BOTELHO
DE MATTOS,
ARCEBISPO DA BAHIA, PRIMAZ DOS ESTADOS
do Brazil, do Confelho de Sua Magestade,
PELO DOUTOR
JOAÕ BORGES DE BARROS,
MESTRE-ESCOLA DA SANTA SÉ DA BAHIA, PROTONOTARIO
Apostolico de Sua Santidade, e Defembargador Numerario da Relação Ecclesiastica:
COM HUMA COLLECCÃO DE CINCO ORAÇÕES FUNEBRES,
e varias Poëstias, Latinas, e Vulgares.**



LISBOA,
Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

M. DCC. LIII.
Com todas as licenças necessarias.

Estampa 6: Frontispício de *Relação impressa de Exéquias realizadas no Brasil.*



BREVE RELAÇÃO
DO APPARATO FUNEBRE,
Com que a Congregação Real de Santo Antonio da Nação Portuguesa
residente na Curia de Roma
CELEBROU AS EXEQVIAS
DO I. REY FIDELISSIMO
O SENHOR D. JOÃO O V.
DE ETERNA SAUDADE E MEMORIA
NO DIA 18. DE MAYO DE 1751.



AS ceremonias e ritos funebres, com que o amor dos Filhos costumava explicar antigamente a dor e eterna saudade, que no coração lhes ficava pela morte de seus Pays, são melhores successoras as Exequias ou as Ultimas Honras, que hoje com piedade christam e rito sagrado tributamos
a 3 às

Estampa 7: Frontispício de *Relação impressa de Exéquias realizadas em Roma.*

31

CULTO FUNEBRE.

A' memoria sempre saudosa

DO FIDELISSIMO, AUGUSTO, MAGNIFICO, E PIO MONARCA

O SENHOR D. JOAÕ V. REY DE PORTUGAL.

COLLECÇÃO I.



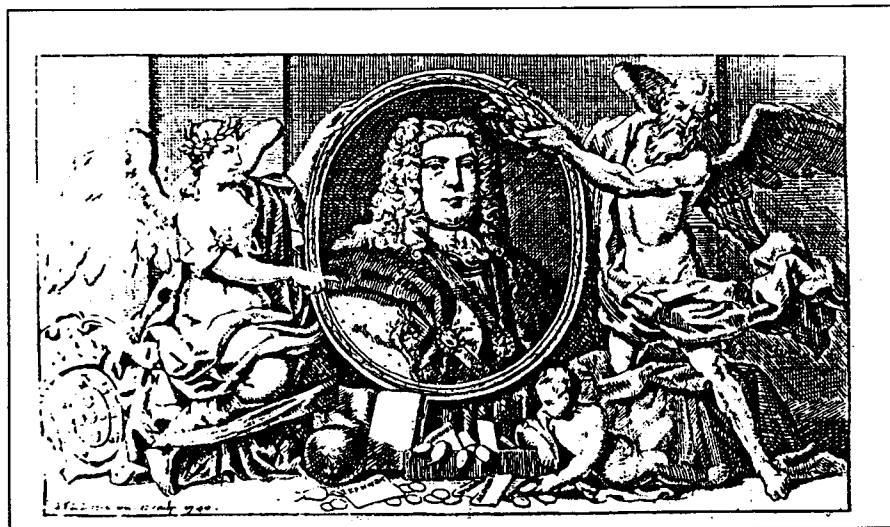
LISBOA,

(33) Na Officina de FRANCISCO LUIZ AMENO, Impressor da Congrega-
ção Cameraria da Santa Igreja de Lisboa.

M. DCC. L.

Com as licenças necessarias.

Vende-se na mesma Officina na rua do Carvalho junto à travessa
dos Fieis de Deos, no Livreiro do Adro de S. Domingos, Pa-
pelhas do Terreiro do Paço, e Portas da Misericordia.



Estampa 8: Frontispício de *Poesia fúnebre*.

70
DE